

Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

**A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES
SEXUAIS NÃO-HEGEMÔNICAS:
GÊNERO, LINGUAGEM E CONSTITUIÇÃO
DA SUBJETIVIDADE**

Ana Flávia do Amaral Madureira

Brasília - DF

2000

Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia

**A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES
SEXUAIS NÃO-HEGEMÔNICAS:
GÊNERO, LINGUAGEM E CONSTITUIÇÃO
DA SUBJETIVIDADE**

Dissertação de mestrado

Autora: Ana Flávia do Amaral Madureira

Orientadora: Dra. Angela Maria Cristina Uchôa de Abreu Branco

- Brasília, dezembro de 2000 -

Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia

Dissertação aprovada, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia pela Universidade de Brasília, pela comissão formada pelos professores:

Prof.^a. Dr.^a. ~~Angela Maria Cristina~~ Uchôa Branco de Abreu Branco (Presidente)
Instituto de Psicologia – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Fernando Luiz González Rey (Membro)
Instituto de Psicologia – Universidade de Brasília

Prof.^a. Dr.^a. ~~Silviane Bonacorsi~~ Barbato (Membro)
Instituto de Psicologia – Universidade de Brasília

Prof.^a. Dr.^a. Diva Albuquerque Maciel (Suplente)
Instituto de Psicologia – Universidade de Brasília

“Nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado a um nível muito mais elementar, cotidiano, não forem modificados.”

(Foucault, 1996, p. 149-150)

AGRADECIMENTOS

Realizar uma dissertação de mestrado não é, certamente, uma tarefa fácil. Muitas pessoas se fizeram presentes no decorrer desta caminhada. Gostaria de agradecer a todos que, de alguma forma, colaboraram e me incentivaram a seguir adiante.

Gostaria de agradecer especialmente:

- A meus pais que sempre me incentivaram nesse meu gosto pelo trabalho acadêmico, pela construção de conhecimentos. É muito bom podermos compartilhar com os nossos pais nossos projetos profissionais e sentir, sobretudo, que eles estão ao nosso lado. Gostaria de agradecer também ao meu irmão pelo carinho e amizade que nos une, mesmo que, atualmente, estejamos morando em cidades diferentes.
- A Francine pela força constante e apoio irrestrito, no decorrer de todo o processo de construção da dissertação. Por tudo que me tem ensinado nesses anos.
- A todos os meus amigos da psicologia que compartilharam comigo um período de grandes transformações pessoais, no decorrer de nossa graduação. Aprendi, sobretudo pela amizade, que é perfeitamente possível convivermos com a diferença e valorizar as contribuições de diferentes áreas e perspectivas teóricas. Afinal, meus amigos seguiram distintos caminhos na psicologia e em suas vidas. Agradeço a todos os meus amigos que se fizeram presentes, de forma especial, nessa caminhada.
- Aos professores Mário Angelo, Eliane Seidl e toda a equipe do Projeto Com-Vivência (Ações Integradas de Estudos e Atendimentos a Portadores de HIV/AIDS e seus familiares), onde tive a oportunidade de realizar os meus estágios curriculares e a felicidade de aprender muito sobre a importância de nos posicionarmos claramente em prol da vida como uma estratégia essencial na luta contra a discriminação social, em um sentido amplo. Aprendi, também, o quanto a sexualidade é uma temática complexa, multifacetada, e o quanto esse aprendizado foi de fundamental importância na realização desta dissertação.
- Ao professor Gerson Janczura, ex-tutor do grupo PET/Psicologia (CAPES), no qual fui bolsista durante a minha graduação. O meu crescimento acadêmico e

pessoal deve-se muito ao que aprendi com o PET e sou muito reconhecida a ele por isso.

- À toda a turma do LABMIS e à professora Diva Maciel, interlocutores importantes no meu processo de construção de idéias e questionamentos desde a minha graduação. Agradeço também a oportunidade que me foi dada, neste último ano, de ter tido mais contato com a professora Silviane Barbato, a partir de nossas reuniões no LABMIS.
- À professora Angela Branco, minha orientadora de mestrado e, sobretudo, uma amiga muito querida. Agradeço a ela por tudo o que aprendi, acadêmica e pessoalmente, nesses últimos quatro anos de trabalho conjunto.
- À professora Simone Lima que me abriu as portas da psicologia sociocultural no início da minha graduação e me ensinou que a relação professor-aluno não precisa ser algo distante e formal.
- Aos professores Fernando Rey e Albertina Mitjans que me incentivaram, no decorrer do mestrado, a acreditar nas minhas próprias idéias. Além disso, foram interlocutores fundamentais no processo de construção da dissertação.
- Aos professores Jaan Valsiner e Jens Brockmeier pelas suas preciosas sugestões na realização da dissertação.
- À professora Regina Pedroza que, mesmo sem ter sido minha professora durante a graduação, deu-me grandes ensinamentos em nossos debates pelos corredores da UnB. Aprendi muito com a sua postura autêntica e espontânea diante da academia e diante da vida.
- Ao aluno de graduação Alan Castter pela sua importante colaboração na transcrição das entrevistas e em nossos debates sobre a dissertação.
- A Heloisa Madureira, minha mãe, e a Francine Diniz, uma pessoa muito querida para mim, pelo trabalho essencial de revisão do texto da dissertação.
- Agradeço à ONG de luta pelos direitos dos homossexuais que colaborou com a realização do presente estudo, bem como a todos os participantes. Afinal, foram eles que “deram vida” e tornaram possível a realização da presente dissertação.

Sinceramente, agradeço a todos que me ensinaram que os obstáculos no caminho podem se transformar em desafios, dependendo de nosso posicionamento diante da vida.

Ana Flávia do Amaral Madureira

RESUMO

Com base em uma perspectiva sociocultural construtivista (em sua versão personológica), o presente estudo focalizou a construção das identidades sexuais não-hegemônicas, a partir do questionamento amplo: como os sujeitos concretos dão sentido a suas vivências homoeróticas? De forma específica, foi investigado como homens e mulheres de classe média que apresentam uma orientação homoerótica se posicionam, a partir de suas narrativas, em relação a crenças e valores difundidos socialmente acerca da homossexualidade, ao “universo gay” em Brasília, bem como avaliam suas relações sociais, afetivo-sexuais e consigo mesmos. Buscou-se integrar na análise um olhar atento em relação às questões de gênero e ao papel estruturante da linguagem na construção da consciência sobre si mesmo.

Participaram do estudo 6 homens e 4 mulheres de classe média de Brasília que se reconhecem como pessoas que apresentam uma orientação sexual distinta da heterossexualidade. Foi realizada uma entrevista semi-estruturada com cada participante. Após a realização de sumários das 10 entrevistas realizadas, foram selecionadas 6 entrevistas (3 homens e 3 mulheres) para o posterior trabalho interpretativo.

O estudo indica a importância de se considerar as estratégias pessoais e coletivas utilizadas no cotidiano para lidar com o preconceito e a discriminação em relação às identidades sexuais que divergem da norma heterossexual. Tais estratégias são constitutivas da forma como os participantes vivenciam as suas experiências homoeróticas, bem como eles se posicionam em suas relações sociais e consigo mesmos. Da mesma forma, os significados culturais associados à masculinidade e à feminilidade também se fazem presentes, de forma implícita, no modo como os participantes percebem e vivenciam suas relações no cotidiano, especialmente nas relações afetivo-sexuais. O foco sobre os processos identitários que vinculam o sujeito singular aos grupos sociais e, de forma mais ampla, aos contextos culturais, mostrou-se de grande relevância no estudo das identidades sexuais não-hegemônicas e da constituição da subjetividade. Tal foco possibilitou a abertura de novas zonas de sentido para a compreensão do fenômeno, as quais são obscurecidas por perspectivas que enfatizam a dimensão intrapsíquica e a busca de causalidades últimas subjacentes ao desenvolvimento das orientações homoeróticas.

ABSTRACT

From a sociocultural constructive perspective, and adopting a personological orientation, the present study focused upon the construction of non-hegemonic sexual identities, through the investigation of how individuals make sense of their homoerotic experiences. We examined how middle-class men and women who consider themselves as having other than heterosexual orientations express their beliefs and values, in narrative form, concerning homosexuality, gay community in Brasilia, Brazil, their own social and sexual-affective relationships with others and the way they relate to themselves. Gender and the structuring role of language were particularly considered in the analysis of the construction of self-awareness.

Six men and four women, all middle-class, non-heterosexual and living in Brasilia, participated in the study. The ten interviews were initially analyzed, and six were selected for further, in-detail qualitative analysis (three men and three women).

The results show the importance of personal and collective strategies employed in daily life by the individuals to deal with prejudice and discrimination in relation to other than heterosexual orientations. Such strategies are very significant in the way they help individuals to make sense of their homoerotic experiences, their social relationships and self-evaluations. Cultural meanings associated with masculinity and femininity were also found, even implicitly, in the way participants perceive and attribute meanings to their daily relationships in the world, especially sexual-affective ones.

The investigation of identity processes, linking the subject to different social groups and to cultural contexts, was very relevant to understand how non-hegemonic sexual identities, as well as the constitution of subjectivity, are created. The study opens new “zones of meaning” to approach the issue, that are usually not utilized (or even considered) by analytic perspectives that put an emphasis on intra-psychological dimensions or on the search for ultimate causalities underlying the development of homoerotic orientations.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	iv
RESUMO.....	vi
ABSTRACT.....	vii
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICA.....	1
Capítulo 1: A Noção de Sujeito e o Papel Constitutivo da Linguagem.....	1
A necessidade de resgate da noção de sujeito nas ciências.....	2
O papel da linguagem na constituição do sujeito: diálogos entre a epistemologia da complexidade e a psicologia histórico-cultural.....	6
Os limites heurísticos da linguagem.....	16
Capítulo 2: A Construção das Identidades Sociais: Cultura, Gênero e Sexualidade.....	18
A relação entre indivíduo e sociedade: o valor heurístico do conceito de separação inclusiva.....	18
Significados culturais e identidades sociais.....	21
Um outro olhar sobre a sexualidade.....	26
O conceito de identidades sexuais não-hegemônicas.....	31
O conceito relacional de gênero.....	33
Cultura sexual brasileira e as relações de gênero.....	37
Identidade sexual, identidade de gênero e as pedagogias da sexualidade.....	42
Capítulo 3: Construindo Zonas de Sentido: Personalidade e Identidades Sociais.....	46
O desenvolvimento da personalidade: uma perspectiva sociocultural personológica.....	46
Os desafios na compreensão das emoções.....	54
Uma tentativa de integração: possibilidades de diálogo e rupturas epistemológicas.....	<u>54</u>
Dialogismo, narrativa e construção de si.....	58
Objetivos do estudo.....	65

A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA.....	66
1- Proposta Metodológica e Pressupostos Epistemológicos.....	67
- Epistemologia positivista e instrumentalismo metodológico.....	67
- Epistemologia qualitativa e metodologia como processo cíclico.....	71
2 - A Entrevista enquanto Recurso Metodológico.....	79
3 - Diálogos Com o Real.....	83
- Participantes.....	83
- Local.....	84
- Material e equipamentos.....	84
- Procedimentos para a realização das entrevistas.....	85
- Procedimentos para a análise das entrevistas.....	86
RESULTADOS.....	89
- Análise da Entrevista 1.....	89
- Análise da Entrevista 2.....	108
- Análise da Entrevista 3.....	131
- Análise da Entrevista 4.....	157
- Análise da Entrevista 5.....	182
- Análise da Entrevista 6.....	207
DISCUSSÃO.....	235
- Considerações metodológicas e éticas sobre a pesquisa.....	235
- Sobre as análises das entrevistas: pontos de convergência.....	237
- Sobre as análises das entrevistas: pontos de divergência.....	245
- Considerações sobre os processos identitários	252
- Considerações finais: reflexões em torno das articulações entre a produção científica de conhecimentos, ética e transformação social.....	260
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	265
ANEXOS.....	271

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EPITEMOLÓGICA

"(...) Expulsou-se o sujeito da psicologia e o substituímos por estímulos, respostas, comportamentos. Expulsou-se o sujeito da história, eliminaram-se as decisões, as personalidades, para só ver determinismos sociais. Expulsou-se o sujeito da antropologia, para só ver estruturas, e ele também foi expulso da sociologia. Pode-se inclusive dizer que, em determinado momento, e cada um a sua maneira, Lévi-Strauss, Althusser e Lacan liquidaram de vez a noção de homem e a noção de sujeito, adotando o inverso da famosa máxima de Freud. Freud dizia: 'Aí onde está o isto (Das Es) deve devir o eu'. Segundo a visão estruturalista e cientificista, aí onde está o eu, há que liquidá-lo, deve vir o isto." (Morin, 1996, p.46)

CAPÍTULO 1: A NOÇÃO DE SUJEITO E O PAPEL CONSTITUTIVO DA LINGUAGEM

Tradicionalmente, na Psicologia, a noção de sujeito foi expulsa das correntes teóricas fundamentadas na perspectiva epistemológica positivista ou, então, foi considerada, por outras correntes teóricas, como uma noção transcendental, apriorística. No presente capítulo, pretende-se construir um novo olhar sobre a noção de sujeito, a partir do diálogo entre a epistemologia da complexidade e a psicologia histórico-cultural de Vygotsky e seus colaboradores.

De forma mais específica, pretende-se abordar o papel da linguagem, a partir das contribuições de Vygotsky e seus colaboradores, na formulação de uma ontologia do sujeito que seja coerente com uma perspectiva histórica que considere as múltiplas dimensões temporais de constituição do sujeito psicológico: filogenética, histórico-cultural, ontogenética e microgenética. Em outras palavras, será proposto o conceito de uma ontologia histórica como alternativa à versão, que remonta à metafísica clássica, de ontologia apriorística do sujeito.

Certamente, o papel da linguagem na constituição de uma nova ontologia do sujeito não esgota, de forma nenhuma, a complexidade desta temática. Portanto, serão discutidos também os limites heurísticos da própria linguagem. Delimitar o valor heurístico da linguagem na constituição do sujeito psicológico faz-se necessário, como crítica à tendência observada nas teorias pós-modernas, e mesmo em algumas correntes da psicologia sociocultural, em reduzir o sujeito e a realidade à dimensão semiótica.

A necessidade de resgate da noção de sujeito nas ciências

A dissolução da condição ontológica do sujeito nas ciências, e especificamente na psicologia, tem sido, na atualidade, denunciada por vários autores (Valsiner, 1994a, 1998, González Rey & Mitjáns, 1989; González Rey, 1995, 1997, Neubern, 1999), bem como pelo principal expoente da epistemologia da complexidade, o cientista social francês Edgar Morin (1990, 1996, 1998).

Como assinala Morin (1996), em seu texto *A noção de sujeito*, é necessário transcender a noção de indivíduo, a fim de abarcar a noção de sujeito. A noção de indivíduo está relacionada à singularidade de cada membro de uma espécie. Nesse sentido, o indivíduo - como o próprio termo indica - é um exemplar de uma espécie mais ampla. Já a noção de sujeito implica a questão da autonomia, da auto-referência e da intencionalidade (Bruner, 1997). Certamente, a noção de sujeito é uma noção mais complexa que a de indivíduo.

As formulações em torno da noção de sujeito estão relacionadas ao dualismo excludente entre ciência e filosofia, inspirada no dualismo cartesiano entre o mundo dos objetos (o mundo "objetivo" da ciência) e o mundo do sujeito (o mundo "subjetivo" da filosofia). Historicamente, à ciência, marcada pelo positivismo, coube expulsar a noção de sujeito de suas investigações, marcadas pelo determinismo; à filosofia coube o desenvolvimento de uma concepção transcendental do sujeito.

De acordo com a perspectiva epistemológica positivista, o sujeito deve ser eliminado (como fonte de erro) para que reine a descrição imparcial dos objetos da realidade "objetiva":

" Com efeito, a ciência ocidental baseou-se sobre a eliminação positivista do sujeito a partir da idéia que os objetos, existindo independentemente do sujeito, podiam ser observados e explicados enquanto tais. (...) O sujeito é reenviado, como perturbação ou ruído, precisamente porque é indescritível segundo os critérios do objetivismo (...). O sujeito torna-se fantasma do universo objetivo: é o misterioso X que desafia a descrição, em termos de predicados aplicáveis a qualquer objeto contido no universo." (Morin, 1990, p.49)

Certamente, o sujeito não foi expulso de todas as esferas do conhecimento humano. A noção de sujeito persistiu na moral, na metafísica, na ideologia (Morin, 1990). Em um sentido amplo, a noção de sujeito encontrou seu espaço legítimo na filosofia. Contudo, o sujeito é considerado, no pensamento filosófico clássico, como

categoria fundante do conhecimento, como uma realidade apriorística, supra-histórica e, portanto, transcendente. O que acaba por se configurar em uma solução solipsista, em que a realidade desaparece diante da hipertrofia transcendental do sujeito.

Em outras palavras, durante o período de hegemonia da perspectiva positivista (que se estende, de certa forma, até os dias atuais), ergueu-se um muro intransponível entre filosofia e ciência, a partir de pressupostos disjuntivos, baseados em uma lógica excludente, em que uma alternativa de pensamento exclui outras possibilidades: "ou...ou" (Neubern, 1999). De acordo com essa perspectiva, ou o sujeito deve desaparecer diante do mundo dos objetos do discurso científico, ou deve ser transcendentalizado no mundo subjetivo do discurso filosófico (Morin, 1990, 1996). Essa separação excludente apresentou uma série de implicações no desenvolvimento histórico da ciência psicológica. Tais implicações serão abordadas, posteriormente, de forma mais detalhada.

No século XIX, surgem as ciências humanas (inclusive a psicologia) como campos de investigação independentes da filosofia. Nesse movimento de diferenciação e distanciamento da filosofia, as ciências humanas adotam os pressupostos epistemológicos dominantes nas ciências físicas, considerada como o modelo de ciência (Capra, 1982). Em outras palavras, a perspectiva epistemológica positivista e a concepção mecanicista newtoniana são "importadas" das ciências físicas para as ciências humanas, a fim de garantir o *status* científico de tais ciências.

É interessante notar que, apesar de o objeto de estudo das ciências humanas ser qualitativamente distinto dos objetos de estudo das ciências físicas e biológicas, o pressuposto positivista de separação exclusiva entre sujeito e objeto permanece nas ciências humanas. Em outras palavras, o sujeito humano torna-se mais um objeto do mundo "objetivo" das ciências. Nesse sentido, observa-se nas ciências humanas um duplo aniquilamento do sujeito (tanto do pesquisador como do sujeito investigado). Na psicologia, a estratégia utilizada para promover essa dissociação se materializou na super-valorização dos instrumentos de pesquisa, como indica González Rey (1997):

"O instrumento divide de forma radical o sujeito e o objeto em um vínculo totalmente despersonalizado, que é particularmente grave nas ciências sociais em geral, onde o chamado 'objeto' na investigação positivista tradicional, é um sujeito (social ou individual) intencional e interativo, com a capacidade de atribuir e produzir sentido subjetivo ao que faz, o que resulta essencial para o processo de conhecimento nas ciências sociais. A situação se agrava quando o

próprio investigador é considerado objeto; isto ocorre no positivismo lógico quando se limita o máximo sua intervenção reflexiva no processo de investigação. Ao investigador cabe 'aplicar' e ao sujeito estudado 'responder', ambos momentos são compreendidos como processos totalmente despersonalizados, em que o investigador e o investigado cumprem ambos uma função diante do instrumento, sem que um tenha nada a ver com o outro no processo propriamente dito de produção do conhecimento.” (p. 27)

A esse duplo aniquilamento da noção de sujeito acrescenta-se uma concepção de causalidade linear e determinista, próprias à perspectiva epistemológica positivista. Nesse sentido, de acordo com Neubern (1999), tanto o comportamentalismo como a psicanálise tendem a adotar uma perspectiva determinista em suas análises. Para o primeiro, o comportamento é determinado pelas contingências ambientais. Para a segunda, a causalidade se encontra na vida intrapsíquica do sujeito.

No século XX, profundas mudanças epistemológicas ocorreram nos mais diversos campos científicos: a teoria quântica e a teoria da relatividade de Einstein na física, os desdobramentos da segunda lei da termodinâmica na química, a teoria geral dos sistemas na comunicação, o desenvolvimento do pensamento ecológico e sistêmico na Biologia (Capra, 1982; Morin, 1990, 1996, 1999). Nesse sentido, a perspectiva positivista tem sido questionada, tanto em nível empírico como lógico, em diversas ciências. Contudo, a psicologia, em suas correntes teóricas dominantes, continua adotando uma perspectiva epistemológica positivista fundamentada na física newtoniana.

A insistência na adoção da perspectiva positivista na psicologia - seja o positivismo ingênuo, seja o positivismo lógico – ocorre devido a vários fatores. Primeiro, devido à própria institucionalização do positivismo na comunidade científica, como ressalta González Rey (1997). Segundo, observa-se a lentidão dos processos históricos referentes a mudanças paradigmáticas, sempre marcadas por conflitos e resistências entre os paradigmas dominantes e os paradigmas emergentes. Outro fator que não podemos esquecer, é a atitude típica na psicologia em não valorizar discussões de cunho filosófico. Esse descaso da psicologia em relação à filosofia remete à metáfora do adolescente rebelde que procura negar sistematicamente a influência de seus pais. E, dessa forma, a psicologia reedita a concepção excludente entre filosofia e ciência, discutida anteriormente.

A institucionalização da perspectiva positivista na psicologia apresentou várias conseqüências. Dentre elas, representou a construção de uma visão reducionista sobre o ser humano. De acordo com Morin (1990, 1996), o pensamento reducionista busca a compreensão do todo a partir da soma de suas partes elementares. Toda a complexidade do real é reduzida aos seus elementos constituintes. Através de inúmeros procedimentos metodológicos simplificadores, tenta-se reduzir o humano ao biológico, o biológico ao físico. Após várias "depurações", o sujeito humano singular, intencional, consciente e ativo desaparece, sendo substituído por estímulos, respostas, comportamentos, estruturas (Morin, 1996; Valsiner, 1997). Portanto, várias dimensões importantes do sujeito psicológico são descartadas e rotuladas, freqüentemente, como "meras ilusões metafísicas".

Para se compreender melhor o processo de redução e simplificação inerentes à perspectiva positivista, o conceito de zonas de sentido desenvolvido por González Rey (1997) apresenta um profundo valor heurístico:

"Entendemos por zonas de sentido, aqueles espaços da realidade que se tornam inteligíveis a partir do desenvolvimento da teoria; ou seja, que permanecem ocultos para o homem antes do momento teórico que permite sua construção em forma de conhecimento. Ao entrar em uma zona de sentido, o conhecimento se integra com novas formas do real, o que aumenta a sua sensibilidade para avançar cada vez mais em seus próprios termos sobre esses espaços do real".
(p. 14)

A psicologia positivista, portanto, ao expulsar a noção de sujeito de suas investigações, privou de inteligibilidade várias dimensões do ser humano, como, por exemplo, a relativa autonomia do sujeito psicológico diante do seu contexto histórico-cultural, a consciência de si, a intencionalidade, bem como a consideração das emoções além do marco biologicista (Neubern, 1999; González Rey, 1997; González Rey & Mitjás, 1989).

Entretanto, é importante ressaltar que a noção de sujeito não foi expulsa integralmente da psicologia. Nas correntes fenomenológicas a noção de sujeito ocupa um lugar de destaque. Em tais correntes, porém, o sujeito é compreendido, coerente com a concepção difundida na metafísica clássica, como uma entidade transcendental, supra-histórica. O sujeito é considerado como o fundamento apriorístico que sustenta todas as formulações do pensamento fenomenológico (González Rey, 1997). Em tais

correntes da psicologia a constituição do sujeito psicológico não é considerado como uma questão que deva ser investigada, mas sim como princípio fundamental (ontologia transcendental).

Para ampliarmos as zonas de sentido e construirmos um pensamento psicológico complexo, torna-se necessário, portanto, construirmos uma ontologia do sujeito que garanta o seu espaço legítimo nas formulações de uma ciência psicológica, sem retornarmos às soluções metafísicas clássicas, do estilo "a liberdade e a consciência são inerentes à natureza humana". Em outras palavras, é necessário avançar na construção de uma síntese criativa a partir de concepções consideradas excludentes. O termo síntese criativa é utilizado no sentido da transformação dialética a partir do confronto de opostos, e não no sentido, comumente difundido, de mera soma de elementos (visão atomística). É necessário, portanto, ir além da dissolução ou transcendentalização da noção do sujeito.

O papel da linguagem na constituição do sujeito: diálogos entre a epistemologia da complexidade e a psicologia histórico-cultural

"Julgou-se durante muito tempo que a noção de sujeito era metafísica, porque parecia ligada à idéia de liberdade, que exclui toda a atitude científica, a qual só reconhece o determinismo e, se for preciso, reconhece o acaso ou a indeterminação. Ora, um dos eixos principais do meu trabalho foi tentar mostrar não só que é preciso associar e não separar a idéia de autonomia da de dependência: quanto mais autônomos, mais dependentes somos de um grande número de condições necessárias à emergência de nossa autonomia." (Morin, 1998, p.324-325)

A epistemologia da complexidade, enquanto perspectiva epistemológica, tem oferecido contribuições importantes para a construção de uma ontologia do sujeito que não se reduz às concepções essencialistas ou à sua caracterização como epifenômeno proposta pelo positivismo. A busca por um pensamento complexo que integre o universo físico, biológico e antropológico sem reduzir o homem à biologia, a biologia à física, é uma das características marcantes da epistemologia da complexidade (Morin, 1990, 1996, 1998, 1999). Partindo do pressuposto de que "(...) o tempo é 'real' e que a irreversibilidade cumpre, na natureza, um papel construtivo fundamental." (Prigogine, 1996, p. 38), é necessário considerar que o ser humano é constituído não só

pela sua história microgenética, ontogenética e antropogenética, mas também pela sua história filogenética e mesmo sua história física (tempo físico).

A tentativa de integrar as várias "histórias" que constituem o sujeito, não significa a mera adição de todas estas "histórias", como forma de se alcançar um conhecimento completo sobre o ser humano. Cada etapa do desenvolvimento da história da vida na Terra, incluindo o aparecimento do *homo sapiens*, implica em transformações da etapa precedente em termos de complexificação da organização sem, contudo, eliminar a etapa anterior. Esta idéia é coerente com a concepção de Vygotsky (1991) sobre a relação entre as funções psicológicas superiores e as funções arcaicas. Em outras palavras, as funções arcaicas são transformadas e não suprimidas pelas funções superiores.

Portanto, o ser humano apresenta uma organização hiper-complexa, como denomina Morin (1990), que integra o físico, o biológico, o cultural e o subjetivo. Nesse sentido, torna-se possível conceber o conceito de ontologia histórica do sujeito. Tal proposta conceitual só é pertinente a partir da superação da dicotomia entre a dimensão ontológica e a dimensão relativa à gênese dos processos constituintes do sujeito psicológico concreto. Ou como afirma González Rey (1997), é necessário superar o paradoxo da essência *versus* existência e conceber a dialética entre o construído e o constituído:

"A dialética entre o constituído e o construído é parte do próprio devir do homem e de seu mundo social. A construção é uma função do sujeito, o qual simultaneamente é constituído por sua subjetividade, que é um momento de cada um de seus atos de construção. Reconhecer o valor do construído como parte essencial da realidade social que pretendemos estudar, nos leva a uma compreensão dinâmica de tal realidade, que nos impede de encerrá-la em definições essencialistas preconcebidas rigidamente a partir da teoria; entretanto, negar o essencial entendido como constitutivo, como aquilo que especifica sua qualidade em relação ao novo que enfrenta, pode nos conduzir a um relativismo conjuntural, simplificador do caráter complexo deste processo." (p. 63)

A proposta de González Rey (1997) é coerente como uma perspectiva que assegura o espaço ontológico do sujeito, mas sem excluir a dimensão temporal. Ou seja, o "essencial" é compreendido como constitutivo, não como entidade supra-histórica. É, justamente, a partir da dialética entre o constitutivo (histórico) e o construído (atual)

que emerge o sujeito psicológico concreto, que a constituição da subjetividade se torna possível.

Outra contribuição importante da epistemologia da complexidade se refere ao desenvolvimento de um pensamento sistêmico complexo, que rompe com a metáfora cartesiana do universo como máquina absoluta, para compreendê-lo como sistemas abertos que mantêm uma multiplicidade de relações entre si, onde não só as partes fazem parte do todo, como o todo faz parte das partes (Morin, 1990, 1998, 1999). Nesse sentido, todos os sistemas vivos (biológicos e antropológicos) são sistemas abertos, na medida em que mantêm constantemente uma relação de interdependência ecológica (Valsiner, 1998). Portanto, os sistemas não são estáticos, mas se desenvolvem (inclusão do elemento temporal).

De acordo com a epistemologia da complexidade, a compreensão das relações entre os sistemas não deve ser pautada na concepção de uma causalidade determinista e unilinear, onde não há espaço para indeterminismos, pois a organização surge, justamente, a partir da tensão indissolúvel entre ordem e desordem. Portanto, a desordem e o caos não apresentam apenas um caráter destrutivo, mas também construtivo. Apesar da indeterminação apresentar um papel importante (e crescente na medida em que os sistemas se complexificam), os sistemas não são caóticos, mas sim apresentam uma organização onde autonomia e interdependência ecológica estão dialeticamente articulados. Em outras palavras, os sistemas vivos são auto-eco-organizadores (Morin, 1990, 1996).

A tentativa da epistemologia da complexidade em promover um pensamento que integre o que tem sido considerado de forma disjuntiva pelas ciências, não significa nem a apologia ao pensamento holístico ingênuo, onde as partes se dissolvem no todo, nem o reducionismo que só vê as partes e não consegue ver o todo.

O desenvolvimento da consciência auto-reflexiva e da autonomia (que é sempre relativa, distintamente da concepção de liberdade absoluta) é o resultado de uma longa história filogenética e histórico-cultural, onde o papel da linguagem, enquanto objetivação da consciência, cumpre um papel essencial (Morin, 1996, 1998):

"Há um segundo aspecto, próprio do sujeito humano, realmente próprio, visto que está ligado à linguagem e à cultura. O indivíduo-sujeito pode tomar consciência de si mesmo através do instrumento de objetivação que é a linguagem. Vemos aparecer a consciência de ser consciente e a consciência de si em forma claramente inseparável da auto-referência e da reflexividade. É

na consciência que objetivamos nós mesmos para ressubjetivarmos num anel recursivo incessante." (Morin, 1996, p.53)

É importante ressaltar que a formulação de uma nova ontologia do sujeito pressupõe a capacidade de integrarmos concepções, aparentemente, contraditórias. Como Morin (1996, 1998) enfatiza, o desenvolvimento da autonomia está intrinsecamente relacionado à interdependência ecológica. No caso do ser humano, o desenvolvimento de sua autonomia extraordinária, se comparada aos demais animais, está vinculada à sua inserção em uma cultura e ao domínio de uma linguagem.

A importância conferida pela epistemologia da complexidade à linguagem na complexificação dos sistemas antropológicos, ou seja, no salto qualitativo entre os demais animais e o ser humano, é um meta-ponto de vista compartilhado também pela psicologia histórico-cultural (Vygotsky, 1991, 1993; Luria, 1979, 1987; Leontiev, 1973).

A psicologia histórico-cultural, desenvolvida na antiga União Soviética a partir dos trabalhos de Vygotsky, nas décadas de 20 e de 30 do século XX, apresenta, na realidade, vários pontos de contato com a epistemologia da complexidade como ressalta González Rey (1997):

"Vygotsky tinha consciência da necessidade de uma metateoria que pudesse assimilar a diversidade de descobertas e construções da psicologia, que segundo ele, conduziram ao desenvolvimento de múltiplas miniteorias que, sem dúvida, fragmentaram o pensamento psicológico. Estas reflexões de Vygotsky, unidas a outras sobre o conceito de personalidade, o desenvolvimento de seus conceitos de funções psíquicas superiores e de unidades da vida psíquica, as quais em sua obra foram expressas de forma concreta nos significados como unidade da consciência, nos permitem afirmar que Vygotsky tinha uma representação geral da subjetividade muito próxima aos princípios mais gerais da epistemologia da complexidade." (p. 85)

Os trabalhos de Vygotsky e seus colaboradores foram marcados pela insatisfação com as perspectivas idealistas e materialistas mecanicistas que dividiam a psicologia do início do século, bem como pela tentativa de construir uma metateoria a partir de um novo olhar sobre a constituição das funções psíquicas tipicamente humanas (Luria, 1979, 1987, Vygotsky, 1991, 1993).

No decorrer do século XX, essas duas perspectivas opostas receberam novas "roupagens teóricas" com o surgimento de novas abordagens como, por exemplo, o cognitivismo. Entretanto, as diversas abordagens teóricas na psicologia que se afinam com uma ou outra perspectiva, continuam no mesmo beco sem saída: a impossibilidade de explicar (e não somente descrever) a emergência da singularidade humana: da intencionalidade, da consciência auto-referente, do pensamento conceitual. Nesse sentido, a crise na psicologia denunciada por Vygotsky há várias décadas atrás, continua presente nas correntes teóricas dominantes da psicologia contemporânea. Em outras palavras, a clássica separação e oposição entre a metafísica clássica e o positivismo continuam muito presentes na ciência psicológica, a despeito de todas as suas limitações heurísticas discutidas anteriormente.

Nesse sentido, uma das maiores contribuições da psicologia histórico-cultural soviética foi a proposta, a partir da análise crítica dessas duas perspectivas dicotômicas, de construção de uma síntese metateórica (no sentido dialético marxista). De acordo com os trabalhos de Vygotsky e seus colaboradores, o salto qualitativo empreendido pela espécie humana e a emergência das funções psíquicas superiores (memória voluntária, atenção ativa, pensamento abstrato, movimento voluntário...) apresentam uma gênese social (Vygotsky, 1991, 1993; Luria, 1979, 1987; Leontiev, 1973). Tais funções tipicamente humanas estão, segundo a perspectiva histórico-cultural, relacionadas no plano filogenético ao advento da linguagem, do trabalho e da cultura (Luria, 1979; Leontiev, 1973). Portanto, torna-se inviável compreender a consciência reflexiva humana sem considerar o papel da linguagem em suas várias expressões, do trabalho social e da cultura, que tornam possível o aprendizado coletivo.

Cabe ressaltar que a ênfase da psicologia histórico-cultural no estudo sociogenético das funções psicológicas superiores não significa a compreensão de uma ruptura total empreendida pela espécie humana em relação à evolução filogenética. Afinal, como afirma Vygotsky (1991), o desenvolvimento das funções psicológicas superiores modifica as funções psicológicas elementares, mas sem eliminá-las. Por outro lado, a tentativa em reduzir as funções tipicamente humanas às funções elementares, defendida pela perspectiva materialista mecanicista (positivismo), é severamente criticada por Vygotsky e seus colaboradores (Vygotsky, 1991; Luria, 1987).

Na atualidade, essa crítica é compartilhada, em linhas gerais, pela epistemologia da complexidade que tem denunciado o caráter reducionista das ciências

positivistas que buscam, através de múltiplas estratégias epistemológicas e metodológicas, explicar o complexo a partir do simples (Morin, 1990, 1996), bem como por autores da psicologia sociocultural, como Bruner (1997), Valsiner (1997), González Rey (1997, 1999), Shweder (1991).

Quanto à importância da linguagem na constituição das funções psíquicas superiores, Luria (1987) assinala:

"Como resultado da história social, a linguagem transformou-se em instrumento decisivo do conhecimento humano, graças ao qual o homem pode superar os limites da experiência sensorial, individualizar as características dos fenômenos, formular determinadas generalizações ou categorias. Pode-se dizer que, sem o trabalho e a linguagem, no homem não se teria formado o pensamento abstrato "categorial". Em consequência, as origens do pensamento abstrato e do comportamento 'categorial', que provocam o salto do sensorial ao racional, devem ser buscadas não dentro da consciência nem dentro do cérebro, mas sim fora, nas formas sociais da existência histórica do homem." (p. 22)

É interessante notar que o desenvolvimento da consciência é compreendido pela psicologia histórico-cultural não como uma característica inerente à natureza humana (perspectiva idealista), mas sim como resultado de um longo processo que tem sua gênese - tanto filogenética, como ontogenética - relacionada à inserção em uma cultura que integra os signos, os instrumentos e os aprendizados socialmente compartilhados e historicamente acumulados (Leontiev, 1973). Portanto, a existência do pensamento conceitual, auto-reflexivo e intencional que rompe com o "aqui-e-agora", próprios da percepção sensorial (Luria, 1987), só é possível mediante o aumento da interdependência ecológica entre sujeito psicológico e os contextos cultural e historicamente organizados no qual este se insere. Em outros termos, a linguagem é "*uma arma da liberdade*" (Luria, 1979, p. 215) que possibilita a autonomia do sujeito de seus contextos imediatos e, paradoxalmente, delimita o seu pensamento e a sua ação a partir de significados acumulados historicamente (caso contrário, os seres humanos teriam que, a cada geração, reinventar a roda, o fogo...)

A noção de sujeito não é associada, portanto, à concepção de liberdade absoluta, mas sim de autonomia relativa, que só é possível mediante a interdependência ecológica (Morin, 1990, 1996). No caso dos seres humanos, esta interdependência é tão presente que o *homo sapiens* só se torna humano (processo de humanização) através do

domínio de uma linguagem que re-atualiza, em um sentido amplo, toda a história da humanidade, expandindo de forma quase ilimitada os contextos em que o sujeito se insere, bem como as suas possibilidades de autonomia.

As relações entre linguagem, pensamento conceitual, intencionalidade e auto-regulação da ação foram analisadas de forma sistemática por Vygotsky (1993), no livro *Pensamento e Linguagem*. Nesse livro, Vygotsky critica a tendência elementarista predominante na psicologia. Tal tendência tem se configurado em obstáculo para o entendimento das relações interfuncionais como, por exemplo, a relação entre pensamento e linguagem. Nesse sentido, Vygotsky (1993) propõe um tipo de análise distinta do modelo atomístico baseado em elementos isolados:

"Com o termo unidade queremos nos referir a um produto de análise que, ao contrário dos elementos, conserva todas as propriedades básicas do todo, não podendo ser dividido sem que as perca. A chave para a compreensão das propriedades da água são as suas moléculas e seu comportamento, e não seus elementos químicos. A verdadeira unidade da análise biológica é a célula, que possui as propriedades básicas do organismo vivo." (p. 4)

No caso específico da relação entre pensamento e linguagem, a unidade de análise proposta é o significado da palavra, pois o significado carrega em si as propriedades do todo, ou seja, não só as características da fala, como também do pensamento (na medida em que é sempre uma generalização). Apesar das formulações de Vygotsky serem anteriores historicamente ao desenvolvimento conceitual do pensamento sistêmico, este autor já apresentava, no início do século XX, uma preocupação "sistêmica", ao revelar sua posição contrária à redução do todo à soma de seus elementos constituintes.

O estudo dos significados como unidade de análise apresenta um vasto campo de possibilidades de investigação, no que se refere ao pensamento verbal, o que distingue, fundamentalmente, a psicologia histórico-cultural da abordagem comportamental. Esta última, ao tentar escapar de teorizações acerca do caráter eminentemente simbólico do desenvolvimento humano, acaba por apresentar uma concepção que minimiza a importância fundamental da linguagem verbal na constituição do fenômeno humano.

Coerente com a sua proposta de construir uma abordagem histórica da consciência humana, Vygotsky (1993) enfatiza que os significados das palavras não são estabelecidos de forma definitiva, pois estão sempre se transformando. A consideração

do caráter desenvolvimental do significado é o que distingue a abordagem histórico-cultural de Vygotsky de outras abordagens que se dedicaram ao estudo do pensamento e da linguagem (como, por exemplo, o associacionismo, o construtivismo piagetiano, a gestalt).

A relação entre pensamento e linguagem, portanto, não se estabelece de imediato, sendo o resultado de uma longa história, tanto filogenética como ontogenética. Nesse sentido, a partir de pesquisas analisadas sobre as origens genéticas do pensamento e da linguagem, primeiramente com antropóides (filogênese) e, posteriormente, com crianças (ontogênese), Vygotsky (1993) propõe que tanto a linguagem como o pensamento apresentam raízes genéticas distintas que se entrecruzam em determinados momentos da escala filogenética (com o surgimento da cultura e do trabalho) e do desenvolvimento ontogenético (por volta dos dois anos de idade). Portanto, do pensamento não-verbal e da fala não-intelectual surge o pensamento verbal. O que não significa o desaparecimento, no homem adulto, de formas de pensamento que não sejam verbais e nem de falas que não cumpram funções racionais, ou seja, as funções elementares não desaparecem.

O pensamento verbal pressupõe a utilização de signos, que passam a mediar tanto a relação do homem com a realidade, como consigo mesmo. Portanto, distintamente dos outros animais que mantêm uma relação imediata com o ambiente (como preconiza o paradigma $S \rightarrow R$), o ser humano passa a ter uma relação mediada pelos signos historicamente construídos e culturalmente compartilhados, o que foi denominado por Vygotsky de mediação semiótica (Vygotsky, 1991). A importância das operações com signos é enfatizada por Vygotsky (1991):

"A internalização de formas culturais de comportamento envolve a reconstrução da atividade psicológica tendo como base as operações com signos. (...) As mudanças nas operações com signos durante o desenvolvimento são semelhantes àquelas que ocorrem na linguagem. Aspectos tanto da fala externa ou comunicativa como da fala egocêntrica 'interiorizam-se', tornando-se a base da fala interior. A internalização das atividades socialmente enraizadas e historicamente desenvolvidas constitui o aspecto característico da psicologia humana; é a base do salto qualitativo da psicologia animal para a psicologia humana. Até agora, conhece-se apenas um esboço desse processo." (p. 65)

Cabe ressaltar que as operações com signos não só ampliam de forma extraordinária, as potencialidades do pensamento (função cognitiva da linguagem), como também possibilitam a auto-regulação dos processos psíquicos superiores e da própria ação (ato voluntário). Portanto, a linguagem também cumpre uma função auto-reguladora. O desenvolvimento ontogenético dessa função da linguagem é abordada de forma sistematizada por Luria (1987), em seu texto *O papel da linguagem nos processos psíquicos: função reguladora da linguagem e seu desenvolvimento*.

O processo de internalização e externalização do pensamento verbal é um processo bastante complexo que não pode ser reduzido a relações isomórficas (pensamento = fala). Em outras palavras, o pensamento não é a fala internalizada, da mesma forma que a fala não é o pensamento externalizado. Entretanto, o estudo desses processos configura-se em um grande desafio metodológico, visto que não se tem acesso direto nem aos pensamentos e nem à fala interior. Para tanto, Vygotsky e seus colaboradores construíram uma alternativa teórica e empírica para o estudo do desenvolvimento da fala interior e, conseqüentemente, dos processos envolvidos em sua constituição: a investigação da fala egocêntrica (Vygotsky, 1993; Luria, 1987).

A fala egocêntrica da criança, que é interpretada por Vygotsky (1993) de forma bem distinta da abordagem piagetiana, é considerada o elo intermediário entre as funções intersíquicas (fala social) e as funções intrapsíquicas (fala interior). Funcionalmente, a fala egocêntrica se aproxima da fala interior (orienta, coordena as ações e os pensamentos da criança); estruturalmente, aproxima-se da fala social (vocalização, sintaxe similar à fala socializada).

No decorrer do desenvolvimento ontogenético, a fala egocêntrica se distingue estruturalmente da fala social, suas dimensões fonéticas e sintáticas declinam, enquanto a dimensão semântica torna-se mais complexa ou, como Vygotsky (1993, p.125) afirma: "*o significado passa cada vez mais para o primeiro plano*". Nesse sentido, o desenvolvimento da fala egocêntrica que parece destinar-se ao desaparecimento sem maiores repercussões psicológicas (como pensava Piaget), torna-se fala interior, com suas características próprias: a predicação, a ausência de vocalização, a aglutinação, a sintaxe reduzida (Vygotsky, 1993).

Quanto à dimensão semântica da fala interior, é importante distinguir os conceitos de significado e sentido. Enquanto o significado é construído historicamente e culturalmente, bem como representa uma maior estabilidade, o sentido é a reconstrução pessoal (subjativa) dos significados culturalmente compartilhados e, portanto, apresenta

maior fluidez e instabilidade. Na realidade, na fala interior há um predomínio dos sentidos sobre os significados:

"A primeira, que é fundamental, é o predomínio do sentido de uma palavra sobre o seu significado - uma distinção que devemos a Paulhan. Segundo ele, o sentido de uma palavra é a soma de todos os eventos psicológicos que a palavra desperta em nossa consciência. É um todo complexo, fluído e dinâmico, que tem várias zonas de estabilidade desigual. O significado é apenas uma das zonas do sentido, a mais estável e precisa. Uma palavra adquire o seu sentido no contexto em que surge; em contextos diferentes, altera o seu sentido. O significado permanece estável ao longo de todas as alterações do sentido. O significado dicionarizado de uma palavra nada mais é do que uma pedra no edifício do sentido, não passa de uma potencialidade que se realiza de formas diversas na fala". (Vygotsky, 1993, p.125)

Os conceitos de sentido e significado apontam para duas dimensões da linguagem que se encontram dialeticamente interligadas: a) a dimensão compartilhada culturalmente e relativamente estável; e b) a dimensão subjetiva, emocional e mais fluida relacionada ao papel ativo do sujeito no processo de reconstrução contínua das mensagens culturais. Assim, os processos de internalização não são processos de transmissão cultural unidirecional, pois o sujeito participa ativamente da reconstrução, no plano subjetivo, dos significados culturalmente compartilhados (Valsiner, 1994a). Da mesma forma, os significados culturais, apesar de serem mais estáveis, também são transformados pelos sujeitos concretos (processos de externalização). Portanto, em nossa perspectiva, significado e sentido apontam para dimensões que estão intrinsecamente interligadas no contexto dos processos comunicativos (Tacca, 2000).

Quando nos referimos, posteriormente, aos significados culturais associados à masculinidade e à feminilidade não estamos nos referindo a uma instância externa e dissociada dos processos de constituição do sujeito singular. Ao contrário, estamos tentando articular as expectativas historicamente construídas sobre os limites simbólicos entre masculinidade e feminilidade, e a forma como os sujeitos concretos utilizam estes sistemas de significação para organizar a sua ação, seus afetos e pensamentos em relação a si mesmo e em relação aos outros sociais.

Cabe ressaltar, também, a originalidade de Vygotsky e seus colaboradores ao lançar um novo olhar sobre os princípios de liberdade e consciência, associados à noção de sujeito. A liberdade, enquanto autonomia individual relativa e auto-regulação da ação

e do pensamento, bem como a consciência deixam de ser consideradas como produtos de uma razão humana universal (González Rey, 1994), leitura marcada pelo racionalismo cartesiano, e passam a ser inscritas nos contextos histórico-culturais, na complexa relação com o desenvolvimento da linguagem e do pensamento. Nesse sentido, a liberdade e a consciência não são consideradas pela psicologia histórico-cultural como atributos de uma "natureza humana" atemporal. Conseqüentemente, são passíveis de estudos que enfatizem as suas dimensões genéticas, o que torna legítima a investigação científica que parte de questões como, por exemplo, "como se forma e se desenvolve a auto-regulação da ação e do pensamento individual?"

A consideração da importância da linguagem na construção de características especificamente humanas abre um campo vasto de investigação de questões que, durante muito tempo, sob a alegação de pertencerem ao universo da metafísica, foram expulsas da dita psicologia científica. Portanto, os trabalhos de Vygotsky e seus colaboradores contribuem, de forma significativa, para a construção de uma ciência psicológica em que a noção de sujeito (ativo, intencional e consciente) seja parte integrante de suas formulações.

Os limites heurísticos da linguagem

"(...) O pensamento propriamente dito é gerado pela motivação, isto é, os nossos desejos e necessidades, nossos interesses e emoções. Por trás de cada pensamento há uma tendência afetivo-volitiva, que traz em si a resposta ao último 'porque' de nossa análise do pensamento. Uma compreensão plena e verdadeira do pensamento de outrem só é possível quando entendemos sua base afetivo-volitiva." (Vygotsky, 1993, p. 129)

No presente capítulo, buscou-se estabelecer um diálogo entre a epistemologia da complexidade e a psicologia histórico-cultural no que se refere à construção de uma nova ontologia do sujeito. De forma mais específica, foi analisado o papel da linguagem dentro do marco histórico-cultural na constituição do sujeito psicológico ativo, intencional e consciente. Contudo, é importante ressaltar que o papel constitutivo da linguagem nesse processo não deve ser considerado como categoria explicativa absoluta. Em outras palavras, a compreensão da relação entre linguagem e sujeito representa uma das zonas de sentido da complexa temática relacionada à constituição da subjetividade. Ao reduzirmos as discussões ontológicas sobre o sujeito e a realidade

à dimensão semiótica, estaremos sendo incoerentes com a proposta da epistemologia da complexidade.

Tal reducionismo semiótico tem sido observado nas formulações do pensamento pós-moderno, com especial ênfase no construcionismo social (em sua versão radical), em que o sujeito e a realidade são dissolvidos nas multiplicidades discursivas (Neubern, 1999; González Rey, 1997). Nesse sentido, quando Vygotsky (1991) concebe a relação entre sujeito e realidade como uma relação mediada semioticamente, ele assegura, mesmo que não seja explicitado em sua obra, as diferenças ontológicas entre ambos.

Portanto, a linguagem não apresenta um potencial heurístico ilimitado no que se refere à compreensão dos processos envolvidos na constituição da subjetividade. Nesse sentido, a questão da emoção tem sido apontada por alguns autores socioculturais como espaços limítrofes da semiótica (Branco 2000; González Rey, 1995, 1997; González Rey & Mitjás, 1989, Mitjás, 1985). Em outras palavras, ao mesmo tempo em que compartilhamos com os demais animais emoções como medo, raiva, tais emoções adquirem uma nova configuração entre os humanos. Portanto, as emoções apresentam raízes genéticas anteriores ao advento da cultura e da linguagem. O que parece sugerir que a emoção entre os seres humanos consiste em um fenômeno com enraizamento biológico (resultante da história filogenética), mas que, paradoxalmente, adquire uma "feição subjetiva", a partir da consciência auto-reflexiva, possível graças à objetivação da linguagem.

Certamente, as emoções são um ótimo exemplo da impossibilidade de construirmos categorias explicativas absolutas (como, por exemplo, a linguagem). Portanto, para a construção de um pensamento complexo é necessário integramos categorias explicativas, meta-pontos de vista. Nesse sentido, a construção de um pensamento complexo configura-se em um desafio interdisciplinar, que não se reduz a disciplinas acadêmicas específicas ou a perspectivas conceituais totalizantes.

CAPÍTULO 2 : A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES SOCIAIS: CULTURA, GÊNERO E SEXUALIDADE

O presente capítulo tem como objetivo analisar a complexa relação entre a constituição das múltiplas identidades sociais, mais especificamente as identidades de gênero e as identidades sexuais, e o desenvolvimento da personalidade.

A análise buscará a compreensão da possibilidade de reconhecimento da unicidade a partir da multiplicidade de identidades sociais que marcam a existência dos sujeitos psicológicos concretos. Em outras palavras, o presente capítulo buscará sustentar epistemologicamente e ontologicamente uma perspectiva sistêmica da personalidade que pressuponha a capacidade de organização, de autonomia e de interdependência ecológica (Morin, 1996, 1990, 1999). Enfim, como é possível conceber, de forma integrada, o paradoxo da mudança e da relativa estabilidade?

Nesse sentido, a análise terá dois focos distintos: o nível do construído, relativo à dimensão processual, à multiplicidade das interações sociais, dos processos psicológicos e comunicativos atuais; e o nível do constitutivo, que se refere à relativa estabilidade, à organização da unicidade, à história individual (González Rey, 1997; Neubern, 1999). Essa separação, quanto ao nível de análise privilegiado em momentos distintos da reflexão teórica, torna-se possível a partir da consideração de Valsiner (1989, 1994a, 1998) sobre a relação de separação inclusiva entre a sociedade e o indivíduo. O que torna legítima a consideração da dualidade, diferente do dualismo excludente, entre o nível sociocultural (interdependência ecológica) e o nível personológico (organizador, configuracional).

Por último, será proposta a possibilidade de integração entre esses dois níveis distintos de análise, bem como serão apontadas as rupturas e dificuldades epistemológicas de tal empreendimento teórico.

A relação entre indivíduo e sociedade: o valor heurístico do conceito de separação inclusiva

"Como a personalidade humana é culturalmente constituída e como as ações pessoais participam na mudança social? Estas questões fundamentais têm sido formuladas pelas ciências sociais por pelo menos um século, mas respondê-las tem sido uma tarefa muito difícil" (Valsiner, 1998, p.6)

De acordo com uma perspectiva sociocultural, é de suma importância a compreensão da complexa relação entre indivíduo e sociedade. Nesse sentido, é necessário enfatizar a importância de transcendermos a mera afirmação de que os processos psicológicos superiores apresentam uma gênese social (Valsiner, 1989; Valsiner, 1994a; Lawrence & Valsiner, 1993). No momento em que uma perspectiva teórica se restringe à repetição de sua tese central, corre-se o risco de dogmatizar os seus pressupostos e, conseqüentemente, paralisar os avanços empíricos e o desenvolvimento de suas formulações teóricas. Em outras palavras, é substituído o conhecimento dos processos sociogenéticos por declarações acerca da natureza social do *self* (Valsiner, 1994 a).

Portanto, de acordo com a perspectiva sociocultural do desenvolvimento humano, é necessário explicitarmos quais as concepções que estão subjacentes às formulações teóricas sobre as relações entre indivíduo e sociedade. Esse ponto é crucial, pois essa relação tem sido o foco de divergências fundamentais entre as correntes socioculturais (Valsiner, 1989; Lawrence & Valsiner, 1993; Wertsch, 1993; Valsiner, 1998).

Em um sentido amplo, a relação entre indivíduo e sociedade tem sido concebida ora como mantendo uma relação de separação exclusiva, ora como mantendo uma relação de identidade (fusão estrutural):

"A separação do self do contexto e a fusão do self com o contexto são freqüentemente apresentadas como mutuamente exclusivas, alternativas irreconciliáveis. A pessoa ou é independente de, ou idêntica ao ambiente social. Estas duas direções têm sido difundidas no pensamento ocidental, em que a psicologia como uma ciência que tem baseado seus esforços para conceitualizar este fenômeno" (Valsiner, 1998, p.6)

Nesse sentido, é proposto pelo autor, um dos grandes expoentes da perspectiva sociocultural construtivista, o conceito de separação inclusiva, que pretende assegurar a diferença estrutural entre indivíduo e sociedade, mas resguardando o caráter de interdependência sistêmica entre ambos (Valsiner, 1994a; Valsiner, 1998). O sujeito psicológico concreto, portanto, não é independente (noção clássica de liberdade) dos contextos culturais e históricos em que se encontra inserido, mas também não é o mero reflexo deste contexto, visto que mantém uma relação de relativa autonomia com o mesmo. Dessa forma, é possível lidar conceitualmente com o paradoxo da autonomia e

da interdependência ecológica (ver o conceito de sistemas auto-eco-organizadores desenvolvido por Morin, 1990, 1996).

A adoção da concepção de separação inclusiva e da concepção de fusão apresenta desdobramentos conceituais que têm se configurado em pontos de ruptura entre as correntes socioculturais. Obviamente, o foco de disputas conceituais nessas correntes não se refere à concepção de separação exclusiva, pois esta tem sido adotada por correntes teóricas que defendem a noção de estruturas intrapsíquicas descontextualizadas (perspectiva não-desenvolvimental). De forma mais específica, a disputa entre as concepções de fusão e de separação inclusiva nas correntes socioculturais torna-se explícita nas discussões sobre os conceitos de internalização e de apropriação.

De acordo com Valsiner (1998), a apropriação enquanto conceito, ou melhor macroconceito, tem sido utilizado de forma majoritária entre os estudiosos da tradição sociocultural (Wertsch, 1993; Rogoff, 1990). O que não é de se estranhar, considerando a predominância, nessa tradição, da visão de "fusão" estrutural entre indivíduo e sociedade. A adoção do macroconceito de apropriação e do pressuposto de fusão está relacionada à tentativa de evitar o dualismo entre interno *versus* externo (Wertsch, 1993). Entretanto, Valsiner sustenta a inevitável dualidade estrutural entre indivíduo e sociedade, entre interno e externo, o que não significa dualismo, pois a relação existente entre estas polaridades é de separação inclusiva (e não exclusiva). Nesse sentido, a internalização e a externalização, enquanto macroconceitos dialeticamente relacionados, assumem um valor heurístico legítimo na investigação do desenvolvimento humano.

O estudo dos processos de internalização e externalização expandem a nossa possibilidade de compreensão do desenvolvimento da personalidade, da singularidade pessoal de forma contextualizada. Por outro lado, nas perspectivas que enfatizam a apropriação, a personalidade e, de forma mais ampla, a subjetividade parecem desaparecer. Afinal, quem se apropria? Quem é o sujeito da ação mediada (unidade de análise proposta por Wertsch, 1993)?

Entretanto, cabe ressaltar que a internalização não significa a mera reprodução isomórfica da realidade externa no plano interno, idéia associada à noção de transmissão cultural unidirecional. Para a perspectiva sociocultural construtivista, os processos de internalização estão intrinsecamente relacionados à transmissão cultural bidirecional (Valsiner, 1994a), na qual o indivíduo é ativo na reconstrução dos inúmeros e heterogêneos significados culturais. Portanto, há vários níveis de transformações que

ocorrem nas funções intrapsíquicas no decorrer do processo de internalização das funções interpíquicas. Cabe ressaltar, também, que o processo de internalização, como a construção de sentidos subjetivos a partir dos significados culturais, pressupõe o processo de externalização, onde os significados culturalmente compartilhados são também modificados pela atuação dos indivíduos.

A investigação sobre a personalidade, coerente com a perspectiva sociocultural construtivista, torna-se legítima a partir da consideração da dualidade (e não do dualismo) da relação entre indivíduo e sociedade. Se a noção de sujeito e de relativa autonomia do indivíduo em relação ao contexto é desprezada, torna-se conceitualmente inviável o estudo sobre a personalidade. Portanto, o conceito de separação inclusiva desenvolvido por Valsiner assume um profundo valor heurístico no estudo do desenvolvimento da personalidade. Por outro lado, a consideração da autonomia relativa do sujeito psicológico em relação ao contexto, pressupõe a consideração, no sentido inverso, da relativa autonomia também do contexto em relação ao sujeito. Com efeito, tornam-se pertinentes as análises empreendidas pelas ciências sociais acerca dos significados culturais que perpassam os diversos contextos, nos quais os sujeitos se inserem, e participam da construção de múltiplas identidades sociais.

Tais análises podem ser frutíferas para a psicologia sociocultural, na medida em que apontam para a dimensão qualitativa dos significados culturalmente compartilhados. Mas, que significados são esses? Como eles se articulam em sistemas de significação mais amplos? Como eles participam da delimitação de fronteiras simbólicas que demarcam os grupos sociais, os lugares, a forma de se vestir, os gestos, os estilos de vida que os sujeitos, em sua vida cotidiana, assumem para si? Enfim, tais sistemas de significação estão presentes no processo de construção de vínculos entre os sujeitos concretos e os diversos grupos sociais.

Significados culturais e identidades sociais

Com o objetivo de nortear a discussão, neste primeiro nível de análise, será adotado o conceito de identidade social desenvolvido pela historiadora da educação, Guacira Lopes Louro (1999):

" É, então, no âmbito da cultura e da história que se definem as identidades sociais (todas elas e não apenas as identidades sexuais e de gênero, mas também as identidades de raça, de nacionalidade, de classe etc). Essas múltiplas e distintas identidades constituem os sujeitos, na

medida em que esses são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais. Reconhecer-se numa identidade supõe, pois, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência." (p. 12)

Em um sentido amplo, nas ciências sociais, o conceito de identidade social está relacionado às posições que o sujeito assume na complexa rede de significações culturais, ao "sentimento" de pertencimento a um determinado grupo social de referência (Louro, 1997, 1999; Hall, 1998; Parker, 1999). No contexto do presente trabalho, focalizaremos, a partir do estudo dos significados culturais, as identidades de gênero (as múltiplas formas de tornar-se homem ou mulher) e as identidades sexuais (as múltiplas formas como são subjetivadas as orientações sexuais). Apesar de serem conceitos distintos, ambos apresentam uma relação de mútua constituição. Cabe destacar que tanto as identidades de gênero como as identidades sexuais, além de funcionarem como coordenadas culturais no processo de constituição da subjetividade, posicionam os sujeitos concretos em suas relações com os diversos grupos sociais existentes nos contextos culturais em que estão inseridos.)

(É interessante notar que, no senso comum, é perfeitamente compreensível que uma pessoa mude a sua identidade profissional, ou mesmo a sua identidade de classe social. Entretanto, a sua identidade de gênero e a sua identidade sexual é tida como uma essência imutável, como um dado apriorístico que define o que há de mais fundamental no sujeito (Louro, 1999). Nesse sentido, é bastante ilustrativa uma notícia que circulou em 1998, através da *Associated Press*:

" (...) Numa pequena cidade da Alemanha, o prefeito, algum tempo depois de eleito, assume publicamente uma nova identidade de gênero. Ele agora apresenta-se como mulher e comunica a sua intenção de completar essa transformação através de processos médicos, especialmente cirúrgicos. A cidade inicia um movimento para destituí-lo pois, na opinião da grande maioria da população, ele agora é 'outra' pessoa. Seus eleitores sentem-se enganados e com o direito de anular sua escolha, pois ele transgrediu uma fronteira considerada intransponível e proibida. Uma mudança que, aparentemente, estaria mais ligada à sua vida pessoal é questionada de modo radical, supondo-se que ela afetará sua atividade de governante. Curiosamente, no entanto, não se pensa em destituir um homem ou uma mulher públicos que abandonem as idéias ou as proposições que defendem e pelas quais foram eleitos e se vinculem a partidos ou grupos diametralmente opostos (...). Quando uma figura de destaque assume, publicamente, sua

condição de gay ou de lésbica também é frequentemente vista como protagonizando uma fraude; como se esse sujeito tivesse induzido os demais a um erro, a um engano. A admissão de uma nova identidade sexual ou de uma nova identidade de gênero é considerada uma alteração essencial, uma alteração que atinge a 'essência' do sujeito" (Louro, 1999, p. 12-13)

As identidades de gênero e as identidades sexuais, tradicionalmente, são consideradas como entidades estáticas intrapsíquicas. Mais do que isso, são consideradas como o que, realmente, define a "natureza essencial" de uma pessoa. Nesse sentido, coerente com tal lógica essencialista, são consideradas como marcas inscritas nos corpos, não apresentando nenhuma relação com os contextos histórico-culturais em que o sujeito se insere. Não é de se estranhar, portanto, a obsessão de inúmeros cientistas e do público em geral em encontrar o gene (a "marca genética") responsável pela homossexualidade.

(No século XX, principalmente em suas últimas décadas, inúmeras mudanças vieram a perturbar esse cenário de suposta tranqüilidade e simplicidade na compreensão da relação entre sujeito, sexualidade e gênero.) Só para citar alguns exemplos:

- A entrada da mulher no mercado de trabalho, a partir da segunda guerra mundial, o que acabou levantando o questionamento da noção de "biologia como destino", ou seja que os papéis sociais associados ao gênero não são determinados desde o nascimento (Golombok e Fivush, 1994).
- A criação de novas tecnologias reprodutivas, como a inseminação artificial que permitem formas diferentes, das convencionais, de geração de novas vidas (Golombok e Fivush, 1994; Louro, 1999).
- A ocorrência de verdadeiras "batalhas judiciais" de indivíduos que, após um conjunto de intervenções psicológicas e médicas, lutam por uma identidade civil feminina para completar o processo de transexualização que iniciaram (Louro, 1999).
- Através da Internet, um grande número de pessoas estabelecem relações amorosas que subvertem as dimensões de espaço, tempo, gênero, sexualidade, em que o estabelecimento de identidades múltiplas e o anonimato são freqüentes (Kenway, 1998, citado em Louro, 1999).
- A emergência de novas estruturas familiares: famílias onde as crianças moram com um dos pais, famílias onde as crianças são educadas por casais homossexuais (Golombok e Fivush, 1994).

- A partir da década de sessenta, o debate sobre as identidades e práticas sexuais e de gênero torna-se cada vez mais um debate explicitamente político, impulsionado pelo movimento feminista e pelos movimentos de gays e lésbicas (Louro, 1997, 1999; Weeks, 1999).

- O surgimento da epidemia de HIV/AIDS como o maior desafio em termos de saúde pública do século XX. Nesse sentido, as dificuldades em elaborar programas preventivos eficazes demonstram o quanto a sexualidade é um fenômeno complexo, que transcende os métodos epidemiológicos convencionais (meramente estatísticos), bem como a concepção racionalista clássica de prevenção (Parker, 1999).

Diante dessa multiplicidade de mudanças relativas à sexualidade e ao gênero, o que era considerado exclusivamente como objeto de estudo das ciências biomédicas, tornou-se, cada vez mais, objeto de interesse das ciências sociais. Nesse sentido, Parker e Barbosa (1996), ao realizarem um breve histórico dessa temática nas ciências sociais, afirmam que:

"Durante a maior parte do século XX, a sexualidade foi largamente ignorada como uma questão de reflexão e pesquisa social (...). Na verdade, foi apenas nos últimos vinte anos que a marginalização da sexualidade e a sua submissão à racionalidade médica começaram a ser questionadas, abrindo (cedendo) espaço para uma perspectiva de análise política e social mais abrangente, se consolidando enquanto um campo de pesquisa social apenas na última década (...)." (p. 7)

A perspectiva teórica que tem orientado muito dos trabalhos nas ciências sociais acerca da sexualidade e do gênero tem sido o construcionismo social (Weeks, 1999; Parker, 1999; Louro, 1999). Basicamente, essa perspectiva teórica se caracteriza por uma forte oposição ao pensamento essencialista, bem como pela ênfase na dimensão constitutiva da linguagem e da cultura; distintamente dos modelos de "influência cultural", no qual a sexualidade é compreendida como um estado universal, mediado em maior ou menor medida pelo contexto cultural (Vance, 1995; Parker e Easton, 1998, citado em Parker, 1999).

Certamente, a perspectiva construcionista tem impulsionado estudos de grande relevância sobre essa temática no campo das ciências sociais. Contudo, apresentam algumas limitações em termos epistemológicos que têm sido apontadas por autores

como González Rey (1997), Munné (1998), Neubern (1999). Tais limitações serão abordadas, posteriormente.

Cabe ressaltar que o construcionismo social apresenta também pontos de divergência que dividem o construcionismo entre a "ala" moderada e a "ala" radical (Vance, 1989, citado em Weeks, 1999). A questão do impulso sexual é um dos exemplos de ponto de ruptura entre os construcionistas. Para alguns, o próprio impulso sexual é construído pela cultura e pela história, ou seja, não haveria nenhum impulso sexual necessário ou próprio da espécie humana. Tal posicionamento é compartilhado pelos construcionistas radicais. Uma posição mais moderada é compartilhada por outros autores, como Weeks (1999):

"Carole Vance pede-nos, muito justamente, que reconheçamos que não podemos esquecer o corpo. É através do corpo que experimentamos tanto o prazer quanto a dor. Além disso, há corpos masculinos e corpos femininos e isso dá lugar a experiências bastante diferentes, como, por exemplo, o parto. Um outro fator crucial é que nós não experimentamos nossas necessidades e desejos sexuais como acidentais ou como produtos da sociedade. Eles estão profundamente entranhados em nós, como indivíduos." (p. 48)

Um dos autores que tem inspirado inúmeros trabalhos nas ciências sociais sobre a temática relacionada à sexualidade e ao gênero é o filósofo francês Michel Foucault (1926-1984), autor de grande impacto nas formulações atuais das ciências sociais, orientadas pela perspectiva do construcionismo social (Louro, 1997, 1999; Weeks, 1999; Côrrea, 1996; Heilborn, 1996; Hall, 1998).

Devido aos objetivos e às limitações do presente trabalho, não serão abordadas de forma aprofundada as múltiplas análises realizadas por Foucault em suas diversas obras. Contudo, algumas reflexões suscitadas pelas últimas obras de Foucault, notadamente a *História da Sexualidade* (volume I, II e III), serão brevemente analisadas, devido ao grande impacto que tiveram na construção de um outro olhar sobre a sexualidade e as relações de gênero.

De forma didática, é possível traçar um panorama da obra de Foucault a partir de três fases distintas, mas integradas: a Arqueologia do Saber, a Genealogia do Poder (a partir da obra *Vigiar e Punir*) e a Hermenêutica do Sujeito (a partir da obra: *História da Sexualidade II: O Uso dos Prazeres*). Cabe ressaltar que o saber, enquanto práticas discursivas, não se encontra totalmente ausente das reflexões sobre a genealogia do

poder, enquanto práticas não-discursivas. Da mesma forma, o poder não é esquecido pelas reflexões arqueológicas sobre o saber. Feita esta ressalva, é possível analisar alguns pontos levantados por Foucault em suas últimas obras, referentes à genealogia do poder e à hermenêutica do sujeito. Tais obras influenciaram não só os estudos de diversos cientistas sociais, mas também movimentos organizados da sociedade civil, como o movimento feminista atual e o movimento de *gays* e lésbicas.

Primeiramente, serão analisadas as contribuições de Foucault sobre a temática da sexualidade. Em um segundo momento, serão analisadas as suas contribuições sobre a questão de gênero.

Um outro olhar sobre a sexualidade

Sobre a questão específica da sexualidade no Ocidente, Foucault (1997) em seu livro *História da Sexualidade I: a vontade de saber* solapa uma das teses mais aceitas acerca da relação entre sociedade e sexualidade, a tese repressiva:

"no início do século XVII ainda vigorava uma certa franqueza. As práticas não procuravam o segredo; as palavras eram ditas sem reticência excessiva e, as coisas, sem demasiado disfarce (...) um rápido crepúsculo se teria seguido à luz meridiana, até as noites monótonas da burguesia vitoriana. A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada (...) Em torno do sexo, se cala." (p. 9)

Segundo Foucault (1997), a partir do final do século XVII, o sexo não é "convidado a se calar", ao contrário, o sexo é colocado em discurso, é incitado a se manifestar. Não é de se estranhar, portanto, que no século XIX seja sistematizada uma "*scientia sexualis*", voltada para a produção de verdades sobre o sexo (antes do século XIX, não existia nem o termo sexualidade). É importante ressaltar, contudo, que Foucault não afirma que o sexo não tenha sido reprimido ou que a interdição do sexo seja uma ilusão, o que ele afirma é que a interdição não é o elemento essencial para a compreensão das articulações entre poder - saber - sexualidade. Na realidade, a interdição cumpre uma função estratégica dentro de um dispositivo de poder mais amplo: o dispositivo da sexualidade.

Mas o que seria esse dispositivo da sexualidade? De acordo com Foucault (1996),

“[o dispositivo da sexualidade tenta] demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e não dito são os elementos do dispositivo.” (p. 244)

É justamente o dispositivo da sexualidade que permite que as técnicas de poder e as formas de saber invistam sobre a vida (Foucault, 1997). Assim sendo, o que tornou possível a emergência de uma “*scientia sexualis*”? Por que o discurso biomédico investiu sobre a sexualidade, produzindo verdades sobre a mesma, para além da simples demarcação entre o lícito e o ilícito? Por que uma profusão de discursos científicos pretensamente verdadeiros se ancorou na sexualidade?

Certamente, esta é uma questão complexa que não pode ser satisfatoriamente respondida a partir de uma leitura do empreendimento científico como algo neutro, desinteressado. De acordo com Foucault (1997), a emergência de uma *scientia sexualis* está intrinsecamente relacionada ao surgimento da noção de população, no final do século XVIII na Europa, como um problema político, econômico, demográfico e sanitário. Em outros termos, o surgimento da população, enquanto problemática multifacetada, criou a necessidade de um investimento disciplinar não apenas sobre o corpo individual, mas também sobre o corpo social. Tornou-se necessário, portanto, um controle sobre a vida, a elaboração de uma “biopolítica” que garantisse, duplamente, a produção de corpos dóceis e saudáveis, em nível individual, e a produção de uma população também dócil e saudável (Foucault, 1997).

O investimento disciplinar sobre a vida encontra na sexualidade um ponto de intersecção denso entre as relações entre jovens e velhos, homens e mulheres, pais e filhos, educadores e alunos, entre administração e população (Foucault, 1997). A sexualidade torna-se, então, um foco de atenção nas sociedades disciplinares. Urge dissecar, analisar, diagnosticar, enfim, produzir uma infinidade de discursos, sobre a sexualidade que garantam um controle minucioso do corpo individual e social. Nesse sentido, Foucault (1997) afirma que:

“O sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie. Servimo-nos dele como matriz das disciplinas e como princípio das regulações. É por isso que, no século XIX, a sexualidade foi esmiuçada em cada existência, nos seus mínimos detalhes; foi desencavada nas condutas, perseguida nos sonhos, suspeitada por trás das mínimas loucuras, seguida até os

primeiros anos da infância, tornou-se a chave da individualidade: ao mesmo tempo, o que permite analisá-la e o que torna possível constituí-la.” (p. 137)

A sexualidade, portanto, constituiu-se em um dispositivo histórico de poder nas sociedades ocidentais modernas. Mais do que uma questão de preocupação moral, a sexualidade tornou-se um foco de produção de discursos pretensamente verdadeiros sobre o sujeito. Antes do século XIX, as preocupações com o sexo eram preocupações referentes à religião ou à filosofia moral. Com o surgimento da sexologia, o sexo, ou melhor a sexualidade (como passou a ser denominado no século XIX), tornou-se objeto de estudo científico, bem como configurou-se em uma preocupação generalizada de especialistas, da medicina, de profissionais e reformadores morais (Weeks, 1999). Qual o impacto que tais discursos científicos, pretensamente verdadeiros, sobre a sexualidade tiveram em relação à constituição do sujeito?

A fim de analisar essa questão, nada mais ilustrativo do que as palavras de um especialista da área biomédica sobre a questão da homossexualidade:

“As práticas de inversão sexual não podiam continuar a ser consideradas, ao acaso, como pecado, vício ou crime, desde que se demonstrou tratar-se, em grande número de casos de indivíduos doentes ou anormais, que não deviam ser castigados, por que careciam antes de tudo de tratamento e assistência. A medicina havia libertado os loucos das prisões. Uma vez ainda, seria ela que salvaria de humilhação esses pobres indivíduos, muitos deles vítimas de suas taras e anomalias, pelas quais não podiam ser responsáveis.” (palavras do especialista em medicina legal Leonídio Ribeiro, 1938, citado em Fry & MacRae, 1985, p. 62)

O termo homossexual foi usado pela primeira vez em 1869 pelo médico húngaro Karoly Maria Benkert (Fry & MacRae, 1985). O que não significa que não existia atividade sexual entre pessoas do mesmo sexo em períodos anteriores. Entretanto, antes do "esforço classificatório" da sexologia, tais pessoas eram tidas como pertencentes a uma categoria geral e mal-definida denominada de sodomita, que se referia a todos aqueles que apresentavam um potencial de natureza pecadora, e não a uma atividade própria de um tipo específico, delimitado, de pessoas (Weeks, 1999). Em outras palavras, como observou Foucault (1997), o sodomita era considerado como uma aberração temporária, enquanto o homossexual fazia parte de uma espécie própria, com características definidoras.

De “pecado”, “crime”, as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo passam - com o surgimento histórico do conceito de homossexualidade - a ser consideradas “doença” e, por extensão, necessitam de tratamento e cura. Todo movimento, denominado por Foucault (1997) de “caça às sexualidades periféricas”, representou:

“a implementação das perversões, uma nova especificação dos indivíduos, rotulações das condutas sexuais (homossexualismo, fetichismo...) e anexação da irregularidade sexual à doença mental. (...) Ora, vê-se que todo discurso criado, incitado e instituído acerca do sexo desde o início do século XVIII, não conduziu apenas a uma instância de lei ou de interdição, mas também de verdade e de falsidade.” (Assunção, 1996, p. 37)

Em outras palavras, buscou-se a delimitação “verdadeira” das identidades sexuais. Nesse sentido, procurou-se definir, por exemplo, os atributos (físicos, morais, dentre outros) que seriam “definidores da homossexualidade”.

É interessante notar que, no senso comum, as pessoas acreditam existir uma divisão muito clara e simples entre as identidades sexuais. Nesse sentido, haveriam os “normais” (heterossexuais) e os “anormais” (os homossexuais e os bissexuais) (Weeks, 1999). Mais do que isso, as identidades sexuais seriam o cerne das mais profundas verdades sobre um indivíduo. Através da explicitação da identidade sexual individual seria possível prever (um dos grandes ideais da ciência moderna) as suas qualidades morais, bem como se seria possível (ou não) a sua felicidade. Portanto, não é de se estranhar, a crença difundida na atualidade de que uma pessoa homossexual é imoral, promíscua e destinada à infelicidade. Sobre essa relação implícita entre infelicidade e homossexualidade, Foucault afirma que:

“As pessoas dizem: 'o prazer passa, a juventude acaba. Que eles tenham prazer, afinal sabemos que isso não os levará muito longe. Pagarão bem caro por esse prazer, com sofrimento e dor, com solidão, com rupturas, com disputas, com ódio ou com ciúme', em suma, sabe-se que o prazer é compensado, e por conseguinte ele não incomoda. Mas a felicidade... A felicidade não é resgatada por nenhuma infelicidade fundamental... Então, as coisas se tornam intoleráveis”.

(Foucault, citado em Eribon, 1996, p. 168)

A delimitação das identidades sexuais, portanto, faz parte de um amplo processo histórico e cultural de normatização da sexualidade, ou seja, de

institucionalização da heterossexualidade como a única forma "normal" de identidade sexual. Nesse processo, a definição do que constitui a anormalidade é essencial para se definir o que vem a ser a normalidade. Os dois esforços "classificatórios" estão, portanto, intrinsecamente relacionados (Weeks, 1999; Louro, 1997, 1999). E, como demonstrou Louro (1997, 1999), esse processo de normatização das identidades sexuais (e também de identidades de gênero) perpassa as diversas instituições sociais, sendo a instituição escolar responsável por um papel essencial nesse processo.

Cabe ressaltar também que o processo de normatização da identidade heterossexual pressupõe um processo constante de estigmatização das identidades homo e bissexual. Em outros termos, tais identidades passam a ser consideradas como identidades deterioradas que escondem uma "falha fundamental" (Goffman, 1988).

Uma das premissas do modelo biomédico acerca da sexualidade é o estabelecimento de uma relação linear entre desejo sexual, comportamento sexual e identidade sexual. Contudo, essa relação linear tem sido questionada por diversos cientistas sociais (Parker, 1999; Weeks, 1999; Heilborn, 1996). O que parece indicar que a identidade sexual não pode ser simplesmente "objetivada" em um comportamento sexual específico:

"Tomemos, por exemplo, a estatística mais conhecida de Alfred Kinsey: cerca de 37% de sua mostra de homens tinham tido experiências homossexuais que chegaram ao orgasmo. Mas menos de 4% eram exclusivamente homossexuais, e mesmo esses não expressavam necessariamente uma identidade homossexual (Kinsey e outros, 1948) Assim, o aparente paradoxo é que há algumas pessoas que se identificam como gays e participam da comunidade gay, mas que podem não ter qualquer atividade sexual homossexual. E outras podem ser homossexualmente ativas (por exemplo, na prisão), mas recusam o rótulo de 'homossexual'." (Weeks, 1999, p. 72)

Em outras palavras, uma pessoa pode ter comportamentos homossexuais (relações sexuais com pessoas do mesmo sexo), mas não se considerar homossexual. Esta diferenciação é particularmente importante na cultura sexual brasileira, onde o "ativo" na relação sexual permanece no *status* de homem, enquanto o "passivo" torna-se "bicha". Nota-se, claramente, a importância da atividade e da passividade como referenciais básicos do universo sexual da cultura brasileira, sendo que a escolha de um objeto sexual é menos significativa na constituição da identidade sexual de um

indivíduo do que o papel (ativo ou passivo) desempenhado em suas relações sexuais. (Parker, 1994).

Todos esses questionamentos acerca da sexualidade, levantados por diversos cientistas sociais, inspirados nas formulações de Foucault, têm demonstrado o quanto é complexa a definição e delimitação de uma identidade sexual específica. Tais autores têm demonstrado, sobretudo, o quanto o processo de construção das identidades sexuais é marcado pelas relações de poder e saber que permeiam a sociedade nos seus mais diversos níveis.

O conceito de identidades sexuais não-hegemônicas

Será privilegiado no presente estudo o conceito de identidades sexuais não-hegemônicas ao invés do conceito, difundido na atualidade, de homossexualidade. Tal preferência conceitual foi inspirada na crítica do psicanalista Jurandir Freire Costa ao conceito de homossexualidade, como pode ser observado na citação a seguir:

“Isto significa simplesmente que a atual divisão dos homens em homossexuais e heterossexuais é tão arbitrária e datada quanto qualquer outra. E, assim como observou Stoller (1985), heterossexualidade é uma rubrica que serve para designar fatos tão disparatados quanto as orgias filosófico-sexuais de Sade e as tímidas trocas de cartas entre Elizabeth Barrett e Robert Browning, assim também homossexualidade designa experiências onde sequer a atração pelo mesmo sexo é suficiente como predicado definitório comum a todas elas. A diversidade de atos, sentimentos e autodefinições incluídas nesta etiqueta, quando examinada de perto, mostra que a suposta homogeneidade teorizada nada tem a ver com a heterogeneidade vivida. Aliás, o caráter histórico-estratégico desta definição salta aos olhos, quando pensamos que seu interesse ou relevância deixariam de existir, num mundo em que o sexo não tivesse sido entronizado como ‘sexo-rei’, para usar a expressão de Foucault.” (Costa, 1993, p. 24-25)

A suposta “tranqüilidade” com que as pessoas são classificadas em homossexuais, bissexuais e heterossexuais esconde, nesse sentido, toda uma diversidade de práticas, sentimentos e auto-definições que tal classificação parece obscurecer. Mais do que isso, essa classificação, intrinsecamente relacionada à medicina do século XIX, está vinculada ao ideal de delimitação “verdadeira” das identidades sexuais, a fim de predizer os atributos morais e físicos que caracterizariam todas as pessoas que venham a ser “diagnosticadas” como homossexuais, como foi discutido anteriormente. Pode-se observar, portanto, uma clara aliança entre saber e

poder, na medida em que a produção de verdades sobre o sujeito, a partir do processo histórico de medicalização do corpo e da sexualidade, serviria de aval não apenas para separar os “normais” dos “anormais”, mas também para excluir estes últimos.

O conceito de homossexualidade apresenta, pelo menos, duas limitações: a) obscurece a diversidade de práticas, sentimentos e auto-definições entre aqueles que recebem este rótulo; b) obscurece também a dimensão política que está em jogo na busca pela “essência verdadeira” (causalidade última) das orientações sexuais.

Quanto à primeira limitação, Costa (1993) defende o conceito de homoerotismo (criado por Ferenczi, psicanalista húngaro contemporâneo de Freud) ao invés do conceito de homossexualidade: “(...) e Ferenczi, de modo análogo, mostrou pela primeira vez, na literatura psicanalítica, que o rótulo de homossexualidade era largamente insuficiente para descrever a diversidade das experiências psíquicas dos sujeitos homoeroticamente inclinados.” (p. 24).

Em relação à segunda limitação do conceito de homossexualidade, é importante utilizarmos um conceito que explicita as relações de poder que permeiam a “delimitação científica” das identidades sexuais. Para tanto, buscou-se no conceito de hegemonia essa possibilidade conceitual, segundo Silva (2000), a hegemonia:

“Na teoria política mais geral, significa simplesmente ‘predomínio político’. Na teoria educacional crítica é utilizado a partir da conceptualização desenvolvida pelo filósofo italiano Antonio Gramsci, o qual define hegemonia como o processo pelo qual um determinado grupo social garante o domínio político da sociedade. Para Gramsci, este domínio depende da construção de um consenso social, obtido através da construção de categorias culturais que acabam por se transformar em senso comum (...).” (p. 65)

O conceito de hegemonia, portanto, parece trazer à tona as relações de poder e os mecanismos de exclusão que estão no cerne do “processo pelo qual um determinado grupo social garante o domínio político da sociedade”. Em um sentido amplo, pode-se argumentar que a forte vinculação sustentada por diversas práticas sociais entre heterossexualidade e normalidade acaba por se constituir em um processo de hegemonia de uma determinada identidade sexual em detrimento de outras.

No contexto do presente estudo, o conceito de identidades sexuais não-hegemônicas estará limitado, porém, a englobar: (a) sujeitos que apresentam uma orientação homoerótica e que (b) ocupam uma posição social marginal em relação à

norma heterossexual nas sociedades ocidentais contemporâneas. Cabe destacar que os processos de canalização cultural, de marginalização e exclusão social são constitutivos das identidades sexuais não-hegemônicas e, assim, os sujeitos que apresentam uma orientação homoerótica deverão, de alguma forma, desenvolver estratégias (pessoais e/ou coletivas) para lidar com o preconceito e a discriminação que perpassam as várias instâncias sociais, como, por exemplo, a família e a escola. A conceituação de identidades sexuais não-hegemônicas, portanto, traz para o centro das atenções a relação entre sujeito e cultura. Afinal, tal conceituação só faz sentido a partir da análise dos contextos culturais específicos e do espaço social conferido às orientações homoeróticas em tais contextos.

O conceito relacional de gênero

"Coloca-se aqui, no meu entender, uma das mais significativas marcas dos Estudos Feministas: seu caráter político. Objetividade e neutralidade, distanciamento e isenção, que haviam se constituído, convencionalmente, em condições indispensáveis para o fazer acadêmico, eram problematizados, subvertidos, transgredidos. (...) Assumia-se, com ousadia, que as questões eram interessadas, que elas tinham origem numa trajetória histórica específica que construiu o lugar social das mulheres e que o estudo de tais questões tinha (e tem) pretensões de mudança" (Louro, 1997, p.16)

Os estudos sobre gênero estão intrinsecamente relacionados ao movimento feminista do século XX. Como qualquer movimento social, o movimento feminista apresenta uma dimensão histórica que marcou as suas formulações e as perspectivas de análise adotadas em distintos momentos históricos. Nesse sentido, no presente estudo, serão privilegiadas as análises atuais do movimento feminista baseadas na categoria gênero.

O conceito de gênero, distintamente de sexo, foi utilizado primeiramente pelas feministas anglo-saxônicas. De acordo com Scott (1995), o uso do conceito de gênero:

"(...) rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm força muscular superior. Em vez disso, o termo 'gênero' torna-se uma forma de indicar 'construções culturais' – a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. (...)

'Gênero' é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado." (p. 75)

Tal conceito se refere, portanto, à forma como as características sexuais são compreendidas e representadas socialmente e não às características sexuais em si. É importante ressaltar também, que o conceito de gênero é um conceito eminentemente relacional, visto que é no âmbito das relações sociais que as identidades de gênero são construídas (Louro, 1997). (Portanto, apesar dos estudos continuarem priorizando as análises sobre as mulheres, tais estudos estão, de forma crescente, referindo-se também aos homens. Essa é uma diferença marcante dos estudos anteriores que focalizavam, exclusivamente, a condição das mulheres.)

Nesse sentido, o conceito de gênero configura-se em uma ferramenta analítica, bem como em uma ferramenta política (Louro, 1997). (O conceito de gênero abre novas zonas de sentido, na medida em que enfatiza o caráter eminentemente relacional da constituição da(s) masculinidade(s) e feminilidade(s), bem como está articulado com uma concepção política mais complexa que questiona a dicotomia entre dominador (homem) e dominada (mulher), como será discutido posteriormente.

Uma das estudiosas mais conhecidas nesse campo de investigação é a historiadora norte-americana Joan Scott. O seu trabalho sobre as relações de gênero é bastante marcado pelas formulações dos filósofos franceses Michel Foucault e Jacques Derrida (Louro, 1997). Joan Scott argumenta, a partir da leitura dos trabalhos desses dois filósofos, que:

"(...) É preciso desconstruir o caráter permanente da oposição binária masculino-feminino (...) usualmente se concebem homem e mulher como pólos opostos que se relacionam dentro de uma lógica invariável de dominação-submissão. Para ela (Joan Scott) seria indispensável implodir esta lógica" (Louro, 1997, p.31)

Nesse sentido, a perspectiva foucaultiana tem sido de grande valor heurístico nas formulações do pensamento feminista, baseados na categoria relacional de gênero. Em outras palavras, Foucault questiona as concepções naturalistas e deterministas acerca da sexualidade, assim como concepções dualistas baseadas na dicotomia repressão *versus* liberação da sexualidade ou opressor (homem) *versus* oprimida (mulher). De crucial importância para a desconstrução de tais concepções foi a conceitualização de poder

proposta por Foucault. Mas o que seria o poder para Foucault? De acordo com Deleuze (1995):

"A definição de Foucault parece bem simples: o poder é uma relação de forças, ou melhor, toda relação de forças é uma 'relação de poder' (...) A força não está nunca no singular, ela tem como característica essencial estar em relação com outras forças, de forma que toda força já é relação, isto é, poder."(p. 78)

Em um primeiro momento, essa definição de poder pode parecer vaga e sem maiores repercussões teóricas. Entretanto, a partir do conceito de poder, como relação de forças, Foucault desenvolve uma análise do poder que se contrapõe à várias concepções tradicionais sobre esta temática.

Foucault (1996) questiona, por exemplo, a concepção marxista de poder. De acordo com uma perspectiva marxista clássica, o poder cumpriria uma funcionalidade econômica, na medida em que visa a manutenção das relações de produção e a dominação de uma classe, detentora dos meios de produção, sobre outra classe, usurpada dos meios de produção e que, por conseguinte, venderia a sua força de trabalho. A dimensão política estaria, portanto, subordinada à dimensão econômica.

A visão do poder como algo essencialmente repressivo (que reprime os indivíduos, as pulsões, uma classe), defendida por Hegel, Freud e Reich, dentre outros – e comumente aceita em nossa época - é alvo de várias críticas de Foucault, apresentadas e analisadas em sua obra *História da sexualidade I: a vontade de saber* (1997), como foi discutido anteriormente. Nesse sentido, para Foucault o poder não é apenas repressivo, este é apenas um lado da história:

"(...) a dominação capitalista não conseguiria se manter se fosse exclusivamente baseada na repressão. (...) A consideração dos micro-poderes mostra, em todo caso, é que o aspecto negativo do poder - sua força destrutiva - não é tudo e talvez não seja o mais fundamental, ou que, ao menos, é preciso refletir sobre seu lado positivo, isto é, produtivo, transformador." (Machado, 1996, p. xv - xvi)

As relações de poder devem ser consideradas, portanto, não apenas como (★) inibidoras, mas também como produtoras de condições de possibilidades para a

constituição de determinados saberes, de individualidades (na forma de situar-se/relacionar-se com outras individualidades, como na percepção de si próprio)¹.

Segundo Foucault, o poder não deve continuar sendo considerado como “propriedade” do Estado, de uma classe social (em um nível macro de análise) ou do homem, nas relações de gênero (em um nível micro de análise). Nem como mero “subproduto” das relações econômicas, apesar de manter conexões com as mesmas. Portanto, o poder não é uma entidade:

“(...) os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras. (...) Não existe de um lado os que têm o poder e de outro aqueles que se encontram alijados. Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder.” (Machado, 1996, p. xvi).

Nada escapa, portanto, dessa rede intrincada e difusa de relações de poderes (não há um centro de difusão de poderes e nem periferias). Não há indivíduos neutros, nem saberes neutros, pois “*não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder*” (Machado, 1996, p. xxi). O que existe é um constante e dinâmico confronto de forças, de opressões e resistências.

(A conceitualização relacional de poder proposta por Foucault é de grande utilidade no estudo da questão de gênero, na medida em que enfatiza a necessidade de construção de uma compreensão política mais complexa acerca das relações entre homens e mulheres. É dentro dessa compreensão relacional, dialeticamente construída, que se constituem “o(s) feminino(s) e o(s) masculino(s)”, bem como são orientadas as práticas sociais e os comportamentos.) É importante destacar também o quanto a conceitualização de poder proposta por Foucault torna viável a construção de análises políticas que focalizam as práticas sociais cotidianas, em um nível de análise muito mais micro (a microanalítica do poder).

¹ Sobre a questão da constituição da subjetividade, ver os livros de Michel Foucault: *A história da sexualidade II: o uso dos prazeres* (1994) e *A história da sexualidade III: o cuidado de si* (1985).

Cultura sexual brasileira e as relações de gênero

Após a discussão do referencial teórico adotado em relação à questão de gênero e da análise do conceito foucaultiano de poder, que instrumentaliza a reflexão acerca da dimensão política das relações de gênero, faz-se necessário contextualizar historicamente e socialmente tal relação. Em outras palavras, as relações de gênero não ocorrem no vácuo, em um espaço e tempo hermeticamente isolados. Pelo contrário, articulam-se com diversos discursos, múltiplos e algumas vezes contraditórios, acerca da sexualidade, do corpo, do que é esperado socialmente do “ser masculino” e “do ser feminino”. Tais discursos, construídos socialmente e historicamente, formam um complexo sistema de coordenadas culturais que orientam as possibilidades de práticas sexuais, bem como a interpretação de si próprio e das relações travadas cotidianamente.

No processo de contextualização das relações de gênero na cultura sexual brasileira, foi de suma importância a leitura do livro: *Corpos, Prazeres e Paixões: A cultura sexual no Brasil contemporâneo* (1991), do antropólogo Richard Parker. Nesse livro, é proposta a compreensão da cultura sexual brasileira a partir da análise de cinco subsistemas ideológicos que se encontram articulados, como discutido por Paiva (1994):

- 1) Uma ideologia dualista de gênero patriarcal cujas polaridades são o feminino/passivo/espaço privado e o masculino/ativo/espaço público;
- 2) O discurso religioso judaico-cristão da tradição ibérica, onde os valores fundamentais são o casamento, a monogamia e o sexo procriativo;
- 3) O discurso da higiene social do século XIX, em que se define a sexualidade normal / saudável e sexualidade periférica / doentia;
- 4) O discurso feito pela “ciência moderna do sexo” (sexologia), que enfatiza a informação científica e “objetiva” sobre o sexo, a escolha individual e as verdades pessoais, e o ser humano é visto como essencialmente racional;
- 5) A ideologia do erótico, aquela que define o brasileiro a partir da sua sensualidade e do seu jeito sedutor, cuja a norma é transgredir a norma na obtenção do prazer, um subsistema que surge com mais força no século XX, com a constituição dos grandes centros urbanos, mas que sempre esteve presente e articulado com os outros, como contra-subsistema.

O presente estudo não visa a discussão exaustiva desses cinco subsistemas ideológicos. Entretanto, alguns pontos levantados por Parker (1991) merecem ser analisados, a fim de subsidiar a discussão sobre as relações entre gênero e os significados culturais que perpassam a cultura sexual brasileira. De forma específica, o

terceiro capítulo: *Homens e Mulheres* é bastante ilustrativo. Nesse capítulo, é analisada a tradição patriarcal, a linguagem do corpo (as construções sociais a partir de estruturas anatômicas distintas entre homens e mulheres), as categorias sexuais (a constituição do imaginário social em torno de personagens como: o “machão”, o “corno”, a “bicha”, a “virgem”, a “piranha”, o “sapatão”).

A Tradição Patriarcal

Historicamente, o modelo clássico de família que vigorava no Brasil colonial era fundamentalmente dualístico (Cândido, 1951; Freyre, 1956; Vianna, 1955, citado em Parker, 1991). O espaço físico das grandes propriedades rurais era dividido em um núcleo (casa grande), onde vivia o patriarca, sua esposa e seus filhos legítimos. Em torno desse núcleo vivia um grupo menos delineado e que mantinha diversos vínculos com o patriarca: suas amantes, seus escravos, seus filhos ilegítimos.

As relações de poder nessa estrutura social era marcadamente desigual e se manifestava, sobretudo, no exercício da violência pelo patriarca. Ele tinha o “direito” de vida e de morte sobre os escravos, sobre seus filhos (legítimos e ilegítimos) e sobre sua esposa. Parker (1991) afirma que:

“(…) o simbolismo de violência (muito freqüentemente exercida na realidade) é crucial para a completa compreensão das relações entre homens e mulheres no Brasil patriarcal. Talvez em nenhum outro lugar tenha sido a distância entre os sexos, que caracterizou a estrutura patriarcal, mais claramente articulada que em suas imagens de macho e fêmea.” (p. 57)

“(…) Essa moralidade sexual dualística permeava e efetivamente dividia todos os aspectos da vida cotidiana. Por um lado, ela mapeava com sucesso os domínios nitidamente opostos do macho e da fêmea, delineando os espaços contrastantes do homem e da mulher, atribuindo noções de comportamento adequado para um e para outro. (...) Assim, enquanto a casa funcionava como fortaleza e prisão para sua mulher e filhas, o engenho e, cada vez mais, a cidade, a praça e a rua se tornaram o território dos homens, o domínio do patriarca.” (p. 59)

Certamente, o Brasil contemporâneo, em termos de estrutura social, econômica e política, é bastante distinto do Brasil colonial. Em outras palavras, o contexto histórico é outro. Contudo, a ideologia patriarcal acerca da família e das relações entre os gêneros continua “bem viva”. A compreensão dualística do mundo dividido em dois pólos distintos - um mundo feminino privado, caracterizado pela passividade, e um mundo

masculino público, caracterizado pela atividade – continua orientando as ações de homens e mulheres no Brasil atual.

Cabe ressaltar, novamente, que essa ideologia patriarcal não é única nem absoluta, mas sim articulada com outros discursos sociais acerca do gênero.

A Linguagem do Corpo

A linguagem cotidiana utilizada para falar do corpo e de suas práticas é uma fonte interessante para a compreensão dos significados, valores e crenças associados à masculinidade e a feminilidade.

Apesar das inúmeras diferenças entre o corpo masculino e o feminino, a distinção entre macho e fêmea é realizada a partir da existência de duas estruturas anatômicas : o pênis e a vagina. Essa distinção é apenas o primeiro passo do processo de elaboração eminentemente cultural que acaba por transformar o corpo humano em legitimador “natural” das relações desiguais entre os gêneros, ou seja, *“o pênis e a vagina tomam significados não simplesmente como marcadores de ordem natural, mas como representações de um conjunto particular de valores culturais.”* (Parker, 1991, p. 64)

Por um lado, as metáforas e termos populares comumente associados ao pênis, como, por exemplo, pau, cacete, pica, vara, cobra, enfatizam a potência, a qualidade agressiva do falo, como uma espécie de arma a ser empunhada, um instrumento de agressão metafórica, de violência simbólica (Bordieu, 1977, citado em Parker, 1991).

Por outro lado, os termos usados para se referir à vagina, como, por exemplo, buraco, gruta, racha, xoxota (de chocar, tornar-se seco, fraco ou insípido), perereca, carne mijada, ressaltam o caráter de imperfeição, impureza e inferioridade. A noção de mistério e perigo também parece associada à vagina e, mais que isso, define o ser feminino. É interessante notar a associação entre vagina e as impurezas do corpo: a urina, a menstruação (“mal de mulher”). Em um sentido mais amplo, é estabelecida uma complexa ligação entre impureza, contaminação e doença situadas no corpo feminino (Parker, 1991).

A análise dos termos utilizados para se referir às práticas sexuais é também reveladora dessa compreensão dualística do feminino e do masculino. Termos como: “dar”, “comer”, “ficar por baixo”, “ficar por cima”, “se entregar”, refletem um sistema de significação que enfatiza a separação nítida entre os papéis sexuais (e também sociais) de passividade e atividade associados à masculinidade e à feminilidade:

“Como em outros lugares do mundo latino, essas formas de discurso no Brasil tendem a desenvolver uma distinção básica entre atividade e passividade – entre papéis culturalmente definidos como ‘ativo’ e ‘passivo’ durante a interação sexual. Construída com base na percepção da diferença anatômica, é essa distinção entre atividade e passividade que estrutura mais claramente as noções brasileiras de masculinidade e feminidade e que tem servido tradicionalmente como princípio organizador para um mundo mais amplo de classificação sexual na vida brasileira atual” (Parker, 1991, p. 70)

Em síntese, a linguagem cotidiana utilizada para se referir ao corpo não é a mera descrição objetiva deste corpo, mas sim um sistema de significação permeado por valores e crenças que definem o homem pela posse de uma arma potente, que o permite ser sexualmente ativo; enquanto a mulher é definida em termos de uma fissura impura (“defeito”) entre as pernas, que a torna inferior e, portanto, passiva sexualmente e socialmente.

Portanto, o corpo não é algo neutro que simplesmente “possuímos”, mas sim algo que é interpretado, avaliado, classificado a partir de uma série de significados que atravessam os contextos culturais, nos quais os sujeitos singulares se inserem. Isso, frequentemente, não é refletido e problematizado pelas pessoas, como se o corpo fosse simplesmente uma “máquina biológica”, desvinculada dos significados culturais e das relações de poder que permeiam o tecido social.

Categorias sexuais

A construção social do que é esperado do homem e da mulher não ocorre apenas na relação entre os gêneros, mas também intra-gêneros. Em outras palavras, a compreensão da masculinidade não se reduz à oposição a feminilidade, mas também na sua relação a figuras como o “machão”, o “corno” e a “bicha”. Da mesma forma, a feminilidade se constitui também na sua relação com figuras como a “virgem”, a “piranha”, o “sapatão”. De acordo com Parker (1991, p. 74): *“essas figuras adicionais têm papéis secundários no elenco de personagens do drama sexual brasileiro, mas, de qualquer maneira, todos desempenham ações cruciais na construção do gênero na vida diária”*

{A construção da masculinidade, portanto, toma como referência positiva a figura do pai e do machão, como um ideal de homem relacionado à imagem do patriarca tradicional. Por outro lado, a figura da “bicha” e do “corno” funcionam como um

contra-ideal da masculinidade, como alternativas negativas na construção do que o “verdadeiro” homem deve ser. A “bicha” e o “corno” são compreendidos como machos biológicos que falharam em seus papéis de se tornarem homens. Nesse sentido, ocupam um espaço cultural ambíguo: não são verdadeiros homens e nem mulheres. Entre essas duas figuras que ameaçam o ideal de masculinidade há uma diferença fundamental:

“(...) enquanto no caso do viado é um homem o agente principal que produz o espaço simbólico dessa figura, é a ação da mulher que põe chifres na cabeça do corno. Assim como o homem penetra o viado, a mulher simbolicamente fere o corno.” (Parker, 1991, p. 81)

Não é de se espantar, portanto, a obsessão dos homens brasileiros em evitar as investidas de outros homens (a possibilidade de serem percebidos como passivos), bem como o pavor de pensar na possibilidade de ser traído pela própria mulher. Nesse sentido, constituiu-se uma imagem ambígua em relação às mulheres: por um lado são vistas como seres inferiores, passivos; por outro lado, são vistas como potencialmente perigosas, uma vez que ameaçam a condição masculina de virilidade.

Quanto à construção da feminilidade, esta se articula com figuras, tais como: a “virgem”, a “mãe”, a “piranha”, o “sapatão”. De forma similar à construção da masculinidade, o tornar-se mulher tem como ideal a figura da “virgem” e da “mãe”; em oposição aos contra-ideais personificados na figura da “piranha” e do “sapatão”.

Na cultura sexual brasileira é, freqüentemente, enfatizada a importância que a mulher mantenha-se virgem, antes do casamento, ou seja, não tenha experiências sexuais, ou em uma versão mais “moderna”, que tenha menos experiências sexuais que o homem. A virgindade da mulher é ligada a uma condição de seu corpo: o hímen intacto. O hímen (popularmente chamado de “cabaço”) se tornou uma representação crucial não só da sexualidade feminina, mas do controle masculino exercido inicialmente pelo pai e pelos irmãos e, após o casamento, pelo marido. De acordo com Parker (1991):

“A ‘entrega’ do cabaço assume uma importância ritual pouco menos significativa do que a própria cerimônia (de casamento). Estabelece o controle absoluto do marido sobre o corpo da sua nova esposa e transfere, ao mesmo tempo, a questão da honra como concernente ao pai e irmãos para o marido.” (p. 83)

Dentro dessa ótica, é através da intervenção masculina que a mulher virgem é transformada, por um lado em mãe e esposa e, por outro lado - quando fora desses rituais sociais - em “piranha” ou “puta”. Essa figura cumpre uma dupla função social: comprova a virilidade de seus parceiros ilegítimos e fere a honra daqueles que deveriam controlar o seu comportamento sexual (seu pai, seus irmãos, seu marido). Nesse sentido, solapa as relações de poder entre os gêneros: ela denigre os homens de sua família e “põe chifres na cabeça” do marido. Ela é essencialmente destrutiva (desvia homens, destrói famílias), enquanto a mãe é essencialmente produtiva. A “piranha”, portanto, é tudo o que uma mulher não deve ser.

Quanto à figura do “sapatão”, esta se afasta completamente do que é esperado do comportamento feminino. Para uma sociedade que estrutura a sexualidade em torno da atividade masculina e da passividade feminina (mesmo que essa passividade seja identificada com a figura da “bicha”), torna-se complicado elaborar a possibilidade de uma relação sexual entre duas mulheres, sem a presença masculina conduzindo a prática sexual. Nesse sentido, a figura do “sapatão” *“põe em questão as suposições mais profundamente arraigadas do universo sexual brasileiro”* (Parker, 1991, p. 88)

Pode-se argumentar que tais significados culturais associados à masculinidade e à feminilidade são circunscritos apenas às camadas mais populares da população, às pessoas de baixa escolaridade ou àquelas provenientes do meio rural. Entretanto, homens e mulheres pertencentes às classes média e alta, no contexto urbano, de forma alguma são “iletrados” nessa linguagem acerca do gênero. Mesmo questionando, em alguns momentos, algumas de suas premissas, em outros momentos podem agir (muitas vezes inconscientemente) de acordo com tais premissas.

Cabe ressaltar, também, que o processo relacional de tornar-se homem e mulher, no contexto da cultura sexual brasileira, não é um processo meramente cognitivo, mas também afetivo e moral, na medida em que é um processo perpassado por questões, como o que é bom, mal, esperado, desaprovado, desviante, normal, pelas expectativas de ser aceito socialmente, pelo receio de sentir-se excluído e discriminado. Certamente, tornar-se homem e mulher é um processo bastante complexo.

Identidade sexual, identidade de gênero e as pedagogias da sexualidade

Após a análise das contribuições de Foucault e de autores das ciências sociais orientados pela perspectiva construcionista, é possível lançar um outro olhar sobre o processo de construção das identidades sexuais e das identidades de gênero. Mais

especificamente, será analisado o papel da instituição escolar no processo de construção e de normatização das identidades sexuais e de gênero (Louro, 1997, 1999).

É interessante notar que, no senso comum, a identidade sexual e a identidade de gênero são compreendidas como sendo idênticas. Ser homem, coerente com essa lógica, significa ser, necessariamente, heterossexual, sendo que esta lógica também se aplica às mulheres. Em outros termos, a identidade homossexual é comumente percebida como uma falha grave na identidade de gênero: um homem homossexual deixaria de ser um homem "verdadeiro", assim como uma mulher homossexual deixaria de ser uma mulher "verdadeira" (Louro, 1997).

A perspectiva adotada no presente estudo defende a concepção de que a identidade de gênero e a identidade sexual não mantêm entre si uma relação isomórfica. A defesa por uma perspectiva analítica que consiga distinguir as identidades de gênero (as múltiplas possibilidades de tornar-se homem ou mulher) e a identidade sexual (as múltiplas formas de subjetivação da própria orientação sexual) não significa postular uma relação excludente entre tais identidades sociais. Ao contrário, há uma relação de mútua constituição. Em um sentido preciso, somos constituídos por múltiplas identidades sociais que se interpenetram.

Assim, não há uma identidade social fundamental, enquanto categoria central de análise de constituição da subjetividade que permita chegarmos a uma compreensão de sua totalidade. Portanto, é questionada a concepção tradicional, nas ciências sociais, de que a identidade de classe social é a identidade central, aquela que "estruturaria" todas as demais (Louro, 1997).

Sobre essa multiplicidade de identidades sociais constituintes do sujeito, Louro (1997) afirma que:

" De fato, os sujeitos são, ao mesmo tempo, homens ou mulheres, de determinada etnia, classe, sexualidade, nacionalidade; são participantes ou não de uma determinada confissão religiosa ou de um partido político... Essas múltiplas identidades não podem, no entanto, ser percebidas como se fossem "camadas" que se sobrepõem umas as outras, como se o sujeito fosse se fazendo "somando-as" ou agregando-as. Em vez disso, é preciso notar que elas se interferem mutuamente, se articulam; podem ser contraditórias; provocam, enfim, diferentes 'posições'. Essas distintas posições podem se mostrar conflitantes até mesmo para os próprios sujeitos, fazendo-os oscilar, deslizar entre elas - perceber-se de distintos modos." (p. 51)

A construção de identidades sociais, bem como os significados culturais associados, são atravessados pelas relações de poder que permeiam todo o tecido social. No que se refere às identidades de gênero e às identidades sexuais, pode-se observar um esforço contínuo das instituições sociais (família, igreja, escola) no sentido de promover as "ditas identidades normais" através de um processo de estigmatização, marginalização ou de silenciamento em torno das identidades diferentes daquelas coerentes com a norma.

Certamente, a instituição escolar apresenta muitos outros objetivos além dos objetivos explícitos referentes à aprendizagem de determinados conteúdos (Branco & Mettel, 1995). É o que demonstram as análises realizadas pela historiadora da educação Guacira Lopes Louro (1997, 1999) sobre o papel da escola na construção de uma compreensão (e auto-compreensão) estereotipada e, sobretudo, estigmatizante em relação ao gênero e à sexualidade. A escola participa ativamente do processo de estabelecimento dos limites entre o ser masculino, o ser feminino, entre a sexualidade "sadia", socialmente esperada, e a sexualidade "pervertida", entre o bom e o mau. Mais do que delimitar as diferenças, a escola colabora no processo social mais amplo de transformar o diferente em desigual.

O conceito, desenvolvido por Louro (1999), de pedagogias da sexualidade sintetiza esse processo social amplo, no qual a escola se insere, de normatização, ou seja, de construção de sujeitos "normais":

"Todas essas práticas e linguagens constituíam e constituem sujeitos femininos e masculinos; foram - e são - produtoras de 'marcas'. Homens e mulheres adultos contam como determinados comportamentos ou modos de ser parecem ter sido 'gravados' em suas histórias pessoais. Para que se efetivem essas marcas, um investimento significativo é posto em ação: família, escola, mídia, igreja, lei participam dessa produção. Todas essas instâncias realizam uma pedagogia, fazem um investimento que, frequentemente, aparece de forma articulada, reiterando identidades e práticas hegemônicas enquanto subordina, nega ou recusa as outras identidades e práticas (...)." (p. 25)

Uma das grandes dificuldades na análise das formas pelas quais as instituições sociais (como, por exemplo, a escola e a família) colocam em ação essa "pedagogia da sexualidade" está relacionada ao caráter implícito dos mecanismos de normatização dos sujeitos. É justamente nas ações "irrelevantes" e "naturais", que ocorrem no cotidiano,

que podemos perceber todo o investimento institucional (muitas vezes inconsciente) na promoção de sujeitos "normais", coerentes com as expectativas sociais.

Ao refletir sobre os inúmeros "não-ditos" que permeiam a instituição escolar, Louro (1997) observa que os silenciamentos podem funcionar como uma das estratégias de negação da diferença. Tal mecanismo pode ser observado no que se refere ao ocultamento, silenciamento de assuntos relacionados à homossexualidade. Como se a ausência de referências à identidade homossexual garantisse que todos os seus alunos, pelo suposto desconhecimento, não pudessem se "identificar" com a homossexualidade.

Sobre a normatização da identidade de gênero, Louro (1997) demonstra como os comentários cotidianos sobre o rendimento dos alunos pode trazer, de forma subjacente, estereótipos de gênero. Por exemplo, é freqüente os(as) professores(as), ao se referirem a uma aluna que alcança notas superiores à média da turma, que ela é "uma pessoa muito esforçada". Por outro lado, ao se referirem a um aluno com notas abaixo do rendimento da turma, a explicação freqüente é: "não porque ele não seja inteligente, mas não consegue se concentrar, não pára quieto; mas, no fundo, é muito inteligente" (Louro, 1997). Em outros termos, a interpretação de eventos similares difere, a fim de garantir a reprodução dos estereótipos de gênero (por exemplo, os homens são mais inteligentes que as mulheres).

O processo de normatização das identidades sexuais e de gênero é um processo complexo, em que a escola precisa se equilibrar sobre um fio bastante tênue. Por um lado, deve incentivar a sexualidade "normal". Por outro lado, deve contê-la, a fim de corresponder à imagem de uma instituição "assexuada" (Louro, 1999). Portanto, é preciso incentivar a "inocência" de seus alunos, mas assegurar o desenvolvimento de uma identidade heterossexual.

Cabe ressaltar, entretanto, que em todo processo de construção das identidades sexuais e de gênero, assim como das demais identidades sociais, o sujeito é ativo e não um mero "recipiente" onde os significados culturais são depositados. Louro (1999) enfatiza que:

"A produção dos sujeitos é um processo plural e também permanente. Esse não é, no entanto, um processo do qual os sujeitos participem como meros receptores, atingidos por instâncias externas e manipulados por estratégias alheias. Ao invés disso, os sujeitos estão implicados e são participantes ativos na construção de suas identidades. (...) Na constituição de mulheres e homens, ainda que nem sempre de forma evidente e consciente, há um investimento continuado

e produtivo dos próprios sujeitos na determinação de suas formas de ser ou "jeito de viver" sua sexualidade e seu gênero." (p. 25)

É, justamente, a consideração do caráter ativo do sujeito na constituição de suas múltiplas identidades sociais que permite a consideração de um outro nível de análise, voltado para a dimensão individual: o desenvolvimento da personalidade e a constituição da subjetividade.

CAPÍTULO 3: CONSTRUINDO ZONAS DE SENTIDO: PERSONALIDADE E IDENTIDADES SOCIAIS

As análises realizadas no presente capítulo sobre o desenvolvimento da personalidade são orientadas por uma perspectiva que busca integrar duas tradições teóricas da psicologia: a tradição sociocultural e a tradição personológica humanista. Posteriormente, serão discutidas as possibilidades de diálogo e as incompatibilidades epistemológicas entre a perspectiva do construcionismo social, que têm orientado várias análises nas ciências sociais (apresentadas anteriormente), e a perspectiva sociocultural personológica, que tem oferecido contribuições importantes no estudo da relação entre cultura e constituição da subjetividade.

O desenvolvimento da personalidade: uma perspectiva sociocultural personológica

A tentativa de estabelecer um diálogo com a perspectiva personológica humanista, a partir do marco sociocultural, pode ser encontrada nos trabalhos de González Rey (1989, 1995, 1997), Mitjans (1985, 1989) e na obra de Valsiner (1989, 1997, 1998). Em seu livro intitulado *The guided mind: a sociogenetic approach to personality*, Valsiner afirma que:

"As perspectivas personológica e socioculturais têm sido habitualmente consideradas como opostas, um enfoque que é bastante improdutivo para a compreensão de ambas. A diferença entre estas duas visões de personalidade está na ênfase ou no pessoal ou na dimensão social do todo. Em um caso, o cerne está na ontologia da pessoa como um indivíduo único e autônomo (i.e. visão personológica). No outro caso, são as origens sociais de tal autonomia que são

ênfatizadas. (...) Tanto a ontologia como as origens pertencem ao mesmo objeto de investigação: a pessoa." (Valsiner, 1998, p. 2)

Na psicologia, esse dualismo entre as dimensões ontológica e ontogenética se encontra refletido em diversas tradições teóricas. Por um lado, a noção de sujeito e a noção de autonomia associada ao sujeito é expulsa do campo de investigação e rotulada como ilusão (como, por exemplo, ocorre na visão comportamentalista). Por outro lado, a noção de sujeito é incorporada por teorias idealistas, inspiradas em concepções apriorísticas sobre a natureza humana, como, por exemplo, as teorias fundamentadas na fenomenologia (González Rey, 1997).

Sobre o aniquilamento do sujeito na psicologia, González Rey (1997) afirma que:

"As tradições positivista, racionalista e materialista-mecanicista (embora tenham atuado em nome da dialética), dominantes na história do pensamento psicológico, impediram até os nossos dias, considerar a subjetividade como uma realidade constituída com o mesmo valor ontológico que outros objetos da ciência, entendendo-a como um epifenômeno de outros sistemas." (p. 110)

No contexto do presente estudo, a subjetividade é considerada, em linhas gerais, como um macroconceito que busca integrar a estabilidade dinâmica que marca a dimensão constitutiva (a personalidade enquanto configuração sistêmica) e a multiplicidade das identidades sociais, processos psicológicos atuais que marcam a dimensão construída do sujeito. Em outras palavras, como foi discutido anteriormente, é a partir da dialética entre o construído e o constitutivo (González Rey, 1997) que emerge o sujeito psicológico concreto, com sua história de vida singular. É a partir dessa complexa relação entre as interações sociais, os processos psicológicos atuais e a história constitutiva do sujeito que abordamos a questão da constituição da subjetividade. Portanto, nessa perspectiva, a consideração da dimensão ontogenética e ontológica do sujeito psicológico não são excludentes. É justamente a possibilidade de integração dessas dimensões que torna possível a síntese criativa, no sentido dialético, da tradição sociocultural e da tradição personológica.

Uma exceção à concepção clássica sobre a personalidade, como a soma de atributos estáticos, são os conceitos desenvolvidos, respectivamente, por Maslow e por

Allport de *homem realizado* e de *personalidade madura* (González Rey & Mitjás, 1989). Ambos são autores da tradição personológica humanista que tentaram transcender a psicologia de traços e atributos que, tradicionalmente, tem sido dominante no estudo da personalidade. Em linhas gerais, o objetivo desses autores refere-se à compreensão integral da regulação psicológica, que diferencia cada indivíduo e não somente a descrição dos "conteúdos intra-psíquicos".

Nesse sentido, Allport (1937c, p.48, citado em Valsiner 1998, p. 9) define a personalidade como: "*a organização dinâmica no âmbito individual daqueles sistemas psicofísicos que determinam seus ajustamentos únicos ao ambiente*". Cabe ressaltar três aspectos dessa definição: a) é considerado o aspecto dinâmico, processual; b) é considerada a dimensão da organização estruturante (diferente da mera soma de unidades elementares); c) a personalidade não é considerada nem como fenômeno mental nem como fenômeno "neural", mas sim como a unidade entre corpo e mente (Valsiner, 1998).

Coerentes com essa perspectiva, González Rey e Mitjás (1989) propõem um conceito integral de personalidade que articula, de forma consistente com a perspectiva desenvolvimental, as mais diversas dimensões do sujeito psicológico : cognição, afeto, motivação, moralidade. A personalidade, nesse sentido, não se reduz à mera soma de "traços" psicológicos estanques. Por outro lado, a personalidade não se reduz nem à dimensão processual (funcional) e nem à dimensão estrutural. É justamente da dialética entre os aspectos estruturais e funcionais que emerge a personalidade como organização sistêmica, viva e relativamente estável (González Rey, 1995), responsável pelo mais elevado nível de regulação e auto-regulação das formações psicológicas complexas (Mitjás, 1985).

É interessante notar que, em trabalhos posteriores (González Rey, 1995, 1997), o termo estrutura é substituído por configuração. Tal mudança conceitual parece indicar a preocupação do autor em tornar mais explícito o caráter dinâmico da personalidade, bem como em marcar nitidamente a distinção entre a perspectiva sociocultural personológica adotada e a tradição do pensamento estruturalista francês, bastante centrado na noção de estrutura. Sobre o conceito de configuração subjetiva, González Rey (1995) assinala que:

" A configuração é um sistema dinâmico que expressa um sentido psicológico particular e, simultaneamente, aparece como estendida e articulada com outras configurações que entram em

outro sistema de sentidos da personalidade. Toda configuração subjetiva responde tanto a determinantes intrapsíquicos, que expressam a integração e desintegração permanente de configurações mais amplas, mas relevantes, como a atividade do sujeito, interativa e reflexiva. Certamente, esta mobilidade é relativa, por que se expressa através da estabilidade destes sistemas psicológicos." (p. 60)

As configurações subjetivas integram tanto os significados culturalmente compartilhados (dimensão semiótica), como os sentidos subjetivos que apresentam um enraizamento emocional, que transcende a dimensão semiótica, bem como o plano da intencionalidade e da consciência auto-reflexiva (González Rey, 1997). Nesse sentido, a personalidade é uma configuração personológica relativamente estável (estabilidade dinâmica) que organiza a multiplicidade de configurações subjetivas (González Rey, 1995).

Cabe ressaltar que o conceito de personalidade não pode ser apreendido diretamente do mundo empírico, como é esperado pelo pensamento positivista ingênuo:

"A personalidade não é uma categoria definida em nível empírico, mas uma construção teórica, em cuja organização adquirem sentido múltiplas informações empíricas sem nenhum vínculo entre si. Como categoria teórica a personalidade permite integrar as expressões diversas do sujeito em um mesmo sistema explicativo." (González Rey, 1997, p.116)

A elaboração de um conceito de personalidade que integre as múltiplas dimensões do sujeito psicológico, bem como os paradoxos da existência humana: processo e organização, mudança e estabilidade, multiplicidade e unicidade (Valsiner, 1998; González Rey, 1997), parece indicar o quanto o estudo da personalidade constitui-se um desafio complexo. Além disso, indica a necessidade de aprimorarmos o nosso pensamento dialético, a fim de lidarmos com a multiplicidade de contradições e conflitos que marcam o desenvolvimento da personalidade. A adoção da lógica formal (intolerante com a contradição) e da visão do conflito como algo essencialmente pejorativo é, nesse sentido, contraproducente e reducionista (Valsiner e Cairns, 1992).

A adoção de uma perspectiva desenvolvimental pressupõe o estudo de fenômenos heterogêneos e semi-formados: não sendo mais X, sem ser ainda Y. É justamente a partir da dialética entre o ser e o não-ser que é possível a emergência do novo (Valsiner, 1998). Conseqüentemente, a compreensão de tais processos não é

possível dentro da lógica aristotélica. Nesse sentido, Maslow (1979, p.74, citado em González Rey & Mitjáns, 1989), ao discutir o seu conceito de homem auto-realizado, afirma que:

"Resulta assim como se algumas pessoas menos desenvolvidas vivessem em um mundo aristotélico, no qual as classes e os conceitos possuíssem limites definidos e fossem mutuamente exclusivos e incompatíveis (...) A é A e todo o resto é não-A, na lógica aristotélica, e jamais pode existir as duas coisas ao mesmo tempo. Entretanto, as pessoas que se auto-realizam compreendem que A e não-A se mesclam e formam uma coisa só, que qualquer pessoa é ao mesmo tempo boa e má, fêmea e macho, adulto e criança." (p. 6)

Certamente, os critérios para se estabelecer o grau de desenvolvimento de um indivíduo (menos ou mais desenvolvido) têm sido, na atualidade, bastante questionados. Contudo, a questão da flexibilidade e da rigidez com que o sujeito se relaciona com o mundo à sua volta e consigo mesmo é bastante pertinente no estudo da personalidade.

A questão da flexibilidade e da rigidez é considerada por González Rey e Mitjáns (1989) como um dos indicadores funcionais do nível de regulação da personalidade, que aponta para a relação inseparável entre sujeito (ativo, interativo e intencional) e personalidade (regulação e auto-regulação sistêmica das configurações subjetivas individuais). De acordo com esses autores, o primeiro nível de regulação da personalidade é denominado de nível consciente-volitivo e se caracteriza pela flexibilidade, adequada mediação cognitiva de suas expressões, orientação ativa na elaboração de projetos futuros, capacidade de estruturação do campo de ação. O segundo nível é denominado de nível de estereótipos, normas e valores e se caracteriza pela rigidez, pela dimensão temporal reduzida ao presente, pela pobre mediação cognitiva e por uma capacidade menor de estruturação do campo de ação (González Rey, 1997)

É interessante notar que esses dois níveis de regulação da personalidade estão relacionados ao desenvolvimento da saúde mental, como indicam os trabalhos do psicólogo norte-americano T. Millon (citado em González Rey & Mitjáns, 1989). Nesse sentido, a rigidez funcional, em termos da personalidade, parece ser um indicador negativo quanto à saúde mental do indivíduo.

Portanto, a construção de identidades sociais, como a identidade de gênero e a identidade sexual, baseada em estereótipos dicotômicos e estigmatizantes, como o "normal" e o "patológico" (Louro, 1997, 1999), apresenta um impacto profundo no desenvolvimento da personalidade, nas suas formas de regulação e auto-regulação. Conseqüentemente, o estudo da relação de dupla constituição entre identidades sociais e níveis de regulação da personalidade assume uma importância não só teórica, mas também em termos da promoção da saúde mental e em termos educativos, uma vez que foi demonstrado por Louro (1997, 1999) o quanto a instituição escolar reproduz tais concepções estigmatizantes.

Outra questão importante no estudo da personalidade se refere à importância de se considerar como as múltiplas identidades sociais são subjetivadas pelo sujeito singular. Em outras palavras, a forma como o sujeito estabelece vinculações com os grupos sociais está relacionada, por um lado, com a sua história constitutiva e, por outro, desencadeia, em maior ou menor grau, transformações em sua personalidade. Por conseguinte, é de suma importância adotarmos uma conceituação dinâmica sobre a personalidade para podermos abordar, de forma coerente com uma perspectiva desenvolvimental, a relação entre as identidades sociais e a constituição da subjetividade.

Cabe ressaltar, contudo, que o desenvolvimento da personalidade não é um processo caótico, totalmente fluído, marcado por mudanças sem nenhuma articulação entre si. Sobre esta temática, Morin (1990, 1996) e Valsiner (1989) apresentam contribuições importantes.

Segundo Morin (1990, 1996, 1999), a organização surge da tensão indissolúvel entre ordem e desordem. Portanto, a desordem, o caos não apresenta apenas um caráter destrutivo, mas também construtivo (para surpresa dos deterministas). Os sistemas biológicos e antropológicos não são estáticos, mas se desenvolvem. Apesar de a indeterminação apresentar um papel importante e crescente, na medida em que os sistemas se complexificam, os sistemas não são caóticos, mas sim apresentam uma organização onde autonomia e interdependência ecológica estão dialeticamente articuladas. Em outras palavras, os sistemas são auto-eco-organizadores.

Sobre a questão da organização e integração da multiplicidade de processos psicológicos, Valsiner (1989) discute a importância do "princípio ortogenético", elaborado por Heinz Werner, que inclui os conceitos de diferenciação, articulação e integração hierárquica. Nesse sentido, o desenvolvimento humano, e especificamente o

desenvolvimento da personalidade, não é um processo aleatório, totalmente fluido. Coerente com essa perspectiva dialética, que pressupõe a tensão entre ordem-desordem, Valsiner propõe o conceito de *constraints* (limites):

"*Constraints* são co-construídos tanto externamente (tentativas dos pais de regular as ações das crianças, oferecendo orientações para objetivos, e as ações das crianças em direção a esses esforços) e - em paralelo - internamente (o 'self-constraining' de uma pessoa ao agir, sentir ou pensar, em diálogo com diferentes significados). Se eles são codificados nos aspectos fixos do ambiente (ex: formas arquitetônicas de prédios de relevância simbólica, tais como igrejas e templos) ou em formas semióticas constantemente mantidas (estórias míticas e contos de fadas - Bühler, 1918; Boesch, 1991; Gupta, 1995), suas regras de organização podem ser transmitidas através das gerações - com apropriadas reconstruções devido ao processo de internalização/externalização" (Valsiner, 1998, p. 52)

Para o autor, a cultura não determina de forma linear as ações individuais, mas atua através de canalizações que orientam os processos desenvolvimentais. O conceito de canalização cultural (Valsiner, 1998) aponta, nesse sentido, para o papel ativo do sujeito em sua relação dialética com os contextos socioculturais estruturados. Portanto, o conceito de *constraint*, proposto por Valsiner (1998), não deve ser compreendido como repressão ou supressão de uma "liberdade ilimitada" do ser humano (concepção clássica de liberdade). Os *constraints*, tanto no plano intersíquico como intrapsíquico, fazem parte do campo de possibilidades culturais que delimitam a ação, o pensamento e os sentimentos do sujeito psicológico concreto. Assim, o conceito de *constraints* está relacionado tanto aos limites físicos e semióticos do ambiente, como aos limites dinâmicos dos processos intrapsíquicos, de origem semiótica. Ao ampliar o conceito de *constraints*, a fim de abarcar de forma mais sistemática o plano intrapsíquico, Valsiner (1998) propõe uma analogia entre os mecanismos de defesa freudianos e a constituição da relativa estabilidade do sujeito psicológico a partir dos inúmeros *constraints* que vão sendo construídos ao longo dos processos de internalização e externalização.

Cabe ressaltar que, para Valsiner (1998), os *constraints* intrapsíquicos apresentam uma gênese semiótica. O que parece indicar a ênfase do autor na dimensão semiótica do desenvolvimento da personalidade. Esse é um ponto de divergência entre Valsiner (1998) e González Rey (1995, 1997). De forma mais específica, o ponto de divergência entre ambos autores se refere à relação entre semiótica e emoções.

Os desafios na compreensão das emoções

"(...) Neste sentido, não seria equivocado ressaltar que os obstáculos no estudo das emoções giram em torno de premissas que em certos momentos parecem reduzi-las a tendências de maior preponderância nas escolas de psicologia - como a biológica e a linguística - e, em outros, a de considerá-las como um subproduto das mesmas." (Neubern, 1999, p. 11-12)

O avanço dos estudos sobre o desenvolvimento da personalidade, coerente com uma perspectiva sociocultural personológica, pressupõe o aprofundamento, tanto teórico como empírico, sobre a questão das emoções. Este é um dos maiores desafios, na atualidade, para a psicologia do desenvolvimento, considerando o papel secundário que tem sido conferido às emoções não só nas correntes socioculturais como nas diversas perspectivas teóricas que se dedicam ao estudo do desenvolvimento humano.

Os desafios presentes no estudo das emoções apresentam uma multiplicidade de facetas: a) o que vem a ser emoção? b) qual a relação entre desenvolvimento cognitivo e desenvolvimento emocional? c) qual a relação entre linguagem e emoção? d) como integrar o estudo das emoções na compreensão do desenvolvimento da personalidade e, de forma mais ampla, na constituição da subjetividade?

A relação entre linguagem e emoção tem sido foco de divergências entre González Rey (1997) e Valsiner (1998). Apesar de ambos compartilharem a perspectiva sociocultural personológica, o espaço teórico conferido à semiótica no desenvolvimento da personalidade é priorizado nas formulações de Valsiner.

Para González Rey (1997), as configurações subjetivas que são organizadas pela personalidade, como foi discutido anteriormente, apresentam dois níveis distintos, porém integrados: os processos de significação (de origem semiótica) e de sentido (que transcende o plano dos signos lingüísticos, culturalmente compartilhados). Para Valsiner (1998), o processo de internalização dos significados culturalmente compartilhados e a construção da cultura pessoal é um processo marcado pelas emoções, ou seja, a internalização não é um processo meramente cognitivo. Em outras palavras, para esse autor, linguagem e emoção encontram-se intrinsecamente relacionadas. Enquanto González Rey (1997) parece focalizar justamente os espaços limítrofes da relação entre linguagem e emoção, ou seja, os limites da semiótica para explicar as emoções, Valsiner (1998) parece focalizar justamente os espaços de interface e de mútua constituição.

Certamente, tais divergências na compreensão da relação entre linguagem, emoção e personalidade estão longe de serem resolvidas. Contudo, alguns questionamentos podem ser suscitados a partir desse debate: quais os limites heurísticos da semiótica na compreensão da emoção? Será que a consciência auto-reflexiva e a auto-regulação, propiciada pela medição semiótica, conseguem abarcar integralmente as múltiplas dimensões da personalidade? Como estão relacionados, de fato, a cognição e o afeto nos processos de significação? Será que não é necessário o desenvolvimento do conceito de inconsciente, dentro do marco sociocultural, a fim de integrar tais dimensões da personalidade que estão além da auto-consciência e da intencionalidade do sujeito psicológico?

Além da necessidade de compreendermos a relação entre os processos emocionais e cognitivos, Mitjans (1985) indica a importância de integrarmos a compreensão de tais processos em um nível mais amplo: a personalidade. De acordo com Mitjans (1985), a psicologia do desenvolvimento tem-se caracterizado pela compartimentalização de áreas de investigação centradas no nível processual (processos cognitivos, processos emocionais, processos motivacionais). Entretanto, é necessário compreendermos como esses múltiplos processos se articulam e participam na regulação e auto-regulação da personalidade.

Após a discussão dos principais conceitos, das reflexões e tensões internas que marcam o pensamento sociocultural psicológico, é possível "esboçar" uma tentativa de compreensão que integre a construção das identidades sociais e o desenvolvimento da personalidade. Em outros termos: é possível integrar a perspectiva construcionista social, adotada por diversos cientistas sociais, e a perspectiva sociocultural psicológica?

Uma tentativa de integração: possibilidades de diálogo e rupturas epistemológicas

Qualquer tentativa de integração entre diferentes perspectivas teóricas, entre o conhecimento produzido em campos científicos distintos, pressupõe uma análise crítica dos limites e possibilidades de diálogo. Tal atitude cautelosa busca evitar a construção de análises baseadas em uma concepção de síntese como a mera soma de elementos pré-existentes (visão atomística). Portanto, o termo "integração" é usado no sentido de problematização, de busca de meta-pontos de vista.

Em termos epistemológicos, pode-se observar algumas rupturas importantes entre as perspectivas analisadas. Primeiramente, no que se refere ao reconhecimento da

dimensão ontológica da realidade e do sujeito. A tendência observada entre os construcionistas sociais, principalmente entre os "radicais", é a dissolução ontológica tanto do sujeito como da realidade nas multiplicidades discursivas (González Rey, 1997; Neubern 1999; Munné, 1998).

Em um sentido inverso, quando Vygotsky (1991) concebe a relação entre sujeito e realidade como uma relação mediada semioticamente, ele assegura - mesmo que isto não seja explicitado em sua obra - as diferenças ontológicas entre ambos. Certamente, para esse autor, como também para os construcionistas sociais, a linguagem não apresenta apenas uma função comunicativa, mas também constitutiva. Para Vygotsky, a linguagem constitui a nossa compreensão sobre a realidade e sobre nós mesmos, mas a realidade e o sujeito psicológico não se esgotam na linguagem.

A necessidade de garantir a dimensão ontológica do sujeito e da realidade aproxima a perspectiva sociocultural personológica do contrutivismo crítico e do construtivismo dialético:

" Mahoney (1991), adotando uma postura no construtivismo crítico, sustenta que a sua tendência também pode ser denominada de realismo hipotético, ou seja, tece hipóteses sobre objetos do universo, embora sustente que não se pode estabelecer um conhecimento direto dos mesmos. Segundo ele, a realidade participa em algum nível da construção do sujeito, uma vez que impõe limitações sobre as mesmas. No entanto, Pascual-Leone (1995) e Deval (1995) reconhecem que, nas perspectivas dialéticas, em algum nível, deve-se conceber uma ontologia do real, uma vez que sua participação no processo do conhecimento opõe resistências às construções do sujeito." (Neubern , 1999, p. 32)

É interessante observar que tanto o construcionismo social como a perspectiva sociocultural personológica compartilham a crítica ao essencialismo supra-histórico. Contudo, há uma diferença: para a psicologia sociocultural, na sua versão personológica, o "essencial" é entendido como o constitutivo, "*como aquilo que especifica sua qualidade em relação ao novo que enfrenta* " (González Rey, 1997, p.63). Portanto, o "essencial" se refere à dimensão histórica (em um sentido amplo, englobando a história filogenética) que qualifica as experiências atuais do sujeito.

Nesse sentido, a relação entre o cultural e o biológico não se configura em uma relação excludente, mas sim interdependente. Nas formulações dos construcionistas sociais radicais, como assinala Weeks (1999), toda a dimensão biológica é reduzida à

dimensão cultural, sendo que até mesmo as experiências corporais são reduzidas aos significados culturais. Tal reducionismo cultural é criticado por Munné (1998). Cabe ressaltar, entretanto, que a consideração da dimensão biológica é um dos pontos de divergência entre os construcionistas sociais. Portanto, não são todos os construcionistas sociais que compartilham do reducionismo cultural em relação à dimensão biológica.

As formulações do pensamento construcionista social, a partir da crítica às universalidades típicas do pensamento moderno, da ênfase na multiplicidade das identidades sociais, nos saberes locais, na diversidade e no poder constitutivo da linguagem, têm contribuído, de forma significativa, para a construção de novas perspectivas que revigoraram o pensamento das ciências sociais. Entretanto, é necessário darmos um passo adiante, a fim de compreendermos como a multiplicidade se articula, se organiza (ver o conceito de *Unitas Multiplex*, Morin, 1990, 1996).

É necessário, por exemplo, considerarmos a dimensão de produção de significados culturais em torno das identidades sociais. É necessário compreendermos como essas múltiplas identidades, fragmentadas e difusas se organizam e são integradas pelo sujeito psicológico concreto. Caso contrário, implicitamente, estaremos aceitando uma concepção "esquizofrenizante" do sujeito ou, então, reduzindo a subjetividade a meras "narrativas do eu". Como pode ser observado na seguinte citação:

"O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora 'narrativa do eu'." (Hall, 1998, p. 13)

Por outro lado, através das análises realizadas pelos cientistas sociais é possível delinear uma dimensão importante na construção das identidades sociais: sua dimensão semiótica, cultural, marcada pelas relações de poder que permeiam a sociedade, pelos processos sociais de normatização de algumas identidades e marginalização de outras. Mais do que isso, é possível aprofundarmos a nossa compreensão sobre a relação entre subjetividade e cultura, ou seja, o próprio conceito de identidades sociais assume um valor heurístico importante no estudo da subjetividade, visto que as identidades sociais

cumprem um duplo papel: a) oferecem a possibilidade de os sujeitos concretos se posicionarem em relação aos demais; b) funcionam como referências culturais na constituição da subjetividade.

Em termos metafóricos, as identidades sociais encontram-se na encruzilhada entre os significados culturais e os processos de subjetivação, funcionando, neste sentido, como “pontes” que ligam, por um lado, os sujeitos concretos a diversos grupos sociais e como “coordenadas” que orientam, por outro lado, as suas relações sociais e as suas relações consigo mesmos.

Certamente, o salto qualitativo empreendido pelas ciências sociais na compreensão dos significados culturais não esgota a questão da construção das identidades sociais (como defendem os construcionistas sociais radicais). Portanto, a construção das identidades sociais e, especificamente, as identidades sexuais e de gênero, não se refere apenas a um conjunto de significados associados, ou ao estabelecimento de um vínculo de pertencimento, a um determinado grupo social (mulheres, homens, homossexuais, heterossexuais, bissexuais), ou mesmo à adoção de discursos sobre tais identidades. A construção de tais identidades é um processo que apresenta também um "enraizamento" subjetivo, em todos os planos existenciais (moralidade, cognição, afetividade, motivação). Afinal, os processos identitários que marcam as relações entre os sujeitos singulares com os diversos grupos sociais são processos marcados por alianças, conflitos, lealdades, revoltas, conformismos, ou seja, estão imbrincados na forma como os sujeitos vivenciam as suas experiências cotidianas e se posicionam diante da vida e de si mesmos.

Assim, a compreensão de como as identidades sociais são subjetivadas só é possível se considerarmos o sujeito psicológico concreto, encarnado, com uma história de vida singular. É, nesse nível de análise, que a perspectiva sociocultural construtivista (em sua versão personológica) pode apresentar contribuições importantes para a ciência psicológica, em um sentido amplo.

A possibilidade de integração entre esses dois níveis de análise representa o primeiro passo na construção de uma nova "zona de sentido" (González Rey, 1997) que torne mais complexa a nossa compreensão sobre as relações entre as identidades sociais, a personalidade e a constituição da subjetividade. Uma compreensão contextualizada e marcada pela irreversibilidade do tempo (temporalidade), em que a subjetividade e a cultura sejam consideradas de forma dialeticamente integradas.

Dialogismo, narrativa e construção de si

“O pensamento e a linguagem, que refletem a realidade de uma forma diferente daquela da percepção, são a chave para a compreensão da natureza da consciência humana. As palavras desempenham um papel central não só no desenvolvimento do pensamento, mas também na evolução histórica da consciência como um todo. Uma palavra é um microcosmo da consciência humana.” (Vygotsky, 1993, p. 132)

Um possível caminho para a superação do impasse em relação ao espaço da noção de sujeito nas formulações da psicologia seria a adoção de uma ontologia histórica, ao invés de uma ontologia apriorística (própria ao idealismo), em que considerássemos, como foi visto anteriormente, as múltiplas dimensões temporais que constituem o sujeito psicológico: filogenética, histórico-cultural, ontogenética e microgenética. Ao invés da descrição dos atributos “universais” que caracterizam o sujeito, é necessário inverter a questão: como é possível que o sujeito psicológico concreto seja intencional, tenha consciência do mundo e de si mesmo, tenha uma relativa autonomia em relação aos contextos socioculturais em que se insere? Para tanto, é imprescindível que derrubemos a barreira entre a dimensão ontológica e a dimensão genética (gênese dos processos psicológicos) no estudo do ser humano (Valsiner, 1998).

O estudo da linguagem, nesse sentido, reveste-se de um valor inestimável, se desejamos construir um conhecimento psicológico não-reducionista, ou seja, que aceite a complexidade dos fenômenos humanos e não busque reduzi-la a leis simples e universais. A linguagem, no presente trabalho, é entendida como um sistema amplo de mediação semiótica constituinte da relação sujeito e realidade, bem como na relação consigo mesmo (Vygotsky, 1991, 1993).

Os significados são sempre marcados pela história do grupo cultural, ou seja, os processos psicológicos superiores apresentam uma gênese social. É rompida, portanto, a concepção individualista da consciência, como se a mente humana fosse um mero processador de informações “desconectado” dos contextos socioculturais em que se insere, como tem sido defendido pelo movimento cognitivista e criticado por autores como Bruner (1997) e Wertsch (1998).

Se, por um lado, os significados trazem em si a história mais ampla dos grupos culturais, por outro, eles são continuamente reconstruídos nas interações sociais

travadas no aqui-e-agora. Portanto, no estudo da construção dos significados culturais, é importante considerarmos também os processos comunicativos que ocorrem no cotidiano das interações sociais. No presente estudo, a comunicação é entendida como um fenômeno multi-funcional e multi-modal que ocorre quando os indivíduos se encontram em contextos interacionais e, continuamente, co-constróem significados através de ações que são mutuamente reguladas e/ou dirigidas (Branco, 1997). Nesse sentido, é descartado o modelo convencional que considera a comunicação como mera transmissão de mensagens entre um transmissor e um receptor.

De acordo com Branco (1997), a comunicação humana pode ser analisada em duas dimensões distintas: a dimensão formal, relacionada à forma ou modalidade em que as informações são expressas; e a dimensão funcional, relacionada às funções específicas que a mensagem adquire no contexto das interações. Quanto à dimensão formal, esta pode ser dividida em dois níveis distintos: um nível verbal e um nível não-verbal. Quanto à dimensão funcional, esta pode ser dividida em dois níveis: um nível não-relacional, que diz respeito aos conteúdos específicos das informações; e um nível relacional, que fornece informações sobre a qualidade da interação.

O nível relacional da comunicação foi denominado de metacomunicação (Branco, 1997; Fogel & Branco, 1997). A metacomunicação não deve ser identificada com a comunicação não-verbal, pois o critério para definição da metacomunicação é funcional e não um critério formal. Portanto, a metacomunicação pode englobar tanto a comunicação não-verbal (como, por exemplo, sorrisos, gestos), como a comunicação verbal, se estes indicadores comunicativos estiverem “dizendo” algo sobre a interação, a relação em si. Em poucas palavras, a comunicação (não-relacional) informa sobre conteúdos específicos das mensagens expressas, enquanto a metacomunicação informa sobre o processo comunicativo, a qualidade específica da relação entre os participantes (Fogel & Branco, 1997).

É importante destacar, também, o caráter motivacional da comunicação. A dimensão motivacional é analisada em termos de “orientação para o objetivo” (*goal orientation*, Branco & Valsiner, 1997). O termo “orientação”, dentro de uma perspectiva sociocultural construtivista, é de fundamental importância, considerando a concepção implícita de não-determinação da ação, do caráter dinâmico do desenvolvimento humano, bem como do papel ativo e intencional do sujeito psicológico. A concepção de orientação para objetivos considera a dimensão temporal, pois pressupõe a existência de estados futuros, que são esperados por um sujeito no

presente (intencionalidade); pressupõe também a emergência de mudanças, de reconstruções de objetivos (Branco & Valsiner, 1992). Cabe ressaltar que a comunicação é um processo intrinsecamente relacionado à dialética entre determinação e indeterminação. Essa aparente inconsistência não está presente apenas nos processos comunicativos e metacomunicativos, mas no mundo social com toda a sua heterogeneidade de mensagens culturais e diversidade de estilos de vida (Valsiner, 1994 b).

No que diz respeito à questão mais ampla da relação entre construção de significados e subjetividade, é importante destacar que, por um lado, o estudo da dimensão semiótica é necessário para a compreensão do desenvolvimento do sujeito psicológico (coerente com o pressuposto de uma ontologia histórica); por outro lado, a linguagem não esgota a constituição do sujeito. Em síntese, o papel da linguagem é necessário (senão primordial), mas não suficiente para compreender-se a complexidade do processo de constituição do sujeito psicológico singular. Como qualquer macroconceito desenvolvido pela psicologia, a linguagem apresenta também limites heurísticos, como foi discutido anteriormente.

A linguagem cumpre um papel fundamental: a objetivação da consciência, que torna possível a auto-referência, bem como a intencionalidade (Morin, 1996). O presente estudo não pretende enveredar profundamente pela temática ampla relacionada ao papel da linguagem na constituição da subjetividade, mas sugere avançar na construção de zonas de sentido referentes a este tópico: como a narrativa está relacionada à construção das identidades sexuais não-hegemônicas e das identidades de gênero.

É assim que o princípio dialógico, desenvolvido por Bakhtin (1992, 1999), e a psicologia narrativa apresentam importantes contribuições, visto que enfatizam justamente o quanto as práticas discursivas (na qual se insere a narrativa) apresentam um papel estruturante da consciência humana. Consciência voltada não só para a produção de sentidos sobre a realidade, mas também sobre si mesma.

O lingüista e crítico literário russo Mikhail Bakhtin (1992, 1999) apresenta contribuições de suma importância sobre a relação entre semiótica e psiquismo e, neste sentido, tornou-se uma leitura fundamental para as correntes da psicologia que consideram seriamente o papel da linguagem no estudo do ser humano. De forma mais precisa, o princípio dialógico desenvolvido por Bakhtin pode ser considerado como complementar às formulações da psicologia sociocultural. Tais formulações teóricas

apresentam os seguintes pontos em comum: a) gênese social dos processos psicológicos superiores; b) fundamentação filosófica baseada na perspectiva marxista (materialismo dialético); c) mediação semiótica como característica fundamental do psiquismo humano; d) crítica às explicações idealistas e materialistas mecanicistas.

Para além do diálogo propriamente dito (interação verbal entre díades), Bakhtin (1992) propõe o dialogismo como princípio que norteia não só a comunicação, mas o próprio pensamento. Segundo o autor, o pensamento não é monológico, mas sim marcado por uma multiplicidade de vozes (polifonia) provenientes da história de interações sociais do sujeito, inscrita nos contextos culturais em que se encontra inserido. As múltiplas e heterogêneas vozes que constituem o pensamento humano, não se esgotam na história individual, mas contemplam as vozes “do passado” do grupo cultural, bem como as vozes voltadas para o futuro (intencionalidade). Toda essa diversidade de vozes, pedra angular do dialogismo desenvolvido por Bakhtin, ocorre “ao mesmo tempo”, ou seja, dá-se no plano sincrônico (Brockemeier, no prelo). O discurso interior assume a forma de um diálogo interior:

“Não é por acaso que os pensadores da Antiguidade já concebiam o discurso interior como diálogo interior. Essas unidades prestam-se muito pouco a uma análise sob a forma de constituintes gramaticais (a rigor, em certos casos, isso é possível, mas com grandes precauções) e não existe entre elas, assim como entre as réplicas de um diálogo, laços gramaticais; são laços de uma outra ordem que as regem.” (Bakhtin, 1999, p. 63)

O dialogismo de Bakhtin revela uma compreensão dinâmica sobre a relação entre linguagem e pensamento, bem como uma concepção do ser humano como ser inacabado (crítica radical à visão essencialista e estática do ser humano). Além disso, a compreensão do discurso interior como diálogo entre múltiplas vozes, que não se deixa aprisionar pelas leis gramaticais, representa uma compreensão inovadora em relação ao trabalho de outros lingüistas a ele contemporâneos, inspirados em uma concepção formalista da linguagem. Na realidade, Bakhtin se opôs à concepção formal da linguagem que pressupõe a dissociação entre os processos discursivos e psicológicos (Bakhtin, 1999; Brockemeier, no prelo). Bakhtin (1999) propõe uma concepção de linguagem como algo “vivo”, intrinsecamente relacionado ao psiquismo e aos processos sociais. Tal concepção torna-se explícita na seguinte afirmação:

“O signo ideológico tem vida na medida em que ele se realiza no psiquismo e, reciprocamente, a realização psíquica vive do suporte ideológico (...) O signo interior deve libertar-se de sua absorção pelo contexto psíquico (biológico e biográfico), ele deve parar de ser experimentado subjetivamente para se tornar signo ideológico. O signo ideológico deve integrar-se no domínio dos signos interiores subjetivos, deve ressoar tonalidades subjetivas para permanecer um signo vivo e evitar o estatuto honorífico de uma incompreensível relíquia de museu.” (Bakhtin, 1999, p. 65)

A proposta de uma organização dialógica da consciência, desenvolvida por Bakhtin, teve um impacto considerável nas formulações das ciências sociais, marcadas pelo modelo textual ou discursivo (Brockmeier, no prelo). De acordo com o seu modelo conceitual, o discurso seria caracterizado por relações dialógicas entre as enunciações (*utterances*) e seus autores, sendo que a análise dialógica das enunciações pressupõe a compreensão da consciência como “arquitetura intersubjetiva” (Brockmeier, no prelo). Portanto, a compreensão da consciência como uma unidade localizada dentro do cérebro dos indivíduos, como transparece na metáfora cognitivista da mente como uma máquina processadora de informações, é totalmente descabida dentro dessa perspectiva teórica.

É importante enfatizar que, apesar de a leitura de Bakhtin indicar, em alguns momentos, o desaparecimento da singularidade, no presente estudo é defendida a concepção de que nossas palavras e pensamentos nunca são inteiramente nossos e, paradoxalmente, trazem a marca de nossa singularidade. Em outras palavras, defendemos a concepção de que o conceito de polifonia, desenvolvido por Bakhtin, é um instrumento conceitual importante no estudo dos processos identitários que vinculam os sujeitos singulares aos grupos sociais e aos contextos socioculturais mais amplos. Contudo, esse conceito não implica, em nossa concepção, na aniquilação do espaço da singularidade, da subjetividade, como fenômeno legítimo de investigação na ciência psicológica, espaço que vai além mesmo de uma complexa articulação de vozes variadas.

Em relação ao conceito de discurso, de acordo com Brockmeier (1998), o mesmo representa um amplo espaço simbólico constituído não apenas pelos signos lingüísticos, mas também por pinturas, esculturas, fotos, composições musicais, *performances* (como dança, rituais sociais), estruturas materiais (como igrejas, museus, universidades). Nesse sentido, o discurso seria uma categoria de análise ampla que

transcende a linguagem puramente verbal, englobando um vasto espaço simbólico, bem como uma variedade de atividades mediadas semioticamente que, juntas, configuram uma complexa imagem do contexto cultural em que os indivíduos se inserem e que se constituem enquanto sujeitos singulares.

A partir desse conceito amplo de discurso, torna-se possível situar o conceito mais específico de narrativa. Segundo Bruner (1997) e Brockmeier (1998), a narrativa seria uma das várias práticas discursivas. A principal característica do discurso narrativo é a sua marcante relação com a temporalidade (Bruner, 1997). Uma temporalidade fluida que, certamente, não se enquadra na noção de tempo cronológico linear. Existem inúmeros tipos de narrativas, como por exemplo: mitos, fábulas, histórias pessoais e histórias autobiográficas. Nesse ponto, surge uma questão central: qual o sentido de a psicologia estudar as práticas narrativas, ou que contribuições a psicologia narrativa tem a oferecer?

Para muitos psicólogos, principalmente aqueles formados na tradição positivista, a prática de contar histórias consiste em uma prática informal, uma “perda de tempo” (como assinala Miller, 1994), que em nada ajuda na compreensão das “leis” universais que regem o comportamento humano. Na realidade, o que os sujeitos dizem de si a partir das histórias que contam, tende a ser desconsiderado como material legítimo de investigação. Afinal, os sujeitos de pesquisa, de acordo com tal perspectiva epistemológica, são desprovidos de intencionalidade e de consciência de si, cabendo ao investigador dotado do “saber científico”, portanto, definir as leis que determinam o seu comportamento. Esse é um exemplo claro da aliança entre saber e poder: o pesquisador é aquele que sabe e pode definir as “reais” causas de determinado fenômeno humano, enquanto o sujeito investigado é aquele que não sabe e não tem nenhum poder sobre si mesmo (é melhor, neste sentido, que fique calado...)

Para a psicologia narrativa, porém, o contar histórias não representa uma perda de tempo. Ao contrário, a prática narrativa e, em especial, a narrativa de histórias pessoais e histórias autobiográficas, representa um importante papel na socialização do indivíduo, não só no que se refere à aquisição da habilidade de contar histórias, mas, fundamentalmente, na construção da sua identidade pessoal (Miller, 1994), na forma como a pessoa se percebe e se relaciona consigo mesma. A psicologia narrativa, assim como o construcionismo social, tem questionado a concepção essencialista do ser humano, ou seja, a idéia de que existe uma essência pessoal a ser desvelada. Em um sentido mais amplo, as identidades sociais que constituem os sujeitos concretos não são

dadas aprioristicamente, mas sim mediante uma construção permanente de sentidos, mediados semioticamente, sobre si mesmo e sobre os grupos sociais.

É importante ressaltar que, segundo Brockmeier (1999), a narrativa de histórias pessoais (de outras pessoas, que não a do protagonista) e a narrativa autobiográfica não são consideradas meras representações (re+apresentações) da vida “real”, como se existisse uma ruptura radical entre vida e narrativa. As práticas narrativas constituem, em um certo sentido, nossa experiência do que vem a ser a “vida real”, nossa identidade pessoal. Isso, todavia, não significa o estabelecimento, em nossa perspectiva, de uma relação de identidade entre vida e narrativa (vida = narrativa), uma vez que as vivências pessoais não se esgotam nas práticas discursivas (ver a discussão anterior sobre a problemática das emoções).

No presente estudo, o foco de análise foi justamente a relação entre narrativa e construção das identidades sexuais não-hegemônicas e das identidades de gênero. Em um sentido amplo, é importante compreender as relações entre as práticas discursivas (nas quais a narrativa se insere), as identidades sociais e a constituição da subjetividade.

O desenvolvimento, por exemplo, da identidade nacional, como é analisado por Brockmeier (1998), é sempre marcado pela dialética entre inclusão e exclusão. Inclusão do que é considerado próximo, similar ao grupo social de referência; exclusão do que é considerado diferente, “destoante”. É interessante notar, que a dialética entre a inclusão e a exclusão parece estar relacionada à construção de outras identidades sociais, tais como identidade de gênero, identidade sexual, identidade de classe social, identidade de raça. Nesse sentido, a construção de identidades sociais é sempre um processo político, marcado pelo conflito entre identidades distintas, pelo risco constante de estigmatização do “outro” e de normatização do “nós”.

É nesse cenário marcado por alianças, conflitos, relações de poder, alegrias, sofrimentos, que vão se construindo, no cotidiano, as identidades sociais. Afinal, a prática comum no dia-a-dia de contar histórias sobre si mesmo, articular tais histórias com as histórias de outras pessoas são estratégias importantes na estruturação da consciência de si e no estabelecimento de posicionamentos em relação aos outros sociais. Nesse cenário, as histórias contadas pelas pessoas sobre si mesmas e sobre outras pessoas nunca são perda de tempo, mas, sim, espaços de investigação imprescindíveis para a construção do conhecimento de processos psicológicos relevantes à compreensão de diferentes aspectos do desenvolvimento humano.

Objetivos do estudo:

- Analisar a construção das identidades sexuais não-hegemônicas, a partir de uma perspectiva sociocultural construtivista (em sua versão personológica), procurando enfatizar o papel estruturante da linguagem na constituição da subjetividade, bem como o papel das expectativas sociais marcadas pela questão de gênero;
- Investigar como sujeitos concretos, homens e mulheres de classe média em Brasília, dão sentido às suas vivências homoeróticas, a partir da análise de suas narrativas em uma situação de entrevista semi-estruturada. De forma mais específica, foram analisados os posicionamentos assumidos pelos participantes diante de valores, crenças e significados culturais associados à questão da homossexualidade e à questão da masculinidade e feminilidade (questões de gênero). Foram analisadas também a forma como os participantes percebem e vivenciam, no seu cotidiano, as suas relações sociais, afetivo-sexuais e consigo mesmos;
- Discutir como os processos identitários que vinculam os sujeitos singulares aos grupos sociais podem funcionar como coordenadas culturais na constituição da subjetividade.

A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA

“É assim que a investigação de cada problema ou questão relacionada ao tópico do desenvolvimento sempre representa um desafio a exigir a criatividade do pesquisador no sentido de construir uma metodologia adequada aos objetivos do projeto. Uma metodologia que seja suficientemente clara e precisa e, ao mesmo tempo, flexível e capaz de adaptar-se a cada etapa do processo de investigação.” (Branco & Rocha, 1998, p. 252)

A presente seção tem como objetivos: (a) analisar as limitações epistemológicas da perspectiva positivista, bem como do instrumentalismo metodológico decorrente de tal perspectiva, no que se refere ao estudo do desenvolvimento humano; (b) propor a construção de uma metodologia qualitativa que transcenda o marco epistemológico positivista, ou seja, uma metodologia articulada com uma proposta epistemológica qualitativa; (c) analisar a legitimidade, em termos de produção de indicadores empíricos, de um instrumento metodológico específico, a entrevista; (d) apresentar os procedimentos metodológicos que nortearam a realização da presente pesquisa, ou seja, como ocorreu o “diálogo com o real” (momento empírico).

Para a elaboração desta sessão, foi de suma importância a leitura tanto de autores cuja produção teórica e empírica está diretamente relacionada à área de investigação do desenvolvimento humano, como de autores provenientes de outras áreas de investigação psicológica. Na realidade, o fio condutor da presente análise epistemológica e metodológica caracteriza-se muito mais pela adoção de uma perspectiva desenvolvimental marcada por uma concepção dinâmica sobre o fenômeno humano, do que pela rígida demarcação de áreas de saber (psicologia do desenvolvimento, psicologia social, psicologia clínica).

Certamente, a tentativa de estabelecer um diálogo entre autores diferentes, de áreas de produção científica distintas, é um empreendimento complexo, marcado por possíveis alianças, por confrontos, acordos e rupturas epistemológicas. Apesar de ser um exercício analítico arriscado (em que o ecletismo sempre nos espreita), estabelecer relações entre as propostas epistemológicas e metodológicas de autores distintos é uma arma poderosa contra a tendência, institucionalizada no contexto acadêmico, de simplificação e redução da discussão metodológica, a partir de uma visão instrumentalista baseada em “receituários” de como usar os métodos científicos para se obter uma pesquisa “objetiva”, baseada em “dados empíricos” (Branco & Valsiner,

1997; Kinderman e Valsiner, 1989; González Rey, 1997, 1998, 1999; Branco e Rocha, 1998). A insatisfação com essa visão metodológica instrumentalista e com os pressupostos epistemológicos que a sustentam é, justamente, o ponto de partida da presente análise.

1 - PROPOSTA METODOLÓGICA E PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS

Epistemologia positivista e instrumentalismo metodológico

"Para Descartes, o universo material era uma máquina, nada além de uma máquina. Não havia propósitos, vida ou espiritualidade na matéria. A natureza funcionava de acordo com leis mecânicas, e tudo no mundo material podia ser explicado em função da organização e do movimento de suas partes. Esse quadro mecânico da natureza tornou-se o paradigma dominante da ciência no período que se seguiu a Descartes. (...) Toda a elaboração da ciência mecanicista nos séculos XVII, XVIII e XIX, incluindo a grande síntese de Newton, nada mais foi do que o desenvolvimento da idéia cartesiana. Descartes deu ao pensamento científico sua estrutura geral - a concepção da natureza como uma máquina perfeita, governada por leis matemáticas exatas." (Capra, 1982, p. 56)

A perspectiva epistemológica positivista é marcada pela visão elementarista e determinista sobre a realidade, próprias da física newtoniana, cuja metáfora utilizada para descrever o universo remonta ao pensamento cartesiano (como pode ser claramente observado na citação anterior).

Certamente, a concepção de uma realidade absoluta, supra-histórica, governada por leis imutáveis apresenta uma longa história dentro do pensamento ocidental. De acordo com Mahoney (1991, citado em Neubern, 1999), a concepção de uma realidade estável, fixa, na qual a mudança é uma ilusão, remonta ao pensamento filosófico pré-socrático de Parmênides, em oposição à concepção de uma realidade fluida, processual, na qual o estável é uma ilusão, defendida por Heráclito de Éfeso (considerado o "pai" do pensamento dialético).

No decorrer da história do pensamento filosófico ocidental, a noção de uma realidade imutável, externa ao sujeito do conhecimento tornou-se dominante. Nesse sentido, nos séculos XVI, XVII e XVIII, as duas perspectivas epistemológicas

majoritárias, o racionalismo e o empirismo, apesar de todas as suas divergências, compartilhavam duas premissas básicas: (a) separação radical entre sujeito e objeto do conhecimento e (b) o conhecimento estabelece uma relação linear e isomórfica com a realidade (González Rey, 1997). Tais premissas são retomadas e radicalizadas, no século XIX, pela perspectiva positivista que se torna a referência epistemológica dominante nas ciências modernas. Em linhas gerais, o positivismo (tanto o positivismo ingênuo, como o positivismo lógico), apresenta as seguintes características (González Rey, 1997):

- Separação excludente entre sujeito (pesquisador) e objeto de estudo;
- A subjetividade e a afetividade são consideradas de forma pejorativa, como fonte de erro (*noise*, na linguagem da computação);
- Super-valorização do método e desprezo pela teoria e pela interpretação: visão instrumentalista do conhecimento;
- Crença no empreendimento científico como algo neutro, objetivo;
- O método científico é considerado de forma monolítica. O que varia são os objetos de estudo, o método de investigação é o mesmo para todas as ciências;
- Os objetivos da ciência seriam a descrição imparcial, a predição e o controle sobre a realidade.

Coerente com a premissa da separação exclusiva entre sujeito e objeto do conhecimento, a perspectiva epistemológica positivista assume uma conotação legalista (Prigogine, 1996): a natureza segue leis simples, imutáveis, cabendo aos cientistas a descrição de tais leis, a partir de métodos validados "cientificamente". Dentro dessa lógica, a complexidade, os processos fluidos são meras ilusões, a realidade seria ordenada por leis simples que regem os fenômenos físicos, biológicos e sociais, cuja descrição fidedigna pressupõe a adoção de instrumentos válidos, prescindindo do sujeito do conhecimento, bem como do contexto cultural em que se insere a atividade de pesquisa. Nesse sentido, Branco e Rocha (1998) afirmam que:

“Em sua busca por leis universais, as pesquisas tentam eliminar a dimensão do contexto e da subjetividade, criando um mito de neutralidade científica e de controle sobre o objeto de estudo que é impossível de se sustentar em nível teórico.” (p. 253)

É interessante observar como a tradição epistemológica positivista na psicologia representou um duplo aniquilamento do sujeito na produção de

conhecimento: do sujeito investigado e do próprio investigador. Em outras palavras, o conhecimento, de acordo com esse marco epistemológico, é considerado o reflexo da realidade, uma realidade externa ao investigador e aos sujeitos investigados. Ao pesquisador cabe a descrição fidedigna das leis que regem o comportamento, ou mesmo a consciência humana. Em contrapartida, os sujeitos investigados (frequentemente denominados de organismos) são considerados seres passivos, “ingênuos” em relação às leis científicas a que estão submetidos.

Nessa perspectiva, tanto os investigadores como os sujeitos investigados são passivos no processo de construção de conhecimento (González Rey, 1997). Contudo, há uma diferença fundamental: os pesquisadores são aqueles treinados pela academia, durante anos, na aquisição de uma terminologia científica e, principalmente, da metodologia científica, o que lhes garante o acesso às leis que regem a realidade (física, biológica, social, psicológica...), enquanto os sujeitos investigados são desprovidos de tal conhecimento. Pode-se observar, claramente, uma aliança entre saber e poder, na medida em que um grupo seletivo detém as “chaves” para chegar à verdade, o que lhe confere o direito de intervenção na realidade (entendida como previsão e controle).

Apesar das inúmeras e profundas diferenças que separam o pensamento científico moderno do pensamento medieval, pode-se estabelecer uma relação entre ambos no que se refere à concepção de verdade. Para o pensamento medieval, a verdade, enquanto desígnios de Deus, é imutável e independente do “universo mundano” das paixões e impressões humanas; seu acesso é restrito aos iniciados nos estudos das Sagradas Escrituras, ou seja, é restrito ao clero e aos teólogos. Para o pensamento científico moderno, marcado pelo racionalismo, empiricismo e, posteriormente, pelo positivismo, a verdade continuou sendo considerada como algo externo ao ser humano, como imutável. Expulsou-se a explicação divina das formulações científicas, em contrapartida, introduziu-se a metáfora do universo como máquina perfeita, movida por leis absolutas, onde não há espaço para indeterminações e mudanças, ou seja, um universo com “feições divinas”, de acordo com o pensamento judaico-cristão.

É exatamente dentro desse contexto histórico amplo, em que durante séculos a verdade foi concebida como completamente externa ao ser humano, que se insere o culto à metodologia científica como o “caminho para a verdade”. Certamente, esse culto à metodologia científica não se refere apenas ao universo acadêmico, mas perpassa a nossa sociedade tão marcada pelo pensamento cientificista e tecnocrático:

“A crença na certeza do conhecimento científico está na própria base da filosofia cartesiana e na visão de mundo dela derivada, e foi aí, nessa premissa essencial, que Descartes errou. A física do século XX mostrou-nos de maneira convincente que não existe verdade absoluta em ciência, que todos os conceitos e teorias são limitados e aproximados. A crença cartesiana na verdade científica é, ainda hoje, muito difundida e reflete-se no cientificismo que se tornou típico de nossa cultura ocidental. Muitas pessoas em nossa sociedade, tanto cientistas como não-cientistas, estão convencidas de que o método científico é o único meio válido de compreensão do universo.” (Capra, 1982, p. 53)

Na comunidade científica, o caráter de centralidade conferida à metodologia teve profundas repercussões na produção de conhecimentos e na sua divulgação em periódicos científicos, bem como na formação das novas gerações de pesquisadores.

Primeiramente, ao se converter a metodologia às “formas corretas de produzir conhecimento objetivo”, o discurso científico voltou-se, primordialmente, para discussões meramente metodológicas, tornando secundárias as discussões epistemológicas e teóricas. Em poucas palavras, a metodologia foi alienada do processo mais amplo de produção de conhecimento, tornando-se uma espécie de “caixa de ferramentas” para o acesso às leis que regem os fenômenos estudados, e os métodos de pesquisa (experimental, observacional etc) tornaram-se as “ferramentas” para a produção do conhecimento científico (Branco & Valsiner, 1997). Essa concepção metodológica foi denominada por González Rey (1997) de concepção instrumentalista da ciência, justamente por enfatizar os meios, o aprimoramento dos métodos e das técnicas de pesquisa, bem com desvalorizar a produção teórica e os questionamentos filosóficos (epistemológicos, ontológicos, éticos, dentre outros).

Na realidade, o descaso em relação à promoção do questionamento epistemológico articulado com a discussão metodológica nos mais diversos planos, nos periódicos e eventos científicos, nas disciplinas de graduação e pós-graduação, está relacionado à própria institucionalização do positivismo no contexto acadêmico e, especialmente, na psicologia (González Rey, 1997, 1999). Afinal, a concepção instrumentalista da metodologia é coerente com a perspectiva positivista, sendo que é sob essa ótica epistemológica que se tem, de forma dominante, definido o limite entre ciência e não-ciência, bem como entre psicologia científica e “psicologismo especulativo”. Nesse sentido, muitos questionam: Por que discutir epistemologia se já

sabemos de antemão o que é ciência? Por que não investir o nosso tempo no aprimoramento de nossas técnicas de coleta de dados, para assim podermos “olhar” melhor e analisarmos de forma mais fidedigna a realidade?

Nas ciências sociais e na psicologia, a disputa entre os defensores da metodologia quantitativa e da metodologia qualitativa também tem se caracterizado pela preocupação em defender certos métodos em oposição a outros, como o meio mais adequado de se produzir conhecimentos científicos. Nessa disputa o que está em xeque não são os pressupostos epistemológicos, o espaço da teoria na produção de conhecimento, mas sim os métodos e sua validade na coleta de dados (González Rey, 1999). Portanto, a discussão metodológica continua alienada do processo de construção do conhecimento e, por extensão, a diferença entre pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa se reduz à natureza dos métodos utilizados. Em outros termos, muitos dos pesquisadores qualitativos e quantitativos, apesar de suas divergências, continuam no mesmo marco epistemológico: o positivismo (González Rey, 1997, 1998, 1999).

No presente trabalho, a metodologia é considerada como processo cíclico articulado com o processo amplo de construção de conhecimento (Branco & Valsiner, 1997; Branco & Rocha, 1998). Portanto, a discussão sobre a pesquisa qualitativa não focalizará essencialmente os métodos utilizados, mas sim a articulação entre metodologia e uma proposta epistemológica alternativa ao positivismo: a epistemologia qualitativa. Em poucas palavras, não são nos métodos que devem ser buscadas as diferenças entre investigação qualitativa e investigação quantitativa, mas sim nos seus referenciais epistemológicos (González Rey, 1997, 1998, 1999). Mas o que vem a ser epistemologia qualitativa? Quais as implicações de uma metodologia coerente com essa proposta epistemológica?

Epistemologia qualitativa e metodologia como processo cíclico

“A epistemologia qualitativa é um esforço na busca de formas diferentes de produção do conhecimento na psicologia que permitam a criação teórica acerca da realidade plurideterminada, diferenciada, irregular, interativa e histórica, que representa a subjetividade humana.” (González Rey, 1999, p. 35)

Um dos pressupostos epistemológicos centrais que diferenciam o positivismo de uma proposta epistemológica qualitativa diz respeito à compreensão da realidade em

sua complexidade e não como algo simples que possa ser descrito a partir de poucas leis universais.

De acordo com Branco e Rocha (1998), a mudança de paradigma epistemológico torna-se uma necessidade, se desejarmos compreender uma realidade dinâmica, organizada de forma sistêmica e complexa, em que os contextos histórico-culturais apresentam uma importância fundamental na constituição de tal realidade. Em outras palavras, tal proposta epistemológica considera seriamente o papel da cultura na constituição do fenômeno humano, deixando de ser apenas uma variável interveniente, uma espécie de solução do estilo “caixa preta” (Valsiner, 1997), bem como a subjetividade deixa de ser vista como epifenômeno ou fonte de erro (González Rey, 1997, 1998, 1999).

A proposta epistemológica qualitativa mostra-se bastante coerente com a natureza complexa e dinâmica que caracteriza o desenvolvimento humano, como pode ser observado na seguinte afirmação:

“O desenvolvimento humano individual envolve processo de incremento e transformação que, através do fluxo de interações entre as características atuais da pessoa e dos contextos em que está inserida, produz uma sucessão de mudanças relativamente duradouras que elaboram ou aumentam a diversidade das características estruturais e funcionais da pessoa e os padrões de suas interações com o ambiente, ao mesmo tempo em que mantém a organização coerente e a unidade estrutural-funcional da pessoa como um todo” (Ford & Lerner, 1992, p. 49)

O estudo do desenvolvimento pressupõe, portanto, uma compreensão dinâmica do fenômeno humano, bem como uma perspectiva de causalidade sistêmica (Branco & Valsiner, 1997; Kinderman & Valsiner, 1989; Valsiner, 1989, 1997) . O que representa um grande desafio metodológico, ainda mais se for considerada a tradição epistemológica na psicologia de lidar com uma compreensão estática e determinista da realidade (causalidade linear). Nesse sentido, será questionada, posteriormente, a pertinência de alguns conceitos que tem norteado a pesquisa psicológica, inclusive a pesquisa na área desenvolvimental, conceitos tais como coleta de dados, teste empírico e instrumentos de pesquisa. Para tanto, é necessário realizar algumas considerações sobre a pesquisa qualitativa, enquanto proposta epistemológica, bem como o papel da metodologia e do momento empírico no processo amplo de construção de conhecimento na psicologia.

A necessidade, apontada anteriormente, de transformação do paradigma epistemológico, a fim de compreender a natureza complexa da realidade não é um movimento apenas na psicologia, mas em várias ciências, como tem sido discutido por Morin (1990, 1996). Na psicologia, González Rey (1997, 1998, 1999) tem sido um dos autores que tem se dedicado à sistematização e elaboração de uma proposta epistemológica alternativa ao positivismo que contemple as especificidades do campo de estudo psicológico. Segundo González Rey (1999), os pressupostos centrais de uma epistemologia qualitativa são:

- “O conhecimento é uma produção construtiva-interpretativa. Quer dizer, o conhecimento não representa a soma de fatos definidos pelas constatações imediatas do momento empírico. O caráter interpretativo do conhecimento aparece pela necessidade de dar sentido às expressões do sujeito estudado cuja significação para o problema estudado é somente indireta e implícita.” (p. 37)
- “Caráter interativo do processo de produção do conhecimento. Este segundo atributo da epistemologia qualitativa enfatiza não só que as relações investigador-investigado são uma condição para o desenvolvimento das investigações nas ciências humanas, mas sim que o interativo é uma dimensão essencial do processo mesmo de produção de conhecimentos, é um atributo constitutivo deste processo no estudo dos fenômenos humanos.” (p. 39)
- “Significação da singularidade como nível legítimo de produção do conhecimento. A singularidade foi historicamente desconsiderada enquanto a sua legitimidade como fonte de conhecimento científico. A afirmação da singularidade na investigação da subjetividade reveste de uma importante significação qualitativa, que nos impede identificá-la com o conceito de individualidade. A singularidade se constitui como realidade diferenciada na história da constituição subjetiva do indivíduo.” (p.40)

É a partir desses pressupostos epistemológicos amplos que podemos situar a pesquisa qualitativa, não como uma mera aplicação de certos métodos (como por exemplo, a entrevista), mas sim como um estilo de investigação comprometido com as rupturas epistemológicas mencionadas anteriormente. Certamente, desenvolver investigações na psicologia que contemplem tais pressupostos epistemológicos implica na reformulação do espaço conferido à metodologia, bem como do conceito chave de “coleta de dados”.

Primeiramente, a metodologia deixa de ser vista como o conjunto de procedimentos que definem “como utilizar” os métodos científicos, para ser

compreendida como processo cíclico, dinâmico, que engloba as concepções de mundo e a experiência intuitiva do pesquisador, o fenômeno, o método, os dados (entendidos como indicadores empíricos) e a teoria (Branco & Valsiner, 1997). Em outros termos, a metodologia é compreendida como um processo “(...) *de pensamento orientado em uma certa direção de procedimentos de intervenção utilizados pelo pesquisador em sua interação com o fenômeno investigado, o qual conduz à construção de um novo conhecimento.*” (Branco & Valsiner, 1997, p. 39).

De acordo com essa compreensão metodológica e com os pressupostos de uma epistemologia qualitativa, torna-se desprovido de sentido o termo “coleta de dados”, tão freqüente no vocabulário dos pesquisadores em psicologia. O termo coleta de dados implica a noção de uma relação isomórfica entre fenômeno estudado e os dados empíricos, ou seja, os dados seriam o reflexo de uma realidade externa ao investigador. Cabe ressaltar que, historicamente, a epistemologia positivista constituiu-se em uma radicalização do empirismo. Portanto, tanto o positivismo como o empirismo apresentam pontos em comum, como, por exemplo, a super-valorização do observável como o critério último para a produção de conhecimentos válidos cientificamente. Não é de se estranhar, nesse sentido, que os dados empíricos, conjuntamente com os métodos “validados” cientificamente, assumissem um papel central na pesquisa psicológica marcada pelo positivismo. Mais do que isso, como vários autores têm questionado, o dado, através de um processo de reificação, tornou-se uma espécie de “entidade” desvinculada do processo amplo de construção do conhecimento, como discutido anteriormente (Branco & Valsiner, 1997; Valsiner, 1997; Kinderman & Valsiner, 1989; González Rey, 1997, 1999).

A idéia, comumente difundida entre os pesquisadores, de que “os dados falam por si só” (Valsiner, 1989, 1997) reflete justamente esse processo de reificação do dado empírico, em que o espaço da teoria na construção do conhecimento é reduzido à descrição e organização dos “dados coletados” na pesquisa empírica. Outra consequência da reificação dos dados empíricos diz respeito à minimização do papel ativo do pesquisador no processo de construção do conhecimento, pois as suas idéias se tornarão legítimas apenas no momento em que forem verificadas empiricamente (González Rey, 1999).

Coerente com uma epistemologia qualitativa, o empírico não é considerado como o momento último de legitimação (verificação) de hipóteses rigidamente delimitadas, mas sim como um dos momentos da pesquisa que adquire sentido e

relevância a partir de uma perspectiva epistemológica, de um marco teórico e das perguntas e questionamentos levantados pelo pesquisador. Portanto, a produção empírica e a produção teórica se encontram indissociavelmente interligadas (Branco & Valsiner, 1997; Valsiner, 1997; Kinderman & Valsiner, 1989; Branco & Rocha, 1998; González Rey, 1997, 1998, 1999).

Contudo, é importante ressaltar que a relação entre o teórico e o empírico não é uma relação direta, como afirma González Rey (1999):

“A produção empírica constitui um dos momentos comprometidos com o desenvolvimento de uma teoria, contudo, esta relação não é direta: ela está implicada dentro de uma complexa trama de fatores. As teorias não são dominantes simplesmente pelo seu maior valor heurístico em relação à realidade que estudam. As teorias são fontes permanentes de geração de idéias que, por sua vez, permitem a organização e extensão do pensamento em relação a um espaço da realidade. As teorias, por outro lado, representam uma memória do pensamento, que permite a diferentes gerações manter a continuidade do conhecimento de um determinado espaço do real (...) A relação entre o empírico e o teórico é implícita, indireta, mediada e, com frequência, contraditória. No momento empírico são produzidas categorias e se elaboram questões que mantêm uma independência relativa com o marco teórico geral, questões estas que só gradualmente aparecem em termos da teoria geral, com frequência, como extensão daquela, mas que, contudo, podem converter-se, no processo de desenvolvimento da teoria, em elementos que entram em contradição com alguns de seus pressupostos gerais.” (p. 69-70)

Nesse sentido, a produção teórica ocupa um lugar de destaque na epistemologia qualitativa, o que diferencia as investigações qualitativas fundamentadas em tal perspectiva epistemológica das investigações qualitativas inspiradas nos critérios positivistas (González Rey, 1999). A produção empírica, por extensão, passa a ser considerada como um dos vários momentos que constituem o processo de construção do conhecimento. Em termos metafóricos, pode-se afirmar que o momento empírico configura-se como uma espécie de diálogo entre o investigador (mediado por sua intuição, seus pressupostos epistemológicos e teóricos) e os fenômenos estudados. Nesse sentido, os “dados empíricos” nunca são “dados ao investigador a partir da utilização dos métodos de pesquisa”. Ao contrário, os “dados” são sempre construídos a partir da integração realizada pelo investigador do marco epistemológico, teórico e das informações produzidas no momento empírico (Branco & Valsiner, 1997; Valsiner, 1997; Kinderman & Valsiner, 1989).

O termo “dato empírico”, pela sua longa história de associação ao empiricismo positivista, torna-se, portanto, inadequado no contexto amplo de formulações de uma epistemologia qualitativa. É justamente para marcar, conceitualmente, a diferença de compreensão do papel do empírico na produção de conhecimento científico, que González Rey (1997, 1999) propõe o termo: indicadores empíricos. O conceito de indicadores empíricos aponta para a unidade indissociável entre o empírico e o teórico, pois é somente dentro de um contexto teórico que as informações produzidas no momento empírico adquirem significação.

Nesse momento, é importante distinguir a proposta da epistemologia qualitativa da proposta epistemológica defendida pelo construcionismo social. Apesar de ambas partirem de uma crítica contundente à epistemologia positivista, há uma diferença fundamental em termos ontológicos quanto às duas propostas. A tendência observada entre os construcionistas sociais, principalmente entre os "radicais", é a dissolução ontológica tanto do sujeito como da realidade nas multiplicidades discursivas (González Rey, 1997; Neubern, 1999; Munné, 1998). Em outras palavras, a proposta epistemológica do construcionismo social é fundamentada em uma concepção ontológica discursiva, enquanto que a epistemologia qualitativa pressupõe uma ontologia histórica do sujeito e da realidade.

A epistemologia qualitativa desenvolvida por González Rey, diferentemente do construcionismo social, assegura as diferenças ontológicas entre sujeito e realidade. Tal perspectiva está em sintonia com a psicologia histórico-cultural soviética. Quando Vygotsky (1991) concebe a relação entre sujeito e realidade como uma relação mediada semioticamente, ele assegura, mesmo que não seja explicitado em sua obra, as diferenças ontológicas entre ambos. Certamente, para ele, como também para os construcionistas sociais, a linguagem não apresenta apenas uma função comunicativa, mas também constitutiva. Contudo, para Vygotsky, a linguagem constitui a nossa compreensão sobre a realidade e sobre nós mesmos, mas a realidade e o sujeito psicológico não se esgotam na linguagem.

É interessante notar que, se por um lado, a epistemologia positivista representou uma compreensão excludente entre sujeito e objeto do conhecimento, sendo este último super-enfatizado, por outro lado, no construcionismo social (radical) não há qualquer distinção entre sujeito e objeto do conhecimento (“tudo torna-se discurso”). De acordo com Munné (1998), uma das consequências da total eliminação

dos limites entre sujeito e objeto do conhecimento é a adoção de uma posição claramente antropocêntrica.

Para a epistemologia qualitativa, a relação entre sujeito e objeto configura-se como dois pólos indissociavelmente ligados na produção de conhecimentos (González Rey, 1997). Decorre disso, portanto, o valor do empírico na construção teórica, pois a produção de indicadores empíricos pode representar uma fonte de questionamento da própria teoria, bem como pode indicar a necessidade de reformulação de alguns dos seus pressupostos.

Por outro lado, o papel do investigador na construção de novos conhecimentos é de suma importância, pois a simples observância dos princípios lógicos da dedução e da indução não garante, de forma alguma, o caráter inovador de determinada pesquisa. Nesse sentido, Valsiner (1997), coerente com uma perspectiva desenvolvimental, discute a importância dos processos de abdução na emergência de novos conhecimentos: *“A dedução constrói o mundo como deve ser, a indução ajuda-nos a revelar como ele é atualmente, e a abdução permite-nos considerar como ele poderia ser (...) abdução é, então, a principal ligação entre as linhas indutivas e dedutivas”* (p. 68). O conceito de abdução se aproxima do conceito de síntese dialética de Vygotsky, em que a novidade é considerada no contexto de familiaridade, sendo que a novidade nunca se resume à mera soma de elementos previamente conhecidos.

A psicologia histórico-cultural soviética representou um marco teórico importante nas formulações de González Rey (1997) sobre a proposta epistemológica qualitativa. Nesse sentido, Vygotsky (1991), nas décadas de vinte e trinta do século XX, já questionava a estrutura metodológica básica das pesquisas em psicologia, como pode ser observado nas seguintes afirmações:

“Apesar da grande diversidade dos detalhes de procedimento, virtualmente todos os experimentos psicológicos baseiam-se no que chamaremos de uma estrutura estímulo-resposta. Com isso queremos dizer que, independentemente do processo psicológico em discussão, o psicólogo procura confrontar o sujeito com algum tipo de situação-estímulo planejada para influenciá-lo de uma determinada maneira, e, então, examinar e analisar a(s) resposta(s) eliciada(s) por aquela situação estimuladora (...).” (p. 67)

“Todos os métodos do tipo estímulo-resposta partilham da inadequabilidade que Engels atribui à abordagem naturalística da história. Nota-se em ambos que a relação entre comportamento e natureza é unidirecionalmente reativa. Entretanto, eu e meus colaboradores acreditamos que o

comportamento humano tem aquela ‘reação transformadora sobre a natureza’ que Engels atribuiu aos instrumentos. Portanto, temos que procurar métodos adequados à nossa concepção. Conjuntamente com os novos métodos necessitamos de uma nova estrutura analítica.” (p. 70)

A crítica de Vygotsky (1991) à estrutura metodológica do tipo estímulo-resposta, fundamentada em uma concepção de sujeito unidirecionalmente reativo, foi aprofundada por González Rey (1997, 1998, 1999). Tal estrutura metodológica, tão comum nas pesquisas psicológicas, apresenta uma série de implicações:

- Super-valorização dos instrumentos de pesquisa (obsessão por critérios estatísticos de validação). Os instrumentos tornam-se, praticamente, um fim em si mesmo, sendo a legitimidade da informação produzida no momento empírico diretamente relacionada à sua procedência instrumental.
- O instrumento divide radicalmente o sujeito e o objeto do conhecimento, estabelecendo um vínculo despersonalizado entre ambos. Ao pesquisador cabe ‘aplicar’ o instrumento e ao sujeito estudado cabe ‘responder’. Nesse sentido, o investigador e o sujeito investigado cumprem uma função, rigidamente especificada, diante do instrumento.
- São desconsideradas as especificidades do “objeto de estudo” da psicologia, ou seja, um sujeito intencional, interativo, consciente, capaz de produzir sentido subjetivo às suas ações, inclusive à sua participação em determinado projeto de pesquisa.
- O excesso de formalização que acompanha a aplicação dos instrumentos, associada à tendência de tais instrumentos em apresentar possibilidades fechadas de resposta, representa um empobrecimento da qualidade das informações produzidas. O que se configura em uma estratégia metodológica reducionista, se consideramos a complexidade do fenômeno humano.

Na pesquisa qualitativa, fundamentada em uma epistemologia qualitativa, os instrumentos deixam de ser vistos como um fim em si mesmo (instrumentalismo positivista) para se tornar uma ferramenta interativa entre o investigador e o sujeito investigado. Em outros termos, o instrumento deixa de ser considerado a via de estudo das respostas do sujeito, para englobar os procedimentos usados pelo pesquisador para estimular a expressão e a construção de reflexões pelo sujeito que estão além das possibilidades definidas *a priori* pelos instrumentos (González Rey, 1999).

A proposta de definição da pesquisa qualitativa, a partir de um referencial epistemológico qualitativo, e não mais a partir da definição de certos instrumentos de

pesquisa, possibilita um questionamento profundo sobre a própria construção metodológica em psicologia. Tal proposta teórico-epistemológica mostra-se bastante pertinente, no que se refere à psicologia do desenvolvimento, pois as suas análises, para serem coerentes com seu objeto de estudo, devem considerar seriamente os processos dinâmicos e complexos de constituição permanente do sujeito psicológico concreto. A análise da proposta de investigação qualitativa, desenvolvida por González Rey (1997, 1998,1999), foi de suma importância na realização do presente estudo. Algumas das implicações na psicologia dessa proposta epistemológica e metodológica podem ser sintetizadas na seguinte afirmação:

“A investigação qualitativa que defendemos substitui a resposta pela construção, a verificação pela elaboração e a neutralidade pela participação. O investigador entra no campo com o que lhe interessa investigar, no qual não supõe o encerramento no desenho metodológico de somente aquelas informações diretamente relacionadas com o problema explícito a priori no projeto, pois a investigação implica a emergência do novo nas idéias do investigador, processo em que o marco teórico e a realidade se integram e se contradizem de formas diversas no curso da produção teórica.” (González Rey, 1998, p. 42)

A partir da análise empreendida anteriormente sobre a construção metodológica na pesquisa qualitativa, é possível refletirmos sobre as potencialidades e limites de um instrumento metodológico específico: a entrevista.

2 - A ENTREVISTA ENQUANTO RECURSO METODOLÓGICO

“O conhecimento do singular é a chave de toda a psicologia social; de modo que devemos conquistar para a psicologia o direito de considerar o singular, ou seja, o indivíduo, como um microcosmo, como um tipo, como um exemplo ou modelo da sociedade.” (Vygotsky, 1996, p.368, citado em Molon, 1999, p. 43)

Tradicionalmente, a entrevista (principalmente a entrevista semi-estruturada e não-estruturada) tem sido considerada pela psicologia como um método de investigação de valor secundário na produção de conhecimento “científico” (González Rey & Mitjáns, 1989; González Rey, 1999). A entrevista tem sido comumente associada à

prática clínica como um dos instrumentos de trabalho do psicólogo, mas não como instrumento metodológico válido na produção de conhecimentos (González Rey & Mitjáns, 1989):

“Em nosso ponto de vista, a enorme influência do positivismo na metodologia das ciências sociais teve importante significação na subestimação da entrevista como instrumento de diagnóstico psicológico, a qual tem sido associada em maior medida ao trabalho clínico que ao processo mais geral de investigação e diagnóstico da personalidade, como uma técnica a mais para o seu estudo. Isso influenciou os poucos trabalhos orientados ao aperfeiçoamento da entrevista como instrumento geral do fazer psicológico.” (p. 102)

Dentro de uma estrutura metodológica marcada pelo binômio estímulo-resposta, como foi discutido anteriormente, não é de se estranhar o valor secundário conferido à entrevista na construção do conhecimento psicológico, uma vez que as possibilidades de respostas (ou melhor, de construções) do sujeito investigado diante de uma entrevista são muito mais amplas que diante de um instrumento fechado como, por exemplo, um questionário com questões “objetivas”. Além disso, a interpretação de uma entrevista pressupõe, por parte do pesquisador, uma atitude mais flexível em relação à categorização das respostas construídas pelo entrevistado, o que contradiz o ideal de pesquisa positivista, em que as categorias de análise devem ser fechadas e de preferência previamente definidas.

Outro questionamento em relação ao *status* da entrevista como instrumento metodológico diz respeito à validade das respostas do entrevistado em relação aos problemas de investigação definidos pelos pesquisadores. Dentro de uma perspectiva epistemológica positivista, o sujeito investigado é visto como sujeito “ingênuo”, não-consciente das leis que regem o seu comportamento. Nesse sentido, por que deixar o sujeito se expressar mais livremente em uma situação de investigação, pouco estruturada? Qual a validade de sua expressão “ingênuo” na produção de conhecimentos empiricamente verificáveis? O pouco prestígio da entrevista como instrumento metodológico na pesquisa positivista é, portanto, perfeitamente coerente com os seus pressupostos epistemológico-metodológicos centrais.

Em contrapartida, na investigação qualitativa, fundamentada nos pressupostos epistemológicos discutidos no presente trabalho, a entrevista ganha um espaço legítimo na produção de novos conhecimentos na psicologia. Para tanto, é necessário superar a

idéia de que a utilização da entrevista na prática de pesquisa representa um “meio” para se acessar os conteúdos intra-psíquicos do sujeito investigado. Em outras palavras, não há uma relação isomórfica entre as respostas do sujeito (os “dados”) e os fenômenos estudados. O momento da entrevista consiste em um espaço dialógico, perpassado pelos significados que são co-construídos pelos participantes, ou seja pelo entrevistado e pelo pesquisador (Melo, 1996, Valsiner, 1997).

Portanto, a entrevista, enquanto instrumento metodológico, consiste em uma ferramenta interativa (González Rey, 1999) que adquire sentido dentro de um espaço dialógico, em que o estabelecimento do vínculo entre o pesquisador e os sujeitos investigados cumpre uma função essencial na qualidade dos indicadores produzidos. Portanto, o papel do entrevistador (do pesquisador) não se restringe à atividade de perguntar, como aparece evidenciado na seguinte afirmação:

“Desta forma, a tarefa do entrevistador é se aproximar, como um acrobata se aproxima do trapézio, para uma acrobacia. O entrevistador deve equilibrar a tarefa de construção do vínculo [com a construção da informação] e, ao mesmo tempo, precisa desenvolver uma consciência sensível para os momentos em que uma ou outra precisam de maior atenção.” (Gorden, 1987, p.78; citado em Melo, 1996, p.57)

Da mesma forma, o papel do sujeito investigado não se restringe a responder às questões formuladas pelo pesquisador, pois as suas respostas não estão prontas *a priori*, mas são verdadeiras construções pessoais implicadas no espaço dialógico da entrevista, no tipo de vinculação estabelecido (González Rey, 1999). Mesmo em uma entrevista não-estruturada como, por exemplo, a entrevista aberta autobiográfica, não é possível desconsiderar a dimensão comunicativa e metacomunicativa compartilhada (para além da linguagem verbal) entre entrevistador e entrevistado (Branco & Valsiner, 1997).

A entrevista, enquanto recurso metodológico legítimo na produção de conhecimentos na psicologia, representa também uma valorização do singular como campo produtivo de investigação e desenvolvimento teórico. Infelizmente, o estudo do sujeito singular foi desconsiderado pela psicologia dita científica, marcada pela tradição positivista (González Rey, 1997, 1998, 1999). Se adotarmos como critério de generalização apenas o critério estatístico de amostras significativas, então, o estudo de caso não goza de nenhuma possibilidade de generalização. Contudo, dentro de uma

proposta epistemológica qualitativa, o critério para generalização do conhecimento não reside em seu significado estatístico, mas sim em outros critérios:

“Ao considerar a generalização como um resultado da qualidade da construção teórica, os critérios de sua definição deixam de ser correlacionais, de repetição ou de padronização, e passam a ser definidos pelo alcance das construções produzidas pelo investigador. Neste sentido, a individualidade passa a ser uma fonte tão legítima para a produção de generalizações, como o estudo de grandes grupos. A informação procedente de um estudo de caso pode representar o elemento necessário para que o investigador gere uma idéia, ou reflexão de alto potencial generalizador, que estava em processo, mas que, contudo, aquele ainda não tinha construído (...) Portanto, em termos da construção de conhecimento, o caso não é um elemento isolado, mas sim um momento de sentido no curso da produção teórica. Desde a perspectiva empirista ele (o estudo de caso) não tinha legitimidade para apoiar uma conclusão significativa, mas desde o lugar que conferimos à teoria, sua legitimidade é assegurada pelo que representa para a qualidade do processo teórico em desenvolvimento.” (González Rey, 1999, p.164-165)

Certamente, o valor conferido ao estudo de caso no desenvolvimento teórico não significa que a entrevista seja o único caminho para o estudo da singularidade do sujeito psicológico concreto. Outros instrumentos metodológicos, além da entrevista, “abrem novas zonas de sentido” sobre o fenômeno estudado e, paradoxalmente, “fecham” o nosso olhar para outras zonas de sentido do real. Por exemplo, ao realizar a transcrição e a interpretação de uma entrevista, o pesquisador tende a se concentrar nos indicadores verbais, devido à dificuldade de recuperar, em termos de uma análise pormenorizada, a complexidade dos processos comunicativos e metacomunicativos envolvidos no momento da entrevista.

A consideração acerca dessa dificuldade metodológica aponta, portanto, para a necessidade de integrarmos diferentes instrumentos metodológicos, a partir da natureza do problema investigado, dos objetivos da pesquisa e dos pressupostos epistemológicos e teóricos assumidos pelo investigador.

É importante enfatizar, novamente, que qualquer instrumento metodológico não consiste em um fim em si mesmo, mas adquire sentido tão-somente dentro do processo amplo de construção de conhecimento. Portanto, no presente trabalho não se pretendeu defender um método de pesquisa (a entrevista) em oposição a outros métodos, mas, sim, analisar o quanto a construção metodológica está intrinsecamente

relacionada a certas perspectivas epistemológicas (mesmo que isto não seja explicitado pelo investigador).

Afinal, o que são os instrumentos metodológicos? São meras “ferramentas interativas” utilizadas pelos protagonistas da produção científica, os seres humanos concretos. Infelizmente, o instrumentalismo metodológico legado pelo positivismo nos fez acreditar que o mais importante são os “meios”, “o como” investigar a realidade e em seu devaneio tecnicista, supôs uma ciência imparcial construída a partir de “técnicas de investigação objetiva”. Mas o que significa uma “técnica de investigação objetiva” ou, em outros termos, o instrumento metodológico em si, sem o sujeito do conhecimento? Significa justamente a morte de uma das mais instigantes aventuras humanas: a própria ciência. Paradoxalmente, a utopia científicista (fundamentada no instrumentalismo positivista) representa, em última instância, a morte do próprio empreendimento científico, compreendido enquanto construção social e subjetiva.

3 - DIÁLOGOS COM O REAL

Participantes

Participaram do presente estudo seis homens e quatro mulheres de classe média do Distrito Federal, na faixa etária compreendida entre 20 e 34 anos, que apresentam uma orientação sexual considerada socialmente diferente (identidade sexual não-hegemônica). Os critérios adotados para a seleção dos participantes foram os seguintes: (a) homens e mulheres que se compreendem como pessoas que apresentam uma orientação sexual homossexual ou bissexual; (b) estarem os participantes na faixa etária compreendida entre 20 e 35 anos; (c) não serem pessoas conhecidas da pesquisadora.

Este último critério foi adotado, a fim de proporcionar uma maior liberdade de expressão por parte dos(as) participantes, visto que o fato de compartilhar um determinado círculo de amizade ou de convivência poderia, implicitamente, limitar a expressão dos(as) participantes, bem como evitar possíveis vieses por parte da pesquisadora.

O acesso aos participantes ocorreu mediante duas estratégias: (a) através da rede social da pesquisadora, ou seja, através de pessoas conhecidas que indicaram alguns nomes de pessoas interessadas em participar da pesquisa, após a concordância das mesmas; (b) através de uma ONG de luta pelos direitos dos homossexuais em Brasília.

Quadro 1- Dados sociodemográficos dos(as) participantes

Participante (Nome fictício)	Idade	Escolaridade	Ocupação	Local de residência	Religião
1. Bete	33	3º grau incompleto	<i>Free Lancer</i>	Asa Norte	Católica
2. Alexandre	33	3º grau completo	Profissão liberal	Asa Sul	Não tem
3. Bruno	34	3º grau incompleto	Funcionalismo público	Cruzeiro Velho	Não tem
4. Fabrício	25	3º grau completo	Funcionalismo público	Lago Sul	Católica
5. Denise	22	2º grau completo	Comércio	Taguatinga	Católica
6. Renata	25	3º grau completo	Setor administrativo	Lago Norte	Católica
7. Marcone	22	3º grau incompleto	Estudante	Ceilândia	Não tem
8. Jorge	34	3º grau incompleto	Funcionalismo público	Aguas Claras	Católica
9. Henrique	21	2º grau completo	Setor técnico	Núcleo Bandeirante	Católica
10. Carolina	20	2º grau completo	Secretariado	Cruzeiro Novo	Católica

Local

Considerando a ausência de isolamento acústico e, conseqüentemente, de privacidade do laboratório, ao qual a pesquisadora está vinculada, as entrevistas foram realizadas em distintos locais: em espaços públicos (quadra residencial situada na Asa Norte), na residência dos participantes, em uma sala de aula vazia da UnB em horário de almoço, em uma mesa isolada de uma lanchonete em um horário de pouco movimento e na sede de uma ONG vinculada ao movimento de luta pelos direitos dos homossexuais. A escolha dos locais para a realização das entrevistas foi negociada, anteriormente, com os participantes, e buscou-se privilegiar locais onde os mesmos se sentissem à vontade.

Material e equipamentos

Para a realização das entrevistas, foram utilizados uma carta de apresentação da pesquisa (anexo 1), uma carta de autorização assinada pelos(as) participantes (anexo 2), um questionário de dados sociodemográficos que foi preenchido pela pesquisadora (anexo 3), um roteiro de entrevista (anexo 4). Para a elaboração da versão final do roteiro de entrevista, foi realizada uma entrevista-piloto com uma pessoa conhecida da pesquisadora a fim de verificar a clareza das questões elaboradas, bem como levantar

novas questões que pudessem enriquecer o instrumento. Quanto aos equipamentos, foram utilizados um gravador Sony TCM-929, fitas cassete e um *transcriber* Memo-Scriber TRC 8030.

Procedimentos para a realização das entrevistas

Considerando o preconceito social existente em torno da questão das identidades sexuais não-hegemônicas (distintas da norma heterossexual) e, conseqüentemente, a tendência a um atitude cautelosa e reservada no que tange à sua orientação sexual, por parte das pessoas que apresentam tais identidades, a pesquisadora utilizou algumas estratégias no contato inicial com os participantes e no decorrer da entrevista, a fim de garantir que os mesmos não se sentissem “invasivos”.

Primeiramente, no caso dos participantes indicados através da rede social da pesquisadora, o contato inicial (via telefone) ocorreu somente após os mesmos terem concordado em participar da pesquisa. No caso dos participantes ligados à ONG de defesa dos direitos dos homossexuais, o contato inicial ocorreu mediante conversa (via telefone e, posteriormente, pessoalmente) com um membro da diretoria do grupo. Após a concordância da diretoria, a pesquisadora participou de uma reunião na sede do grupo, no dia 30/05/2000, quando foi apresentada a temática e os objetivos gerais da pesquisa aos participantes do grupo. Após essa apresentação, as pessoas interessadas em participar da pesquisa, indicaram seus nomes e telefones para contato em um lista que circulou no decorrer da reunião, conjuntamente com a carta de apresentação da pesquisa.

No momento da realização das entrevistas, foi entregue a cada participante a carta de apresentação da pesquisa. Se estivessem de acordo em participar, era, então, solicitado que assinassem a carta de autorização. Foi enfatizado que o nome de cada participante seria mantido em sigilo, ou seja, seriam substituídos por nomes fictícios. Foi esclarecido, também, que não eram esperadas “respostas certas” por parte dos participantes, mas sim as suas opiniões e posicionamentos pessoais em relação às questões abordadas. Posteriormente, a pesquisadora preenchia o questionário com as informações sociodemográficas de cada participante e era realizada a entrevista propriamente dita.

Cabe ressaltar que o roteiro de entrevista foi elaborado no sentido de garantir um “clima não-invasivo” no momento do diálogo, ou seja, o roteiro foi dividido em três

blocos de questões, sendo que as primeiras questões eram mais gerais e as últimas mais específicas (pessoais).

Quadro 2 – Informações sobre as entrevistas realizadas

Entrevista	Nome fictício e idade	Data	Local	Militância gay
1	Bete 33 anos	07/06/2000	Apartamento da participante	Não
2	Alexandre 33 anos	07/06/2000	Apartamento do participante	Sim
3	Bruno 34 anos	03/07/2000	Apartamento do participante	Sim
4	Fabício 25 anos	06/07/2000	Lanchonete, próxima a uma quadra residencial, em uma mesa mais afastada	Não
5	Denise 22 anos	06/08/2000	Area pública de uma quadra residencial na Asa Norte (lugar tranqüilo e arborizado)	Não
6	Renata 25 anos	07/08/2000	Area pública de uma quadra residencial na Asa Norte (lugar tranqüilo e arborizado)	Não
7	Marcone 22 anos	15/06/2000	Sala desocupada da UnB, no horário do almoço	Sim
8	Jorge 34 anos	21/06/2000	Sede da ONG ligada ao movimento de luta pelos direitos dos homossexuais	Sim
9	Henrique 21 anos	12/07/2000	Area pública de uma quadra residencial na Asa Norte (lugar tranqüilo e arborizado)	Sim
10	Carolina 20 anos	03/08/2000	Area pública de uma quadra residencial na Asa Norte (lugar tranqüilo e arborizado)	Sim

Procedimentos para a análise das entrevistas

Foi elaborado, inicialmente, um sumário de todas as dez entrevistas realizadas. Tal sumário consistiu na realização de comentários sintéticos e na transcrição de trechos considerados interessantes ou significativos das entrevistas. A partir da realização do sumário foi possível construir um panorama amplo sobre o grupo de participantes, bem como selecionar as entrevistas que seriam analisadas de forma mais detalhada. As seis entrevistas selecionadas (três homens e três mulheres) foram, então, transcritas na íntegra (entrevistas 1, 2, 3, 4, 5 e 6). Buscou-se, na transcrição das entrevistas, integrar às verbalizações os elementos paralingüísticos (como, por exemplo, a ênfase em certas palavras), visando o enriquecimento da análise e possibilitando uma maior compreensão da dimensão metacomunicativa presente no momento da entrevista.

Quadro 3: Códigos usados nas transcrições das entrevistas

(...)	= pausa longa na fala	...	= pausa breve na fala
_____	= ênfase na(s) palavra(s) sublinhada(s)		
[?]	= uma palavra ininteligível	[??]	= mais de uma palavra ininteligível
*	= “hum, hum”, “ham, ham”, expressão que indica que a pesquisadora está acompanhando a fala do(a) participante (ou vice-versa)		
(risos)	= risos por parte da pesquisadora e do(a) participante		
(risos -.....)	= risos por parte da pesquisadora <u>ou</u> do(a) participante		
(interrupção)	= a gravação foi, momentaneamente, interrompida		
(interrupção: fim do lado da fita)	= interrupção da gravação devido ao término de um dos lados da fita cassete		
(B 1)	= primeiro bloco de questões (história de vida)		
(B 2.1)	= segundo bloco de questões, questão 1 (e, assim, por diante)		
(B 3.1)	= terceiro bloco de questões, questão 1(e, assim, por diante)		

Em um sentido amplo, a análise das entrevistas buscou, nas narrativas dos participantes, evidenciar os processos identitários relacionados à questão de gênero e à orientação sexual, procurando articular os significados culturais e a constituição da subjetividade. De forma específica, as análises foram orientadas a partir das seguintes categorias temáticas, construídas após a elaboração e análise dos sumários realizados para as 10 entrevistas:

- 1) História de vida
- 2) Questões de gênero
- 3) Movimentos sociais, discriminação e transformação da sociedade
- 4) Comunidade gay em Brasília
- 5) Gênese e desenvolvimento da orientação sexual
- 6) Crenças sobre a homossexualidade e classificação das orientações sexuais
- 7) Relações sociais (família, escola, trabalho, amizades)
- 8) Relações afetivo-sexuais
- 9) Relações consigo mesmo(a)
- 10) Outras questões e comentários sobre a entrevista

É importante enfatizar que, de acordo com os princípios éticos para realização de pesquisas com seres humanos, é de suma importância defender os participantes em sua

vulnerabilidade enquanto sujeitos de pesquisa (Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde, 1996):

“a) consentimento livre e esclarecido dos indivíduos-alvo e a proteção a grupos vulneráveis e dos legalmente incapazes (autonomia). Neste sentido, a pesquisa envolvendo seres humanos deverá tratá-los em sua dignidade, respeitá-los em sua autonomia e defendê-los em sua vulnerabilidade;

b) ponderação entre riscos e benefícios, tanto atuais como potenciais, individuais ou coletivos (beneficência), comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos”
(p. 17)

Considerando que os participantes fazem parte de um grupo socialmente discriminado, o cuidado com o sigilo em relação às suas identidades foi redobrado na pesquisa. Além de adotarmos nomes fictícios para os participantes e todas as pessoas citadas nas entrevistas, omitimos informações que poderiam facilitar a identificação dos participantes (como, por exemplo, a especificação precisa da profissão). Quando essas informações apareciam nos trechos das transcrições analisadas na seção de Resultados, as mesmas foram omitidas utilizando-se o seguinte código: [XXX]. Pretendemos, assim, assegurar a integridade dos participantes e o respeito aos seus direitos enquanto sujeitos de pesquisa, dentre eles, o direito ao sigilo em relação à identificação pessoal.

RESULTADOS

Nesta seção serão apresentadas as análises das entrevistas selecionadas (entrevistas 1, 2, 3, 4, 5 e 6), a partir das categorias temáticas apresentadas anteriormente.

Cabe ressaltar que os trechos selecionados na presente análise não correspondem às respostas na íntegra dos(as) participantes. Na realidade, correspondem a trechos considerados, pela pesquisadora, como interessantes ou ilustrativos. É importante ressaltar, também, que tais trechos das transcrições correspondem a um *recorte do fluxo dialógico* travado entre pesquisadora e participantes.

ANÁLISE DA ENTREVISTA 1

Nome fictício: Bete

Idade: 33 anos

1) História de vida

A participante inicia a sua narrativa autobiográfica com o momento que ela considera muito significativo, um verdadeiro *turning point* em sua vida, aos 21 anos de idade (linhas 4 a 13):

*“Certo eu já tinha falado com você, né, eu descobri a vida, assim, um pouco, eu digo, não sei se ... é no meu tempo, né? Eu acredito que é no... cada um tem o seu tempo * de... de descobri, então vivi um tempo limitado com meu pai e me rebelei realmente com 21 anos de idade quando realmente eu comecei a sentir coisas ... é diferentes, né,* sentimentos diferentes, uma visão do mundo diferente* das outras pessoas* e isso criou um conflito grande. E... e achei importante a partir do momento que eu saí da minha casa*, né, dos meus pais, que eram um... uma coisa muito naquela época, né? A gente fala até aquela época (risos- Ana Flávia), mas era uma menina solteira* ia saí de casa, né? Então...” (ver códigos para a transcrição das entrevistas, página 87)*

Aos 21 anos, a participante termina um noivado, após se decepcionar com o contato sexual e afetivo com seu noivo e descobrir também que o mesmo teve um caso com um homem. Começa a freqüentar um bar alternativo da cidade (Beirute), tem a sua

primeira experiência homoerótica, bem como inicia o seu primeiro relacionamento afetivo-sexual duradouro com uma mulher, 16 anos mais velha, com quem foi casada durante dez anos. Cabe ressaltar que todas essas transformações ocorreram em um período breve (durante um ano), o que pode ser caracterizado como um momento de confluência de processos de mudanças significativas em sua vida.

Outro momento significativo na vida da participante foi a sua viagem a Europa há 5 anos atrás, mais especificamente a Londres, onde ela viveu durante três anos e meio. O período em que viveu em Londres foi considerado bastante significativo para o seu processo de assumir a sua orientação sexual e, em um sentido mais amplo, assumir as suas escolhas e os seus posicionamentos pessoais, como pode ser observado no seguinte trecho (linhas 27 a 32):

“Eu morei três anos e meio , três anos e meio, né*. Então, viajei, foi quando eu realmente... é... eu caí no mundo e senti: poxa, eu sou a Bete!* Eu gosto disso*. eu quero isso, entende?* Sem... é... preconceito, sem... é, é... ninguém me posicionar na vida * , né, eu tinha que me posicionar, eu tinha que senti-la e... ao mesmo tempo vivê-la, né?* E, e esse, isso foi uma das, das coisas mais importantes da minha vida, né?* Essas coisas..”*

Segundo a participante, o seu retorno ao Brasil, há 2 anos atrás, foi um “impacto total”, pois os brasileiros são muito preconceituosos, em diversos sentidos e, especificamente, no que se refere às pessoas que apresentam uma orientação sexual distinta da norma heterossexual (identidades sexuais não-hegemônicas). Tal atitude preconceituosa, de acordo com a participante, está relacionada à predominância do catolicismo no Brasil. A própria participante, em vários momentos da entrevista, se refere à sua formação familiar católica como um dos focos de conflito pessoal em relação à sua orientação sexual.

A participante destaca também a importância na sua vida do seu relacionamento amoroso atual, no sentido de crescimento pessoal, bem como no sentido de superação de atitudes comodistas, pois, segundo ela, no seu relacionamento anterior, a paixão já tinha “acabado” há muito tempo, mas ela continuava na relação. Após se apaixonar pela sua companheira atual, a participante teve coragem para romper com o antigo relacionamento (de dez anos) e iniciar uma nova fase em sua vida, sair do apartamento da sua ex-companheira, voltar a estudar, investir na sua carreira profissional. No

momento da entrevista, a participante tinha um ano e nove meses de relacionamento amoroso e estava morando junto com a sua atual companheira.

A participante só se refere explicitamente sobre a sua infância e adolescência posteriormente, no decorrer da entrevista. Em outros termos, a sua narrativa autobiográfica (questão sobre a história de vida) tem como foco a sua juventude, especificamente, após os seus 21 anos (*turning point*). Cabe ressaltar que a estrutura narrativa utilizada pela participante é marcada pela relação entre temporalidade e vivências subjetivas (integração entre consciência de si e afetividade), ou seja, muito mais do que indicar os “eventos” que ocorreram em sua vida, a participante enfatizou os sentimentos e as suas percepções pessoais a partir das vivências e eventos narrados.

2) Questões de gênero

Quanto às expectativas sociais em relação aos homens e às mulheres, a participante tende a enfatizar o campo de atuação profissional. Nesse sentido, ela enfatiza o crescimento da participação das mulheres no mercado profissional. Tal crescimento se deve, segundo a participante, à competência das mulheres e ao fato de os homens terem “aberto” espaços profissionais para as mulheres, como pode ser observado no seguinte trecho (linhas 170-177):

“E... eu acho que... o homem e a mulher... bem, a mulher sempre quis essa... é, como que eu digo, a comparação a, a igualdade. né, a mulher sempre buscou isso. né, por que que um homem tem o salário maior que a mulher, num, num... num trabalho, na mesma função?* Né, essas, essas diferenças pelo... pelo machismo*... é... hoje, tá se caracterizando diferente, até porque a mulher tá se mostrando, é, bastante capaz, naquilo* que ela faz*. Então, eu acho que é um momento grandioso, né, porque... pra mulher tá aí, no mercado, o homem também deu o espaço pra que ela entrasse no mercado, né?**”

É interessante notar, que a entrada das mulheres no mercado de trabalho é percebida pela participante como algo relacionado à competência individual (no caso das mulheres) e à “boa vontade” dos homens em permitirem (“abrirem espaços”), ou seja, não é explicitado em seu discurso a dimensão de luta política mais ampla envolvida em tal processo de inserção profissional das mulheres.

No campo da atuação profissional, a participante destaca a tendência de homens e mulheres apresentarem diferentes atitudes em suas relações profissionais. Para tanto, a

participante utiliza uma metáfora, de fundo sexual, para ilustrar essas diferenças, no campo profissional (linhas 161-169):

“Então, a gente tem uma postura diferente do homem, né, porque a gente pensa com a cabeça, e o homem... pensa um pouco com a cabeça de baixo, desculpa eu falar isso, né? (risos - Ana Flávia). E... determinadas posições até, eu já tive oportunidade de... já trabalhei na Câmara e*... pra assumir determinadas coisas, gratificações, eu tinha que realmente sair... com um deputado, ou um senador, né? É... e... e através daquela saída, eu podia... almejar o que eu quisesse. Eu acho que com a mulher num, num passa por isso, né*, a mulher numa, numa mesa de trabalho, ela não vai... convidar o cara: tá, você vai sair comigo (risos- Bete) e depois a gente conversa*, né?* “*

Portanto, para a participante os homens tendem a associar, em suas relações profissionais, posições de autoridade com a expectativa de favores sexuais por parte de funcionárias em posições hierárquicas inferiores. Parece haver, nesse sentido, uma aliança entre sexo e poder, no âmbito profissional, que é perpassado pelas relações de gênero.

As relações entre homens e mulheres, de acordo com a participante, são mais desiguais nas classes populares, devido à falta de informação, de educação, de oportunidades (em um sentido amplo). Tal desigualdade, nas classes populares, é ilustrado pela participante, no âmbito doméstico, pela sobrecarga de trabalho assumida pelas mulheres (dentro e fora do lar) e pelo total descompromisso por parte dos homens em relação às atividades domésticas, mesmo quando estão desempregados.

O conceito de igualdade é percebido como sinônimo de identidade, ou seja, a busca pela igualdade implicaria em aceitar a premissa que as mulheres são idênticas aos homens. A partir dessa conceituação, a participante acredita ser impossível chegar a uma igualdade entre homens e mulheres, porque ambos são diferentes. Tal diferença é ancorada nas diferenças físicas (por exemplo, força física). Portanto, segundo a participante, o que as mulheres esperam realmente é o respeito, principalmente no que tange à esfera profissional.

É interessante notar, como a participante, ao se referir às relações entre homens e mulheres tende a enfatizar o espaço público do mundo do trabalho, enquanto as relações no espaço privado praticamente não são questionadas, com exceção do momento em que questiona as desigualdades entre homens e mulheres de classes populares no que se refere à divisão das responsabilidades em relação às atividades domésticas.

3) Movimentos sociais, discriminação e transformação da sociedade

Quanto ao movimento feminista, a participante acha o movimento “meio radical” e compara o mesmo com o machismo, apesar de não aprofundar a sua comparação. Em um sentido genérico, a participante acredita que o movimento feminista luta pelos direitos das mulheres (linhas 416-422):

“Eu acho o feminismo até meio radical, assim como o machismo, né, É... é defender os direitos e, com um homem e... né, é o machismo, existe o feminismo, né? O, o, o radical mesmo, de pensar que a... assim como o homem se impõe numa posição de forte, do que aguenta tudo, a mulher também se impõe do outro lado, né, eu tenho também as minhas forças também*, centralizadas em outros pontos, mas tenho*. Então... é, mais ou menos isso, que eu di, que eu entendo sobre o feminismo, né*, é realmente... é... é... defender, né, os direitos da mulher, né*.”*

A partir de suas experiências quando viveu na Inglaterra, a participante acha que é possível uma articulação entre o movimento feminista e o movimento de luta pelos direitos dos homossexuais, apesar de ter afirmado nunca ter visto tal articulação no Brasil. Segundo ela, o que tornaria possível esta articulação entre o movimento feminista e o movimento homossexual seria o fato de a “opção sexual” ser um dos direitos das mulheres. O que, implicitamente, parece indicar que a possibilidade de articulação entre esses dois movimentos sociais estaria centrado na aliança entre feministas (independente da orientação sexual) e as mulheres homossexuais.

Quanto ao preconceito em relação às pessoas que apresentam uma orientação sexual considerada socialmente diferente, a participante acredita que sempre existirá, nos diversos países, com a diferença que em alguns países este preconceito é mais abafado, devido à luta política dos próprios homossexuais e das feministas, bem como uma maior abertura por parte dos governos de determinados países no que se refere ao respeito ao ser humano, sem distinções (linhas 499-507):

“Das pessoas aceitarem as outras pessoas como elas são, né? E... e o preconceito vai existir sempre, sabe Ana Flávia, na verdade... é... é... o homossexualismo já existe antes de Cristo, né?* Num é uma coisa...é... tão nova assim, e... preconceitos vão existir sempre, em qualquer parte do mundo*. até em Londres, onde eu vivi... é... existe uma, o, o preconceito lá é mais abafado*, né? Abafado, por quê? Porque o movimento feminista, o movimento...é... gay*, eles lutaram pelos direitos deles, e eles conseguiram lá um espaço, até porque é um país que tem*

uma administração melhor, aonde ela realmente... é... se preocupa com o ser humano... sem distinção.”*

De acordo com a participante, a escola e a família (ênfase na sua história de relação com a sua família) tendem a reproduzir o preconceito em relação às identidades sexuais não-hegemônicas. Na escola, os educadores acabam por reforçar o preconceito por não abrirem espaço em sala de aula para discutir questões referentes à orientação sexual, ou seja, a omissão por parte da instituição escolar, indiretamente, reforça o preconceito em relação às pessoas que apresentam uma orientação sexual distinta da norma heterossexual. Na família, desde criança, as pessoas são socializadas a partir de um modelo que reforça a idéia de que o “correto” na vida adulta seria o casamento (enquanto instituição legitimada socialmente), a união *“papai com a mamãe”*(linha 521). É interessante notar que, para a participante, o preconceito no Brasil tende a ser menor nos grandes centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro, em oposição às cidades do interior e às cidades de médio porte como, por exemplo, Goiânia.

Quanto às possibilidades de transformação social, no que diz respeito ao preconceito sexual, em um sentido amplo, a participante acredita que é importante que pessoas famosas assumam a sua orientação sexual (por exemplo, pessoas que estão constantemente na mídia). É considerado importante, também, que a própria mídia mude o seu enfoque em relação à homossexualidade, pois a mídia, segundo a participante, tende a enfatizar: *“um lado muito feio, muito é... banal, ao mesmo tempo, promíscuo”*(linha 571). Esse enfoque pejorativo, conferido pela mídia, acaba por reforçar, portanto, o preconceito em relação à questão da homossexualidade.

Quanto ao papel da participante nesse processo de transformação social, a mesma considera de suma importância que a própria pessoa, que apresenta uma orientação homossexual, assuma a sua orientação sexual para si mesma, como pode ser observado no seguinte trecho (linhas 537-546):

“Eu já fazendo pra mim (risos- Bete), eu já tô ajudando bastante*. Eu digo assim... a gente tem que partir de cada um também*, porque também tem muito homossexual que é preconceituoso*, entendeu? Tem muita gente que num se assume, que é enrustido*, né? Que jura que é homem e num é (risos-Ana Flávia), falando do lado humorístico, assim, né, que quando é humor e... e eu vejo que tem gente que são, tem pessoas que são casadas, que têm família, que têm seu caso*, ou um outro homem*, né, eu tenho... é... eu tenho conhecimento desse, nesse* sentido. Então, eu acho que já parte dessas pessoas, a reverterem... o processo (risos- Bete),*

pra que as outras, sabe, pensem diferente*, porque tem muita gente enrustida e que num assume* o que é e... que é muito preconceituoso*, e é gay, né**.”*

É interessante notar, portanto, que o preconceito em relação à homossexualidade não é algo simplesmente externo aos homossexuais, como uma atitude exclusiva das pessoas que se encontram inseridas na norma heterossexual. Em poucas palavras, muitos homossexuais são homofóbicos também. Paradoxalmente, pessoas que apresentam comportamentos homossexuais (relações afetivo-sexuais com pessoas do mesmo sexo) podem também apresentar atitudes que reforçam o preconceito em relação a si mesmo(a) e às demais pessoas que apresentam uma orientação sexual considerada socialmente diferente.

4) Comunidade gay em Brasília

O sentido de comunidade gay para a participante está relacionado à proteção, à busca de aliados e também à luta política. Para ilustrar a forma como compreende o que vem a ser comunidade gay, a participante utiliza como metáfora a organização sindical (linhas 827-838)

Mas... o que eu entendo por uma comunidade, nossa, olha que eu entendo bastante, uma comunidade gay, ela tá... nesse lado, a tanto quanto no feminista, o lado feminista, de que? De, de, proteção, de aliados*, assim como a CUT (risos), né? Se torna uma grande e forte comunidade*, pra você vê... nos Estados Unidos, o, o movimento gay é tão grande, né, que tem o Gay Pride de São Francisco, e que o Bill Clinton teve até que abrir [?], porque, realmente, faz diferença os votos numa sociedade*, a so, a comunidade gay*, né?* Porque são, é, são... muitas pessoas, e se... houver um processo* legal nessa... nessa jornada, cê vê o Bill Clinton*, acho que ele abriu*... bastante... esse lado, por quê? Porque houve uma comunidade, houve um sindicato*, né, na verdade, a comunidade, assim, se torna... é... um sindicato, onde você pode chegar lá com qualquer... problema, assim, cabeludo, e que eles vão, talvez, te auxiliar da forma que você*, é, tenta... resolver*, esse problema...”*

É interessante observar, nesse trecho, como a comunidade gay cumpre funções em distintos espaços da vida dos seus membros: no espaço público das reivindicações políticas, nas relações sociais (na busca de “aliados”), no suporte afetivo (na busca por “proteção”). Parece haver, nesse sentido, uma interpenetração do espaço público, da luta

política, e do espaço privado, das relações sociais e afetivas (processo de identificação grupal).

Em termos de movimento *gay* organizado no Brasil, a participante destacou a importância do movimento *gay* em Salvador que, segundo ela, é o maior e mais organizado movimento de militância *gay* no Brasil. Cabe ressaltar, contudo, que para a participante a comunidade *gay* em Brasília ainda é bastante incipiente, se comparada à experiência que a mesma teve com a comunidade *gay* européia, principalmente no que se refere à organização política. Quanto à comunidade *gay* em Brasília, no sentido de grupo social politicamente organizado, a mesma não participa, pois não há divulgação satisfatória das atividades desenvolvidas, bem como não há uma liderança para “*arregaçar as mangas, e vamo* buscar soldadinhos*” (linha 883-884). Em outros termos, segundo a participante, existem festas, boates voltadas para o público *gay* em Brasília, mas não existe uma militância *gay* politicamente organizada.

Um aspecto curioso da comunidade *gay* européia, utilizado para ilustrar o quanto tal comunidade é organizada, é a existência de serviços variados voltados exclusivamente para *gays*, cujos profissionais também são *gays* (linhas 884-887):

“Na Europa, isso já é bem acentuado, no entanto que eu ia... é... eu me tratava em Londres, eu tinha hospital... é... gay, os médicos eram gays, todo mundo era gay, todos*. Então, o ginecologista lá*... é... eu ia numa... ginecologista de gays, e só para mulheres gays*. né*”*

A existência de serviços organizados exclusivamente por profissionais *gays* e voltados exclusivamente para o público *gay*, é um aspecto que suscita a reflexão sobre os limites físicos e simbólicos (*constraints*) organizados a partir da orientação sexual, bem como sobre a dinâmica entre coesão e identificação grupal e a exclusão de outros grupos sociais (no caso, os “*não-gays*”). Este é um aspecto que será, posteriormente, discutido de forma mais aprofundada na parte referente à discussão e conclusões do presente estudo.

5) Gênese e desenvolvimento da orientação sexual

Para a participante, a orientação sexual de uma pessoa pode estar definida desde o nascimento ou pode ser construída no decorrer da vida, ou seja, essas duas possibilidades podem ocorrer. Em outras palavras, a pessoa pode já “nascer”

homossexual ou pode “descobrir” a sua homossexualidade em um momento posterior na sua história de vida.

No caso da história de vida da participante, ela acha que a sua orientação sexual estava definida desde o nascimento, apesar de só ter tido consciência disto aos 21 anos, quando teve a sua primeira experiência homoerótica. Cabe ressaltar que a sua crença no sentido de já ter nascido homossexual não está ancorada na genética, mas sim no desejo paterno de ter um filho homem, como pode ser observado no seguinte trecho (linhas 233-253):

“Minha história de vida é... cai naquele do nascimento, depois de muita, muitas análises, muita, muita, muita analista, né? Eu consegui identificar alguma coisa. Eu tive... eu vou contar um pouco da minha experiência*, né. É... meu pai, o desejo dele sempre foi ter um filho homem*, e... nasceu a minha irmã, e ele, ao mesmo tempo, pelo que eu fiquei sabendo da minha família, houve uma rejeição dele por parte... é... da minha irmã, né, com a minha irmã, porque ele realmente queria um filho homem. E quando veio, veio a Bete, né? A Bete veio até numa história assim de... é... entre a vida e a morte, que a minha mãe tava com uma gravidez, teve uma gravidez meio perigosa** e, e, eu era o Pedrinho, o nome do meu avô era Pedro. Então, era, eu era, eu seria o Pedrinho, veio... a Bete, mas veio a Bete e meu pai, ele não, ele na, no segundo ele tava, se vier mulher vem*. eu acho que já tava mais acostumado*, e, infelizmente, o filho mais velho sofre* mesmo, porque... tá, os pais tão ganhando experiências, né? Nunca foram pais* ... e... quando eu nasci, realmente eu nasci, é, amando o meu pai*. e ao mesmo tempo... é... eu gostava de carrinho*. eu gostava de futebol*. E... eu acredito que minhas tias olhavam, assim: poxa, essa menina, quando crescer vai ser, né, (risos) sapatão, no mínimo, né? E, e eu, até imaginava também, né, porque eu num gosta, num gostava de coisas... de menina*. né, eu gostava de estar com os meninos e tal. Eu acho que isso, pode ter sido uma influência, até quando eu estava na barriga da minha mãe*, pelo desejo do meu pai*, isso da sensibilidade, essas coisas só Freud explica*. mesmo. né?”*

A participante, a partir de suas análises, realiza uma verdadeira reconstrução do seu passado, da sua infância e mesmo do período intra-uterino, a fim de dar sentido à sua vivência homossexual atual. Além do desejo do seu pai por ter um filho homem e das brincadeiras na infância consideradas “culturalmente masculinas”, a participante narra também dois eventos de grande impacto emocional na sua vida. O primeiro, ainda na infância, diz respeito a experiência de ter sofrido abuso sexual na infância (ter sido

estuprada aos sete anos de idade, fato que não comenta com maior detalhes). O segundo evento, na adolescência, está relacionado a sua primeira experiência sexual com um homem, na época, seu noivo. Segundo a participante, esta experiência foi péssima, porque o seu noivo não soube ter uma atitude carinhosa e nem compreensiva, ele falou: *“você não era virgem.... Porque eu não tinha sangrado... e, realmente, eu não era virgem, mas eu era virgem... no meu amor*, na minha dedicação** , entende?**” (linhas 277-279). Essas duas experiências de grande sofrimento psíquico estão relacionadas, segundo a participante, ao seu sentimento de “bloqueio em relação aos homens”, pois a sua sensação era que os homens desejavam abusar dela, usá-la sexualmente.

A participante apesar de acreditar, atualmente, que a sua orientação sexual estava definida desde o seu nascimento, ela não tinha plena consciência disto e nem tinha tido qualquer contato homoerótico antes dos 21 anos. Nesse sentido, ela situa o momento em que “começou a despertar” o seu desejo por mulheres, ainda quando era noiva, quando assistiu o filme *Bete Balanço*, em que aparecem cenas de duas mulheres se beijando.

É interessante notar que mesmo reconstruindo as suas experiências do passado, a fim de dar sentido às suas vivências homoeróticas atuais, a participante acredita que “descobriu” a sua orientação sexual somente na fase adulta. No decorrer da sua vida a sua orientação sexual não estava clara para ela, ou seja, ela discorda – mesmo que relutante - da afirmação, “então, eu soube que eu sempre fui” (linhas 683-690):

“No meu caso, eu descobri, eu descobri, e, porque eu... é... eu fui noiva, né*, eu*, e eu amei um homem*, né? E que talvez eu... estivesse casada com ele se... tudo encaixasse* naquele momento, né, se ele, realmente, soube, é...é... me tratasse legal, talvez eu tivesse com ele**. Então, foi uma descoberta*, que aí quando eu... é... falei não, eu fui pra vida*, que aí, realmente eu fui viver a minha vida, e aí eu descobri esse lado*, entendeu, mas era um lado que... eu já tinha alguma coisa assim*, é, né. A, aparece uns flashes na nossa vida, né*, que aí eu te falei, te posicionei também*, do cinema*, que eu era noiva** . aí... é, né, eu vi o *Bete Balanço* deu um, né?* Mas... eu, a, a minha história foi descoberta*, acredito nisso**.”*

6) Crenças sobre a homossexualidade e classificação das orientações sexuais

Quanto à crença difundida socialmente de que em casais homossexuais deve haver sempre alguém que cumpre um papel masculino e alguém que cumpre um papel feminino, a participante concorda que existem mulheres que assumem um papel

masculinizado (se vestem, se comportam como homens...), contudo, ela não se identifica com este papel masculinizado e nem se sente atraída por mulheres masculinizadas, como pode ser observado no seguinte trecho (linhas 465-471):

É, é assim que todo mundo pensa, né? Na verdade, pode existir, bem a gente tem o lado yin e yang, daí... já, a gente já percebe que a gente tem... é... determinadas atitudes, masculinas e femininas. Isso num... num importa se você seja homossexual, né, mas o que... existe sim a... o homossexual... feminino, que a mulher se estereotipa de uma forma masculina, né?* É, num é o meu caso, né,* nem o caso de, da mulher que me atrai*, num me atrai a mulher vestida de homem*, senão... eu namoraria com homem seria muito mais... é... natu, mais criativo, né?**

No que se refere, especificamente, à relação amorosa, a participante discorda da expectativa social de que deve haver uma divisão de papéis entre o casal, “na minha relação, num, num tem quem que é o homem, tem as duas mulheres, né?*” (linhas 485-486). O que não significa, para a participante, que as pessoas, independente da orientação sexual, não possuam a feminilidade e a masculinidade em si (o lado “yin e yang”). Nesse sentido, para exemplificar o seu “lado masculino”, a participante diz que gosta de pagar a conta quando vai ao restaurante, bem como gosta de dar um “toque de proteção” na sua relação com a sua companheira.

Quanto à questão da divisão de papéis na esfera das relações sexuais, para a participante não há “quem é que faz o ... papel* do homem*, num existe*” (linha 489). Em outras palavras, nas suas relações sexuais, não há uma divisão entre atividade e passividade. Na realidade, a questão da passividade e da atividade não é discutida ou problematizada no discurso da participante, talvez tal questão simplesmente não faça sentido para a mesma, ou não tenha alguma relevância que mereça ser discutida (o que, de forma distinta, é problematizado em outras entrevistas, ver entrevistas 2, 3, 6).

Quanto à classificação das orientações sexuais em homossexuais, bissexuais e heterossexuais, a participante não questiona os termos em si: “Aí... é... essa classifi, essa classificação é... é a classificação, né*, que... hum... científica da coisa, né?” (linhas 634-635). Em outras palavras, parece que esta classificação das orientações sexuais, por ser considerada a “classificação científica”, não mereça ser problematizada. O que realmente é questionado pela participante é a condição bissexual (linhas 613-622):

“É... tem o bissexual, que é um lado que eu digo assim... bem, cada pessoa tem a sua expressão e tem a sua vontade, tem as suas fantasias e tem*”*

a sua expressão, tem vontade de viver? Viva ... Na minha concepção é a que eu acho a mais confusa, porque... são dois sentimentos diferentes que você tem*, com um homem é diferente que de uma mulher*. você junta isso daí e fica meio... né... é... misturado, eu num, num entendo muito bem* essa relação... é... sem rótulos, né*, geralmente, os bissexuais, eles falam: ó, o meu amor não tem rótulo*, né. Então, fica assim sem, e você? É o que, né? (risos - Bete) Você tem um rótulo? Qual é o seu nome? Qual é (risos), né? Fica estranho, mas sim... é cada um... vive de acordo com o que se sentir melhor*, e que a sua cabeça segure...”*

É interessante observar a ambigüidade que perpassa a posição da participante em relação às pessoas bissexuais. Por um lado, a participante “aceita” a bissexualidade por princípios éticos, ou seja, as pessoas devem ser respeitadas pelas escolhas que fazem em suas vidas (no sentido de serem felizes, se sentirem bem). Por outro lado, a participante não “entende muito bem” como é possível uma pessoa se sentir atraída por homens e mulheres, como é possível ter relacionamentos “sem rótulos”. Nesse sentido, a bissexualidade, para a participante, é associada à idéia de confusão, ou seja, na sua concepção, as pessoas bissexuais seriam pessoas confusas em relação à sua orientação sexual.

Em relação à forma como a participante prefere que se refiram à sua orientação sexual, a mesma afirma não ter controle sobre isto (sobre os termos que as pessoas usam). De qualquer forma, a participante acha que os termos lésbica e viado são termos pejorativos. O termo entendido(a) é apresentado pela participante como um termo mais restrito ao universo gay. Em um sentido amplo, o mais importante, para a participante não são os termos utilizados pelas pessoas para se referirem à sua orientação sexual, mas sim à atitude adotada pelas pessoas, como pode ser observado no seguinte trecho (linhas 638-645):

“e, nós, gays, homossexuais, nós temos um... um... um nickname, né, vamos falando*, que, que se chama entendidos*, a gente se posiciona: ah, eu sou entendida*. eu sou entendido. Pra mim, tanto faz, entendido, gay, homossexual, o importante é que eu sou*, né?* E... sei que eu sou, e eu... e, e se tem todas essas classificações*, ok, vamos usar essas classificações*, mas... é... as pessoas me chamarem... é... classificarem o meu nível... é... sexual, pra mim, tanto faz*, que eles compreendam bem (risos - Ana Flávia) e sem preconceito, isso seria... interessante...”*

7) Relações sociais (família, escola, trabalho, amizades)

A participante relata, em distintos momentos da entrevista, a forte ligação da sua família com a religião católica e, portanto, o quanto a sua educação familiar foi marcada por preceitos bíblicos e religiosos que reforçaram a idéia de casamento, de procriação. Nesse sentido, o período em que esteve longe da sua família (quando morou em Londres) foi de suma importância para a participante assumir para si mesma a sua orientação sexual (linhas 1155-1161):

“Então, é... é... realmente, eu fui... é... tive uma educação muito limitada aos conceitos familiares, um, é, religiosos, o que tá na Bíblia. né, e... de cresci e multiplicaís, isso ficou na minha cabeça durante anos*. por isso que eu acho que eu tive meus conflitos*... a, de, de eu me assumir realmente*... é... com meus 30 anos, eu te digo com 30 anos, eu me assumi*... na vida homossexual*... e... e foi fácil, porque eu tava longe dessa, da minha família*, tava longe de todos, eu tava fora do Brasil, e aí eu me senti que*, é, é aqui que eu quero...”*

Se considerarmos que a participante teve a sua primeira experiência homoerótica, o primeiro relacionamento amoroso duradouro com uma mulher aos 21 anos e que considera que se “assumiu” realmente aos 30 anos, podemos refletir que o fato de apresentar um comportamento homoerótico (relações afetivo-sexuais com pessoas do mesmo sexo) e assumir a própria orientação sexual são duas coisas distintas. Em outros termos, não há uma relação linear entre comportamento sexual e identidade sexual. Além disso, no caso da participante, foi necessário quase uma década, bem como o seu afastamento do seu círculo familiar para que a mesma pudesse elaborar subjetivamente de forma satisfatória (para si) a sua vivência homoerótica.

Na relação com a sua família, um dos focos de conflitos emocionais apontado pela participante diz respeito às expectativas familiares em relação ao casamento. É interessante observar a estratégia de “neutralização recíproca” utilizada pela participante para lidar com tal expectativa (linhas 946-954 e linhas 957-962)

“É... é um sentimento... é... quando eu realmente eu percebi que eu era... homossexual... é... tem todo aquele sentimento de você... ser uma filha mulher, de ser... você ser de uma família pequena*, de ter só uma outra irmã, que não casou*. né? E... o meu sentimento, neste sentido, seria de dá pros meus pais a felicidade de eu entrar numa, numa igreja só porque eles querem*. entende? É um sentimento assim: poxa, eu gostaria de fazer... é... esse desejo deles*, que eu sinto que é um desejo*, a minha irmã num casou e... parece que num vai casar*... e... e minha mãe sempre*

falando assim: ah, o meu sonho... era de levar você, na, na, na igreja, ver você casando. Eu falei: pois é, né, mãe, vai ser difícil (risos – Bete).”

“Quando eu me percebi, a minha op, a minha opção, eu, eu fiquei muito confusa, ao mesmo tempo, puxa, o, o, o sonho, né, da família, você, eu sou muito família*...é...é... eu gosto muito dos meus pais*, eu gostaria realmente de entregar pra eles...é... tudo que eles* gostariam de receber de mim. Infelizmente, eles não têm esse poder de entregar tudo... o que eu gostaria de receber deles também, né?* Então, abafa*. um certo ponto”*

De acordo com a participante, atualmente, a sua família nuclear (com o seu pai ela nunca falou abertamente sobre este assunto) e seus parentes da família extensa sabem da sua orientação sexual e a respeitam. Isso se deve, segundo a participante, à sua postura: *“eu num vou chegar e... sacudir o saco, desculpa o termo (risos – Ana Flávia), né, no meio da família e ir, fumar um cigarro e ter... é...realmente, expressões carregadas*, não, continuo sendo a mesma Bete*, né?** A participante acredita que a aceitação familiar e da sociedade, de um modo geral, torna-se mais difícil quando a mulher homossexual apresenta uma atitude masculinizada (estereotipada), que acaba por agredir as pessoas.

Quanto às amizades, a participante tem amigos(as) tanto heterossexuais, como homossexuais, todos(as) os(as) seus(suas) amigos(as) sabem da sua orientação sexual. De acordo com a participante, para as pessoas que ela considera importantes na sua vida (que fazem a “diferença”), ela fala sobre a sua orientação sexual. Segundo ela, as pessoas que gostam dela querem vê-la feliz, portanto, a tendência é de uma maior aceitação por parte de tais pessoas. Quanto aos colegas da faculdade, a participante assume uma postura mais cautelosa e reservada (linhas 1083-1093):

“eu tenho amigos de faculdade e tal, você tem que fazer trabalho, e, e, pessoas são... fantásticas*. elas puxam tudo que elas querem, querem saber de você, se você tem namorado, se você tem isso, você... então, às vezes, eu até falo que eu tenho namorado* e porque eu acho que pra aquela pessoa, se eu falar que eu sou gay, ela vai modificar comigo, ela vai, você, eu, eu sou muito sensível*, eu vou muito*, eu parto muito pro, pra esse lado*, eu sinto a pessoa*, se eu acho que a pessoa num vai entender, até pela cabeça dela* que é muito... é... dentro dos padrões*... é... arcaicos e familiares, eu prefiro passar batida, né?* Pra que? Vou me divulgar pra depois me difamarem*, de uma forma, vai, vai realmente me deixar chateada*, porque num é isso que eu... que eu*

gostaria que as pessoas, de passar pras pessoas.*”

Em relação aos colegas da escola, a participante não comentou nada durante a entrevista, até mesmo porque no período escolar (1^o e 2^o graus), ela não tinha tido nenhuma experiência homoerótica ainda (apenas aos 21anos).

Quanto às relações de trabalho, a participante alega que a sua profissão não é *“hierárquica, aquela condição militar*. né, num é funcionalismo público”*(linhas 807-808). O que parece implicar em uma atividade profissional bastante flexível, em que não existem posições hierárquicas, ou seja, a sua atividade profissional parece ser bastante individual, com grande autonomia de atuação. Portanto, a questão sobre as relações no ambiente de trabalho parece não ser pertinente com a realidade profissional da participante, a não ser em termos prospectivos: *“num é funcionalismo público... é... eu acho que eu num me assumiria explicitamente*”* (linhas 807-808).

8) Relações afetivo-sexuais

Sobre a questão dos relacionamentos heterossexuais e homossexuais, a participante percebe semelhanças, no que diz respeito à convivência do casal com amigos(as) que, normalmente, também estão namorando (rede social formada por outros casais). Contudo, no que se refere à relação entre o casal e a relação do casal com o contexto social mais amplo, a participante percebe diferenças (linhas 995-1005 e linhas 1010-1013):

“ah, tem diferença, tem diferença... tem diferença. O heterossexual, falando na minha po, na minha posição como mulher, né, é... é... é fácil você enganar um homem, é difícil você enganar uma mulher*, né*, parti por essa, essa premissa aí. O... o relacionamento realmente é diferente*, eu num... tô meia confusa em te explicar*, neste sentido*, mas... é... pra mim, lógico, eu vou falar pra você, que o que eu mais prefiro é o, o*, o, o homossexual, por quê? Porque a, a mulher, pra mim, ela me dá mais, mais liberdade*. né, embora eu me sinta com homem muito mais protegida*, no lado... de ter um homem*. o macho*. né, eu me sinto mais protegida em determinados... é... situações*, né, que você, tem que resolver, a... a presença do homem* impõe um monte de coisas*, a presença de duas mulheres (risos – Bete) já, já é bem diferente, né?**”

*“Olha, eu fui apaixonada por um homem e fui apaixonada por uma mulher (...)
É... pela mulher me balançou muito mais do que pelo homem*, essa foi...a grande*

diferença, né, até porque a mulher, ela se sente*, né, mais perto dela, e você e eu me sinto mais perto da mulher do que... do homem*... eu acho mais ou menos isso**

Quanto ao relacionamento amoroso entre o casal de mulheres a afirmação da participante de que é mais fácil enganar um homem do que uma mulher e, ao mesmo tempo, em uma relação entre mulheres, a pessoa tem mais liberdade, parece paradoxal, pelo menos dentro de uma lógica conjugal controladora. O que parece questionar justamente a “eficácia” desta lógica conjugal (poderíamos questionar também: que eficácia? E eficácia para quem?).

Outra diferença, em termos de relacionamento amoroso, indicada pela participante está relacionada a uma maior proximidade (cumplicidade?) nas relações entre mulheres. Tal diferença aponta em direção a um compartilhamento de atitudes, características que, supostamente, aproximariam duas mulheres, distintamente do relacionamento entre uma mulher e um homem.

Quanto à relação dos casais de mulheres com o contexto social mais amplo, a participante percebe uma diferença de tratamento quando há a presença de um homem como cônjuge. A partir desta afirmação da participante, é possível levantarmos duas questões. Primeiramente, será que a diferença de tratamento social deve-se à ausência de uma figura masculina como cônjuge, no sentido de que a mulher tende a ser mais respeitada através de um homem (como esposa do Sr. X, por exemplo)? Em segundo lugar, será que a diferença de tratamento social deve-se a expectativa de que tanto homens como mulheres, devem, a partir de um certo momento da vida, assumir um casamento heterossexual, ou seja, será que as pessoas casadas teriam um *status* social maior que as pessoas solteiras?

No que se refere aos relacionamentos amorosos homossexuais entre homens e entre mulheres, a participante acredita que há diferenças importantes entre ambos. Primeiramente, os relacionamentos entre mulheres tendem a ser mais duradouros e estáveis do que os relacionamentos entre homens. Outra diferença apontada pela participante diz respeito à capacidade de os homens (heterossexuais e homossexuais) separarem o sexo do afeto, ou seja, de manter relações sexuais sem envolvimento afetivo/amoroso (linhas 1026-1043):

“e o homem já tem, ele já parte por uma premissa do se... da forma de que... é... já nos grupinhos de homens, já fala: e... eu já comi aquela mulher, eu já comi aquela, já, né*, já tem essa coisa de... ah... na mulher, até há, dependendo*

do grupo de mulheres*, tá?* Mas num é tão escancarado, por exemplo, eu já partiria e falaria: eu já comi aquela, aquela, aquela, né?* Então... é... aí que faz a diferença, né?* Por eu ter, eu, eu convivo... muito também com, com os homens*... é, é... homossexuais*, então, eles me mostram muito, assim*, e eles são muito mais difíceis de fidelizar relacionamentos*... duradouros*, entende? Eu tenho até um amigo, que existe, já tem quinze anos, é... o único que eu tenho*, diante de um, de uma centena*... e... e que eles têm quinze anos, mas... eles tiram férias... e as férias deles, eles podem, um... é... namorar com outro*, mas sem se envolver*. Eu acho isso perigoso*, tá? Porque...a mulher, já, já, fica mais difícil, neste sentido, pô, eu vô lá e não vou me envolver, né? E você acaba se envolvendo, porque a mulher tem uma sensibilidade muito grande*, e o homem, ele tem essa... é... é... essa... essa vida, assim de: tá, eu vou... e amanhã eu parto pra outro*, eu parto... eu... é, é... bem diferente*, realmente é bem diferente, embora... seja... o mesmo princípio. né*, de... de homem com homem e mulher com mulher*, mas a... a... eu vejo a relação... bem diferenciada*, neste sentido*, né?”

Para a participante, o amor e o sexo estão associados, ou seja, ela acredita que essas duas dimensões devem caminhar juntas em seus relacionamentos, pois “quando você ama alguém, você ama de corpo e alma (linha 1053). É importante ressaltar que, segundo a participante, o sexo é tão significativo quanto o amor em seus relacionamentos. É interessante observar, também, como os relacionamentos amorosos da participante ocupam um lugar de destaque em sua narrativa (em oposição à entrevista 3, por exemplo, em que o espaço conferido aos relacionamentos amorosos é completamente marginal).

9) Relação consigo mesma

Para a participante, é de suma importância assumir a sua orientação sexual para si mesma e, em um sentido amplo, ter posicionamentos pessoais claros e desenvolver uma auto-estima positiva, como pode ser observado nos seguintes trechos (linhas 710-718 e linhas 777-781):

“No, no meu caso, eu, eu olhei também para a sociedade, dá um medo* de você assumir que você é homossexual perante a sociedade, a sua família, é muito difícil, é um baque*. mas você tem que ser forte, se você num... num... num fizer isso, essa opção não tiver, você não vai ser feliz*, entendeu, você vai casar... com uma pessoa, com um homem* e você não vai amar

*seus filhos, você não vai amar o seu... marido, cê vai carregar esse fardo, por quê? Por causa da sociedade? Num é a sociedade que tá casada com você**, né, você... vai escolher uma pessoa, uma opção* e vai escolher uma pessoa nessa opção*... sexual sua*, né?"*

"Então, eu acho que... eu, eu me assumi perante a sociedade, não... foi uma coisa fácil, né? Eu, daquilo que eu te falo eu não me divulgo, mas eu também não me escondo, se tiver que me mostrar, tá?* E... e... e isso num... foi... muito mais individual do que coletivo, porque parte muito mais da premissa de que você... é... amar você mesmo* como você é* do que... o que que os outros vão achar, né."*

É importante destacar a importância por ela conferida ao processo de assumir a sua orientação sexual para si mesma, como algo necessário para se tornar uma pessoa feliz, além de ser uma estratégia fundamental para conseguir lidar com o preconceito que perpassa várias instâncias sociais (como, por exemplo, a família). Nesse sentido, o discurso da participante valoriza a dimensão individual nesse processo, porém, o "assumir para si mesma" não significa, para a participante, que "ninguém tem a ver com o que ela faz entre quatro paredes" (como é defendido na entrevista 4 e 6). Ao contrário, o processo de assumir para si mesma não está desvinculado das suas relações sociais, na medida em que é considerado uma premissa necessária no processo mais amplo de assumir a sua orientação sexual para outras pessoas significativas, como os membros da sua família e os(as) amigos(as).

Um dos grandes desafios apontados pela participante no processo de assumir a sua orientação sexual diz respeito à sensação desconfortável de "ser diferente", ainda mais se consideramos toda a canalização cultural no sentido da normatização, bem característica de nossas sociedades modernas, onde o conceito de norma assume uma importância vital na reprodução social. É interessante como ela relata a sua sensação de ser diferente e acaba por ironizar a condição de "ser igual a todos" (linhas 965-970):

"E... os seus amigos... tão lá e, e, e são, a maioria deles são heteros, não há uma, não há uma... num, numa sala de aula, por exemplo...é... você pode contar tem dois ou três que... possam ser homossexuais*, e o resto é tudo hetero. Então, você faz parte diferente*, dessa sociedade, então... é... a minha emoção era de ser diferente*, tá?* É... eu falei: ai, que bom que eu não sou igual a eles (risos – Ana Flávia), né."*

A participante afirma ter amadurecido bastante nos últimos anos, inclusive no sentido de assumir os seus próprios posicionamentos diante da vida e das pessoas. A sua orientação sexual é percebida como uma parte de um todo mais amplo, sendo que as suas qualidades são destacadas como algo que facilita a sua aceitação por parte de outras pessoas: “*Então, eu tenho as minhas qualidades, e que isso torna muito mais fácil alguém me aceitar por essas qualidades que eu tenho***, né, e diante disso, eu me posiciono**” (linhas 1188-1190).

10) Outras questões e comentários sobre a entrevista

Desde o primeiro contato telefônico com a pesquisadora, Bete demonstrou grande interesse em colaborar com a pesquisa. Ao final da entrevista, manifestou a sua satisfação em ter participado, bem como ressaltou a relevância de estudos que não reforcem uma visão pejorativa em torno da questão da homossexualidade, como, muitas vezes, ocorre com os enfoques conferidos pela mídia (linhas 1193-1199):

“Ai, muito bom falar, né, sobre isso, e ainda mais falar daquilo que a gente conhece, do que a gente é, é muito gostoso, né, e ser uma coisa desconhecida ainda pra muita gente, né? É... é bem conhecida, no lado da mídia, no lado pejorativo, e bem desconhecida do lado da sensibilidade*, desse indivíduo que... talvez, por um dia teve... é... a sua opção sexual diferenciada da sociedade*, e eu acho que é um trabalho legal, eu... tô assim, exposta a esses trabalhos*, né*. E... foi muito bom ter te conhecido também... (risos)”*

O seu *feedback* em relação à entrevista levantou um questionamento interessante que, certamente, transcende as discussões metodológicas em torno do uso da entrevista: apesar da presente pesquisa não apresentar objetivos terapêuticos, a mesma pode ter repercussões terapêuticas para os(as) participantes. Afinal, a possibilidade conferida à pessoa, durante a entrevista, de expressar-se sobre uma temática que não encontra muitos canais de expressão na vida cotidiana, mas que diz respeito à sua história de vida, aos seus sentimentos e vivências, pode representar um momento rico de re-elaboração de questões de grande relevância pessoal. Certamente, isso se configura como uma possibilidade e não como uma regra, como algo previsível no início da entrevista.

ANÁLISE DA ENTREVISTA 2

Nome fictício: Alexandre

Idade: 33 anos

1) História de vida

A narrativa autobiográfica do participante estabelece várias ligações entre o presente e o passado a partir de uma cronologia não-linear, ou seja, não há um encadeamento temporal linear (infância, adolescência, vida adulta...). Na realidade, o próprio participante afirma que, no momento da entrevista, estava vivenciando um período de re-elaboração do seu próprio passado, como pode ser observado nos seguintes trechos (linhas 4-15):

“Minha história de vida? (...) É engraçado, é, parece que essa minha fase atual é como se eu tivesse (...) é, repensando toda a minha vida até agora, né. Então, há momentos em que eu acho que não valeu muito a pena, no sentido assim, que eu era... eu lembro muito da minha adolescência, assim, tudo, tudo assim que estou vivendo agora, com a minha sexualidade também, me aceitando mais como gay, como homossexual e me reportando ao passado, tanto que... era difícil pra mim, [?] Eu não compreendia nada*, eu não sabia se era tímido porque era gay, porque era tímido só*, entendeu?*. Então, com toda a dificuldade que eu tive... aí, é toda uma mistura, quer dizer... eu não posso falar que eu tive aquela infância, daquela pessoa... é, capeta, pra lá, ia pra lá e pra cá, era uma pessoa mais tímida. E, às vezes, eu me pergunto: se isso tinha a ver com a minha orientação sexual, pelas dificuldades, ou pela coisa da raça, de ser japonês*.”*

É interessante notar como já no início da narrativa autobiográfica do participante já estão presentes algumas temáticas que, posteriormente, no decorrer da entrevista serão aprofundadas. Em outras palavras, a sua auto-imagem como uma pessoa tímida, as suas dificuldades em relação à sua orientação sexual (principalmente na adolescência), o processo de assumir a própria orientação sexual são temáticas que, de uma forma ou de outra, permearam vários momentos da entrevista realizada.

Em relação à sua adolescência, o participante destacou dois focos de conflitos marcantes: a) a relação entre a sua orientação sexual e o contexto escolar; b) a relação entre a condição sócio-econômica modesta da sua família e a condição sócio-econômica dos seus colegas de escola. Quanto ao primeiro foco de conflito mencionado, o participante destaca as atitudes discriminatórias dos seus colegas de escola, o seu

sentimento de impotência diante das gozações dos mesmos, bem como a ausência, nesse período da sua vida, de modelos positivos em relação à homossexualidade (linhas 49-56):

“Eu que tive, sozinho, com 14 anos, saber nem o que é ir na diretoria, pedir pra mudar de sala, pra poder estudar. Que loucura**, né, quer dizer, é motivo de chacota, de gozação, num dá pra ficar indiferente a isso*, não dá pra ficar**, né. E, no fundo, eles estavam certos, quer dizer, o meu desejo era por homens, pelo garotinho lá do segundo colegial que passava, mas não sabia... mas colocavam de uma forma assim, tão suja, tão pejorativa, né*, que... pô, eu gosto assim: então, o que que eu sou?* Então, isso eu acho que é uma coisa marcan... fora outras coisas, mas é uma coisa marcante* na minha vida, né*.”*

Quanto ao segundo foco de conflito, em relação à condição sócio-econômica da sua família e a dos seus colegas, o participante afirma que se sentia dividido, por pertencer a dois “mundos” distintos (família *versus* escola). O participante provém de uma família simples, mas conseguiu cursar o 2º grau em uma escola particular - conceituada e cara - por ter conseguido uma bolsa de estudos, como atleta. Como a sua condição sócio-econômica era modesta, ele tinha que conciliar os seus estudos com o trabalho, o que gerava raiva no participante por não poder compartilhar o mesmo universo de comodidades que os seus colegas usufruíam (linhas 106-115):

“Então, era uma coisa assim, uma coisa dividida, quer dizer, cê tinha aquela coisa... Eu acho que isso pegou da coisa do japonês, que os meus pais sempre falavam que a gente tinha que formar pra poder ajudá-los, né. Só que não tinha essa coisa altruísta, quer dizer, eu sentia raiva da onde eu tava trabalhando, só que eu sabia que precisava trabalhar*, entende?* E, ao mesmo tempo, eu não gostava daquela coisa, via que enquanto eu trabalhava no sábado, eu via que... meus colegas de sala poderiam tá com os carrinho do pai, é, passeando [?] com a sua namorada, quer dizer, e é uma coisa que, que foi marcante pra mim*, né*... como adolescente, como assim está me estruturando... é mágoa? Não. mas assim, é algo que... podia ser melhor.”*

Conjuntamente com esses conflitos que marcaram a adolescência do participante, o mesmo relata a ausência de diálogo na sua família, principalmente no que diz respeito à esfera da sexualidade. Para ele, a sua família foi bastante omissa nesse sentido. É interessante observar que o participante traça um paralelo, enfatizando as diferenças, entre a sua formação familiar e a formação familiar do seu sobrinho, filho do seu irmão mais velho. O momento em que foi realizada a entrevista parece, realmente, estar inserido

em um período de reavaliação, por parte do participante, da sua história de vida e da história de sua família.

De acordo com o participante, o seu momento de re-elaboração do passado está intrinsecamente relacionado à morte da sua mãe no ano passado (em 1999). Esse evento é considerado como um verdadeiro “*divisor de águas pra muitas coisas*”(linha 116) na vida do participante. Esse evento está relacionado a uma mudança drástica na relação do participante com a sua família e, mais especificamente, em relação à “imagem de família” que o participante construiu no decorrer da sua vida. Alguns meses antes do falecimento de sua mãe, o participante afirma que a mesma descobriu que o seu pai estava envolvido com prostitutas no Japão. Cabe esclarecer que o pai do participante viajava constantemente para o Japão com o objetivo de “juntar dinheiro para a família” (o que parece ser comum nas famílias de origem japonesa no Brasil). Esses eventos familiares culminaram com o “desmoronamento” da imagem de família que o participante construiu na sua história de vida (linhas 146-152 e linhas 156-163):

“Foi uma loucura, que imagina minha mãe falecer aqui no Brasil, meu pai lá, os dois brigados. Ela, nos últimos tempos, trabalhando de... de... isso eu sempre penso, trabalhando de passar roupa, lavar. Ela não precisava, mas ia tocar no assunto, ela apelava*. A gente fazendo mil suposições: Ah, ela tá fazendo isso pra poder... não depender do marido. Talvez seja isso*. Muitas coisas, sabe de colocar plaquinha numa casa que a gente tinha lá: lava-se roupa, sabe, lava-se, faço faxina*.”*

“Mas, eu não sei, é como ela... isso me incomoda, é como se ela quisesse provar alguma coisa pro meu pai. Então, ela faleceu nessas circunstâncias*. sabe, não é aquela coisa de velhinha, tá doente, vai, ai, sabe?* Louco. E como esse [?] e como desmoronou, porque até então, eu tinha essa coisa de família: meu pai nunca traiu minha mãe, tá. Mas aí, depois, ele traiu, certo. Ah, a gente depois de formado, minha mãe ia ficar tranqüila, mas ela não ficou tranqüila, ela começou a trabalhar, mas era uma coisa [?], só que eu não consigo, sabe assim, então... a ida dela, em várias circunstâncias*, me balança muito.”*

Após a morte da sua mãe, o participante teve um relacionamento amoroso, durante três meses que, segundo ele, foi o único relacionamento duradouro em sua vida. Quando o relacionamento terminou, o participante relatou ter se sentido rejeitado e temeroso de arriscar um novo relacionamento e sofrer tudo novamente. O temor

relacionado à rejeição e a timidez em “dar o primeiro passo” nas conquistas amorosas aparecem em outros momentos da entrevista. O que parece indicar que tais temáticas possuem uma grande relevância pessoal para o participante.

A narrativa autobiográfica, na medida em que foi sendo construída pelo participante, tece verdadeiras “pontes” entre vivências atuais, reflexões sobre o passado centradas na adolescência, avaliações sobre a sua história familiar. Cabe ressaltar que o participante “se faz presente” em sua narrativa através de suas reflexões pessoais, vivências emocionais, não se restringindo, portanto, a indicar os eventos ocorridos, a ação de outras pessoas, ou discorrer sobre determinada temática. Essa relação entre sujeito e narrativa, na qual o sujeito procura “marcar a sua presença” em sua própria narrativa, ou seja, ter como eixo central a questão do contínuo questionamento acerca de suas vivências emocionais e reflexões permanentes sobre a própria constituição enquanto indivíduo, não é algo que pode ser generalizado (como pode ser observado nas entrevistas 3 e 4).

2) Questões de gênero

De acordo com o participante, existem expectativas sociais diferentes em relação ao homem e à mulher, ou seja, o sexo biológico continua orientando os papéis sociais que o homem e a mulher deverão assumir na vida. Tais expectativas sociais englobam o que é considerado tipicamente masculino e tipicamente feminino (linhas 239-243):

“O que a sociedade espera da mulher e do homem... Olha, a sociedade espera do homem que ele seja um vencedor, que ele seja o provedor da casa, né. Aquela coisa do falo mesmo, que o pinto dele seja o todo poderoso mesmo*, né. E que a mulher seja aquela coisa sensível, delicada, né, se o homem perder a paciência, que ela não e tal, aquela dona de casa, entendeu, aquela coisa passiva mesmo.”*

É interessante observar como o participante ao refletir sobre as expectativas sociais em relação ao homem e à mulher, não enfatiza a esfera profissional (o que ocorreu na maioria das entrevistas). Nesse sentido, o que é problematizado pelo participante é justamente a relação entre as expectativas da sociedade e seus mecanismos de normatização em relação à questão da masculinidade e da feminilidade. Tais mecanismos de normatização, que tendem a estigmatizar o diferente, são percebidos pelo participante como algo opressivo, como pode ser observado no seguinte trecho (linhas 350-360):

“E é o fruto dessa sociedade conservadora, né, que... que não te dá muito espaço pra, pro diferente, né*. Ela tem que reconhecer, então pra ela conhecer, ela tem que tá... sabendo, ela tem que controlar tudo. Então, o homem tem que ser assim, porque se for sair de uma outra forma, já, já fica confuso* e quando, quando a gente não sabe o que a gente quer, a gente agride, né? A gente quer, gostei de uma pessoa que falou, recentemente, no grupo: às vezes, essas falas querem fragilizar o outro. E é mesmo, tentar enfraquecer, fragilizar*. Então, se a gente tem essa consciência, a gente não pode deixar que isso aconteça* (...) Quer dizer, se o homem é mais sensível, ah, então vai ser viado... né. Se a mulher é mais, gosta até de fut, uma época, imagine se a mulher jogasse futebol, era taxada de sapata*. Hoje não, as meninas jogam futebol, que é um esporte como qualquer um*, numa boa*, né.”*

De acordo com o participante, tais expectativas sociais, perpassadas pela questão de gênero, não restringem apenas as possibilidades da mulher, mas também do próprio homem, na medida em que a masculinidade também está associada a uma série de expectativas sociais, como, por exemplo, ser “sempre o vencedor e o forte”. A tendência dos homens em procurar assumir a postura de “alguém forte” é ilustrada pelo participante, quando o mesmo conversava com os seus amigos (ele não explicita se são amigos homossexuais ou heterossexuais) sobre o seu relacionamento amoroso: *“porque você comenta muito, cê conversa muito com os amigos, né: ah, que tem que fazer assim, assado, sempre eles mostram. Eu, na minha visão, eu percebo que eles mostram que são fortes e tal. Aquela imagem*, aquela casca que a gente sabe que não tem, né”* (linhas 225-228).

Nesse sentido, é interessante observar como o participante foi o único homem, das entrevistas analisadas, a explicitar, em vários momentos da entrevista, as suas inseguranças, dificuldades emocionais, como, por exemplo, a dificuldade em lidar com situações imprevisíveis. Nas demais entrevistas analisadas com homens (entrevistas 3 e 4), a tendência foi situar a narrativa ora na relação do participante com o universo gay em Brasília (entrevista 4), ora na dissertação sobre o tema da homossexualidade e da militância gay (entrevista 3).

3) Movimentos sociais, discriminação e transformação da sociedade

O participante valoriza bastante o movimento feminista como um movimento de transformação social que, segundo ele, abriu espaço inclusive para o movimento de luta pelos direitos dos homossexuais, na medida em que questiona “por que as coisas têm

que ser assim?”. Em outros termos, o movimento feminista colaborou (e colabora) para a desnaturalização das relações entre homens e mulheres, ou seja, o que tradicionalmente é visto como algo “natural” ou característico de cada sexo passa a ser questionado e problematizado (linhas 405-418):

“Movimento feminista (...) eu acho que, é, é um, é um, eu acho que é um, é um... é uma forma, eu acho que até engraçado, porque eu acho que foi... cê me corrige se eu estiver errado, que o movimento feminista veio contrário a tudo isso, dessa coisa da mulher de, por que que a mulher tem que ganhar menos que um homem ? Por que que a mulher* tem que ficar em casa? Acho que isso, o movimento feminista foi muito importante até pro movimento gay, de tentar... falar: por que as coisas tem que ser assim? Não, vamos... porque se o homem é igual à mulher, então tem que ser... iguais em outras coisas também*. Eu acho que, em certo momento, isso teve uma convergência até pra, pra, pra dá uma sacudida nisso* e com certeza o movimento feminista... eles têm um grande, foi um passo muito importante pra, pra essa questão de, de, de igualdade mesmo, no sentido concreto*, da mulher tá ocupando espaço no... de igual a igual... nos empregos, nas faculdades*, nas universidades*, né. Agora, infelizmente, a sociedade ainda é machista, né*, quer dizer, você vê poucas mulheres representando... no poder mesmo*, né.”*

O movimento feminista, para o participante, não se configura como uma luta do passado, mas sim como um movimento social atual, na medida em que, apesar de várias conquistas, a “sociedade ainda é machista”, como é exemplificado pelo participante em relação à questão da competência: “tá no nosso imaginário que ainda quem tem competência é, tem que ser um homem*” (linhas 419-420). Nesse sentido, a luta do movimento feminista contra as desigualdades entre homens e mulheres continua bastante atual.

Quanto à relação entre o movimento feminista e o movimento de luta pelos direitos dos homossexuais, o participante percebe uma convergência entre esses dois movimentos sociais, na medida em que ambos trazem para a esfera pública questões que, tradicionalmente, pertenciam à esfera privada. Em poucas palavras, tais movimentos apontam para a questão da cidadania, do direito dos cidadãos em exigir tratamento igualitário, independente do sexo e da orientação sexual (linhas 432-442):

*“ o movimento feminista e o movimento homossexual... veio pra poder, é... essa questão de direitos, de igualdade**, né, essa palavra cidadania homossexual, direitos humanos... dos gays e lésbicas... sã, são expressões muito fortes pra gente*.*

E que tá abrindo muitos caminhos, né, até como, como, é, como estratégia de luta é importante, uma cidadania [?] como? Cidadã, né*, quer dizer, então, eu acho que...e... esses movimentos de... essas organizações são muito importantes pra poder formular essa, essa, essa linguagem nova, né*. Em que época que eu ia falar: cidadania pros gays e lésbicas. Que que é cidadania, pra mim, cidadania de fato? Cidadania... é o poder... já parte do princípio que a homossexualidade não é doença, bom se não é doença, eu tenho que ter os meus direitos também*, entende? Então, é uma coisa mais arejada, mais pra cima, né, dos direitos, questão dos direitos, como as mulheres... também*, né.”*

Quanto à questão, especificamente, do movimento de luta pelos direitos dos homossexuais, como o participante está vinculado a uma ONG em Brasília ligada à militância *gay*, a entrevista foi bastante rica em termos de reflexões e questionamentos sobre essa temática. A análise das reflexões e questionamentos levantados pelo participante sobre a questão da militância *gay* permeia outras categorias temáticas, inclusive a categoria “relações consigo mesmo”. Feita essa ressalva, é possível apresentar algumas considerações, em termos amplos, sobre a forma como o participante percebe o movimento de luta pelos direitos dos homossexuais.

Primeiramente, o participante realiza uma distinção entre as “correntes” dentro do movimento *gay*, em termos de estratégias utilizadas para lutar contra a discriminação sofrida pelas pessoas que apresentam uma orientação sexual considerada socialmente diferente. A partir dessa distinção, o participante enfatiza qual a “corrente” com que ele, pessoalmente, se identifica: aquela que busca conciliar a luta política mais ampla com o fortalecimento pessoal dos seus membros (linhas 594-604):

“Antes de qualquer orientação sexual, é um ser humano. né. Então, se a gente cada vez mais puder mostrar mais gays, lésbicas que tão aí trabalhando, vivendo sua vida... é... você vai, a gente vai diminuir a discriminação* Quer dizer, é lógico embutido nisso... informação, informação de uma maneira assim legal, tranqüila, nada de...ah... até dentro do movimento homossexual tem várias correntes*. Tem aquela que quer mesmo, da bandeira. de achar: não, temos direito, temos que... né, temos que lutar, temos que ir lá na frente*, da coisa da vitimi, da vitimização, quer dizer, os gays são, são assassinados? São mesmo, tal, tal. Mas, eu tenho influência de um amigo meu, que já tá no movimento e concordo com ele, nós temos que fazer uma outra forma... tem que ter uma outra estratégia, uma estratégia mais de trabalhar a gente, internamente. Dê o nome que se dê, se terapia, se é terapia em grupo... mas a gente se fortalecer.”*

No que diz respeito à questão do preconceito em relação às pessoas que apresentam uma identidade sexual distinta da norma heterossexual, o participante realiza uma distinção entre preconceito e discriminação, apesar de afirmar que, na prática, os dois conceitos estão bastante associados. A discriminação seria o preconceito posto em ação, ou seja, o problema não seria ter preconceito, até mesmo porque “*é algo que cada um tem*”(linhas 578-579), mas sim a discriminação, ou seja, qualquer ação discriminatória tendo como base a orientação sexual de uma pessoa.

Em relação ao que poderia ser feito para acabar com a discriminação por orientação sexual, o participante apresenta algumas estratégias, como, por exemplo: a) a importância de uma maior visibilidade social por parte dos homossexuais, respeitando os limites de cada um; b) procurar desenvolver um enfoque positivo da homossexualidade, combatendo toda a associação da homossexualidade com a doença, perversão, crime, pecado; c) desenvolver, entre os homossexuais, uma atitude de orgulho em relação à própria orientação sexual. Sobre a importância do “orgulho gay” (linhas 618-626):

“Ter uma auto-estima sempre elevada, sabe, porque só ama, só se cuida, se a gente gostar da gente mesmo. E que não é fácil, porque é toda uma questão, de... contrária a gente, muita gente pergunta: por que que vocês tem que ter orgulho de ser homossexual, eu não tenho orgulho de ser hetero, ou os próprios gays perguntam: por que que eu tenho que ser, tenho que ter orgulho daquilo que eu sou, se eu sou o que sou. Enquanto... enquanto tem essa visão, enquanto que a sociedade insiste em nos classificar como: ou pervertidos ou como coitados, de qualquer forma como pessoas que não vão se dar bem na vida, enquanto tiver essa noção, a gente tem que ter orgulho, a gente tem que... reafirmar que... que é bom, é legal, porque senão a gente fi, a gente se... fode*.”*

Esta última estratégia é importante na luta contra a homofobia que perpassa as várias instâncias sociais, mas também contra a homofobia internalizada pelos próprios homossexuais. Afinal de contas, os homossexuais fazem parte de uma sociedade marcada pela homofobia e como afirma o participante: “*por que que tinha que ser diferente**, já *que somos dela***”(linha 729). Portanto, o “orgulho gay” configura-se em uma estratégia de luta política, bem como uma estratégia de fortalecimento pessoal daqueles que apresentam uma orientação homoerótica.

4) Comunidade gay em Brasília

De acordo com o participante, não existe uma comunidade *gay* em Brasília, mas sim espaços de convivência voltados para o público *gay*. O sentido de comunidade *gay*, para o participante, está relacionado à questão da solidariedade, da parceria, como pode ser observado nos seguintes trechos (linhas 1101-1105 e linhas 1108-1111):

“Comunidade?... Eu diria que existem espaços... para gays. Porque comunidade me lembra muito a questão de, de ter ... um, uma ligação*... uma troca... e... e nesses, nesses espaços num, num percebo... pode até que seja, mas eu percebo que não... é um espaço como qualquer um pra diversão*. As pessoas vão, ou vão pra dançar, ou vão pra dançar e paquerar*, ou vão pra paquerar*.”*

“São espaços, espaços, é... espaços de diversões, espaços de, de convivência, seria melhor, espaços de convivência*. Então, nesse espaço de convivência pode haver a diversão***. Comunidade me lembra mais a questão de solidariedade, parceria, ligação*, acho que... não, não, não existe.”*

Em relação aos espaços de convivência em Brasília, voltados para o público *gay*, o participante não gosta, atualmente, de frequentar boates, mas no passado ele gostava de ir a boates, porque esperava *“arrumar alguém*, mas nunca arrumava alguém na boate*... dificilmente, entendeu, e outras pessoas já tem facilidade”*(linhas 1124-1125). Após essa justificativa, o participante acrescentou uma justificativa mais genérica para o fato de não gostar, atualmente, de frequentar boates: *“um pouco da questão do, da fumaça do cigarro”* (linhas 1127-1128).

Os espaços de convivência que o participante realmente gosta são as saunas *gays*. Segundo ele, frequentar as saunas voltadas para o público *gay* é uma possibilidade de estar *“exercendo a sua sexualidade de uma maneira tão legal, assim de não ter vergonha do próprio corpo. Ninguém fica transando, aquelas coisas... pode até ser, mas cada um... na sua, entende?”*(linhas 1132-1134).

É interessante notar que logo após ter mencionado a sua preferência por frequentar saunas *gays*, o participante inicia uma reflexão em torno do conceito de promiscuidade, problematizando o significado comumente associado a este termo. Provavelmente, a reelaboração do termo promiscuidade, logo após ter afirmado que gosta de frequentar saunas *gays*, está relacionado a um possível efeito de antecipação realizado pelo participante no momento dialógico travado entre o mesmo e a pesquisadora. Afinal, a associação entre comportamento promíscuo (no sentido

pejorativamente sexual) e saunas gays é tão forte em nossa cultura que o participante diante de uma interlocutora que ele não sabia o que pensava sobre este assunto, “preferiu” se antecipar em relação a qualquer possibilidade de enquadrá-lo como uma pessoa promíscua, mesmo que a pesquisadora tenha ficado na posição de escuta nesse momento da entrevista e não tenha feito qualquer comentário a respeito.

Esse é um ótimo exemplo de como os significados culturalmente compartilhados se fazem presentes, mesmo que implicitamente, no decorrer da entrevista. Nesse sentido, o participante realiza um deslocamento no significado do conceito de promiscuidade, do pejorativamente sexual para a questão da falta de higiene / descuido com a própria saúde (linhas 1136-1148):

“A gente for... tipo assim, novamente a gente coloca promíscuo como de sexo, na verdade se você for usar bem, ver a palavra promiscuidade tem a ver com falta de higiene, que é uma outra coisa, a questão do contato íntimo**, são outras coisas, né. Quer dizer, se você... eu, na minha opinião, se eu transo com uma outra pessoa, se ela se permite a transar comigo, se a gente se protege, se usa camisinha, eu não acho que é uma promiscuidade. Quer dizer, assim, depois de um certo tempo, eu fazer isso com uma outra pessoa, nesse mesmo sentido, se há permissão das duas partes e se protege... eu não acho que é promiscuidade. Mas, infelizmente, promiscuidade é uma palavra pejora ... convencionou-se que é uma palavra pejorativa, até pra uma pessoa que faz muito sexo... mas eu acho que é muito mais promíscua uma pessoa que faz uma vez sexo e não se protege*... do que aquela que faz várias e se protege*. E que várias é essa? Pra você duas já é uma promiscuidade, pra mim... já não é*...”*

O participante em relação aos lugares gays em Brasília, questiona a existência de um “modo de viver gay”, ou um estilo de vida gay. Em outros termos, ele afirma que não se identifica com tudo que ele percebe que agrada à maioria dos gays, inclusive questiona a própria noção de “maioria”, considerando que essa noção é eminentemente estatística e que, portanto, não existem dados estatísticos que comprovem, por exemplo, que a maioria dos gays em Brasília gosta de frequentar boates. De qualquer forma, parece pelo discurso do participante que, implicitamente, existe uma canalização cultural no universo gay no sentido de que as pessoas adotem um determinado estilo de vida, que se concretiza, por exemplo, no comportamento de frequentar as boates gays da cidade.

É importante destacar também a importância conferida pelo participante à questão da diversidade e da singularidade individual, independente de a pessoa ser enquadrada nesta ou naquela categoria, em termos de classificação das orientações sexuais.

5) Gênese e desenvolvimento da orientação sexual

Segundo o participante, a orientação sexual de uma pessoa é construída no decorrer de sua vida, de uma forma bastante singular, “a partir de um indivíduo”. Cabe ressaltar que o participante, em relação a essa questão, já apresentou, quando ele era mais novo, uma visão bastante diferente, no sentido de acreditar que a orientação sexual seria definida geneticamente. O que, atualmente, é questionado por ele (linhas 278-287):

“Ah, Ana Flávia, com certeza é construída. Quer dizer, poderia até anos atrás se você fizesse essa pergunta pra mim, eu diria que não, que tinha alguma coisa genética e tal. Mas é construída*, entendeu, e é construída de modo singular de cada um*, a forma assim como, a forma de você perceber o outro, a pessoa do mesmo sexo, como isso aconte... deve ser diferente, não tem um modelo, sabe*. A minha percepção, porque que eu gosto, porque que eu sinto tesão, sabe, é pelo visual, é pelo modo... então, isso é construído... ah... como o próprio nome diz, essa minha orientação, esse, esse meu desejo pela própria pessoa do mesmo sexo é, é construído, com certeza**. Mas construída a partir de um indivíduo, que sou eu, assim do, das minhas experiências, como é que foram, como é que tá sendo*, né.”*

Posteriormente, o participante acrescenta que a orientação sexual é uma construção social. Quando questionado sobre a relação entre a construção social e a construção individual da orientação sexual, o participante relata três eventos significativos na sua infância que, segundo ele, estão relacionados à construção pessoal de sua orientação sexual: a) o desejo pelo seu pai, “assumido” para si mesmo após anos de análise; b) a experiência de ter sofrido abuso sexual por um homem mais velho, sendo que esse evento não foi considerado pelo participante como algo traumatizante; c) brincadeiras sexuais com um colega.

Ao refletir sobre esses eventos marcantes na sua infância, por volta dos 5-7 anos de idade, o participante sugere que a orientação sexual é uma construção que tem início desde muito cedo, pelo menos na sua história de vida (linhas 321-330):

“Quer dizer, então, essas experiências homossexuais eu já tinha desde pequenino.
É construído? Tá. Mas, olha, desde de pequenino que eu já tinha*,*

sabe, essa... agora eu não sei, não sei se porque eu tava com isso do meu pai, porque há pouco tempo eu tava com esse cara e isso a criança não sabe exatamente* o que que pode até ser*. Então, cronologicamente, eu não sei se esses dois atos... e com um terceiro que eu... era danadinho... porque aí, tinha um menino... que a gente fazia troca, assim, fazia... eu passava a mão na bunda dele*, beijava a bunda dele, fazia na minha. Eu... naquela época tinha aquelas revistas de fotonovela... que a minha mãe tinha. Aí, no final tinha um homem beijando uma mulher*, e eu fiz, eu beijei (risos – Alexandre) o menino na boca*, tentando imitar*.”*

Na história de vida do participante não é possível situar, temporalmente, “o momento de descoberta” da sua orientação sexual, ou seja, não houve nenhum *turning point* neste sentido (como ocorreu, por exemplo, na entrevista 1). Em relação à sua orientação sexual, o participante afirma que o que foi transformada, nos últimos anos, foi a sua compreensão sobre essa temática, inclusive no sentido de uma maior sofisticação conceitual. O que permaneceu, como uma certeza, em toda a sua história de vida foi o seu desejo por homens, ou melhor, o seu “tesão” por homens, como pode ser observado no seguinte trecho (linhas 840-846):

“É engraçado, Ana Flávia, porque... é... esses termos: orientação sexual, né, homossexualidade... é... relativamente novo pra mim. Então, que, a única certeza que eu tinha é que eu tinha tesão por homens*, essa a certeza que eu tinha e que eu gostava disso*, que eu me masturbava, pensava em homens*, me masturbo pensando em homens, era única certeza*. Agora que nomes dava a isso... se era desejo, eu não sabia. Agora, recentemente*, assim em termos, que eu tenho essa noção*. Então, a única certeza que a gente, que eu tenho... é do meu desejo, do meu tesão* por homens**.”*

É interessante notar, na fala do participante, o jogo entre a estabilidade (certeza) e a mudança (novos conceitos) em relação à questão da própria orientação sexual. Para o participante, por um lado, não houve um momento de descoberta da sua orientação sexual, no sentido de uma transformação radical, por outro lado, não houve uma compreensão estática sobre essa questão, no estilo: no fundo, eu sempre soube que era gay. Entre certezas e mudanças, o participante foi tecendo, no decorrer de sua vida, os sentidos que possibilitaram a compreensão pessoal acerca de sua própria orientação sexual.

6) Crenças sobre a homossexualidade e classificação das orientações sexuais

O participante discorda da crença difundida socialmente que afirma que em um casal de mulheres ou um casal de homens deve sempre existir alguém que cumpre o papel feminino e alguém que cumpre o papel masculino. Para o participante, essa separação de papéis está baseada na idéia da penetração sexual, ou seja, o papel feminino estaria relacionado à passividade (ao “dar”) e o papel masculino estaria relacionado à atividade (ao “comer”). Segundo o participante, essa separação, passividade *versus* atividade, é uma bobagem, pois no momento da relação sexual há toda uma diversidade de práticas que não podem ser enquadradas nesse esquema. Nesse sentido, não há uma correspondência direta entre o “ser homossexual” e o ter “práticas homossexuais”, pois as práticas variam de pessoa para pessoa (linhas 465-476):

“Isso é uma bobagem, é uma bobagem, por quê? Bom, e a gente tem a experiências própria mesmo, cê vê... é... isso ainda tá voltado no sexo biológico, né, que o pinto tem que, tem que haver a penetração, então, né, aquela pessoa que, que é mais, no caso das mulheres, que é mais fortinha, então vai cumprir papel de homem. Que papel de homem? Às vezes, na cama ela pode ser muito mais feminina do que a outra*. entendeu?* Então, quer dizer, é... a prática, o ser homossexual não tem a ver com a prática homossexual, a prática homossexual cada um tem a sua*, né, Essa coisa do, da penetração, da analidade, de dar o cu, posso falar assim?*** Tem muitos homossexuais que não gostam*, tem outros que gostam de dar, tem outros que só gostam de comer, tem outros que gostam de comer e de dar*. Então, vai de cada*... isso tem a ver com a sexualidade do, do que eu gosto, você num go, você, você gosta de uma coisa diferente do que eu gosto, do que o fulano*, do que sicrano*, entendeu?”*

É interessante observar a confluência de significados culturais em torno da questão da feminilidade, masculinidade, orientação sexual e práticas sexuais presentes nesse trecho. A questão da atividade e da passividade parece assumir uma função organizadora da compreensão que as pessoas têm, freqüentemente, no que se refere às relações de gênero e às relações afetivo-sexuais. De forma esquemática, a partir das reflexões do participante, parece haver a seguinte relação: homem, atividade, penetração, “comer” *versus* mulher, passividade, ser penetrada, “dar”. É justamente essa “lógica cultural”, eminentemente dicotômica, que é questionada pelo participante (linhas 486-490):

“Quer dizer, a questão da penetração não tem a ver com a questão da orientação

sexual, porque infelizmente o que acontece é isso... é, é, é, tá atrelado. é um estigma. né*, que a homossexualidade... é o estigma da homossexualidade que tá atrelado a sexo... anal*, né, à passividade, a trejeitos femininos e não tem nada a ver*.”*

A partir dessa “lógica cultural” centrada na questão da atividade *versus* passividade, é possível compreendermos porque os homossexuais masculinos são considerados por muitas pessoas, em seus comentários cotidianos, como não sendo “verdadeiros homens”. Considerando que a homossexualidade masculina está associada à passividade e esta, por sua vez, está associada à feminilidade, não é de se estranhar, portanto, a tendência observada no cotidiano de rotular os homens gays com termos que remetem à feminilidade, normalmente em um sentido pejorativo (como, por exemplo, “mulherzinha”).

O participante critica também outras crenças difundidas socialmente que tendem a associar a homossexualidade a coisas pejorativas e, desta forma, reafirmar a concepção de que a homossexualidade é uma perversão, uma “*coisa do mal, do demônio*”(linha 506). Nesse sentido, o participante questiona quais os motivos relacionados a essa tendência social em atrelar a homossexualidade a tudo que é considerado pejorativo (linhas 523-532):

“É... da que a homossexualidade é... eu já te falei de umas, molestar crianças, que todo gay gosta de dar, é... que os gays que trouxeram o vírus da AIDS, né*. Tudo coisa pejorativa... pra poder... agora eu pergunto: por que, né, assim, qual a intenção de poder, de poder... de poder atrelar a homossexualidade a tantas coisas ruins? Né*, acho que é o medo, o medo, o medo do diferente, medo do desconhecido*, da desinformação... Tem aquela frase que diz: o preconceito é a parte visível da ignorância. Eu acho que é mesmo, né... né. Você tem que dar informação, mas também fazer com que essa informação fique incorporado*. Porque não adianta nada, às vezes, não adianta nada* informação... e a pessoa não incorporar isso”*

A questão da “incorporação da informação” constitui um dos grandes desafios no processo de transformação das crenças e valores sociais, bem como dos comportamentos individuais, como é ilustrado pelo participante em relação à adoção do uso da camisinha nas relações sexuais, como preconizam as campanhas de prevenção do HIV/AIDS. Afinal, o que o participante parece indicar é que as crenças e os valores não se fundamentam exclusivamente em uma racionalidade baseada apenas em informações.

mas em outras dimensões existenciais (emocionais, motivacionais) que estão também presentes.

Quanto à questão da classificação das orientações sexuais, o participante acha que é importante ter uma classificação “básica”: homossexuais, bissexuais, heterossexuais. Contudo, ele não concorda com a utilização desses termos no sentido da “rotulação”, ou seja, o rótulo (por exemplo, o termo homossexual) englobar todas as demais dimensões da vida das pessoas, “ *porque... gay... é só um, deveria ser só um dado a mais na nossa característica, mas ele acaba... como... é a questão do rótulo que eu queria trabalhar, acaba sendo... dominando todo o indivíduo.*” (linhas 737-739). A rotulação (e auto-rotulação) das pessoas a partir de sua orientação sexual é percebida pelo participante como um fator bastante limitador, inclusive em termos de relações de amizade. Em outras palavras, uma pessoa homossexual deveria só ter amigos homossexuais? O participante discorda desse critério, baseado na orientação sexual, para selecionar as suas amizades. Essa questão será discutida na próxima categoria temática.

Apesar de concordar com a necessidade de existir uma classificação “básica” em relação às orientações sexuais, o participante enfatiza o quanto essa classificação é, na realidade, flexível e fluida, como pode ser observado no seguinte trecho (linhas 747-758):

“Ah, eu gosto que me chame de homossexual, de gay, né. Eu acho que... acho que meio invi, porque na, os próprios homossexuais... por exemplo, eu me considero 100% homossexual*, mas tem homossexuais que... que 70% é predominantemente homossexual, mas 30 transa com mulheres numa boa** . né. Tem uns que são metade, metade, se... caberia os bissexuais aí, tudo bem*. Então, eu acho que essa classificação, tem n classificações*... dependendo do número de habitantes que tem nesse planeta, porque tem a ver com... gosto, com desejo... e isso é tão difícil, cada um tem o seu*. Eu nunca transei com mulher... e nem sinto vontade de transar com mulher, [?] têm aqueles que... transam uma vez ou outra e gostam*, entendeu?*. Então, eu acho que... até por uma questão de, de, de não ter classificações... acho importante ter... ter uma coisa básica: homossexual, bissexual*, né. Mas não que isso sirva pra poder rotular as pessoas**, cê tá entendendo?**”

7) Relações sociais (família, escola, trabalho, amizades)

Quanto à questão de assumir a sua orientação sexual nas suas relações sociais, mesmo que as pessoas já saibam, o participante acha importante ter a autonomia para

decidir com quem ele deseja falar sobre esse assunto. Como militante *gay*, o participante tem a consciência que o ideal, em relação a sua orientação sexual, seria ter “100% de visibilidade”. Contudo, ele afirma, posteriormente, que tornar a sua orientação sexual completamente pública não é algo desejável. Nesse sentido, parece haver um conflito em relação às vozes presentes em seu discurso: o Alexandre, enquanto militante *gay* e o Alexandre, enquanto indivíduo com uma história de vida singular (linhas 1080-1087 e linhas 1096-1098):

“Bom, essa minha visibilidade, ela num tá 100%, eu tô... é aos poucos*. Então, meu irmão mais novo sabe*, meu pai não sabe*. minha mãe foi embora desse mundo sem saber. Se você pergunta, se eu falaria pra ela?... Talvez não*, talvez não... pelas próprias limitações dela*, eu acho que seria muito desgastante pra mim*... poder falar com ela*, mesmo sabendo que o ideal era isso, mas eu, eu acho que... do que eu conheci ela, ela não ia aceitar assim*, de braços abertos assim*. Pela própria educação dela*. Então... essa coisa é meio fantasiosa de achar que agora eu vou colocar que eu sou viado e vou falar pra todo mundo, não*. Eu só vou falar pra quem eu quero*... saber.”*

“Então... é... essa coisa de poder assumir, o assumir-se é principalmente pra mim, agora pras pessoas, eu tenho, eu quero ter o controle e o desejo de poder fazer isso pra... pra quem que eu quiser.”*

Quanto à sua relação com a sua família, o participante lamenta muito que a mesma tenha se caracterizado pela falta de diálogo, principalmente no que diz respeito a questões relacionadas à sexualidade. No que se refere especificamente à relação do participante com o seu pai, a mesma foi marcada pela omissão do seu pai em relação à sua educação sexual. Por um lado, o participante acredita que a sua relação com o seu pai deveria ter sido diferente, por outro lado, ele acha “até bom que isso não aconteça, porque senão acho que ele ia me levar... pro prostíbulo**.” (linhas 895-896). Quando adolescente, o participante tinha muito medo que o seu pai o levasse para um prostíbulo para que ele tivesse a sua iniciação sexual e se afirmasse como “homem”. O que, segundo ele, felizmente não ocorreu em sua vida.

A iniciação sexual de rapazes em prostíbulos levados pelo pai ou outros homens da família é algo que nos faz questionar o quanto certas práticas sociais reproduzem um modelo de masculinidade que é percebido como extremamente opressivo por certos homens. A recusa em compartilhar tais práticas, em certos contextos, pode significar uma série de sanções sociais, como, por exemplo, deixar de ser reconhecido como

“homem” por outros homens. O que pode ser vivenciado como algo bastante desestruturante em relação à própria identidade de gênero.

Quanto às relações com os seus colegas de escola na adolescência, o participante afirma ter vivenciado experiências muito desagradáveis, ao ponto de ter que solicitar à direção da escola para mudar de turma (como foi mencionado anteriormente na categoria temática “história de vida”). A sua relação com os colegas foi marcada por perseguições, gozações e por um forte sentimento de impotência por parte do participante (linhas 32-38):

“E tinham...e... chegou num momento que, que as pessoas estavam... implicando comigo, tinha umas pessoas, é, assim, filhos mais riquinhos, tal. Eu sentia muita raiva, num era, num era também um inocente [?] Eu sentia muita raiva deles*, mas o fato que... no momento em que eu passava em qualquer lugar da escola, eles... me gozavam*. E, assim, tinha uns 14 anos, isso me deixava muito*, muito puto*, e às vezes, muito... assim, não saber o que fazer*. Às vezes, eu evitava de pensar, de até o banheiro, porque... com medo de poder encontrá-los*.”*

As perseguições e “gozações” sofridas pelo participante no contexto escolar foram eventos marcantes em sua vida e ele não deseja que isto se repita com outros adolescentes. Essa é, inclusive, uma das motivações do seu trabalho enquanto militante do movimento homossexual, no sentido de estar “lutando pra que... as pessoas que, que, porventura, tenham essa orientação sexual, que não passem, que não* precisem passar*” (linhas 48-49). Quanto ao papel da instituição escolar em relação à questão da discriminação por orientação sexual, o participante acha que a escola, na sua época de estudante, era bastante omissa. Atualmente, ele acredita que a escola está menos omissa em relação à essa questão, apesar de ainda não ser o ideal e nem ser um movimento das escolas como um todo, mas sim de profissionais que estão comprometidos com uma concepção de educação que procure respeitar as diferenças.

Quanto às suas relações no contexto de trabalho, o participante acha importante falar sobre a sua orientação sexual apenas para quem ele realmente deseja falar, mesmo que as pessoas já saibam (linhas 1087-1093):

“Mesmo que outras pessoas sabem que eu sou, porque eu apareci na televisão, então, out... algumas pessoas sabem... por e, lá no meu trabalho, quando eu apareci na televisão, no outro dia: [?] como é que vai ser, tal?. Eu cheguei e falei com aquelas,*

com aquelas meninas que trabalham comigo diretamente, que adoro elas, que eu falei que eu era gay, mesmo sabendo que elas já sabiam**.* Agora, pras outras pessoas que me viram na televisão... eu, eu não senti vontade de poder falar, que num me interessa **.”

Em relação às suas amizades, o participante tem amigos tanto heterossexuais, como homossexuais. Ele critica a atitude heterofóbica que muitos gays assumem perante as pessoas que não compartilham a mesma orientação sexual, ou seja, os heterossexuais. É interessante notar como a heterofobia, como uma reação radical à homofobia, acaba por ter um efeito similar: a delimitação de fronteiras simbólicas e sociais que excluem o outro (os “não-gays”), como pode ser observado no seguinte trecho (linhas 733-737):

“É, às vezes, nós temos heterofobia, quando a gente fala que vai sair com, com amigos heteros... não... ah, eu vou sair com fulano de tal, aí um amigo falou: ah, mas com aquele, aqueles seus amigos heteros, né. Como se... como não fossem amigos, tá entendendo, a gente tem isso*. Quer dizer, então, eu teria que só andar com gays? É foda (risos)*”*

8) Relações afetivo-sexuais

Segundo o participante, uma diferença fundamental nas relações afetivo-sexuais heterossexuais e homossexuais diz respeito à questão da possibilidade de expressão pública da afetividade (linhas 1171-1179):

“Acho que a diferença é que eu não posso beijar nem pegar na... é difícil eu poder... fazer... se você falar que... que tudo bem, você pode comer em casa, é diferente. Eu gostaria assim, de pegar na mão e de achar que isso... é... seria uma coisa natural e até beijar*, né. Só que, só que, infelizmente, a sociedade acha que é aquela coisa*, então, é diferente neste sentido, que a gente tem que... dá um jeitinho de poder... exercer a afetividade* que não deveria, né. Quer dizer, porque que o outro tem o direito, eu também tenho direito* de exercer a minha afetividade*, se eu tenho... se esse espaço é meu, se eu pago esse aluguel... aquelas coisas, mas assim... eu tenho que ter o direito da afetividade como o hetero também*, né...”*

No que diz respeito às relações afetivo-sexuais entre homens e entre mulheres, inicialmente, o participante afirma que não percebe nenhuma diferença na “essência”, em termos de afetividade. Posteriormente, o participante afirma que existem diferenças sim, “talvez, eu vou estar me contradizendo, mas eu percebo que nas mulheres, as

mulheres lésbicas... elas, elas (...) são mais care... são mais assim... é... como a mulher hetero... (linhas 1199-1201). Quando questionado pela pesquisadora em que sentido que as mulheres lésbicas são parecidas com as mulheres heterossexuais, o participante apresenta algumas diferenças que ele percebe nos relacionamentos entre homens e entre mulheres que são fundamentalmente marcados pela questão de gênero (linhas 1203-1211):

*“É... é... leva muito em consideração a questão dos sentimentos**. Eu diria que os homens, tanto heteros como homos, são mais práticos*... tem dor do mesmo jeito*, mas a mulher, tanto a lésbica como a outra, é aquela coisa, entende? É... que, que, qual que é o discurso das mulheres que gostam de hom...de, de, de ter relacionamentos... relacionamentos*, o próprio... *, né, o homem já não, que é galinha, tal, não tem essa, essa noção?* Mas eu percebo, então, nas lésbicas, elas são mais carinhosas, são mais... não visam tanto a questão de, de estética*... O homossexual, mas eu acho que o hetero também*, a gente vê muito o visual, pra a gente é muito... muito forte**... o... bumbum*, o pênis*. Pra mulher, acho ela num... num vê... num é muito dada a isso.”*

É interessante observar como tais diferenças discutidas pelo participante indicam a necessidade de uma atitude cautelosa no que se refere às generalizações que procuram englobar as relações afetivo-sexuais entre homens e entre mulheres na mesma categoria ampla: os relacionamentos homossexuais. Tal atitude cautelosa em relação a esse tipo de generalização faz sentido na medida em que a construção das identidades sexuais não-hegemônicas ocorre conjuntamente com a construção das identidades de gênero no decorrer da história de vida de cada pessoa (ontogênese). Em outras palavras, homens e mulheres homossexuais não são completamente distintos de homens e mulheres heterossexuais, como parece indicar os discursos cotidianos que apresentam a homossexualidade como algo “exótico”, distante da realidade corriqueira do dia-a-dia. Portanto, não é de se estranhar a reprodução de certas expectativas marcadas pela questão de gênero no interior dos relacionamentos amorosos entre pessoas do mesmo sexo.

De acordo com o participante, é possível distinguir o sexo do envolvimento afetivo: “*então, pode haver só sexo sim*... sem haver envolvimento*”(linha 1224). O que não significa que em um relacionamento estável não possa haver uma confluência entre envolvimento afetivo e sexo. Nesse sentido, o participante parece destacar que o

envolvimento afetivo não é pré-condição para a relação sexual, mas que ambos podem caminhar juntos, também.

Quanto à experiência pessoal do participante na esfera dos relacionamentos afetivo-sexuais, o mesmo afirma que em sua vida teve um único relacionamento que ele considerou estável (durante três meses). O fato de ter tido pouca experiência em termos de relacionamentos duradouros é algo que o incomoda, principalmente porque isso parece corresponder às expectativas sociais que associam a homossexualidade a relacionamentos pouco duradouros (linhas 175-179):

“Tem muita gente que fala: ah, os homossexuais, coitados, né, são fadados a ter relacionamentos esparcos, frouxos, tal. Eu quero, eu queria ser contrário a essa teoria. Então, eu falo que as minhas relações são difíceis, são poucas pela, por, pela minha própria história, mas eu acho que é isso, pela minha própria construção da minha história de vida”

É interessante observar como o participante procura justificar para si mesmo a sua pouca experiência em termos de relacionamentos estáveis. Implicitamente, para ele, aceitar a justificativa baseada na sua orientação sexual é duplamente desconfortável. Primeiramente, porque significa que a sua história de relacionamentos amorosos esparcos “serviria de arma” para aqueles que procuram associar a homossexualidade a tudo que é indesejado socialmente. Em segundo lugar, aceitar a justificativa baseada na sua orientação sexual significaria aceitar o “fardo do fracasso amoroso” como destino atrelado à sua condição homossexual. Como o participante parece nutrir a expectativa de outros relacionamentos duradouros no futuro, como é explicitado em outros momentos da entrevista, é bastante desconfortável acreditar que por ser homossexual ele nunca mais terá um relacionamento assim. Em um sentido inverso, ancorar a sua justificativa na sua história de vida é algo que sempre abre possibilidades de mudanças futuras (por mais difíceis que elas sejam).

Esse é um exemplo ilustrativo sobre a importância de analisarmos as justificativas, os “porquês” que as pessoas atribuem aos eventos em suas vidas (e não apenas focalizar os eventos em si). Esse parece ser um dos caminhos promissores na compreensão dos sentidos que as pessoas constroem para explicar o mundo e a si mesmas.

9) Relações consigo mesmo

O participante relata que a sua relação consigo mesmo, atualmente, é mais satisfatória, e que sua vida realmente mudou na medida em que ele passou a perceber a sua orientação sexual como parte integrante da sua pessoa e não mais como um comportamento isolado, alienado de si mesmo (linhas 936-944):

“Eu acho que a minha vida... está mudando a partir do momento em que eu me aceitei mais... eu, eu, eu percebi o que é homossexualidade, que não é, não restringia só ao ato sexual em si*, mas uma gama de coisas*. E eu me senti bem a partir do momento que eu percebi... a minha intereza, entendeu? Quando eu percebo que eu sou Alexandre gay, mas eu sou Alexandre filho, profissional liberal, sabe?* Esse Alexandre é como se tivesse ajuntado num só*, sabe? Então, quer dizer, quando eu falo pro meu irmão que eu sou gay, eu me sinto bem* (...) Porque é como se ele me conhecesse mais... quer, eu não sou um outro Alexandre, eu falei pra ele que eu não sou um outro, eu sou o mesmo*, só que ele sabe um pouquinho mais da minha vida*, né.”*

Certamente, o fato de perceber a sua orientação sexual como parte integrante de si mesmo, o que é percebido como um movimento bastante positivo pelo participante, não implica em que todas as questões de relevância pessoal estejam resolvidas. Como já foi discutido anteriormente, o participante, no decorrer da entrevista, explicita as suas dificuldades em termos emocionais e de relacionamento afetivo (timidez, solidão, medo da rejeição de outras pessoas). Isso é particularmente interessante, se compararmos com as entrevistas analisadas de outros homens, onde praticamente não há espaço para a reflexão pessoal em torno dessa temática (linhas 1243-1255):

“Tá sempre transformando, tá sempre transformando*. Se você me pergunta: tá tudo resolvido, pra mim em relação... não tá resolvido, nunca vai tá resolvido*, nunca vai tá resolvido as coisas pra mim, eu diria que está bem melhor do que antes*, entendeu. Mas vai ter momentos em que eu vou me descabelar, entendeu, vai ter momentos em que eu vou chorar e vou achar que a vida é uma merda e tal, mas no outro dia, taí*, em cima*. Então, é dinâmico... é dinâmico, é um processo, há volta... há idas e voltas, mas eu espero que a ida vai ser mais longa do que a volta, entendeu, e aí eu vou... e aí eu vou seguindo*, né. Essa questão da solidão é uma coisa muito forte em mim, acho que todo mundo, né, acho que todo mundo sim... Mas eu quero poder melhorar essa questão de, de, de, da timidez, dessa questão do medo de ser rejeitado... essa dificuldade de eu poder olhar pra pessoa e mostrar o meu desejo é a própria dificuldade dessa pessoa, do meu medo... dela virar a cara pra mim*. Esse, esse simbolismo da rejeição é muito forte**... quero poder*

melhorar... poder ver, paquerar... sabe. Então, é uma coisa... permanente.*

O envolvimento do participante com a militância homossexual parece marcar de forma significativa a maneira como ele se posiciona nas suas relações sociais, bem como na sua relação consigo mesmo. É interessante notar como o participante utiliza o termo informal “a gente”, que corresponde ao pronome pessoal nós, em vários momentos para introduzir uma opinião pessoal sobre os assuntos discutidos no decorrer da entrevista. Nesse sentido, parece existir uma identificação entre os posicionamentos pessoais do participante e os posicionamentos que, supostamente, são compartilhados pelo grupo social de referência: os homossexuais, em um sentido amplo, ou o grupo de militância gay do qual faz parte, em um sentido mais restrito.

O trecho seguinte ilustra essa relação entre os posicionamentos pessoais assumidos pelo participante e a sua relação com a luta política mais ampla de defesa dos direitos dos homossexuais (linhas 1039-1049):

“É engraçado, porque é uma mistu... é... pra mim, significa que eu tenho que lutar para ter uma posição nessa sociedade. Sociedade implica... meu círculo de amizade*, sabe, as pessoas que me conhecem*. Eu acho que tem uma diferença sutil nisso, que eu preciso... marcar a minha presença**. O que seria diferente se fosse um heterossexual*, não porque eu queira, mas porque todas as circunstâncias, né, levam a precisar, infelizmente, ter isso. Então, por quê? Porque não é fácil, mas ao mesmo tempo é necessário... eu vejo isso que é necessário*, ter identidade, reafirmar essa identidade, estudar essa identidade*. Que pro heterossexual nem, nem precisa disso, né*... mas enquanto... existir esse preconceito, existir estigma, existir discriminação, a gente precisa reforçar, reforçar essa identidade**. Acho que é importante essa identidade... pro homossexual é importante**”*

É bastante sugestiva a afirmação do participante sobre a necessidade de “marcar a sua presença” e afirmar a sua identidade sexual na sociedade, no que se refere ao estudo das identidades sexuais e das relações de poder que as perpassam. A necessidade de uma atitude intencional no sentido de reafirmar a sua identidade homossexual parece indicar, em um sentido inverso, o quanto a heterossexualidade, enquanto identidade sexual hegemônica, não necessita de tal afirmação deliberada. Isso não significa que a heterossexualidade não seja reafirmada cotidianamente, através de várias práticas sociais, na mídia, nas famílias, nas escolas. Contudo, há uma diferença muito importante: as pessoas que compartilham tal identidade sexual, normalmente, não

assumem uma postura consciente e deliberadamente intencional em relação à afirmação da sua própria identidade sexual.

10) Outras questões e comentários sobre a entrevista

No contato da pesquisadora com o participante, via telefone, com o objetivo de combinar horário e local para a realização da entrevista, o participante acreditava que a mesma seria realizada por telefone, ou seja, que seria uma entrevista com questões fechadas, “objetivas”. Foi esclarecido, na ocasião, que a entrevista deveria ser realizada pessoalmente, bem como gravada, a fim de subsidiar, posteriormente, o trabalho de análise. Após esse esclarecimento, Alexandre concordou em participar da pesquisa.

No final da entrevista, Alexandre afirmou que gostou muito de ter participado, de ter tido a oportunidade de falar sobre as temáticas abordadas, bem como elogiou a forma como o roteiro de entrevista foi organizado (linhas 1258-1271):

“Não, acho que foi legal, eu acho que... nossa... falei muita coisa e gostei de ter falado e gosto de falar. Ainda mais quando tem uma pessoa que possa... tá entendendo o que a gente tá falando, porque... como eu te falei, a gente tem toda... a gente quer transmitir... Não que eu seja, sabe*, aquele, o gostosão, mas... sei lá, eu acho que assim que é legal da gente poder... essa, essa visão das coisas... que eu gostaria de poder passar e, às vezes, eu vejo que num, que num tem jeito, mas aí, eu penso: ah, Alexandre, a história de vida da outra pessoa, é outra, tal, tal. Cê tem que ter estratégias, se você acha que é certo o que você acredita, você... é sua... é sua obrigação e responsabilidade poder fazer estratégias pras pessoas poderem... entender aquilo que você quer dizer*, né. Então, é isso, foi legal, acho que... do jeito que as perguntas, elas vão, elas vão ligando uma coisa a outra, é legal, né, que vai falando de preconceito, de discriminação, rótulo, então, acho que tem tudo que... E cê vai ver que outras pessoas vão falar totalmente diferente de mim (risos – Ana Flávia) e eu acho que isso que vai ser legal, poder... ver essas pessoas tão diferentes.”*

O *feedback* do participante nos faz refletir sobre o valor dos instrumentos metodológicos flexíveis, como a entrevista semi-estruturada, na promoção de um vínculo entre pesquisadora e participante menos formal e distante, o que, por sua vez, pode funcionar como facilitador do envolvimento do participante com a pesquisa. Cabe destacar que, na perspectiva metodológica e epistemológica defendida no presente trabalho, é de suma importância o envolvimento dos participantes com a pesquisa em si (motivação intrínseca). Tal envolvimento, certamente, está relacionado com a qualidade

das informações produzidas no momento empírico. Afinal de contas, seria bastante incoerente, dentro da perspectiva assumida, estudar questões relativas à constituição da subjetividade sem oferecer condições concretas para que os participantes se sintam envolvidos com a pesquisa e possam se expressar o mais livremente possível.

ANÁLISE DA ENTREVISTA 3

Nome fictício: Bruno

Idade: 34 anos

1) História de vida

A narrativa autobiográfica do participante focaliza, de forma bastante sintética, a relação com a sua família e a questão da sua orientação sexual. A narrativa do participante baseia-se em eventos que são citados sem um encadeamento temporal. É interessante notar como o participante descreve os membros de sua família, utilizando-se de adjetivos, de forma bastante pontual, como pode ser observado nos seguintes trechos (linhas 4-15, linhas 23-25, linhas 27-31):

“Bom, tudo começou quando eu nasci, viu? Que que eu considero importante na minha vida?... Hum, mas essa pergunta é difícil, heim? (risos – Ana Flávia) Eu considero importante que eu sei da, da, da minha orientação, não com esse nome, não com esse conceito, eu não tinha muita consciência disso, mas desde muito cedo, apesar de ter começado muito tarde**. E me considero que... minha família é muito chatinha, meu pai é militar, mas num é rígido pra caramba, não*, o sujeito fica, fica muito na dele*, entendeu, nunca comentou nada, nunca perguntou nada. Pra ele, ele é muito rígido, por outro, ele é até meio maleável*, agora, minha mãe é muito porra louca, muito casca grossa, mal educada pra caramba, entendeu?* Então, minha mãe sempre pegou pesado com essa história minha*... isso eu considero (risos) importante... aliás, foi o motivo de eu num querer mais morar com ela, apesar da necessidade dela, da doença*... entendeu, num dava mais...”*

“Meu irmão... meu irmão machão... [XXX], super cobrado em certas coisas, também nunca me perguntou nada. Aliás, da família mesmo, só quem se invocou mesmo foi minha mãe (risos – Bruno).”

“Eu tenho uma irmã que é 44 bico largo. Olha que pejorativo! (risos) Ela é lésbica, entendeu, dessa realmente eu num podia nunca, nem brincar comigo, uma vez ela me xingou, quer dizer, eu nem sabia o que era isso, eu tinha oito anos, e ela falou: você é homossexual? Eu falei que diabo é isso? É de comer ou de passar no cabelo? (risos – Ana Flávia).”

O que parece, realmente, organizar a narrativa autobiográfica do participante é a questão da sua orientação sexual, mesmo quando ele se refere à sua família. A temporalidade, nesse caso, assume um papel secundário em sua narrativa. Quando o participante se refere à sua infância é, novamente, a sua orientação sexual que assume um papel de destaque (linhas 41-50):

“Eu num sabia muito bem o que que tava acontecendo não. Aí, depois... comecei a perceber que, era engraçado, a gente nota bem criança que num, que... num é pra contar pra ninguém, ninguém vai te dizer que é proibido falar sobre isso, mas assim, se o garoto descobrir com sete anos, com sete anos ele já cala a boca, se ele descobrir com oito, com nove, com dez, ele já mantém segredo sobre isso, acho que é por causa das brincadeiras que ele vê fazendo com as pessoas mais, mais... vamos dizer, mais óbvias ou mais assumidas*, ou por causa das coisas que ele ouve do próprio pai, da própria mãe, ou por causa do sistema, parece que a criança meio que percebe, que tem alguma coisa que eu não devo me meter nisso.”*

A questão do participante ter percebido na sua infância que ele tinha “alguma coisa que não era para ser comentado” é algo que parece ser bastante significativo na sua história de vida, pois – em vários momentos da entrevista – ele aborda a questão da relação entre homossexualidade, infância e contexto escolar. Apesar de nunca ter sofrido discriminação na escola, pois segundo ele: “nunca tive jeito de nada”(linha 50), ele afirma ter presenciado vários episódios de discriminação em relação aos colegas que eram mais “óbvios ou assumidos”.

Diante do questionamento sobre os eventos significativos em sua vida, o participante procura enfatizar em sua narrativa o quanto é uma pessoa comum, com uma vida comum, com uma família comum (linhas 31- 35 e linhas 52-55):

“eu sou um sujeito comum, um sujeito comum, um gordo comum, um peso não muito comum, altura de [altura acima da média] ... e... não tenho nada de especial não, eu gosto de bicicleta, de video-game, não tenho nada que nin, que outras pessoas não tenham, eu tenho dois buracos no nariz igualzinho a

*todo mundo**, entendeu?”

“É uma família comum, um pai comum, uma mãe comum, um irmão comum, cachorro, gato dentro de apartamento, entendeu? Bicicleta, carro na garagem, água filtrada, computador, telefone, vídeo-game*, uma coisa assim super a, super, super, super convencional*.”*

É possível que o participante tenha afirmado, de forma enfática, que sua vida é comum como uma reação à crença difundida socialmente de que uma pessoa com uma orientação sexual distinta da norma heterossexual deve apresentar em sua história de vida algum evento extraordinário ou traumatizante. Essa hipótese explicativa parece fazer sentido na medida em que, em um momento posterior da entrevista, o participante critica a concepção de causalidade linear que afirma que uma pessoa se torna homossexual por ter uma “família desestruturada”.

No decorrer de toda entrevista, o participante utiliza-se bastante da ironia (como nos trechos citados anteriormente), bem como de uma estrutura narrativa baseada fundamentalmente em eventos, ações e no “falar sobre” a questão da homossexualidade e da militância *gay*. No que diz respeito à relação entre sujeito e narrativa, não há muito espaço para reflexões em torno de vivências emocionais e reflexões pessoais sobre a sua história de vida. Obviamente, o participante não está “ausente” em sua narrativa, contudo, ele se faz presente através de suas ações concretas e do seu conhecimento sobre as temáticas abordadas (a partir de filmes, livros, conversas com outras pessoas e da sua experiência). Nesse sentido, em vários momentos da entrevista, a pesquisadora teve a sensação de que o participante assumiu, em sua narrativa, uma posição mais impessoal (se comparada, por exemplo, com as entrevistas 1 e 2, analisadas anteriormente).

2) Questões de gênero

O participante acredita que existem expectativas sociais diferentes, construídas no decorrer da história, em relação aos homens e às mulheres. De forma ampla, segundo o participante, a mulher foi “condicionada” a ser sensível, romântica, a cumprir o papel maternal, enquanto ao homem coube assumir uma postura de “dureza”, bem como assumir o lado “prático” da vida (linhas 60-70):

“O que a sociedade espera da mulher? A sociedade espera da mulher o que a

sociedade ensinou a mulher, entendeu, ensinou não, condicionou*, entendeu? A história condicionou a mulher a se submeter ao machismo, entendeu, todo mundo acredita que a mulher é mais sensível, é mais romântica, mas qual o papel que se deixou pra mulher? Entendeu, pelo passar dos séculos... se deixou o papel de que? De mãe, de sensível, de romântica... e tomou-se, né, o homem, tomou o homem, na minha opinião, claro, num tem nada de científico nisso*. mas pelo que a gente consegue ler, pelo que a gente consegue perceber, é que que o homem tomou pra si, né? Tomou, aspas, as responsabilidades*. tomou a dureza, tomou a tomada de decisões*. entendeu, deixou pra mulher um pouquinho*. entendeu? Deixou a parte sentimental pra mulher e deixou a parte prática pro homem, isso generalizando bastante*. é claro*, né*.”

É interessante notar como o participante ao se referir às características que são socialmente esperadas das mulheres (como, por exemplo, a sensibilidade) procura apresentá-las como o que “sobrou”, como o “resto”. Implicitamente, as características socialmente atribuídas à feminilidade são consideradas como de segunda ordem, ou secundárias. Essa interpretação parece fazer sentido na medida em que, em vários momentos da entrevista, o participante ironiza atitudes tidas como românticas ou sensíveis diante da vida e dos relacionamentos afetivo-sexuais, o que, segundo o participante, caracterizam as atitudes típicas (ou, pelo menos, esperadas) das mulheres.

Segundo o participante, os homens, de um modo geral, apresentam uma concepção bastante pejorativa das mulheres, o que é evidenciado pelos termos comumente utilizados pelos homossexuais masculinos para se referirem às mulheres, como pode ser observado nos seguintes trechos (Linhas 70-75 e linhas 78-82):

“Então, como que a sociedade vê a mulher? Se cê perguntar prum homem, homem heterossexual*, se num vai perguntar como ele vê a mulher, mas cê vê os gays, os gays masculinos, porque gay tá meio amplo hoje em*, eles tratam as mulheres, assim: rachada, buraco, racha, entendeu? (risos) Mocréia, baranga, canhão, entendeu? Super pejorativamente, na maior brincadeira. *, mas assim*, brincando, brincando, o tachorro empenhou a mãe dele, né*.”

“Quando tão com raiva, a coisa é bem mais grosseira, mas rachada realmente é, assim, um termo que eu não, não me atrevo a usar, pra você ter uma idéia... isso quando não diz que já vem com problema de fábrica, é sempre se referindo ao buraco, à vagina*, (toca o telefone). A mulher, no, no, no, na visão do homem hetero e algumas vezes na visão do gay* é um buraco*”

É interessante observar como, no início da entrevista, o participante apresenta tais termos pejorativos associados às mulheres como termos usados pelos homossexuais masculinos, enquanto uma categoria genérica de pessoas. Na medida em que a entrevista foi transcorrendo, o próprio participante assume, para si, essa categorização pejorativa para se referir às mulheres (principalmente o termo “buraco”). Essa estratégia inicial de “suavização”, utilizada pelo participante, para expressar o seu pensamento em relação às mulheres, faz sentido, na medida em que no processo dialógico da entrevista, o mesmo tinha como interlocutora uma mulher, ou seja, a pesquisadora.

É importante ressaltar, entretanto, que a concepção que o participante tem das mulheres não é algo assim tão claro e transparente. Ao contrário, em alguns momentos, torna-se ambígua, ou seja, o participante expressa uma certa revolta em relação à forma como as mulheres são tratadas socialmente. Como pode ser observado na crítica que ele faz a uma canção de pagode que trata a mulher como objeto sexual do homem, ou como afirma o participante, como um mero “buraco sexual” (linhas 666-686):

“Por mais que se fale a coisa romântica, num sei o que... agora eu tava ouvindo a canção, hoje, só sei que eu acho assim que se eu... se eu fosse uma ministra, uma presidente, uma... uma pessoa famosa, proibiria assim, baixaria a censura só por causa da canção, aquela que diz assim que é... eu não vivo sem mulher, eu não passo sem mulher... É como se eu tivesse fazendo uma ode à mulher, olha que lindo, eu não vivo sem mulher, olha que coisa maravilhosa que é a mulher é, ela é linda, ela é maravilhosa. Só que a pas, pas, a droga da mulher não percebe que nessas canções de, de, de samba, pagode, entendeu, só se fala da mulher, como o buraco, como uso, eu não vivo sem mulher, eu! Eu não passo sem mulher*. entendeu?* Pode ser qualquer uma, ele num tá dizendo assim*: a mulher é igual ao homem em tudo, num tem mais, mulher mais inteligente que homem nem homem mais inteligente... ele num diz isso*. ele num diz que a mulher pode ser feliz, ele num diz* que a mulher pode ser independente*. pode trabalhar, ele num diz que a mulher pode deixar os filhos com o homem, ele diz que num vive sem mulher e diz que não passa sem mulher, e as outras músicas de pagode, então, descem a mulher abaixo da barriga da tartaruga**. O grande problema é que as drogas das mulheres, infelizmente, dá até para dizer assim estatisticamente, pelo menos, mais de cinquenta por cento das mulheres aprovam, gostam e assumem*, se condicionam com isso*, se deixam condicionar, se abrem como um buraco...* é um autoburaco, um buraco automático, elas se abrem, e engolem aquilo*, como elas se abrem e engolem um pênis*, elas se abrem e deixam o pênis entrar nela... e num raciocina o que que tem por trás disso*.”*

No trecho citado anteriormente, é possível notar a posição ambígua que o participante assume, em alguns momentos, em relação às mulheres. Por um lado, ele se revolta com o tratamento social conferido às mulheres, por outro lado, ele se revolta também com a atitude passiva que as mulheres, segundo ele, assumem ao aceitarem e concordarem com esse tipo de tratamento. A revolta do participante em relação ao tratamento social conferido às mulheres transforma-se, em alguns momentos, em pena, o que, em última instância, também reforça a concepção da mulher enquanto ser passivo, incapaz de assumir uma atitude de reação. Essa concepção é coerente com a postura do participante em demonstrar pouca confiança na possibilidade de transformação dessa situação desigual nas relações de gênero (linhas 106-110):

“Mas a grande maioria das pessoas considera o homem um poder, um patriarca, alguma coisa assim, e considera a mulher aquele objeto, o buraco*... submisso*. Agora é muito difícil a pessoa conseguir separar a mulher, do buraco sexual (risos – Bruno) da reprodutora*. entendeu*, o homem é sempre a pessoa, e acho que isso não vai mudar...”*

Quanto às expectativas sociais relacionadas ao homem, o participante não discute essa questão de forma aprofundada, como ele faz em relação à mulher. Nesse sentido, ele é muito mais pontual em suas colocações quando se refere à questão da masculinidade. Em outros termos, não há uma reflexão mais aprofundada, por parte do participante, no que diz respeito às expectativas sociais em relação à masculinidade em si, a não ser quando esta é colocada em xeque pela crença difundida socialmente de que um homem homossexual não é homem. Há a tendência, portanto, no discurso do participante, em não problematizar os significados culturais associados à masculinidade, a não ser quando tais significados apontam para a “anulação da condição de homem” entre os *gays* masculinos.

3) Movimentos sociais, discriminação e transformação da sociedade

Inicialmente, cabe esclarecer que essa categoria de análise - pelas temáticas que são abordadas - é a mais longa de todas, o que faz sentido na medida em que o participante é ligado ao movimento de militância homossexual.

Em relação ao movimento feminista, o participante acha que o mesmo, atualmente, tem assumido uma postura sexista, uma espécie de “machismo de mulher”, ou seja, o feminismo atual por sua oposição radical ao machismo tornou-se, por sua vez, tão sexista quanto o próprio machismo (linhas 412-426):

“Ué, o sexismo masculino é o fam, o famoso machismo, entendeu, se você for falar em sexismo tanto de homem pra mulher em, numa palavra, de, de machismo, porque assim... o feminismo é um movimento, mas o machismo é um preconceito ou uma discriminação, entendeu?* Então, se você pegar a palavra feminismo lá na origem, feminismo, como o machismo, eu coloco o movimento como feminista, como se houvesse um movimento de homem seria machismo como movimento**, entendeu, mas assim, acredito que teve sua utilidade, acredito assim, gosto dos movimentos, gostei da história de queimar os sutiãs na década de sessenta, gostei do Programa Malu Mulher, e olha que eu tinha só 12 anos, 13, cê assistiu?... Era bem feminista, depois virou uma coisa bem comum demais, como o Fagner, que cantava as po, quando ele cantava poesia e depois começou a cantar eu te amo meu amor, I love you... ai estragou, entendeu. Então, o movimento feminista tem sua utilidade, tem num sei o que, mas de uns anos pra cá tem se tornado só um machismo de mulher, aliás, um machismo não, um sexismo*. é um feminismo, assim, uma oposição ao machismo**, entendeu, assim, preconceito por preconceito, discriminação por discriminação*.”*

De acordo com o participante, o movimento feminista obteve conquistas importantes na área judicial, na esfera política, no campo profissional, contudo “*eu acredito que o feminismo, se num já se tornou, tá se tornando um, não mais só um movimento, mas opção ao machismo, é uma espécie de de machismo de mulher***, entendeu**” (linhas 443-445). Nesse sentido, o participante critica o que ele percebe como a adoção de uma postura radical por parte das feministas na atualidade. Para ele, o ideal seria encontrar um ponto de equilíbrio, afinal “*num adianta ser feminista demais, entendeu, num pode ser machista demais*” (linhas 523-524). Contudo, não fica claro no seu discurso qual seria o “ponto de equilíbrio” que ele considera ideal.*

Posteriormente, o participante afirma que é muito difícil um movimento social, como o feminismo, manter-se fiel aos seus objetivos iniciais. Para ilustrar essa dificuldade que ele observa nos movimentos sociais, o participante cita o caso de um preso que foi libertado por ter recebido o indulto de Natal, sob a alegação de que era HIV positivo, e matou duas pessoas em Brasília (linhas 536-544):

“As pessoas foram criando tédio que o, o, o ideal era manter aquele cara preso lá, ai, que ódio, ele matou quatro pessoas, e ele é suspeito de outras vinte e tantas mortes, e é mesmo. E tudo mais, mas isso vai passando, ninguém consegue se concentrar no ódio, ninguém consegue se concentrar muito no amor, o ódio acaba, o amor acaba. No final das contas, todo mundo vai ficando bonzinho, indulgente. ai*

*solta o cara e o cara mata, como a feminista vai ficando, ou muito radical, ou muito boazinha, mas ninguém consegue se manter no mesmo ideal, na minha opinião, aliás, na minha opinião não, se bobear, isso é regra, viu?***”*

Nesse trecho, é evidenciado um pouco da cosmovisão que o participante tem sobre a vida e sobre as relações entre as pessoas. Essa questão será, posteriormente, discutida na categoria temática: relações sociais.

Sobre a relação entre o movimento feminista e o movimento de luta pelos direitos dos homossexuais, o participante não acredita que possa haver uma articulação amistosa entre ambos. A descrença do participante em relação à essa possibilidade de articulação está relacionada a sua experiência com um grupo de lésbicas feministas que participavam do mesmo grupo de militância gay que ele participa, quando o grupo tinha reuniões separadas entre mulheres e homens (atualmente, o grupo é formado basicamente por homens). Quando o participante ingressou no grupo, em 1997, o mesmo já estava dividido em dois sub-grupos, divisão esta que o participante, na época, questionou bastante (linhas 564-575):

“O grupo era, o grupo era misto, o grupo era misto... é como o grupo do Rio, o Grupo Arco-Íris do Rio era misto também. De repente, as mulheres sentiram necessidade de, de conversar sobre certas coisas, que eu num sei qual era a finalidade delas se separarem, porque se falar de câncer de mama, de vagina, de corrimento, num vejo nada demais falar assim de buraco, mulher como buraco, vagina, que corre aquele líquido, e tudo mais*, eu num vejo absolutamente nada de mais, num acho nojento, num acho especial*. entendeu? Então... num sei que que... que que elas viram, mas elas entenderam que existem coisas, disseram várias vezes para mim, que existem coisas que... não interessam aos homens, como tem coisas que as mulheres conversam que os, gera tédio nos homens, aí, elas criaram um grupo à parte, dentro do [XXX], aí, existia um grupo... é... de homossexuais masculinos e homossexuais femininos, não eram pessoas, eram homem e mulher*... pelo visto, né?”*

O participante relata que, certa vez, um membro do “sub-grupo” masculino quis assistir uma reunião das mulheres e não foi aceito. Nesse sentido, o participante afirma que: “a aproximação do, do, do movimento homossexual, com o movimento feminista, começa mal a partir do momento que as feministas são lésbicas também... e... deu no que deu... pelo menos num, num, num senti um clima muito bom” (linhas 595-597).

Esse exemplo citado pelo participante parece questionar a noção de que existiria, necessariamente, uma harmonia interna ao movimento de luta pelos direitos dos homossexuais, visto que tanto homens, como mulheres homossexuais estariam, a princípio, lutando contra a discriminação por orientação sexual. Todavia, o movimento de luta pelos direitos dos homossexuais também é perpassado pelas relações de gênero, o que pode resultar em alianças e parcerias, como também em conflitos e desentendimentos, como em qualquer outra instância social, onde homens e mulheres estejam se relacionando. Em outras palavras, o fato de homens e mulheres compartilharem uma orientação sexual considerada socialmente diferente não implica em uma necessária “aliança” entre ambos, bem como indica que os mesmos não estão “imunes” em relação a possíveis conflitos marcados pela questão de gênero.

Quanto à questão do preconceito e da discriminação por orientação sexual, o participante afirma que a família é a principal instância social responsável pela disseminação do preconceito e de atitudes discriminatórias em relação às pessoas que apresentam uma orientação sexual distinta da norma heterossexual, como pode ser observado nos seguintes trechos (linhas 234-237 e linhas 240-249):

“A família quer sempre seguir o modelo de sempre, o modelo padrão, o estabelecido, o tradicional, que é papai, mamãe, família* (risos – Bruno) igreja, sociedade... daí a gente aprende isso, eu, eu me surpreendi quando eu comecei a estudar economia, quando... colocaram a família como núcleo da sociedade... entendeu?”*

*“A partir da família, eles falaram em país, nação, não sei o que**, mas no meio desses conceitos, eles vão colocando uns condicionamentozinhos, sabe, uns temperos*. Então... a família é... a tolhedora do homossexual*, entendeu, porque é... é isso que é passado pra eles, quando é que começou isso? O ovo ou a galinha? Foi passado pra eles, pros filhos e pros netos deles, num vai parar em mim e, de mim, num, num *, num vai... bom (...) via de regra, de repente, eu tô passando alguma coisa pra alguém. Mas a família pra mim é a principal disseminadora de preconceito**, entendeu, é o preconceito, pré conceito, preconcebido*, é o que eles aprenderam, que eles passam pra frente, pós conceito (risos – Bruno) um neologismo aqui* ”*

De acordo com o participante, a família, enquanto instituição social, é freqüentemente concebida como a “célula da sociedade”, ou seja, a partir da família é que, freqüentemente, a sociedade é pensada. Cabe ressaltar que o conceito de família,

legitimado socialmente, corresponde ao modelo: pai, mãe e filhos, o que, implicitamente exclui qualquer outro arranjo familiar (como, por exemplo, um casal de homens ou um casal de mulheres). Nesse sentido, a afirmação desse modelo de família como o único possível acaba por reforçar o preconceito e estimular atitudes discriminatórias em relação às pessoas que apresentem identidades sexuais não-hegemônicas. Cabe ressaltar que, para o participante, o preconceito e a discriminação são dois conceitos diferentes, mas interligados (como foi discutido, anteriormente, na entrevista 2).

Em relação à instituição escolar, o participante afirma, que a mesma se caracteriza por ser um espaço onde a discriminação por orientação sexual é bastante freqüente, por parte dos próprios colegas. Tal atitude discriminatória, às vezes, assume um caráter bastante violento, reforçado inclusive pela família, como pode ser observado no seguinte trecho (linhas 258-270):

“A criança traz da família dela certas coisas que o pai passa. que a mãe passa.
Então, se a criança vê uma outra criança se comportando... de um modo contrário àquilo que ela, aspas, aprendeu, entendeu*, ela cai em cima, e ainda... na maioria das vezes... observar bem, a maioria delas aprendeu do mesmo jeito*, uma criança faz a diferença, é nessas que eles vão montar, e isso começa bem cedo*, igual... cansei de ver, nunca fui discriminado porque eu nunca dei bandeira*. mas eu vi quem foi discriminado e não é mole não. É coisa de apanhar mesmo, levar porrada, chegar em casa... o papai condicionado, que aprendeu com o pai e com o avô dele, dá porrada também... meu pai cansou de dizer que se eu apanhasse na escola, eu ia apanhar em casa também, mas assim, nunca me bateu, eu também nunca apanhei (risos). Mas eu cansei de ver pais de amigos meus dizendo também, que já tavam meio... de olho na criança, se apanhar na escola, apanha em casa também, a criança não tem assim a defesa, nem da família, nem dos coleguinhas** . aí, vai ficando isso... tudo isso”.*

A questão da discriminação por orientação sexual no contexto escolar é algo que marcou, de forma significativa, a narrativa do participante. Nesse sentido, é uma questão que será discutida de forma mais detalhada, posteriormente, na categoria temática: relações sociais.

No que se refere à questão da transformação da sociedade no sentido de acabar com o preconceito e a discriminação, infelizmente, a pesquisadora esqueceu, no momento da entrevista, de fazer a questão referente a esta temática (questão 8 do 2º bloco de questões). De qualquer forma, em vários momentos da entrevista, o

participante narra exemplos em sua vida em que ele se posicionou contra atitudes discriminatórias, através de suas ações concretas. O que parece significar que, para o participante, uma das estratégias importantes para acabar com o preconceito e a discriminação por orientação sexual no dia-a-dia, é a pessoa se posicionar claramente, através de suas ações, contra qualquer manifestação neste sentido. Como pode ser ilustrado no seguinte exemplo (linhas 1504-1518):

“Eu me lembro de uma briga, que eu tive num curso que eu fiz no ano passado... em que o sujeito fez, fez uma pecinha de teatro, onde o pai era alcoola... alcoolista, a mãe era submissa e apanhava... e... todos os filhos tinham algum desajuste, um era drogado, o outro num sei que, mas olha só: um filho tinha um desajuste que era o mais grave de todos, que era um filho gay, um negro gay (risos – Bruno). Ah, eu fiquei puto, comecei a brigar, falei assim: olha, você não pode passar essa imagem pra turma. Ah, por que não? Eu falei assim: meu filho - na frente de 22 pessoas, mais a professora - meu filho, olha, eu sou negro e eu sou gay, você não pode passar pra ninguém essa imagem que você passou aí, que o, o, o pai é alcoolista, a mãe é isso, o outro filho é aquilo, e em decorrência desses desajustes, social, familiar e o caralho. Falei palavrão: ah, foda-se (risos – Bruno). Em decorrência desses desajustes, o garoto é, se tornou homossexual, entendeu? E ele botou o homossexual mais afetado que ele conseguiu... dentro do imaginário que ele recebeu, ele colocou o mais afetado*, e eu na frente de tantas pessoas, eu briguei*, isso foi no ano retrasado, entendeu?”*

Segundo o participante, essa “peça” seria encenada como parte integrante da técnica de sociodrama (o participante ficou na dúvida se era sociodrama ou psicodrama) no contexto da disciplina de Didática. Esse episódio nos faz questionar o quanto é importante considerarmos os valores e as crenças subjacentes a qualquer proposta de intervenção, afinal, a utilização de qualquer técnica psicológica ou pedagógica nunca é algo neutro. Em outras palavras, por melhor que seja uma técnica, é importante avaliarmos sempre, enquanto profissionais, o que pretendemos quando utilizamos tais técnicas: se desejamos promover a transformação, o senso crítico ou simplesmente a manutenção de crenças e valores da sociedade.

4) Comunidade gay em Brasília

De acordo com o participante, o conceito de comunidade gay, no sentido mais “básico e exato da palavra”, estaria relacionado à união e à organização entre os seus

membros, bem como a noção de uma luta política (militância). A partir desse conceito, o participante acha que não existe uma comunidade *gay* em Brasília (linhas 1548-1559):

“É interessante a pergunta, mas será que existe uma cultura gay? Será que existe uma moda gay? Será que existe uma comunidade gay? O que que é... a gente tem que definir como uma comunidade pra ver se existe.... É como eu disse, se for dividir em classe, se for discriminar e deixar ela dentro de uma classe, é uma classe desunida*. Então, eu não acredito que exista uma comunidade sem uma certa organização*, sem uma certa união, então, não... pode ser que exista uma comunidade, no sentido mais falho, mais comum, mais popular da palavra, mas no sentido mais básico, mais exato da palavra, não existe não*, porque num existe união, num existe batalha, num existe militância*, num existe uma certa política*. num existe organização... não existe, ninguém vê, só porque tem um grupo *gay*, mas um grupo *gay* não pode ser chamado de uma comunidade*, uma comunidade particular, entendeu, com certos interesses, mas é só um grupo*... entendeu?”*

Portanto, a partir da conceituação defendida pelo participante, não existe uma comunidade *gay* em Brasília. Contudo, dentro de um sentido mais “comum, falho e popular” do termo, é possível pensarmos em um “universo *gay*” em Brasília, no qual se inserem os lugares de diversão voltados para o público *gay* e suas respectivas divisões e rixas, como pode ser observado no trecho seguinte (linhas 1329-1339):

*“Cê vai pra um bar *gay* aqui em Brasília, o Barulho, por exemplo, quando se fala no Grupo Estruturação, eles falam assim: é um bando de intelectualóides, achando que tão pensando. E falam cruelmente*. entendeu?* Que num freqüentam um lugar onde só tem viadinho que pensa, entendeu, onde só tem viadinho universitário, as palavras são isso: é universitário, viadinho, intelectualóide*, entendeu, e cê vai lá pro grupo, que que cê vê? Cê vê intelectualóide lá, realmente, que realmente tem uns intelectuais lá, mas não são pessoas... não são bufões*. num são pessoas pretensiosas*, são pessoas que tão lá pra dividir a experiência e pra ensinar também, mas a maioria dos intelectuais que vão lá, ninguém nem sabe que tem um doutor lá, que tem um mes, um mestre*, quer dizer, são títulos acadêmicos. num são*... pronomes de tratamento”*

Esse exemplo de divisão e hostilidade que perpassa os distintos grupos que constituem o “universo *gay*” em Brasília deve-se, segundo o participante, a um “intrapreconceito, o preconceito dos objetos do preconceito, a discriminação dentro do preconceito*, entendeu, então, são homossexuais que discriminam outros homossexuais sim*.” (linhas 1376-1378).

A análise do “universo gay” em Brasília deve, portanto, contemplar essa diversidade e complexidade nas relações entre os distintos grupos sociais que o constituem. Nesse sentido, não há uma homogeneidade entre o público gay brasileiro, existem múltiplos processos identitários que perpassam as relações entre aqueles e aquelas que apresentam uma orientação homoerótica, ou seja, tais processos identitários que estão em jogo transcendem a questão da orientação sexual para incluir questões como: classe social, escolaridade, gênero, estilo de vida, escala de valores (no sentido do que é considerado importante e relevante para a pessoa), dentre outras inumeráveis questões.

5) Gênese e desenvolvimento da orientação sexual

Quanto à questão da orientação sexual, de acordo com o participante, existe uma tendência, não exatamente genética, que pode se manifestar desde muito cedo na vida das pessoas, como é o caso do próprio participante (linhas 124-138 e linhas 154-161):

“Se já que é pra dá opinião, pelo que eu já tenho visto, pela minha vivência, assim, eu acho que isso... vem, se num vem de nascença, de repente a... a sexualidade é uma coisa que vai... se adquirindo com o passar do tempo (...) deve haver algum tipo de tendência, eu não acredito que seja genético*. que seja físico não*, eu num acredito que o afeto seja físico, que o desejo seja fixo, que a sex, sexualidade seja física*, física, que o sexo em si seja... tão físico, entendeu?* Então, se não for uma coisa de nascença, uma tendência de nascença por qualquer motivo, químico, biológico ou se for apenas social, pelo menos, começa bem cedo*. Porque eu já vi crianças, assim... sabe, se eu tivesse um bichômetro, sabe o que é isso? Uma agulha, se eu tivesse um bichômetro pra criacinha de dois, três anos, a, a agulha ia vira um ventilador*. porque assim, dois, três anos... eu que já conheço, eu olho assim esse cara vai... se num vai ser, se alguém empurrar, será*, ou é [?] dois, três anos a gente já começa a notar, entendeu?* Eu tenho coleguinhas que eu já notei quando eles eram pequenininhos, e hoje em dia eles são assim huuu..., né*, verdadeiras cinderelas*.”*

“Bem antes... não... bem antes do que a sociedade imagina, mas... não se fala muito sobre isso*, entendeu, é tabu de dizer de crianças de 8, 7, 6, 5 anos, homossexuais*, entendeu, mas eu cito o meu exemplo*. ó... eu num, num sei com essas palavras, eu num sabia com plena consciência*, num sabia o que era, num definia, entendeu*, mas já tinha, eu me lembro com oito anos, assim, a primeira coisa que eu ficava vendo os amigo do meu pai, eu olhava com os olhinhos... mas olha... entendeu?”*

E nunca senti o menor tesão por... mulher*, entendeu, mas nem... (risos – Bruno)* que [?]*.”*

Portanto, mesmo sem “ter consciência” de sua orientação sexual quando era criança, o participante considera que na sua vida ele sempre foi homossexual, pois nunca sentiu “tesão” por mulheres. É interessante notar que mesmo a afirmação de que sempre foi homossexual é, na realidade, uma aproximação, uma releitura posterior sobre momentos do passado. Afinal, como o próprio participante afirma, na sua infância ele não sabia o que significava termos, como: homossexual, orientação sexual. Não é de se estranhar, nesse sentido, que o participante, quando tinha oito anos de idade, tenha ficado surpreso e sem saber o que responder quando sua irmã perguntou se ele era homossexual (como foi citado, anteriormente, na categoria história de vida).

No que se refere à infância do participante, uma lembrança marcante no que diz respeito à questão da sexualidade, foi a primeira imagem que ele viu de um homem nu na sua vida (linhas 1142-1150):

“Eu lembro que era assim, era meio enjoado ver meu pai comprando revista pornô e me dando para eu ver, entendeu? E com oito anos num me interessava pelas, pelas revistas, num me interessava, mas eu vi um desenho de homem nu e aquilo me interessou*, um desenho, é um sujeito, a porta semiaberta, não existia uma porta, era um desenho onde tinha uma, uma silhueta preta, e insinuava uma porta semiaberta, mostrando meia, meia nádega do sujeito com meia perna, meia perna não, uma perna só (risos – Bruno), meia perna... (risos – Ana Flávia), e um braço passando, mas passando... e aquilo foi uma imagem super marcante, tanto que eu tenho essa imagem até hoje*. aquilo foi super-marcante.”*

É interessante notar, nesse trecho, como a educação sexual, no sentido amplo do termo, é voltada, desde cedo, para o estabelecimento da heterossexualidade. Gestos como o pai comprar revistas “pornôs” para o filho que ainda é criança, é um ótimo exemplo de como a canalização cultural no sentido da construção de identidades sexuais hegemônicas começa desde muito cedo na vida das pessoas. Essa canalização cultural voltada para o estabelecimento de uma sexualidade coerente com a norma heterossexual apresenta uma faceta excludente, na medida em que parte do pressuposto de que todas as pessoas serão, necessariamente, heterossexuais (heterossexualidade compulsória).

É importante destacar que essa canalização cultural apresenta-se, explicitamente, como algo “natural”, ou seja, parte do pressuposto de que as pessoas são

“naturalmente” heterossexuais. O que não é explicitado é que para garantir a “naturalidade” da heterossexualidade é necessário um grande investimento cultural, a partir de várias práticas sociais.

Quanto à questão da forma como as pessoas se relacionam com a sua orientação sexual, o participante acredita que existe a tendência de, no fundo, as pessoas terem consciência dos seus desejos, apesar de não ser uma regra geral (linhas 848-852 e linhas 888-897):

“Eu acho que elas descobrem o significado... eu por exemplo, eu sempre soube, mas nunca soube o que que era, pra que que era, se era proibido ... entendeu? Na verdade, elas aprendem o que que é. Mas saber o que que sentem, isso você não evita, não se evita, as pessoas, a criança, o adulto, todo mundo sabe o que sente, entendeu?”*

“Vão definindo... vão aprendendo, com elas mesmas ou... com a vida, vão apanhando aqui, apanhando ali*, e uma hora elas... aspas, descobrem, mas na verdade uma hora elas exercem*, sempre souberam ou souberam a partir de um certo ponto*. de repente não sentiram nada até certo ponto*, entendeu? Eu tenho um colega que foi padre, entendeu, dentro do sacerdócio mesmo, quando ele já ia ser ordenado, ele começou a, a sentir uma coceira, uma doideira, que ele num conseguiu terminar*. Aí, pintou aqueles, aquele problema de consciência, e agora? Aí, ele largou a, a, a, a... eu esqueci o nome, largou o sacerdócio entre aspas e, no mesmo dia, em que ele saiu do seminário, que o nome é seminário (risos –Bruno) ele transou com um cara*, no mesmo dia, ele saiu correndo, procurou o primeiro...”*

Na história de vida do participante, apesar de “saber” de sua atração por homens, o mesmo só começou a exercê-la aos 21 anos, quando teve a seu primeiro contato homoerótico. Portanto, no que diz respeito à construção das identidades sexuais não-hegemônicas, o comportamento sexual propriamente dito não constitui o único elemento que deve ser levado em conta. Em outras palavras, o conceito de identidades sexuais não-hegemônicas é mais amplo do que as práticas sexuais propriamente ditas. Nesse sentido, uma pessoa pode nunca ter tido um contato afetivo-sexual com uma pessoa do mesmo sexo e se auto-definir como homossexual. O sentido inverso parece ser também possível, na medida em que em certos contextos, como, por exemplo, em prisões, as pessoas podem manter relações sexuais com pessoas do mesmo sexo e nem por isso se auto-definirem como homossexuais.

6) Crenças sobre a homossexualidade e classificação das orientações sexuais

Sobre a crença difundida socialmente que afirma que em uma relação entre homens ou entre mulheres deve existir sempre alguém que cumpre um papel masculino e alguém que cumpre o papel feminino, o participante acha que, pelo menos nas relações afetivo-sexuais entre homens, esta divisão de papéis é bastante comum (linhas 620-631):

*“Isso... é... num é lenda não. Não é que elas afirmem, é que é o usual, entendeu?
Mas isso num é uma coisa que ninguém força nada não, você vai, o que você mais... na relação mulher com mulher num conheço muito bem não, tá? É uma menina que pode até dizer. Eu num acredito que, que aconteça um papel muito feminino ou um papel muito masculino, aspas nesse*... desse sentido que a gente conhece de homem: pênis, penetração, mulher: buraco*. penetração passiva*, nesse, nesse negócio aí, entre as mulheres, eu num conheço muito bem não, mas entre os homens, há uma exigência de quem, de quem vai... a, normalmente é uma exigência do passivo, do que vai ficar em baixo, entre aspas, ou vai fazer o papel da mulher, buraco, ser penetrada*, (risos – Bruno). Existem uns que gostam de ser chamados de mulheres, inclusive... isso num é exigência exatamente do ativo não, é mais uma exigência do passivo*. é uma coisa que ele já deixa bem claro de cara...”*

O participante afirma que essa divisão não é uma regra, mas que é algo que ele percebe que acontece bastante e, principalmente, se comenta bastante nos círculos de conversa entre homossexuais masculinos. É interessante notar que, para o participante, o critério utilizado para se definir o papel masculino e o papel feminino na relação é eminentemente um critério baseado na penetração sexual, ou seja, quem “penetra” (papel masculino, atividade) e quem “é penetrado” (papel feminino, passividade). Portanto, categorias como passividade e atividade assumem um papel de fundamental importância no discurso do participante, na medida em que cumprem uma função cognitiva importante: organizam a compreensão do participante sobre as relações sexuais propriamente ditas, bem como sobre as relações de gênero em um sentido mais amplo.

Essa categorização baseada na penetração sexual é tão presente no discurso do participante que as pessoas são classificadas como “ativas” ou “passivas”. Mesmo que ele afirme que, na realidade, é difícil saber se uma pessoa é “ativa” ou “passiva”, pois as pessoas, muitas vezes, mentem sobre as suas preferências em termos de práticas sexuais, o mais importante a ser destacado é o quanto tal classificação ocupa um espaço

importante no discurso do participante. Essa interpretação parece fazer sentido na medida em que práticas sexuais como “penetrar” e “ser penetrado” passam por um processo de reificação tal que, no final das contas, a própria pessoa passa a ser definida a partir de suas práticas sexuais: “o passivo”, o “ativo”.

Cabe ressaltar que, apesar dessa classificação apresentar uma conotação bastante sexual (baseada na penetração sexual), ela não é de forma alguma desvinculada do universo de significados culturais mais amplos. Em outras palavras, ser “passivo” ou ser “ativo” envolvem questões que transcendem o universo das práticas sexuais, na medida em que, por exemplo, uma pessoa “passiva” é alguém que “*se submete a um pênis*” (linha 1381). Relações de poder e violência simbólica fazem parte, portanto, desse sistema de significação sintetizado nas categorias de atividade e passividade. Isso é exemplificado no trecho seguinte (linhas 643-652):

“E nos filmes é o que é disse, o que é disseminado, nos filmes é... num vou nem dizer filmes americanos, porque eles são assim, mas é sempre assim, toda vez que a gente tá vendo um filme, a pergunta é, brincadeira, brincadeira, mas no final... é... é a opinião da gente falar assim, eu mesmo me peguei dizendo isso: e quem vai ser a mulherzinha dessa história? Porque assim, os filmes americanos mostram sempre os sujeitos muito másculos*. entendeu, tão lá naquele rala e rola, esfrega, esfrega, mela a cueca*. mas quando... é... é, no finalzinho, no finalzinho, um deles... se, se, se agacha e se assume uma, uma, uma posição totalmente submissa, assim, claramente submissa*, se abre, literalmente, tá, em todo... entendeu*, grosseiramente falando, e o outro vai e penetra, por mais que seja o que tenha sido o, aspás, macho o tempo inteiro”*

Quanto à questão da classificação das orientações sexuais (heterossexuais, bissexuais e homossexuais), o participante acredita que a mesma foi criada com o intuito de discriminar (separar) as pessoas por orientação sexual e não com o intuito de discriminar, ou seja, promover atitudes discriminatórias em relação às pessoas que tenham uma orientação sexual distinta da heterossexualidade. Nesse sentido, o participante não questiona a classificação em si, o que realmente é questionado por ele é a bissexualidade, enquanto categoria que englobaria pessoas que sentem atração igualmente pelos dois sexos (linhas 727-739):

“Agora, agora, tanto homens quanto mulheres, pode fazer essa pergunta, faça esse teste, se você encontrar um bissexual na sua frente: se você pudesse, tivesse que escolher, uma ca, uma hecatombe, qualquer coisa, se você tivesse que escolher, o que lhe dá mais prazer, o que lhe dá mais satisfação, qual lado cê escolheria?. O próprio sexo ou o sexo*

*oposto***. Todos os que me responderam essa pergunta, depois de muito titubear, muito vacilar... todos eles me disseram que preferem o próprio sexo, tanto homens como mulheres*. Na verdade, assim, a tendência pra eles, é o diferente, ou talvez não seja essa palavra*, mas é... o diferente é o que? O fora do convencional, o que dá mais prazer pra ele é aquilo, mesmo que tenha a ver só porque é diferente ou coisa parecida*, tipo assim, bissexuais, na minha opinião, existem sim, mas todos com quem eu conversei, todos e não foram poucos*, me disseram que se tivessem que escolher, escolheriam*... o próprio sexo*. Agora, como não tem que escolher: oba! (risos – Bruno)*, vão passeando pelos dois.”

Em relação à questão da classificação das orientações sexuais, a bissexualidade foi uma temática que despertou especial interesse na maioria das entrevistas analisadas (entrevistas 1, 3, 5, 6). A bissexualidade foi problematizada, questionada, enfim, parece constituir-se em uma temática que desperta o interesse, a curiosidade e, mais do que isto, parece suscitar uma atitude de desconfiança em relação à possibilidade de uma pessoa ser realmente bissexual. O discurso da maioria dos participantes, de forma implícita, parece suscitar a seguinte questão: como é possível alguém sentir atração por homens e mulheres? É possível que, nesse sistema de classificação das orientações sexuais, a bissexualidade seja a condição mais perturbadora e que, portanto, parece despertar interesse e uma demanda por explicações.

Em relação à forma como o participante prefere que se refiram à sua orientação sexual, o que ele considera importante não são os termos em si, mas sim o contexto em que eles são empregados: “na verdade, qualquer termo serve, entendeu, que na verd, o que importa às ve, às vezes não, todas as vezes o que importa não é a palavra*, mas o contexto...”(linhas 792-793). Em outras palavras, o mesmo termo pode ser utilizado de forma hostil ou de forma carinhosa, ou seja, é a forma como o termo é utilizado que faz a diferença para o participante.

7) Relações sociais (família, escola, trabalho, amizades)

No que se refere à relação com a sua família, o participante destaca o quanto se decepcionou com a atitude das suas irmãs após ele ter falado sobre a sua orientação sexual. No caso, elas foram as únicas pessoas da família que tomaram conhecimento desse fato através do participante (linhas 1480-1485):

“Mas em casa, foram só duas pessoas da família sabem que eu tenha contado, são duas irmãs que, no final das contas... é... confiei demais... nelas, elas... olha só: num é

preconceito não, mas elas são mulheres, né (risos – Bruno), entendeu? Então, o meu irmão, por exemplo, quando soube, eu acho que ele soube, ele não reagiu de maneira violenta, e elas souberam e ficaram caladinhas e, numa briga mais oportuna, elas usaram como arma contra mim, e tenho, me decepcionei demais com minhas irmãs, demais, demais, demais mesmo.”*

Parece haver muita mágoa do participante em relação às suas irmãs e um misto de mágoa e pena em relação à sua mãe. Uma questão curiosa é: por que o participante ao criticar a atitude de suas irmãs utilizou-se de uma generalização em tom de ironia? A afirmação: “*num é preconceito não, mas elas são mulheres, né (risos-Bruno)*” parece associar a atitude específica de suas irmãs com alguma expectativa (negativa) em relação às mulheres, enquanto categoria ampla. Não é possível sabermos exatamente o que motivou o participante a fazer essa comparação em tom de ironia. De qualquer forma, expectativas em torno da questão de gênero parece, implicitamente, permear a sua fala, sugerindo um certo desprezo pelas mulheres em um sentido geral.

A relação do participante com a sua mãe é descrita como persecutória (o que, às vezes, é incentivado pela própria religiosidade dela), mas, ao mesmo tempo, o participante demonstra pena em relação à condição dela e também das mulheres em geral, como é evidenciado em outros momentos da entrevista. Mágoa e pena parecem permear a relação do participante com a sua mãe (linhas 1486-1489 e linhas 1496-1503):

*“Minha mãe sempre desconfiou, foi uma briga danada, começou e fez uma perseguição, desde assim, os 18, 19 anos... aliás 21, quando eu realmente saí de casa, que ela sempre ficou desconfiada, de uns tempos pra cá, as pessoas têm fofocado demais de mim, entendeu?**”

“Mas... é... ela queria trazer um pastor pra mim, eu disse pra ela assim... ela vivia dizendo, achando que eu tinha o demônio, ou coisa parecida... quando a pessoa já tem uma cabeça mal, mal-formada, infelizmente, minha mãe é muito ignorante, no sentido de, de, de desinformada, informação pra minha mãe, sempre foi assim... um produto muito caro*. entendeu? Ela apanhava do marido, que era meu pai obviamente, entendeu*, e coisa parecida. Então, o que ela tentou passar pra mim? O que passaram pra ela, entendeu? Uma imagem muito violenta do macho, não é?**”

Quanto às relações sociais travadas no contexto escolar, duas experiências parecem ter marcado de forma significativa a história de vida do participante: a) a

discriminação, algumas vezes declaradamente violenta, vividas por colegas de escola tidos como mais “óbvios” (mais “afeminados”); b) as paixões platônicas por professores, mantidas em segredo pelo participante.

Em relação à discriminação no contexto escolar, o participante, em vários momentos da entrevista, denuncia o quanto as gozações e perseguições são eventos freqüentes na vida de crianças e adolescentes que fogem do que é socialmente esperado, em termos do que é considerado apropriado para um menino, uma menina (linhas 359-367):

“Então, assim, a discriminação na escola é braba sim, é aparentemente sutil, mas é tão repetitiva, tão constante, tão... dia-a-dia, semana-a-semana, mês-a-mês, anos e anos e anos e anos, isso vai pra casa, e dos pais vai pro filho, do filho vai pro outro, o outro discrimina o menininho, aquele menininho leva pra família dele, e o pai dá porrada, a mãe fica tentando entender, porque a mãe tem aquele, aquele papel social da compreensiva, da romântica, da sensível, e lá vai ela e o pai não sei o que lá, claro que com algumas nobres exceções. Então assim, isso, falar de criança, quando passa pra adolescência, fica um pouco mais grave, né, porque as pessoas já tão violentas, já tão condicionadas, já tão dando porrada* ...”*

Nesse sentido, o participante chama a atenção para possíveis repercussões na vida das crianças que sofrem este tipo de discriminação, como, por exemplo, o isolamento social e a timidez: *“Você não consegue ver uma criança isolada... violenta, batendo nos colegas, porque eles tão discriminando, ele sempre vai prum cantinho e pronto! E se deixar fica*, entendeu”*(linhas 331-333). No caso específico do participante, ele nunca sofreu atitudes discriminatórias na escola, porque ele acredita que as pessoas nunca desconfiaram dele. O que, por sinal, exigiu um exercício constante de “manutenção do segredo” por parte do participante, implicando na adoção, muitas vezes, de uma postura grosseira, identificada como coerente com o modelo do que é esperado do “macho” (linhas 1450-1453)

“mas já fui bem grosso, assim, não conscientemente, não tratando mal... com o coração, mas tratando mal... era o plano, né? Era, a idéia era...* fazer a pessoa se afastar, ou fazer a pessoa afastar certos pensamentos*, então, tinha que usar a postura do, aspas, macho*.”*

Da mesma forma que o participante procurava manter o “seu segredo” em relação aos colegas, ele fazia o mesmo em relação aos professores que lhe despertavam interesse (paixões platônicas). Paradoxalmente, os professores que atraíam o

participante eram justamente aqueles que ele tratava de forma mais grosseira. Por outro lado, tal atitude é perfeitamente coerente com a estratégia encontrada pelo participante para “despistar” qualquer suspeita em relação à sua orientação sexual.

Quanto às relações no contexto de trabalho, o participante tem uma relação amistosa com o seu chefe. Contudo, em uma situação na qual o seu chefe fez um comentário em tom discriminatório em relação a um homem que ele achava que era gay, o participante discutiu com o seu chefe e, nesse contexto de discussão, assumiu para ele a sua orientação sexual. De qualquer forma, o participante avalia de forma positiva a relação com o seu chefe. O que parece ser bem diferente em relação aos seus colegas de trabalho, percebidos como pessoas “fofoqueiras” e falsas (linhas 1461-1469):

“Mas, assim, todo mundo fala, todo mundo fala mal, ninguém pergunta se eu tô feliz, se eu tô conseguindo pagar o meu aluguel, se eu tô conseguindo comprar minha comida, todo mundo quer saber de, de falar pelas minhas costas: pô, como é que pode, um cara grande daquele jeito, [altura acima da média], cento e tantos quilos, entendeu? O cara com uma po, maior pose, o maior jeitão, e porra, bicho, todo mundo fala: ó. Todo mundo só fala que o cara é gay, que o cara é isso*, que o cara é aquilo. Infelizmente, é assim e não só na nossa cultura não*, isso... eu acredito que é universal, ninguém se preocupa com a sua felicidade, ninguém quer te ajudar de verdade, entendeu?”*

Para além da relação do participante com os seus colegas de trabalho, esse trecho parece evidenciar uma total desconfiança por parte do participante em relação às pessoas de um modo geral. Tal desconfiança em relação às pessoas aparece também em outros momentos da entrevista, o que parece ser uma crença estruturante da forma como o participante se posiciona nas suas relações sociais. Em outras palavras, essa percepção “pessimista”, ou como afirma o participante: “cruelmente realista”, parece assumir um papel importante na cosmovisão do participante sobre a vida e as pessoas.

Sobre as suas relações de amizade, o participante utiliza como um dos critérios seletivos a orientação sexual da pessoa, ou seja, ele procura se aproximar preferencialmente de pessoas que tenham a mesma orientação sexual que a dele, que façam parte também do “universo gay”. Nesse sentido, a identificação por orientação sexual cumpre uma função importante na delimitação do tipo de sociabilidade desejada pelo participante (linhas 1712-1716 e linha 1727-1731):

“eu procuro me relacionar mais com as pessoas do meio pra não ter grandes, grandes... discussões, grandes problemas, mas os que não são do meio eu vou administrando*. mas*

mais dia ou menos dia, né, assim, o que não é do meio encontra o que é do meio, e nós três nos encontramos, nós quatro, nós cinco... e as coisas vão se complicando”*

“então, nesse ponto, eu, eu, é, é, separo. separo assim, então, influencia nesse sentido, eu me... aproximo mais das pessoas que são do meio, ou de... pelo menos as pessoas que são simpatizantes, em quem eu possa confiar, porque falsas simpatizantes que nem minhas irmãs, muito obrigado* (risos – Bruno), quero não*.”*

8) Relações afetivo-sexuais

Para o participante, não há muita diferença entre as relações afetivo-sexuais homossexuais e heterossexuais, principalmente no que se refere à questão da afetividade. O que realmente é diferente, segundo o participante, é o fato que entre os casais homossexuais, cada pessoa tem consciência de que a sua relação afetivo-sexual não tem a mesma aceitação social que uma relação afetivo-sexual heterossexual (linhas 1588-1598):

“A física... com certeza é física... é... anatômica, né (risos – Bruno), num... mas psicologicamente, num, num, num faz, exceto pela consciência do que, do que aquilo representa socialmente*. a diferença é zero, na minha opinião. Tem diferença assim, a pessoa tá consciente do que tá fazendo e da aceitação social disso, mas de outra maneira num, num sa, num sa, o carinho é exatamente o mesmo, num é melhor nem pior*, num existe melhor e pior na área do afeto, não adianta alguém dizer: ah, porque... ah, num sei quem faz melhor, é mais gostoso, é mais isso. Num é mais, nem menos... é... tão quanto, né? Tem esse, esse paralelo, essa, essa consciência paralela, tudo que ele tá fazendo caminha... por um contexto... q...entendeu?* Mas de outra maneira, num acredito que haja diferença nem, nem... um patamar superior ou um patamar inferior pra nada não, né”.*

Quanto às relações afetivo-sexuais entre homens e entre mulheres, o participante acredita que não existem diferenças em termos de afetividade (assim como nas relações heterossexuais). Contudo, para ele existem diferenças marcantes na relação sexual propriamente dita entre homens e entre mulheres. Tal diferença é ancorada na fisiologia e na anatomia (linhas 1616-1627):

“É, anatomicamente e fisiologicamente, é, né, o homem não tem o mesmo instrumento, o mesmo buraco que a mulher tem, entendeu, faz uma relação que é um pouco, pouco... é... violenta, em certos aspectos, pra mulher não tem, mas eu ouvi uma

lésbica outro dia falando, elas estão requerendo, lá no Rio de Janeiro, a distribuição de camisinha pra mulher, porque a mulher passa a AIDS pra, pra, passa o HIV, aliás, melhor dizendo pra mulher também, né, com a fricção, com um certo comportamento, entendeu, que eu num sabia. Pra mim, era só um, sei lá, aranha no vélcro (risos – Bruno), já pensou aranha no vélcro? Grrrrrrrrr (risos – Bruno), entendeu, é bucho no bucho, bombril no bombril, esses termos comuns, a gente num tem uma idéia de que ali pode, pode haver uma, uma lesão também*, entendeu? Então, fisiologicamente e anatomicamente é diferente sim, num dá pra negar: mulher é diferente do homem*... e pronto*. É impossível negar isso, entendeu?”*

É interessante notar o tom irônico e, implicitamente, pejorativo com que o participante aborda as relações sexuais entre mulheres. Quando ele fala: “era só um, sei lá, aranha no vélcro (risos-Bruno)”, parece indicar que está “faltando alguma coisa” (era só...). Essa interpretação parece fazer sentido na medida em que, para o participante, a questão da penetração sexual assume um papel de suma importância na forma como ele interpreta as relações sexuais e as relações de gênero (como foi discutido anteriormente). Nesse sentido, quando imagina que as relações sexuais entre mulheres seriam relações sem penetração sexual, tal imagem provoca risos e uma atitude irônica por parte do participante (seriam para ele, então, relações sexuais de segunda ordem?).

Cabe ressaltar também como o participante parte de uma perspectiva utilitarista, quando se refere aos órgãos genitais como “instrumentos”. Em um sentido amplo, parece que o participante adota uma concepção funcional da relação sexual, ou seja, homens e mulheres teriam “instrumentos” diferentes que os mesmos utilizariam com o objetivo de obter prazer. A partir da forma como “utilizam os seus instrumentos”, para penetrar ou ser penetrado, a pessoa seria classificada como “ativa” ou “passiva”. Parece, portanto, que a metáfora “instrumentos”, para se referir aos órgãos genitais, é perfeitamente coerente com a concepção mais ampla que o participante tem sobre as relações sexuais.

Quanto às relações afetivo-sexuais do participante, o mesmo destaca o quanto se decepcionou em suas experiências amorosas, bem como, em oposição à sua atitude “romântica” do passado, tornou-se uma pessoa “cruelmente realista”. A atitude do participante é coerente com a sua cosmovisão atual sobre a vida e as pessoas, como foi discutido anteriormente (linhas 1265-1267 e linhas 1265-1267):

“Mas, assim, eu me lembro das minha primeiras, dos primeiros sentimentos mesmo, foi com 13 anos, quando eu comecei a ter, sempre com professores, né*. Depois, médicos... Nossa Senhora, cada médico... gente do céu. Eu... brinco muito com meus colegas, assim, eu e uma bolacha Mabel, cortava os pulsos todinhos com a bolacha... num tem faca, num tem nada... yah, corta tudo (risos). Cada um... entendeu, mas, foi assim, foi meio com professores, com aquelas figuras mais próximas do dia-a-dia*, que sempre tinham... simbolizava qualquer coisa, que eu não sei exatamente o que que era, mas a figura do professor é clássica, né? (risos – Bruno) , do médico então, entendeu. Aí, depois, só com 21 anos mesmo que rolou alguma coisa, sentimen, um sentimento... exercido mesmo e*... entendeu? É a primeira... é... o primeiro amor, a primeira transa, o primeiro fora, o primeiro chifre...”

“Mas, sentimentalmente, era muito bobo. era muito ingênuo, entendeu?* E de uma hora pra outra, fiquei muito realista, muito mesmo, num é pouco não... cruelmente realista*”

Quanto à questão da relação entre afetividade e sexo, o participante acredita que o ideal seria que ambos estivessem associados. Contudo, ele diz ser comum, ou freqüente, ter relações sexuais sem um envolvimento afetivo com o parceiro, ou seja, é possível dissociar o envolvimento afetivo do sexo. O participante observa que essa associação entre afeto e sexo (como condição necessária para se ter uma relação sexual) é uma crença defendida pelas pessoas “românticas”, crença que o participante não compartilha (linhas 1703-1708):

“Agora, o ideal é fazer sexo com amor, quem não quer, não é? Já pensou cê fazer sexo com a pessoa... de que você gosta, e de quem você ouve que gosta de você?*** Isa ser o ideal, nossa, um barato, né? Mas dá pra, pra gozar, dá pra ter um orgasmo sem sentir amor nenhum? Tanto dá, que as pessoas se encontram, se relacionam e não perguntam nem o nome*, eu cansei de ver... cansei de fazer (risos – Bruno)... isso. Entendeu? A realidade é dura, mas é real, ela existe*... ninguém escapa disso.”

9) Relações consigo mesmo

A relação consigo mesmo não foi uma temática muito abordada pelo participante na entrevista. Em outras palavras, a narrativa do participante não confere muito espaço para reflexões sobre vivências pessoais e emocionais. Por outro lado, a sua narrativa é bastante rica em termos de discussões sobre a homossexualidade e a militância gay, em

um sentido amplo, bem como em termos de ações concretas, principalmente no que diz respeito aos posicionamentos assumidos pelo participante contra a discriminação. Nesse sentido, é interessante notar, como a relação entre sujeito e narrativa varia bastante de uma entrevista para outra (ver, por exemplo, a análise das entrevistas 1 e 2).

No que diz respeito às ações concretas do participante contra as atitudes discriminatórias (após ter assumido a sua orientação sexual, aos 21 anos), é interessante observar o quanto ele utiliza, no decorrer da entrevista, termos ou expressões com uma conotação agressiva, como, por exemplo, brigar, “dar porrada”. O que parece indicar o estilo pessoal do participante em se posicionar diante dessas situações sociais, como pode ser observado no trecho seguinte (linhas 369-372):

“cansei de ficar com pena de coleguinha, sem poder fazer, sem poder não, sem querer ... se fosse hoje eu ia dar porrada mesmo. outro dia foi eu, alguém foi falar do brinco do filho de uma colega minha: porque parece coisa de viado. Que cê tem? Eu comprei a maior briga.”*

Em termos de reflexões sobre a relação consigo mesmo, apesar de não ter sido uma temática muito presente nesta entrevista, após ter sido questionado pela pesquisadora sobre possíveis mudanças na relação consigo após ter assumido a sua orientação sexual para si mesmo, o participante afirma que (linhas 1735-1739 e linhas 1741-1749):

“Ah, foi muito, é aquela história de ter sido muito novo, então, só me lembro das coisas dos 21 anos pra cá. eu posso dizer que, assim... que eu me acordei, ou me, me propus dos 21 anos para cá*, assim, de antes disso tinha muita enrolação, tinha muita... cabeça dura minha, tinha muita grosseria que eu fazia, muita coisa que eu fazia, porque eu aprendia que era assim*, aspas, aprendia*, claro...”*

“É, com 21 anos, minha, minha primeira transa, meu primeiro amor, meu primeiro... chifre. meu primeiro tudo, realmente, foi daí que eu comecei a pensar mais nas coisas um bocadinho*, que eu vi onde eu tava pisando também, né, que a consciência vem e bate, e paquete, né... entendeu? Então, muita coisa mudou sim, teve muita influência de tudo sim... mas... a, a, pouco a pouco, a, paulatinamente, olha que palavra chic, paulatinamente, pau. ru, ru, ru, ru, entendeu, foi ficando mais... é... criterioso, as coisas foram ficando mais claras, entendeu? Até hoje, a gente aprende, né, tô com 34 anos e ainda faço muita besteira, ainda digo muita merda*, e disse, ó, merda (risos).”*

O participante tem uma postura de arrependimento, no que diz respeito às atitudes grosseiras que ele tinha em relação às pessoas. Tais atitudes parecem estar relacionadas ao período em que ele não tinha muita “clareza” da sua orientação sexual (não tinha ainda assumido para si) e tentava incorporar uma postura de “macho”, a fim de despistar qualquer suspeita por parte de outras pessoas em relação à sua orientação sexual. O participante destaca também o fato de estar sempre aprendendo com a vida, mesmo com 34 anos de idade, há sempre aspectos que podem ser melhorados na própria vida e nas relações com as pessoas.

10) Outras questões e comentários sobre a entrevista

A interpretação desta entrevista representou um verdadeiro desafio em termos analíticos. Primeiramente, devido ao fato de ter sido a mais longa de todas as entrevistas analisadas. Em segundo lugar, pela diversidade e riqueza de informações abordadas pelo participante em relação à questão da homossexualidade. Nesse sentido, a pesquisadora tentou, por um lado, analisar da forma mais completa possível essa riqueza e diversidade de informações, por outro lado, a pesquisadora tentou seguir, de forma flexível, as categorias temáticas definidas como norteadoras das análises.

Portanto, na análise desta entrevista ficou bastante evidente algo que é peculiar à toda atividade interpretativa no contexto da produção de conhecimentos: a interpretação é sempre um recorte do diálogo travado entre pesquisador(a) e realidade. Em outros termos, tal recorte é constitutivo de qualquer proposta interpretativa.

É importante destacar também que uma das dificuldades na análise desta entrevista foi o uso freqüente de ironias por parte do participante, o que representa, certamente, um desafio em termos interpretativos.

O participante não fez nenhum comentário em relação à entrevista em si. Contudo, quando questionado se desejaria acrescentar alguma coisa, no final da entrevista, o participante se dirigiu aos futuros leitores deste estudo (linhas 1757-1768):

“É que... o grande problema de, de, de... abrir as mentes, de trabalhar as cabeças das pessoas, é a sinceridade, compromisso... é o compromisso, sem a sinceridade, sem o compromisso, num... nada, é palavra, é coisa vazia, é um balão que num resiste a nada... qualquer, entendeu? Coerência, as pessoas sofrem muito de falta de coerência, entendeu, entre o que se faz e o que se diz ou o que se quer*, entendeu, já pensou que coisa engraçada, são três caminhos, eu quero, eu faço... eu digo que faço ou digo que quero (risos – Bruno) ou digo, ou num digo nada*. Então, as pessoas sofrem muito disso,*

falta de coerência, falta de, de, de amor próprio, falta de respeito consigo e com os outros. Então, pras pessoas que forem ouvir isso, num vou pedir que abram suas mentes não, mas que sejam sinceras, que sejam coerentes, que se tiver preconceito, assumo só para si os preconceitos, num ensine pra ninguém, entendeu? Viu [?] (risos – Ana Flávia). Tá?”

ANÁLISE DA ENTREVISTA 4

Nome fictício: Fabrício

Idade: 25 anos

1) História de vida

A narrativa autobiográfica do participante é bastante sucinta, focalizando basicamente o seu gosto por viagens, de preferência para o exterior. O que é percebido pelo participante como a *“única coisa assim, que possa ter feito alguma diferença da minha vida”* (linhas 5-6). Nesse sentido, o participante, assim como na entrevista analisada anteriormente (entrevista 3), procura enfatizar o quanto a sua vida é comum, “normal”, como pode ser observado no trecho seguinte (linhas 29-32):

“Não, acho que não, vidinha bem normal, sem, sem grandes atritos ou surpresas, aquelas traumatizantes*, não teve nenhuma não*. Dizem que separação de pai afeta... não tive problema nenhum com isso*, convivo, os pais convivem bem entre si* e eu convivo bem com os pais**.”*

No momento inicial da entrevista (questão relativa à história de vida), apesar de o participante não ter se referido à questão da orientação sexual, tal questão está presente, implicitamente, em seu discurso. Se pensarmos na crença difundida socialmente de que uma pessoa se torna homossexual, a partir de eventos traumatizantes ou por ser membro de uma família “desestruturada” (o que, freqüentemente, é associado à idéia de ter pais separados), não é de se estranhar, portanto, a ênfase do participante em afirmar, logo nos primeiros minutos da entrevista, que não teve nenhum evento traumatizante em sua vida e que a separação de seus pais não o afetou.

Nesse sentido, é pertinente questionarmos até que ponto a prática de pesquisa em psicologia é percebida socialmente como uma atividade associada à “busca” de causalidades lineares em relação ao comportamento individual. Caso contrário, por que,

então, a ênfase do participante em apresentar a sua história de vida como algo “comum, normal”, sem qualquer evento traumatizante? São questionamentos importantes que nos indicam o quanto a entrevista, enquanto momento dialógico travado entre participante e pesquisadora, é permeado por questões que, certamente, estão além das falas propriamente ditas. Afinal, os participantes também apresentam expectativas em relação à pesquisadora, como, por exemplo, quando tentam prever, nas entrelinhas, o que a mesma pretende com os seus questionamentos.

É importante ressaltar a postura cautelosa assumida pelo participante quando questionado sobre a sua história de vida. Nesse sentido, suas afirmações são bastante pontuais, sem um encadeamento temporal ou reflexões pessoais em torno de alguma experiência vivenciada. Posteriormente, no decorrer da entrevista, o participante enriquece a sua narrativa autobiográfica com eventos marcantes em sua vida durante o período em que morou nos Estados Unidos e Canadá (como, por exemplo, a sua primeira experiência homoerótica). Em nenhum momento da entrevista, contudo, o participante se refere à sua infância e a sua adolescência é citada brevemente, ou seja, a sua narrativa autobiográfica focaliza, principalmente, os últimos 5 anos de sua vida

2) Questões de gênero

Segundo o participante, uma expectativa social voltada tanto para homens quanto para mulheres diz respeito ao casamento e à procriação, ou seja, todos deveriam: *“casar e ter filhos*, perpetuar a família*”* (linha 39). O participante indica de forma pontual tal expectativa social, contudo, não se aprofunda na sua afirmação. Em outros termos, o participante descreve brevemente o que ele percebe como uma expectativa social, sem se posicionar claramente em relação a tal expectativa.

Existem também expectativas diferenciadas em relação ao homem e à mulher, ou seja, “estereótipos básicos” que procuram definir o espaço social apropriado para cada um. Contudo, para o participante, tais estereótipos não exercem nenhuma influência na sua percepção pessoal sobre homens e mulheres (linhas 49-56):

“Tem os estereótipos básicos, né, que o homem vai sustentar a família, a mulher vai ter que ficar em casa. Até que agora isso já não tem tanto, porque a mulher já sai para trabalhar, e não sei quê. Agora se for perguntar o meu ponto de vista em relação* a isso*, eu acho que não tem nenhum não*, entendeu*. Eu acho que tanto o homem quanto a mulher tem... quer trabalhar, vai trabalhar, quer ficar em casa, vai ficar em casa*, se a mulher for sustentar o homem, beleza, se o homem for sustentar*

a mulher, beleza, se os dois forem dividir pra trabalhar junto... pra conseguir viver melhor, também tá ótimo*. Quanto a isso eu não tenho expectativa nenhuma.”*

Posteriormente, quando a pesquisadora afirma, a partir da resposta do participante, que o mesmo discorda de tais estereótipos sociais, o participante corrige a afirmação da pesquisadora: *“eu não acho que nem, nem seria discordância, entendeu, porque pelo fato de eu estar inserido nessa sociedade*, sabe, você tem que, né*, não pode sair muito do limite pra você num.. num.. num virar um anormal ali no meio*”* (linhas 60-62).

É interessante notar como, para o participante, parece ser bastante desconfortável a possibilidade de assumir uma posição aberta de discordância em relação às expectativas da sociedade. Mais do que isso, para o participante, discordar pode implicar em ser rotulado de “anormal” pelas outras pessoas. O que, definitivamente, o participante não deseja para si. Em outras palavras, o receio do julgamento alheio é uma questão que perpassa toda a entrevista, o que parece ser uma temática de grande relevância pessoal para o participante. Esta temática será abordada, de forma mais aprofundada, na categoria temática: relações sociais.

Questões de gênero não parecem, pelo menos explicitamente, suscitar maiores reflexões por parte do participante, ou seja, a masculinidade, a feminilidade, a relação entre homens e mulheres não são questões que despertem o interesse do participante (como ocorreu, por exemplo, na entrevista 2). Portanto, tais questões parecem ocupar um espaço bastante secundário na narrativa do participante. O que não significa que, na vida do participante, questões de gênero estejam ausentes na sua relação consigo mesmo e nas suas relações sociais, mas sim que tais questões não são explicitadas, discutidas ou problematizadas pelo participante.

Apesar de não ser problematizada de forma aprofundada pelo participante, as questões de gênero estão presentes em suas relações sociais, como as expectativas sociais relacionadas à masculinidade, ao que é considerado culturalmente apropriado para os homens, como, por exemplo, não cumprimentar outro homem com beijos no rosto. Expectativa esta (dentre outras) que o participante procura seguir, a fim de não levantar nenhuma “suspeita” em relação à sua orientação sexual (linhas 478-481):

“Mas vou, eu vou, cumprimento ela... vai e me dá um beijo, beijinho... homem, normalmente, não vai beijar outro homem que se conhece. Eu tando com a*

minha família, isso já vai criar aquele monte de bafafá... entendeu, cê vai criando um monte de problema que não há necessidade de ter. entendeu?**”

3) Movimentos sociais, discriminação e transformação da sociedade

Quanto ao movimento feminista, o participante acha que o mesmo é um movimento social do passado, “meio fora de moda”. As mulheres estão conquistando seus direitos aos poucos e, segundo o participante, já conquistaram bastante. É importante ressaltar que o participante focaliza a esfera de atuação profissional para justificar o seu posicionamento. (linhas 316-326):

“Seria um movimento de... da mulher se emancipar, eu acho que... nos tempos atuais, apesar de, de ter ainda muito desse tipo de preconceito, eu acho que já é uma coisa assim... meio fora de moda, meio demodê*. Eu, eu acho que a mulher tá conquistando espaço, aos poucos*, cê entendeu, e nesses poucos, já conseguiu muita coisa, muita*. Eu, por exemplo, no meu dia-a-dia... é... eu sei que a, que a faixa... a classe é diferente, nas classes mais baixas, com certeza existe um preconceito maior em relação à mulher, mas no meu dia-a-dia, eu não vejo preconceito nenhum em relação à mulher. No meu emprego, eu tenho uma chefe*. eu não vejo ninguém tendo problema de... de acatar ordem dela, decisão dela, nunca vi* nada disso.”*

Da mesma forma que a maioria das entrevistas analisadas, o foco de análise para discutir a condição das mulheres na atualidade foi, fundamentalmente, o universo profissional. Nesse sentido, as relações entre homens e mulheres no espaço privado não foram problematizadas pelos participantes, de um modo geral, com a mesma freqüência e nem com a mesma profundidade, se comparadas às relações no espaço público do trabalho.

É interessante notar como, por um lado, o participante afirma que ainda existe muito preconceito em relação às mulheres na atualidade e, por outro lado, afirma que o feminismo é uma espécie de “luta do passado”. Esta afirmação parece refletir, de um modo mais amplo, a postura de ambigüidade do participante em relação aos movimentos sociais, como o movimento feminista e o movimento de luta pelos direitos dos homossexuais. O participante parece assumir uma postura ambígua em relação a tais movimentos, na medida em que ele, por um lado, apóia as suas reivindicações e, por outro lado, apresenta uma série de restrições. Isso pode ser observado na relação que o participante estabelece com o movimento de militância gay (linhas 445-454 e linhas 467-471):

“Se... a sociedade não acha legal... não tô dizendo que, que eu vá contra os homossexuais puxarem o seu direitos, de jeito nenhum, mas eu acho...é... você quer... é... utilizar de um direito que vai causar uma complicação gigantesca, que você vai ter que batalhar tanto... eu não tô dizendo que pra... no momento agora, só agora, eu acho que no futuro, tomara que dê tudo certo que a gente consiga chegar a um nível de um Canadá*, pra todo mundo conseguir ser feliz*. Mas eu acho que, atualmente, no estágio... é... cultural que o país encontra... é... você sair levantando uma bandeira dessa, eu acho que, sei lá, você tá se criando um problema gigantesco, em termos de emprego, de família e de não sei o que.”*

“ Tem que lutar pelos direitos? Claro que tem, porque no final de tudo, a gente quer ter também um, um cantinho ao Sol, né. Mas, pô, vai com calma (risos – Ana Flávia), não precisa daquilo de uma vez*. Eu acho que tem gente que é muito exagerada nesse sentido, muito mesmo, quer porque quer, quer mostrar pra todo mundo que é, e acaba incomodando quem quer ter a sua vidinha normal, não quer fazer muita modificação*”*

Ao mesmo tempo em que o participante tem a expectativa de que os direitos dos homossexuais sejam respeitados no Brasil, assim como em outros países, como o Canadá, o mesmo adota uma postura de total distanciamento em relação à luta pela transformação social, no sentido de acabar com a discriminação por orientação sexual. Nesse sentido, cabe questionar: quais as estratégias que deveriam, então, ser utilizadas para promover esta transformação social?

É interessante notar que, em vários momentos da entrevista, o participante apresenta uma concepção de sociedade como uma instância externa e completamente independente dos seus posicionamentos e atitudes pessoais. Em termos metafóricos, a sociedade seria como uma “moldura”, na qual as pessoas teriam que se moldar, a fim de não serem rotuladas de “anormais”. A partir desta concepção de sociedade, é bastante difícil que o participante tenha uma compreensão de si como um possível agente de mudança.

No que se refere à possibilidade de articulação entre o movimento feminista e o movimento de luta pelos direitos dos homossexuais, o participante descreve, de forma pontual, o que ele percebe como ponto de interface entre estes movimentos sociais: *“Sim, é uma mi, minoria que quer conseguir os direitos que todo mundo tem**”. A*

ligação, acho que é essa*” (linhas 335-336). Não há muito espaço, portanto, para maiores reflexões sobre esta temática no discurso do participante.

Quanto à questão do que poderia ser feito para acabar com o preconceito e a discriminação em relação às pessoas que apresentam uma orientação distinta da norma heterossexual, o participante acredita que a melhor forma seria através da convivência entre as pessoas que apresentam orientações sexuais distintas (linhas 571-578):

“Acho que o convívio... natural em si, vai resolver esse problema, rápido, rápido, entendeu? Tá todo mundo aí, isso não muda, entendeu, ou você aprende a conviver, ou você diz não quero e acabou, entendeu, vai ser aquela cabeça dura o resto da vida. Mas vai ter que aprender, taí, você vai ter que lidar com isso, se não é com seu filho é com o amigo do seu filho*, entendeu, é com o seu primo, é com o amigo do amigo, você sai com uma turminha, você ali no meio, com certeza, vai ter um*... que é, mesmo sem saber... entendeu, tá ali, você tem que aprender a conviver com isso*, vai ser natural, não tem outra escapatória*.”*

Apesar de apostar na convivência entre as pessoas como uma estratégia importante para acabar com a discriminação por orientação sexual, o participante não explicita para nenhum dos seus amigos heterossexuais, do seu círculo de convivência, a sua própria orientação sexual. Novamente, é possível observar um distanciamento, no discurso do participante, entre as questões sociais mais amplas (como, por exemplo, a questão da transformação social) e suas escolhas e posicionamentos pessoais. Parece haver, para o participante, uma ruptura entre “ a sociedade” e a as suas ações pessoais concretas.

Nesse sentido, o participante assume para si a concepção de que ele, enquanto indivíduo, não pode fazer muita coisa no sentido da transformação social. Parece não haver muitas possibilidades de escolha para o indivíduo, afinal, como ele afirma: “mas tem aquela questão séria, isso eu vi problema, assim, com todo mundo... é... a questão de você ter que ter duas vidas*, entendeu.” (linhas 619-620). A questão da “vida dupla”, portanto, é apresentada como algo imperativo (observe a ênfase na fala): “você tem que ter”, como algo relacionado a uma impossibilidade de escolha. A “administração desta vida dupla” pelo participante será discutida, posteriormente, na categoria temática “relações sociais”.

4) Comunidade gay em Brasília

Para o participante, o sentido de comunidade *gay* está associado aos lugares voltados para o público homossexual, onde as pessoas se encontram constantemente e acabam construindo um sentido de pertencimento a uma comunidade específica (linhas 1018-1026):

“Existe porque... acho que por limitação... de ambiente, entendeu, você cria aquele sentido de comunidade, porque se você vai nos lugares GLS da cidade, você encontra sempre as mesmas pessoas... sempre. Porque tá todo mundo ali*, entendeu, tá todo mundo na boate, tá todo mundo no barzinho, tá todo mundo no barzinho, tá todo mundo na boate*. Se a pessoa tá afim de fazer um programa GLS, só tem... é... poucos lugares pra ir, então, você, obviamente, vai encontrar todo mundo lá. E, aí, você conhece a pessoa, começa a conversar, fica amigo e não sei que, e é amigo do amigo que já era o seu amigo*. E quando você vê... tá ali a comunidade gay*. Não tem muito por onde escapar*.”*

De acordo com o participante, em Brasília, não é possível falar em comunidade *gay* no sentido de luta política, de *“uma comunidade que se junta para lutar pelos seus direitos, acho que isso não rola*.”* (linha 1031). Em outras palavras, a comunidade *gay* seria formada pelas pessoas que sempre freqüentam os lugares GLS em Brasília e que, por força das circunstâncias (poucas opções de lugares voltados para o público *gay*), acabam se conhecendo e construindo vínculos de amizade. É interessante notar como, para o participante, esta construção de vínculos não é percebida como um movimento deliberado das pessoas envolvidas, mas sim como consequência das poucas opções de lazer voltadas para o público *gay* em Brasília.

Quanto ao envolvimento do participante com a comunidade *gay* em Brasília, o mesmo afirma que freqüenta os lugares GLS da cidade, mas que não se identifica plenamente com esses lugares (linhas 1045-1054):

“ Então, assim, você não tem muita escapatória, uma hora ou outra você tem que ir, por mais que você não queira...é... eu não sou fã... dos lugares, sou... mas eu acho que... como também não sou dos heteros, lugares muito cheios eu não gosto, entendeu, então, eu não sou freqüentador assíduo*, mas a maioria é, com certeza, vai sempre, tá lá, batendo o pontinho (risos – Ana Flávia), todo final de semana*. Eu procuro variar bastante, eu gosto de variar, não gosto de ficar... tem gente que eu sei que vai todo santo final de semana, tá ali, batendo ponto naquela boate, todo, todo, todo, todo, todo, todo, todo*. Eu não, eu gosto de variar, gosto de chamar o*

pessoal pra ir lá em casa, gosto de sair pra ir ao cinema, gosto de sair pra ir em barzinho... hetero ou GLS, tanto faz, eu quero tá com as pessoas que eu gosto, em um lugar que eu me sinta bem*.”*

De acordo com o participante, o importante é freqüentar os lugares, onde ele se sinte a vontade, onde ele possa estar com os seus amigos. Nesse sentido, o participante não freqüenta apenas os lugares voltados para o público *gay*, até mesmo porque o participante tem também amigos heterossexuais que não sabem da sua orientação sexual e que, provavelmente, não devem freqüentar os lugares de diversão voltados para o público *gay* em Brasília.

Quanto à motivação apontada para freqüentar os lugares *gays*, o participante afirma que (linhas 1039-1043):

“Freqüento, freqüento... pelo menos tido falta de opção, entendeu. Se eu quero conversar mais abertamente, se eu quero conversar mais [?] eu não vou pra um bar, onde tá cheio de gente do meu lado ouvindo e eu começar a falar: gostei de fulaninho, fulaninho é bonitinho, não sei o que, que obviamente... né, com certeza esbarra com um amigo, eu sei que não vai dar certo**.”*

É interessante observar como a existência de lugares *gays* em Brasília parece cumprir um papel importante na construção de vínculos sociais e afetivos, na abertura de possibilidades de expressão mais espontâneas por parte daqueles que se sentem pouco a vontade nos lugares compreendidos como “lugares heteros”. Este é, certamente, um lado positivo da expansão de lugares voltados para o público *gay* em Brasília. Contudo, há também um outro lado que merece ser questionado: até que ponto a expansão de lugares delimitados como lugares voltados para o público *gay* não representa, em última instância, o fortalecimento de fronteiras simbólicas e sociais que separam as pessoas a partir de suas orientações sexuais?

5) Gênese e desenvolvimento da orientação sexual

De acordo com o participante, a orientação sexual de uma pessoa é definida a partir da conjunção entre predisposição genética e influências ambientais, como pode ser observado nos seguintes trechos (linhas 68-74 e linhas 94-98):

“Eu acho que é meio a meio, entendeu. Eu acho que você vem com a predisposição, isso eu acho que não tem como negar, mesmo porque de todo mundo que eu conheci... normalmente quando você começa a conversar com o pessoal,*

sempre vem esse papo, porque... todo mundo acha que é estranho, que é isso, que é aquilo, você quer saber da onde aquilo saiu, e não sei o que e... aí, você vê... tem uma predisposição, eu acho que natural, que vem quando a pessoa nasce* e outra que você vai... assimilando... no ambiente que você convive, com certeza*.”*

“Tem a predisposição... que vem de quando você nasceu, não sei se genético seria o termo correto ao usar*, mas eu uso ele, eu acho que é genético, vem com você*, desde de pequeno e, aí, depende do ambiente que você tá, pra ver que hora isso vai despertar, ou não*. Ou de, de... não só do... do meio, mas também de, de alguma coisa traumatizante*, ou alguma coisa que venha despertar isso*.”*

É interessante notar, no primeiro trecho citado, como a “causalidade” da orientação homoerótica desperta especial interesse entre aqueles que se identificam com esta orientação sexual: “*todo mundo acha que é estranho, que é isso, que é aquilo, você quer saber da onde aquilo saiu**”. Em outros termos, pela suposta “estranheza” da orientação homoerótica, ela parece demandar explicações que, em um sentido inverso, não ocorre com a heterossexualidade. Nesse sentido, são as identidades sexuais não-hegemônicas que demandam explicações, justificativas, como se a heterossexualidade em si já fosse auto-explicativa.

Quanto à questão de como as pessoas que apresentam uma identidade sexual não-hegemônica percebem a sua orientação sexual, o participante, inicialmente, afirma que existem pessoas que desde muito novas tem consciência da sua orientação sexual e outras que “descobrem” a sua orientação sexual mais velhas. Posteriormente, o participante afirma, mesmo relutante, que existe a tendência de as pessoas, no fundo, saberem da sua orientação sexual (linhas 700-712):

“Eu, eu acho que isso também vai diferir de pessoa pra pessoa, entendeu. Eu sei de gente que... já sabia o que queria desde os 12 anos de idade*: eu sou gay, e é isso, pronto, tá feliz da vida assim. Tem gente, como no meu caso, que foi descobrir com 20 anos*, sem nunca ter prestado atenção*. No fundo, como eu te falei pra você, se não fosse aquela conversa com o cara lá dos Estados Unidos, eu acho que tinha continuado feliz da vida, heterossexual, tranqüilo*, mesmo sabendo que no fundo... putz, tem alguma coisa estranha, não é bem isso que eu queria*, entendeu, de repente, cê tá olhando o cara passar na rua e putzgrila, cara bonitinho e não sei o que. Mas nunca ia dar muita importância a isso. Então, eu acho que você precisa... aos poucos... é... conhecer*. Mas tá ali, você sabe, entendeu, na hora que eu fui sentar*

e vendo o meu passado: caralho, sempre, tava ali, na minha cara, eu que não percebi. Às vezes, você precisa de alguém que te dizer, alguma coisa pra te mostrar, entendeu, cê tem que ir aos poucos pensando: putz, e é isso e é aquilo* ”.*

A primeira experiência e relacionamento homoerótico do participante ocorreu aos 20 anos de idade com um colega de faculdade, quando ele morou nos Estados Unidos e no Canadá. Antes dessa viagem, o participante não tinha tido nenhuma experiência homoerótica e, além disto, não tinha o menor contato com o “universo” gay. Essa viagem é percebida pelo participante como um marco em sua vida (*turning point*), visto que se não fosse essa viagem, provavelmente ele teria continuado “*feliz da vida, heterossexual, tranqüilo*”.

Cabe ressaltar que, antes de ocorrer a sua primeira experiência homoerótica, o participante passou por um período de aproximação gradativa em relação ao “universo gay”, quando o mesmo morou e estudou em uma faculdade em São Francisco. Este processo de aproximação em relação ao “universo gay” foi marcado, inicialmente, por uma atitude de estranhamento por parte do participante, como é ilustrado nos seguintes trechos (linhas 148-153 e linhas 167-183):

“Eu antes de ir pro Estados Unidos eu nunca tinha tido nenhum contato com... o ambiente é... homossexual, entende. Eu indo pro... pros Estados Unidos foi onde eu comecei a conhecer, porque lá, entendeu, não tem... a pessoa quando é, não se esconde. Então, você conhecia gente no colégio e tal. No início, como qualquer outra pessoa, eu não chegava muito perto*. evitava contato. E só fui prestar atenção no que eu realmente sentia... mais tarde.”*

“Tanto que teve um dia que tinha uma menina linda na minha sala, fiquei apaixonado por ela e tal, comecei a jogar as cantadas em cima da menina, a menina nada, nada, nada, nada. E teve um dia que ela foi, me falou assim: vamos sair? Eu [?] a mina, né, todo feliz da vida, vou sair com ela. Ela me chamou pra ir numa festa na casa de uma amiga dela. Quando eu cheguei na festa, eu entrei assim, era um corredor pequenininho*, do outro lado tinha uma cozinha... e aqui tinha uma sala bem grande. Eu vi ela lá no fundo, passei direto, não olhei prá sala prá ver quem tava. Cheguei lá: oi, tudo bom, quanto tempo, bom você ter me chamado, não sei o quê. Ela: ah, que bom que você veio, não sei o que, deixa eu te apresentar a dona da casa. Aí, chamou a menina: olha essa aqui é a Mary*... minha namorada. Aí, cê já viu aonde minha cara (risos – Ana Flávia) foi parar. né. Aí, pronto, que que eu tô fazendo aqui, deixa eu ir embora daqui. Aí, saí fui pra sala, quando cheguei lá, só casa!*... homossexual. E eu:*

puta merda! E agora, vou embora, num vou embora, que que eu faço? E tinha um colega meu de sala lá, que eu já conhecia, já conversava com ele, e me chamou pra conversar. Então, beleza, consegui passar aquilo tranqüilo e tal*. Mas foi uma experiência, meio... assim... foi um choque assim, de repente, muito*... Aí, depois não, depois foi natural, fui conhecendo mais gente*.”*

É interessante observar a expressão utilizada pelo participante para se referir às relações com as pessoas que apresentam uma orientação sexual considerada socialmente diferente: “*como qualquer pessoa, eu não chegava muito perto*. evitava contato*”. Para o participante, portanto, há a tendência entre as pessoas heterossexuais em evitar manter relações sociais (como vínculos de amizade) com pessoas que não compartilhem a mesma orientação sexual. Mais do que isso: o próprio participante tinha internalizado esta postura de distanciamento que, no final das contas, configura-se em uma atitude discriminatória. Isso nos faz questionar o quanto a homofobia, que perpassa as várias instâncias sociais, é internalizada também pelos próprios homossexuais. O que acaba por constituir-se em um obstáculo no processo de auto-aceitação da própria orientação homoerótica.

Apesar de o participante ter afirmado que antes de sua primeira relação afetivo-sexual com um homem, ele nunca tinha pensado que isto poderia acontecer em sua vida, o mesmo realiza um verdadeiro trabalho de reconstrução do seu passado, a fim de dar sentido a suas experiências homoeróticas atuais, como ocorreu, por exemplo, na entrevista 1. Em outras palavras, parece que o participante busca tornar coerente, de alguma forma, as suas vivências passadas com as suas vivências atuais em relação à sua orientação sexual (linhas 233-242):

*“Ana, experiência não, nenhuma**... eu tô dizendo, nada além do... Eu fui prestar atenção, conversando com ele*, das coisas que eu fazia*, porque ele chegou assim: não, não é possível que você... sua reação não é compatível e não sei o que, não é possível que você nunca tenha prestado atenção... num cara na rua, num cara no ginásio, não sei que. Aí, sentado com ele e pensando é que eu vi: não, eu olhei pra bunda do cara passando na praia*. eu lembro do coleguinha de, de colégio no chuveiro do não sei o que, que você prestava atenção. Esse monte de detalhezinho* que você não presta atenção e começou a vir tudo na minha cabeça, eu falei: putzgrila (risos). Aí, que eu fui prestar atenção nessas coisas*. Aí, eu falei: tá aqui, né, tá beleza, vamos experimentar (risos – Fabrício) ver como é que é.”*

Quando o participante retornou ao Brasil, ele sentiu muita diferença em termos de aceitação social, no que se refere à questão da homossexualidade, o que exigiu, por parte dele, uma série de “estratégias” para lidar com seus amigos e com a sua família. Tais estratégias envolvem um complexo jogo de “ditos e não-ditos”, no seu cotidiano, em relação à sua orientação sexual

6) Crenças sobre a homossexualidade e classificação das orientações sexuais

O participante discorda da crença difundida socialmente de que em uma relação entre homens ou em uma relação entre mulheres deve existir sempre alguém que cumpre um papel masculino e alguém que cumpre um papel feminino. Esta separação de papéis é percebida pelo participante como “casos extremos”, pois na maioria dos relacionamentos homossexuais o que prevalece é o companheirismo, a ligação afetiva e não a separação de papéis (linhas 355-362):

“Já ouvi e já vi. Já vi os dois casos, mas são casos extremos* assim... de pessoas que, no caso de homossexuais, de... de um cara que é e o outro que tem aquela tendência gigantesca, seu lado feminino extremamente a florado, entendeu, que gosta de se vestir, que se sente bem...é... o mais perto possível que ele conseguir chegar de uma mulher. Então, nesses casos existe, com certeza, vai ter a definição* de papéis*. Mas na média, assim das pessoas que eu conheço não, é o companheirismo, não tem ninguém que vai ser homem, não vai ter ninguém que vai ser a mulher*, são duas pessoas que se gostam e ali...*”*

É interessante observar a importância que o participante confere à dimensão afetiva nos seus relacionamentos amorosos, bem como na forma como ele concebe a sua orientação sexual, pois, segundo ele, o mais importante não é o sexo da pessoa, mas sim a existência de ligação afetiva entre as pessoas envolvidas, seja nos relacionamentos homossexuais, seja nos relacionamentos heterossexuais.

Nesse sentido, no discurso do participante, categorias como atividade, passividade e penetração sexual não são nem citadas, o que parece indicar que tais categorias não assumem nenhuma relevância em termos de organização da sua compreensão das relações afetivo-sexuais.

Quanto aos estereótipos relacionados à homossexualidade, o participante questiona algumas características pejorativas que são percebidas socialmente como exclusivas e, portanto, definidoras da homossexualidade. O que, certamente, coloca em

xeque a concepção de que existiriam “atributos” próprios aos homossexuais que os distinguiriam dos heterossexuais, como pode ser observado no trecho seguinte (linhas 589-599):

“Que homossexual é promíscuo, que... é... vive na badalação, que se droga, esse tipo de coisa*, entendeu, e você vê que muita, a maioria não é... vêm de família perturbada, entendeu. Então, eu conheço muita gente que é muito rica e que é*, e conheço muita gente também muito pobre, que é também***. e num existe diferença nenhuma, entendeu. Eu vi gente que é... a vadia completa, que vai pra boate, beija 5, 6 e acha que tá abafando*, mas eu vejo gente que não, que quer, quer conhecer a pessoa certa pra namorar* e, quem sabe, até continuar a vida junto**. Tem de tudo*, do mesmo jeito que tem no lado hetero, entendeu, você não consegue ver diferença*, que bicha é fofoqueira, que bicha é espalhafatosa... é... que gosta de chamar atenção*. Tem muita gente que é assim, mas... se você prestar atenção muito, não é muito diferente, se você for numa boate gay, ou numa boate hetero*...”*

Em relação à questão da classificação das orientações sexuais (homossexuais, bissexuais, heterossexuais), o participante acredita, por um lado, que é importante, tanto em termos sociais como pessoais, que exista uma classificação das orientações sexuais: “Eu acho que a classificação vai acabar sendo importante pôr termos da pessoa se definir*, entendeu, tem gente que: pô, eu sou o que? Sou um nada?* Onde eu me encaixo?” (linhas 435-437) Por outro lado, o participante acha que tal classificação é uma “besteira”, ou seja, algo sem importância e desnecessário (linhas 420-427):

“Eu acho que, em termos de, de cultura... em termos de sociedade, a sociedade acho que precisa de uma definição pra essas coisas. A minha opinião própria, eu acho besteira*, entendeu, eu não vou ser diferente por ser homossexual, nem... a outra pessoa vai ser diferente por ser bissexual, ou o outro vai ser diferente por ser heterossexual*. Eu algumas vezes eu até penso aquele negócio... eu acho que não existe um hetero, heterossexual que não tenha... se imaginado uma vez homossexual*, ou tenha curiosidade de experimentar, ou até mesmo já tenha experimentado* e nunca falou pra ninguém*.”*

Em relação à forma como o participante classifica a sua própria orientação sexual, os termos frequentemente utilizados (bissexual, homossexual, heterossexual) parecem não abarcar de forma satisfatória o modo como ele percebe e vivencia os seus relacionamentos afetivo-sexuais. O que parece indicar que a forma como ele classifica a

sua orientação sexual depende do contexto, do momento, enfim, de uma multiplicidade de fatores. Este caráter fluido relativo à forma como o participante percebe a sua orientação sexual é ilustrado nos trechos seguintes (linhas 387-395 e linhas 999-1006):

“Não na definição de bissexual que, que, que a pessoa tem, porque... é... se for considerar isso, eu sou um bissexual. porque eu não tenho preconceito em namorar uma mulher, como eu não tenho preconceito em namorar* com homem**, entendeu, qualquer, se a pessoa gosta de mim, entendeu, eu não teria problema nenhum em ficar com os dois. Mas... é... eu sinto agora, uma atração muito maior por homens*. Mas nem por isso eu deixei de gostar de mulher*, mas eu não tenho problema em lidar com isso*, entendeu. Então, eu não tenho problema em dizer que eu seja um homossexual*, não tenho*, entendeu. Melhor do que eu me considerar um bissexual, apesar de que, na... na prática mesmo, eu seria um bissexual**.”*

“Não sei se daqui a 5 anos, se eu não vou tá casado, com filhos e feliz da vida, entendeu*, por isso que eu não gosto de me... de me dizer: sou, entendeu*, porque eu não sei, entendeu, prá mim, eu acho que isso não faz diferença*, entendeu. Eu tô, eu tô agora, porquê, pô, eu tô gostando, tô me sentindo realizado, tô me sentindo feliz desse jeito*, agora daqui há dez anos, eu não sei, posso tá casado, com filho, super feliz*, e dizer: putz, aquela experiência valeu e tal, mas não era isso**, entendeu. Apesar de eu achar que vai ser muito difícil, mas... eu num**, a possibilidade não é tão remota assim*.”*

Quanto à forma que o participante prefere que se refiram à sua orientação sexual, na realidade, o mesmo prefere que as pessoas não o façam, pois a sua orientação sexual é considerada uma temática de foro íntimo, ou seja, não diz respeito a mais ninguém, além da pessoa com quem ele esteja envolvido: “eu acho, na minha opinião, acho que num devia se referir, entendeu, porque ... que diferença isso vai fazer?* Entendeu, você não precisa justificar... é... aquilo que você faz entre quatro paredes*, entendeu.” (linhas 443-445). É interessante notar, nesse sentido, o quanto a sua orientação e a prática homoerótica são consideradas como dimensões completamente dissociadas das suas relações sociais e de sua vida cotidiana. A imagem utilizada pelo participante ilustra bastante esta dissociação: “algo que se faz entre quatro paredes”.

Cabe ressaltar, contudo, que a manutenção desta “privacidade absoluta” em relação à sua orientação sexual exige, do participante, um esforço contínuo em administrar “os não-ditos” no seu dia-a-dia. O que nos faz questionar se é possível

dissociar completamente a orientação sexual de uma pessoa de sua vida cotidiana, uma vez que mesmo que não seja explicitada (“dita”), ela está presente nos “não-ditos” que devem ser administrados nas suas relações sociais. Em outros termos, a recusa do participante em falar diretamente sobre a sua orientação sexual com seus amigos heterossexuais e familiares não significa, em última instância, que a mesma não se faça presente, implicitamente, através de seu esforço contínuo em ocultá-la.

7) Relações sociais (família, escola, trabalho, amizades)

Quanto às relações do participante com a sua família, a sua mãe foi a única pessoa com quem o participante conversou sobre a sua orientação sexual, por iniciativa dela. Em relação ao seu pai, o participante não quer que ele saiba, pelas atitudes de cobrança dele no sentido de ver o filho tendo atitudes “viris” em relação às mulheres. O participante tem uma relação amigável com o seu irmão, inclusive acha que ele sabe da sua orientação sexual, porém, o participante não tem certeza porque nunca conversou sobre este assunto com ele.

No que diz respeito à orientação sexual do participante, é interessante observar como a relação estabelecida entre o mesmo e sua mãe é bastante diferente da relação estabelecida com o seu pai. Segundo o participante, esta é uma tendência que ele observa em outras famílias também, ou seja, o papel materno parece estar associado a uma postura mais compreensiva e tolerante em relação à orientação homoerótica (linhas 940-956):

“A minha mãe sabe, mas é aquela coisa... é... ela sabe, ela me contou, nem fui eu que cheguei pra ela, conversar (risos – Ana Flávia) ela chegou pra mim: olha, meu filho, eu sei que você é ... é... mas, pra mim, não tem problema, eu quero que você seja feliz, se esse é o caminho que você acha pra você ser feliz... é... eu te dou todo apoio do mundo, mas você, só cuidado com... o seu pai, que meu pai, obviamente, não vai aceitar isso nunca*... é... daqueles: ah, quero que meu filho tenha vários filhos, que case com uma mulher gostosa* e não sei o que, aquele caso de estar sempre cobrando da namorada*, entendeu. Minha mãe, nossa mãe, quando ela me falou isso, tirou assim 10 milhões de toneladas das minhas costas, choramos horrores juntos* e aquela coisa, depois dessa nossa conversa, a gente... é... não fala muito no assunto*, eu não sei se é porque ela se incomoda, ou porque ela não se incomoda, ou se ela quer deixar... comigo pra não me incomodar*, entendeu, mas a gente não tem problema, às vezes que ela tem alguma dúvida, ou tá com algum questionamento, ela vem pergunta*, sem o menor problema, eu vou e falo com ela, se acontecer alguma coisa: ah, conheci o fulaninho...*

é... ele é muito gente boa, não sei o que... ah, briguei com fulaninho, não sei o que, comento com ela, mas nunca vou muito profundo, porque não sei até onde*... é... eu vá acabar... fazendo ela sofrer, assim, sem motivo**.”*

Mesmo que a mãe do participante tenha consciência da sua orientação sexual e assuma uma atitude empática, o estabelecimento de um diálogo sobre esta temática parece demandar uma atitude mais cautelosa por parte de ambos, o receio de magoar ou invadir o “espaço do outro” estando bastante presente. Por outro lado, o participante não demonstra nenhum interesse em conversar sobre este assunto com o seu pai, pois o mesmo apresenta uma postura bastante controladora, no que diz respeito à “confirmação” na vida do seu filho do que é esperado dele socialmente, em termos de masculinidade. Nesse sentido, ser *gay*, certamente, não corresponde às expectativas tradicionais relativas à masculinidade. Portanto, falar com o seu pai sobre a sua orientação sexual parece representar um forte desgaste emocional por parte do participante, o que ele, deliberadamente, procura evitar.

Como o participante teve a sua primeira experiência homoerótica aos 20 anos, ele não relata nenhum evento significativo no contexto escolar em relação a esta temática, até mesmo porque nesse período (1º e 2º grau), o participante não tinha vivenciado ainda nenhuma experiência homoerótica e nem pensado sobre este assunto. Nesse período, o que ele considera significativo foram as duas namoradas que ele teve que, segundo ele, foram namoros longos e de grande envolvimento emocional. Por outro lado, o período em que estudava na faculdade, quando estava morando no exterior, foi considerado significativo, visto que foi nesse período que o participante teve um contato mais próximo com pessoas que tinham uma orientação sexual considerada socialmente diferente, bem como teve o seu primeiro relacionamento afetivo-sexual com um colega de sala.

No que tange à esfera profissional, o participante é bastante sucinto nas suas colocações, ele afirma apenas que as suas relações de trabalho são “tranquilas”, “sem o menor problema”. Quando questionado pela pesquisadora se as pessoas do seu trabalho sabiam de sua orientação sexual, o participante respondeu apenas que não sabem, de forma bastante pontual.

As relações de amizade, em oposição às suas relações de trabalho, ocupam um espaço de destaque na narrativa do participante. Cabe ressaltar que o participante mantém um complexo “jogo de ditos e não-ditos” em suas relações de amizade. Por um

lado, o participante enfatiza que, distintamente de outras pessoas com a mesma orientação sexual, ele mantém vínculos de amizade tanto com pessoas heterossexuais, como homossexuais (dois grupos diferentes de amigos). Por outro lado, ele não conversou sobre a sua orientação sexual com nenhum dos seus amigos heterossexuais. De acordo com o participante, a sua orientação e prática homoerótica são consideradas apenas um “detalhezinho” em sua vida, como uma dimensão pretensamente dissociada de suas relações sociais (como foi discutido anteriormente). Além disso, o participante tem receio de perder os seus vínculos de amizade caso a sua orientação sexual seja explicitada (linhas 639-643 e linhas 1061-1066):

“Meu caso, por exemplo, eu já não posso fazer isso, eu tenho certeza que se eu misturar... os dois, não vai dar certo* (risos – Fabrício), entendeu. Eu, com certeza, vou perder muitos amigos heteros, como vou perder muitos amigos gays*. Então...é... eu segui na divisão. Eu não deixo de conviver com um, como não deixo de conviver com outro*, entendeu.”*

“Mas que já tive vontade algumas vezes de contar, eu achei melhor não... você não sabe como é que a pessoa vai reagir, você vai arriscar uma amizade, assim de milhões de anos, por causa de um detalhezinho ou outro*, acho que não tem importância. Se houver necessidade, eu até conto, mas não havendo*, acho que não... não tem porquê*. Eu não sinto pressão deles em relação à namorada, a qualquer esse tipo de coisa, então*, não há necessidade de contar*.”*

Ao “seguir na divisão” no que se refere às amizades, ou seja, dividir o seu grupo de amigos em dois subgrupos, a partir da orientação sexual de cada um (os homossexuais e os heterossexuais), o participante acaba por utilizar estratégias concretas, no seu dia-a-dia, para assegurar tal divisão. Tais estratégias se tornam fundamentais quando o participante tem que conviver simultaneamente com os dois subgrupos, em um mesmo contexto (linhas 649-659):

“Sabe, entre aspas, né, entendeu, eu já apresentei amigo...é... gay meu pra amigo hetero meu*, mas sem nenhum saber que um é e o outro é*, entendeu, cê apresenta aqueles que não dão muita pinta, como dizem, né*, que não chamam muita atenção*... [???] vou apresentar, por exemplo... um desses amigos meus que adora... é... tem festa a fantasia, é doido pra botar uma peruca, um sutiã e sair de sainha, né* (risos – Ana Flávia), então, ele dá, tem altos trejeitos e não sei o que, eu não vou apresentar um desses pro... pessoal hetero, porque, com certeza, vai dar falatório**, com certeza*.”*

Então, dá divisão, já fiz festa em casa que eu chamei os dois, sem o menor problema, nenhum* desconfiou do outro*, quer dizer, você dá um toque antes, né*: olha... geralmente pros gays, pros heteros não precisa avisar, ó... o pessoal que tá lá não sabe*, quero que continue assim, então*... beleza, não sei o que.”*

Portanto, mesmo que os dois subgrupos estejam compartilhando o mesmo espaço físico, a mesma situação concreta (como, por exemplo, uma festa) há sempre, uma fronteira simbólica, construída a partir da orientação sexual, perpassando as relações sociais do participante. A “administração” constante desta fronteira simbólica, por parte do participante, visando assegurar a manutenção do segredo em relação à sua orientação sexual, parece implicar em uma atitude paranóica em relação às pessoas. Em vários momentos da entrevista, o participante cita exemplos de situações que podem suscitar a desconfiança de outras pessoas, principalmente situações que envolvem atitudes que são consideradas como “estranhas” em um homem, ou seja, que não são esperadas socialmente, em termos de masculinidade (linhas 737-746):

“E aí, você começa a perceber, é outra coisa que... por exemplo, você sai numa turma grande... cê vê que num, num chama tanta atenção quanto você imagina, mesmo você sendo, você tá sempre com a anteninha ligada, né: putz, tô numa mesa... com dez homens. Que que vão pensar? Sou viado. Não tem escapatória, mas se você põe na cabeça de alguém que tá sentado ali: caralho, a turma de amigos, sentou pra conversar num bar e não sei o que. Você tá sempre... pensando no pior, entendeu?* Do mesmo jeito que quando você, eu já vi casal de namorados sair: putz, caralho, não, já, já vou esbarrar com meu pai aqui, a qualquer hora. Seu pai tá em casa, dormindo (risos – Fabrício)**, entendeu, você não precisava se preocupar com aquilo, mas você tá sempre antenado por causa... dessa situação toda...”*

É interessante observar que o participante narra exemplos de comportamentos paranóicos, de dificuldades em “administrar a vida dupla”, seja nos relacionamentos afetivo-sexuais, seja nos relacionamentos com a família e com os amigos, utilizando a expressão “tem gente que” (equivalente a terceira pessoa do plural: eles). A repetição destes exemplos, no decorrer da entrevista, parece indicar o quanto tais questões apresentam, implicitamente, uma relevância pessoal para o participante. Contudo, tais exemplos são constantemente deslocados para a terceira pessoa do plural, ou seja, assumem um caráter explicitamente impessoal. Nesta entrevista, portanto, a relação

entre sujeito e narrativa parece assumir um caráter implícito, escondido nas entrelinhas das ações de outras pessoas.

8) Relações afetivo-sexuais

Quanto às relações amorosas homossexuais e heterossexuais, o participante acredita que, em termos de afetividade, não existe diferença entre ambas, a única diferença seria a existência de uma maior cumplicidade nas relações homossexuais. Segundo o participante, esta maior cumplicidade estaria associada ao cuidado mútuo, entre os casais homossexuais, a fim de evitar qualquer “deslize” que possa gerar desconfiança por parte de outras pessoas (linhas 1163-1170):

“Acho que a única diferença é que existe mais cumplicidade... no homossexual, pela situação em si, entendeu, você tem que cuidar do, da pessoa que você gosta, a pessoa que você gosta tem que cuidar de você, pra vocês não darem nenhum deslize, entendeu. Eu ia dizer: puxa, deixa eu ir, tá na hora de você ir, porque senão vão começar a prestar atenção em você falando assim*, é, putz não, não vamos fazer isso agora não, porque alguém pode perceber. Então, existe muito mais cumplicidade*, vocês conversam mais... há mais amizade*. entendeu*, do que num relacionamento que você não precisa muito se preocupar.”*

Nesse trecho, novamente é evidenciada a preocupação do participante com a possível desconfiança de outras pessoas em relação à sua orientação sexual. Como foi discutido na categoria temática anterior, o participante relata vários exemplos que evidenciam, implicitamente, a sua preocupação com o ocultamento de sua orientação homoerótica.

Quanto às diferenças nas relações afetivo-sexuais entre homens e mulheres, o participante, no decorrer do diálogo com a pesquisadora, vai transformando a sua opinião. Esse é um ótimo exemplo de co-construção de significados no momento dialógico da entrevista. Nesse sentido, apesar de ser um trecho longo, acreditamos que seria bastante ilustrativo transcrevê-lo na íntegra (linhas 1183-1222):

“Ana Flávia: Certo. E você percebe alguma diferença assim... entre a, a, a, os relacionamentos amorosos entre homens e os relacionamentos amorosos entre mulheres?

Fabrizio: O problema é como eu disse eu não conheço casais...

Ana Flávia: Hum...

Fabrizio:... De lésbicas, não conheço pra te dizer*, entendeu... mas eu posso te dizer é*

que... comentários*... que fazem, por exemplo... lésbicas são muito mais galinhas do que os... gays, gays procuram mais... é... relacionamentos mais estáveis do que as lésbicas... mas comprovar isso, eu nunca vi.

Ana Flávia: Você já ouviu comentários nesse sentido?

Fabrizio: Nesse sentido, é.

Ana Flávia: Ah, que interessante, porque eu já vi comentários no sentido oposto...

Fabrizio: Oposto?

Ana Flávia: ... também (risos – Ana Flávia)

Fabrizio: Isso é... eu convivo mais com um lado do que com o outro**, então... não posso dar*... opinião própria.

Ana Flávia: Não, não, eu achei isso interessante, eu achei isso interessante...

Fabrizio: Já ouvi isso antes.

Ana Flávia: ... Porque imagina... por um lado você vê pessoas comentando: não, porque os gays procuram relacionamentos mais estáveis e as lésbicas não...

Fabrizio: Eu também acho besteira, porque os dois são muito galinhas...

Ana Flávia: ... Aí, você ouve, do outro lado... as pessoas falando justamente o contrário: não, mas porque os gays é que não querem relacionamentos estáveis, eles só querem mesmo ficar e tudo...

Fabrizio: Eu acho que...

Ana Flávia: ... E as mulheres sim, querem. Então, assim, é interess... por isso que estou te colocando, quer dizer, como é interessante que você...

Fabrizio: Eu acho que os dois é a mesma coisa, acho que não tem diferença não*, acho que se for achar... alguma diferença desse gênero, seria em casais heteros e casais homos**, porque, aí, eu acho que sim, aí, eu tenho que concordar que... que... que os homos pelo... ser mais restrito o negócio, então*... é mais acirrada... a coisa, entendeu...é... sei lá, leva, leva a ter uma maior* promiscuidade mesmo*, a pessoa: putz, não posso me arriscar, deixa eu sair com esse aqui que tá disponível mesmo*, vá nesse ali e pronto*... a necessidade bateu, vai ali e acabou.

Ana Flávia: Isso, isso aonde no...

Fabrizio: No meio homossexual.

Ana Flávia: No meio homossexual, ham, ham.

Fabrizio: Tem muito disso.

Ana Flávia: Mas, aí, cê fala no meio homossexual incluindo homens e mulheres?

Fabrizio: É*... os dois*."

Nesse trecho fica evidente o quanto é equivocada a concepção de que na entrevista, o(a) pesquisador(a), através das perguntas formuladas, terá acesso direto aos conteúdos intra-psíquicos do participante, como se as respostas já estivessem “prontas em sua cabeça”. Nesse sentido, as respostas são co-construídas no momento da entrevista, não havendo, portanto, uma relação linear entre as respostas do participante e os fenômenos estudados. É apenas indiretamente, a partir da atividade interpretativa do(a) pesquisador(a), que é possível estabelecer relações entre as respostas do participante e os fenômenos estudados. Em poucas palavras, na produção de conhecimentos científicos, os dados nunca falam por si só...

No que diz respeito à relação entre sexo e amor, o participante acredita que ambos devem caminhar juntos, ou seja, ele discorda da crença de que é possível dissociar a afetividade da relação sexual propriamente dita. É interessante notar que, em relação a esta temática, o participante afirma que é “extremamente careta”, ou seja, para ele, o seu posicionamento é considerado uma exceção à regra, tanto entre os seus amigos heterossexuais, como em relação aos seus amigos homossexuais (linhas 1084-1089):

“A maioria... dizer que sexo é uma coisa e amor é outra, entendeu*, você pode sair, trepar com 15 e... depois chegar pra namorada e dizer que ama ela, eu acho que isso não funciona*, entendeu. Eu acho que se você gosta da pessoa, a consumação disso seria... é... o ato sexual, você ama aquela pessoa, então, você quer ficar perto dela, sentir ela de perto*, entendeu, é quer ter a intimidade toda com a pessoa*, mas eu sei que isso é uma exceção à regra (risos).”*

A afetividade assume uma importância fundamental, como foi discutido anteriormente, na forma como o participante estrutura a sua compreensão das relações afetivo-sexuais, bem como da forma como ele concebe a sua própria orientação sexual. Em outros termos, o participante afirma que o mais importante, para ele, em uma relação afetivo-sexual não é o sexo do parceiro, mas sim a qualidade do vínculo afetivo entre ambos (linhas 256-259):

“Eu percebo assim, eu tô com a pessoa, porque a pessoa gosta muito de mim e eu gosto muito da pessoa, acho que no final de contas é isso que conta... não é porque é homem, ou porque é mulher, porque me dá mais tesão, ou que me dá menos tesão.”*

Cabe ressaltar, contudo, que em outro momento da entrevista, o participante afirma que: “eu sinto agora, uma atração muito maior por homens. Mas nem por isso eu deixei de gostar de mulher*” (linhas 391-392). O que parece indicar o quanto a elaboração subjetiva do próprio desejo sexual é uma tarefa complexa e dinâmica (“eu sinto agora”). Além disso, parece indicar o quanto a classificação das orientações sexuais em categorias como heterossexuais, bissexuais e homossexuais não é tão precisa e clara quanto parece à primeira vista.

No que diz respeito às experiências afetivo-sexuais do participante, ele se refere a três relacionamentos amorosos que foram significativos na sua história de vida, dois relacionamentos com mulheres e um com um homem, um ex-colega de faculdade, nos Estados Unidos (linhas 248-253):

“Sempre pensei disso, desde pequeno, entendeu, tive duas namoradas, de namoros longos, um de três e outro de dois anos, que eu amava as duas, muito, muito, entendeu? E se não fosse, porque... é até engraçado... eu tive duas namoradas e um menino, lá* do, dos Estados Unidos... é... e todos os três, o namoro terminou, porque um teve que viajar pra algum canto.”*

É interessante observar que - apesar de o participante afirmar, em outros momentos da entrevista, que teve uma ligação afetiva intensa com esse colega de faculdade durante seis meses - o termo “namorado” não é utilizado diretamente para se referir a ele, distintamente dos seus relacionamentos com mulheres, no qual o participante utiliza tranqüilamente o termo “namorada” para se referir a elas.

9) Relações consigo mesmo

Quanto à relação consigo mesmo, o participante, no decorrer da entrevista, parece utilizar duas estratégias narrativas: a) falar brevemente sobre si mesmo, procurando minimizar o espaço conferido às suas vivências e dificuldades emocionais; b) utilizar a terceira pessoa do plural, reforçando a idéia de impessoalidade, para se referir a temáticas que, pela repetição em sua fala, parecem assumir uma relevância pessoal. Nesse sentido, o participante se faz presente em sua narrativa através de caminhos indiretos. O que, certamente, representou um desafio em termos interpretativos, visto que exigiu da pesquisadora uma postura analítica bastante atenta para o que não estava explícito em sua fala.

No final da entrevista, quando o participante foi questionado sobre possíveis mudanças na relação consigo mesmo, ele enfatiza a importância do período em que morou nos Estados Unidos (linhas 1227-1235 e linhas 1242-1247):

“Eu, depois daquela fase lá no... nos Estados Unidos... e... aquela, eu acho que foi fundamental pra ser quem eu sou hoje*... eu ter aquele tipo de papo aberto, poder conversar livremente, pessoas que gostavam de mim, eu não tenho nenhum problema*, eu não tenho nenhum problema em aceitar quem eu sou hoje*, entendeu... eu não vou ter nenhum problema... se um dia eu precisar contar, também tenho certeza que eu não vou ter nenhum problema em lidar com isso*, já tô com a cabeça bem madura e com as idéias... bem feitas em relação ao assunto*, não tenho problema nenhum*, entendeu. Eu sei o que eu sou, eu sei o que eu quero*. entendeu, não tenho a menor dúvida... do que que eu tô fazendo agora*. que seja o melhor pra mim no momento*, não tenho mesmo**.”*

“Foi fundamental, fundamental, sem aquilo eu acho que não tinha metade da estrutura que eu tenho hoje**... em relação a qualquer tipo de assunto e tal. Além de ter sido uma experiência de vida em si, entendeu, eu aprendi muito sobre mim, então, eu tive que refletir muito sobre minhas atitudes, sobre o que eu fazia, sobre o que eu deixava de fazer, o que eu realmente queria*... e sem aquilo eu acho que, nossa mãe, não ia ter metade da estrutura que eu tenho hoje*....”*

É interessante observar a repetição, no primeiro trecho citado, da expressão “não tenho nenhum problema” (duas vezes), “não tenho problema nenhum” (uma vez) e da variação da mesma expressão, em termos prospectivos: “eu não vou ter problema nenhum” (duas vezes). Logo após esta fala, enquanto a pesquisadora ainda estava elaborando a próxima questão: “Então, você acha que... é... de certa forma...” (linha 1236), o participante afirma que: “Problemas psicológicos meus? Nenhum*. O problema é o que todo mundo enfrenta* de ter que enfrentar* a sociedade**... e esse tipo de coisa.” (linhas 1237-1238).

Esta repetição constante da expressão “não tenho nenhum problema” e a atitude do participante, em termos metafóricos, de “colocar palavras na boca” da pesquisadora (“Problemas psicológicos meus?”), parece indicar o esforço do participante em não abordar, explicitamente, qualquer dificuldade de ordem pessoal. Nesse sentido, as dificuldades que são explicitadas no discurso do participante são sempre deslocadas

para categorias genéricas e, portanto, impessoais, como: gente, todo mundo. Este deslocamento pode ser observado no trecho seguinte (linhas 1247-1254):

“Porque, pô, a gente sofre muito, né, pra enfrentar esse tipo de relação*. É... e se você não tiver uma cabeça boa... pouquíssimos são os que agüentam*... levar... a vida assim tranqüila, tendo que conviver com gente que é, com gente que não é*, tendo que dar suas mentirinhas aqui e ali, pra conseguir* fazer tudo co-existir direitinho*. Tem gente que odeia, eu conheço gente que, putz, quer sair, tem que dizer pro pai que tá indo sair com a fulaninha pra ir na boate e vai sair com o namorado... isso parte a pessoa em quinze, de mentir pro pai, pra mãe* e não sei o que. Então, se você não tem uma estrutura boa, caralho, você sofre muito***.”*

Um aspecto bastante curioso é o papel estruturante que a questão geracional cumpre na vida do participante, seja na sua relação consigo mesmo, seja na relação com as demais pessoas. Em outras palavras, pertencer a determinada faixa etária para ser uma informação muito importante para o participante, tanto no sentido de explicar o seu próprio comportamento, como explicar o comportamento de outras pessoas, principalmente no que se refere à atitude de falar ou não falar abertamente sobre a própria orientação homoerótica com outras pessoas que não compartilhem a mesma condição (linhas 540-545 e linhas 549-553):

“É de geração. Por isso que eu te falei que se você pegar uma faixa etária menor, você vai se surpreender, se você fizer uma comparação, porque a cabeça é muito maior. Eu, por exemplo, teria coragem de contar pra pouquíssimos amigos meus que são heteros sobre mim, pouquíssimos, pouquíssimos mesmo e aqueles assim, que eu sei que são amigos meus ... a qualquer custo, entendeu, mesmo assim eu ainda penso: talvez, se um dia eu precisar...”*

“Se um dia eu precisar, talvez eu conte. Agora com o pessoal mais novo, não, deixa contar e a pessoa aceita numa boa e convive numa boa: putz, que massa que você é, ah, eu tenho um amigo que também é, cês não querem conhecer?* Então, você vê muito disso com o pessoal mais novo*. Coisa que eu sei que na minha faixa etária não ia acontecer, de jeito nenhum.”*

Nesse sentido, é interessante observar como o participante adota para si uma perspectiva de causalidade externa em relação às suas ações. Afinal, ninguém escolhe a sua idade cronológica. Além disso, o participante apresenta uma concepção de

sociedade como algo externo, na qual os indivíduos devem se “moldar” para não serem considerados “anormais”. O que parece indicar que, para o participante, as possibilidades de escolhas individuais são bastante reduzidas.

10) Outras questões e comentários sobre a entrevista

No final da entrevista, quando questionado se gostaria de acrescentar alguma coisa, o participante afirma que o mais importante já tinha sido abordado, ou seja, ele não comentou nada sobre a entrevista em si (*feedback*).

Uma questão que merece ser discutida em relação a esta entrevista diz respeito ao papel fundamental que o “universo *gay*” em Brasília parece cumprir na vida do participante. Nesse sentido, diante da “impossibilidade” de falar com as pessoas heterossexuais sobre a sua orientação sexual, participar do “universo” *gay* da cidade parece ter sido a única possibilidade viável para o participante, no sentido de encontrar um suporte afetivo e social para lidar com a sua orientação sexual e não se sentir isolado (linhas 903-908):

“Então, eu já tinha trabalhado com isso uns seis meses, então... é... minhas emoções foram só naquele negócio, é, deixa eu achar alguém que, que é igual a mim... é... pra eu não me isolar*, entendeu*. Porque, pô, eu vou, eu quero achar alguém que também goste de mim*. Então, você começa a fazer amizade, conhecer gente*, entendeu pra não se isolar*, isso foi o único, a única coisa que eu decidi fazer.”*

Na atualidade, a expansão de lugares de diversão voltados para o público homossexual, nos contextos urbanos (como é o caso de Brasília), parece constituir-se em uma alternativa viável para pessoas que, por uma série de motivações, não “desejam” falar sobre a sua orientação sexual com as pessoas heterossexuais de suas redes sociais. Certamente, essa é uma alternativa que apresenta repercussões concretas na vida das pessoas. No caso específico do participante, no qual todos os seus amigos heterossexuais não sabem (?), essa alternativa parece repercutir na adoção de estratégias constantes de ocultamento por parte do participante. Portanto, não é de se estranhar os exemplos freqüentes de comportamentos e pensamentos paranóicos que aparecem na entrevista.

ANÁLISE DA ENTREVISTA 5

Nome fictício: Denise

Idade: 22 anos

1) História de vida

A narrativa autobiográfica da participante focaliza, basicamente, as suas experiências afetivo-sexuais com homens e suas experiências, mais atuais, com mulheres, bem como a relação com a sua mãe, que também apresenta uma orientação homoerótica (linhas 3-15 e linhas 18-20):

“Eu sempre tive relacionamento com homem e... há um ano e um mês, mais ou menos, que eu... entrei no mundo, assim. E... no começo foi meio estranho, né, eu nunca tinha ficado com mulher e (...) fiquei com uma pessoa, num dia, achei horrível*... foi horrível assim... mas... depois, eu fiquei com outra, com outra, fui acostumando e acabei gostando. E... acho que isso eu já tinha comigo, mas era uma coisa que eu tentava*.... esconder pra mim mesma... e depois foi fluindo com o tempo, né*. E também me decepcionei muito com homem, nunca assim, eu ficava com homem, gostava de homem, mas... não sentia, assim, prazer com homem*, não tava assim totalmente feliz com homem. Aí, depois fui ficando, aí namorei uma pessoa* algum tempo, namorei outra, mas era, assim, namoros rápidos*, não eram duradouros, né*. E... a última pessoa que eu tô agora, tem mais um tempinho, já faz uns 3 meses que eu tô com ela* e tá sendo muito bom, uma experiência assim ótima, tô gostando muito, ela é maravilhosa... tudo que eu pedi*.”*

“A minha mãe é também, minha mãe é lésbica... só que ela não sabe de mim, quer dizer, num sabe assim, né, deve desconfiar, que ela não é besta, mas... pra eu chegar e contar, num... tenho coragem, porque eu discriminei muito a minha mãe*.”*

É interessante notar que, distintamente da análise anterior (entrevista 4), a participante já inicia a sua narrativa autobiográfica abordando, diretamente, a questão da sua orientação sexual. Esta temática parece cumprir uma função organizadora da narrativa sobre a sua história de vida, inclusive no que se refere à relação com a sua mãe, pois é justamente o fato dela ser lésbica, também, que é destacado. Posteriormente, a participante enriquece a sua narrativa sobre a relação com a sua mãe, contudo, o fato dela compartilhar a mesma orientação sexual parece ter sido, em termos metafóricos, a

“porta de entrada” para a participante abordar a relação com ela. Esta temática será abordada, posteriormente, na categoria temática: relações sociais.

É importante destacar que a função organizadora que a questão da orientação sexual cumpre na narrativa da participante não é algo gratuito, afinal, todos os participantes foram informados, antes da realização da entrevista, sobre a temática que seria abordada no presente estudo. Portanto, utilizar a orientação sexual como “fio condutor” da narrativa autobiográfica constituiu-se em uma possibilidade concreta de organização da própria fala.

Nesse sentido, a temporalidade ocupa um espaço secundário em termos de estruturação da narrativa da participante. Na realidade, no momento inicial da entrevista (questão relativa à história de vida), a participante enfatiza o momento atual e a sua adolescência, não relatando nenhum evento de sua infância. Posteriormente, no decorrer da entrevista, ela cita um evento considerado significativo na sua infância, quando ela ficou sabendo que a sua mãe era lésbica, aos 11 anos de idade, no mesmo período em que toda a sua família descobriu (linhas 178-184):

“eu lembrei de outra parte da vida, cê falou da história da vida, eu lembrei de mais um detalhe, porque a minha mãe, eu descobri aos 11 anos de idade, foi quando... a família inteira descobriu também da minha mãe, né. Então, foi um choque pra mim, eu era... muito nova*, então, aquilo ali me deu conflitos, assim eu fiquei... nossa, foi uma fase horrível da minha vida*. Então, não foi uma coisa contada, ela... num chegou e falou, conversou não, eu descobri e todo mundo descobriu também* e foi aquela zoeira na família.”*

Uma questão que tem uma relevância pessoal para a participante, que é explicitada em sua narrativa autobiográfica, diz respeito às suas decepções no que tange às relações afetivo-sexuais com homens, antes de sua primeira experiência homoerótica aos 20 anos de idade, como pode ser observado nos seguintes trechos (linhas 53-56 e linhas 58-67):

“Mas não tem muito, muito o que falar assim não... só do antes, né, antes foi... como eu te falei, tive muitas decepções com, com homens. Fiquei 6 anos gostando de um cara que não tava nem aí pra mim, não dava a mínima* e eu correndo atrás...”*

*“Isso na adolescência, entre os... 15... 14 até os 20 anos mais ou menos**. Eu fiquei correndo atrás, ele não tava nem aí pra mim. Aí, foi a época que eu namorava com*

um cara e gostava desse outro. E um dia eu saí, bebi muito, acabei ficando com outro cara que eu fiquei grávida*... desse cara, nem conhecia, primeira vez que eu tinha visto, o cara me deu bebida e... me drogou. colocou alguma coisa na bebida e... consequência disso, eu fiquei grávida. Aí, tudo bem, tive minha filha, tá linda, tem 5 anos*... Hoje em dia, minha relação com ele é... eu falo assim, necessário, por causa da minha filha, né, porque se não fosse por ela, nem a cara dele eu queria ver. Uma pessoa que faz isso, sabendo... que eu era virgem, como ele sabia*, então, a minha primeira vez já foi... assim desse jeito, já fiquei, né*. Então, experiência sexual com homem... foi horrível**”*

Para a participante, como pode ser observado no trecho citado anteriormente, a sua primeira experiência sexual com um homem foi uma vivência de grande sofrimento psíquico, considerado por ela como um “trauma”, pois “*não era o que eu queria*, não foi por livre e espontânea vontade** (linhas 70-71), além de ter resultado em uma gravidez não planejada. Nesse sentido, na adolescência, apesar de ter vivenciado relações afetivo-sexuais com homens, ela relata que foram poucas as vezes em que ela manteve relações sexuais. Além disso, ela afirma que essas experiências sexuais com homens não foram experiências gratificantes ou mesmo prazerosas.

As suas experiências afetivo-sexuais com mulheres, por outro lado, são apresentadas pela participante como o oposto das suas experiências com homens: “*Com mulher já é totalmente diferente*... muito diferente, me achei assim*, o que eu não tinha com homem, hoje eu tenho com mulher*”. (Linhas 77-78). A questão relativa às diferenças percebidas pela participante entre os relacionamentos afetivo-sexuais com homens e com mulheres será, posteriormente, discutido de forma mais aprofundada na categoria temática: relações afetivo-sexuais.

2) Questões de gênero

De acordo com a participante, existem expectativas sociais diferenciadas em relação aos homens e às mulheres. Contudo, tais expectativas em relação às mulheres estão se modificando, enquanto as expectativas em relação aos homens, segundo a participante, parecem ser mais resistentes a mudanças (linhas 96-104):

“A sociedade, a mulher já mudou mais, né, que antigamente era pior, era a mulher era pra ficar em casa, cuidar de filho. era pra ter filho, cuidar de casa. Hoje em dia, a sociedade, acho que já vê... diferente um pouquinho a coisa, né, a mulher já tá... se colocando mais acima*... do que era antigamente, né. Mas ela... espera ainda um pouco da dona de casa, da mãe, né*, mas espera também um progresso da mulher, mulher... se*

libertar dessa... coisa passada e... seguir em frente. E do homem (...) o que a sociedade espera do homem? Acho que ainda tá meio pra antigamente, que o homem é que manda*, que a sociedade vê que o homem, ele que dita as regras e que a mulher tem que... seguir, e não é por aí*.”*

É interessante notar, no trecho anteriormente citado, que não são apenas expectativas sociais diferentes que estão em jogo nas relações entre homens e mulheres, mas também relações desiguais de poder, ou seja, é esperado que caberia ao homem “ditar as regras” e, por extensão, caberia à mulher “seguir tais regras”. A participante não se restringe a explicitar esta dimensão política que perpassa as expectativas sociais, no que se refere às relações entre homens e mulheres, ela assume claramente uma posição de discordância. O que é evidenciado, também, em outro momento da entrevista, quando a mesma critica a divisão de papéis em algumas relações afetivo-sexuais entre mulheres, onde uma das mulheres assume o “papel de homem” e a outra assume o “papel de mulher”, ou seja, parecem corresponder ao que é esperado socialmente em termos de feminilidade e masculinidade (na forma de se vestir, de se comportar, de pensar). A crítica da participante em relação à essa “divisão de papéis” nos relacionamentos amorosos entre mulheres será discutida, posteriormente, na categoria temática: crenças sobre a homossexualidade e classificação das orientações sexuais.

De acordo com a participante, o pensamento machista ainda é bastante presente em nossa sociedade. Nesse sentido, ela exemplifica o seu posicionamento através da forma diferenciada com que homens e mulheres percebem a homossexualidade feminina e a homossexualidade masculina (linhas 108-114 e linhas 124-132):

“É... cê vê pelo lado homossexual, uma pessoa vê duas mulheres, não choca tanto... quanto vê dois homens juntos*. Você pode ver por isso aí, que o machismo é muito grande. Tanto mulher mesmo, heterossexual, que vê duas mulheres e dois homens, ela não se choca tanto com duas mulheres* quanto com dois homens, e homem também*. Homem... tem homem que até gosta de ver duas mulheres juntas*, mas... homem com homem, num, num aceita*, num aceita de jeito nenhum.”*

“Eles até aceitam, assim entre aspas, mulher com mulher, porque aquilo pode... despertar alguma coisa nele, porque também se ele começar a pensar pelo lado: poxa, duas mulheres, tem tanto homem no mundo*. Como eu já ouvi essa, essa frase algumas vezes: tanto homem no mundo, pra que ficar duas mulheres juntas e tal. Mas*

ele já vê pelo lado... sexual da coisa, se ele vê duas mulheres já pode excitar, já pode ter alguma coisa, já pode começar a ter fantasias, né. Mas se ele parar pra pensar, igual quando ele vê dois homens, ele não aceita* isso também**. Por aí que eu vejo.”*

O exemplo utilizado pela participante para se referir a uma concepção machista em relação à homossexualidade levanta alguns questionamentos interessantes. Primeiramente, porque indica como a homossexualidade feminina e a homossexualidade masculina são percebidas socialmente por ângulos distintos, sendo que a relação afetivo-sexual entre homens parece, segundo a participante, ser alvo de uma maior discriminação. Em segundo lugar, indica a ambigüidade com que as relações afetivo-sexuais entre mulheres são percebidas pelos homens, ou seja, por um lado, podem despertar o desejo sexual masculino, por outro lado, podem despertar atitudes de incompreensão e discriminação.

Quanto ao primeiro questionamento, é importante problematizarmos: por que a homossexualidade masculina seria mais discriminada? Obviamente, esta não é uma questão fácil de ser respondida, contudo, poderíamos arriscar uma possível hipótese explicativa a partir dos significados culturais associados aos contra-ideais de masculinidade e feminilidade, ou seja, tudo o que um homem e uma mulher não deveriam ser.

No cotidiano, se refletirmos sobre os xingamentos e termos pejorativos que são utilizados para atacar e denegrir uma mulher e um homem, perceberíamos que tais termos são diferentes. Nesse sentido, há uma tendência em atacar um homem com termos como “viado”, “bicha”; enquanto a mulher costuma ser atacada com termos como “galinha”, “piranha” (para não citar outros termos mais pejorativos). Parece existir, portanto, uma “lógica interna” aos xingamentos que é perpassado pela questão de gênero, ou seja, tais xingamentos parecem estar associados aos contra-ideais de masculinidade e feminilidade. Em outras palavras, a maior vergonha para o homem seria ser confundido com um homossexual, enquanto para a mulher a maior vergonha seria ser confundida com uma mulher “promíscua” e, portanto, dentro desta lógica, “potencialmente” infiel.

Nesse sentido, parece haver uma atitude discriminatória mais cristalizada socialmente em relação aos homossexuais masculinos, afinal, eles seriam “tudo o que um homem não deveria ser”. O que não significa que não exista discriminação em

relação às mulheres homossexuais, contudo, a percepção social sobre os relacionamentos afetivo-sexuais entre mulheres parece ser mais ambíguo, confuso.

A ambigüidade com que as relações afetivo-sexuais entre mulheres são percebidas são explicitadas pela participante quando a mesma indica o misto de fantasia sexual e incompreensão com que muitos homens percebem as relações entre mulheres (“*tanto homem no mundo, pra que ficar duas mulheres juntas e tal*”). É interessante notar como a relação afetivo-sexual entre mulheres é avaliada, pelos homens, de forma distinta dependendo da perspectiva adotada. Em outras palavras, por um lado, ela será encarada de forma “positiva”, quando há a possibilidade de se inserir na relação, mesmo que ao nível da fantasia sexual, por outro lado, será encarada de forma “negativa” quando encerrada em si mesma (sem a presença real ou imaginária da figura masculina).

Essa ambigüidade no que se refere às relações afetivo-sexuais entre mulheres parece estar relacionada a um sistema de significação cultural mais amplo, no qual a feminilidade estaria relacionada a uma concepção de passividade sexual. Nesse sentido, como conceber a relação sexual entre duas mulheres? Onde estaria o “sujeito do desejo”, aquele que ocuparia o papel de “comando” da atividade sexual? Nesse sentido, tal ambigüidade e incompreensão são, na realidade, perfeitamente compreensíveis diante dos significados culturais que perpassam as relações de gênero e a própria compreensão da sexualidade.

3) Movimentos sociais, discriminação e transformação da sociedade

Em relação ao movimento feminista, a participante, inicialmente, afirma que “*Movimento feminista (...) não sei**” (linha 300). O que parece indicar que esta não é uma temática que desperta muito interesse na participante, ou que faça parte do seu universo de questionamentos ou preocupações individuais. A pesquisadora procurou, então, analisar quais seriam as primeiras associações que poderiam ser despertadas, na participante, a partir do termo, movimento feminista: “*Mas o que te vem à cabeça quando você pensa, assim, movimento feminista?*” (301-302). Para a participante, o movimento feminista está relacionado às conquistas das mulheres exclusivamente na esfera profissional, observe a ênfase na fala (linhas 303-306 e linhas 308-313):

“Ah, me vem assim, coisas mais assim... de profissão... me vem assim, profissionalmente... só profissionalmente me vem assim, quando fala em movimento feminista, alguma coisa assim, sobre feminismo, me vem coisa assim do meio profissional.”

“Assim... de ter mais espaço, de... ter mais chance no mercado. Hoje, já melhorou um pouco, né... mas, tinha lugares que... não empregavam mulheres, era difícil, uma mulher na faculdade era difícil... há uns tempos atrás. Hoje, você vai na faculdade, a maioria é mulher**, for ver a universidade, a faculdade, só tem mulher, mulher tá... progredindo mais*. Acho que eu vejo mais no lado profissional*, o movimento feminista*.”*

É interessante notar como a associação entre movimento feminista e conquistas na esfera profissional é bastante presente na maioria das entrevistas analisadas. Nesse sentido, outras esferas da vida não são problematizadas, como, por exemplo, a esfera doméstica, as relações afetivo-sexuais entre homens e mulheres. O que parece indicar que certas reivindicações do movimento feminista acabaram por ocupar um espaço no imaginário social, enquanto outras reivindicações, como a luta contra a violência doméstica, acabaram obscurecidas.

Quanto à possível relação entre movimento feminista e movimento de luta pelos direitos dos homossexuais, a participante, inicialmente, afirma que não existe relação entre ambos movimentos. Posteriormente, ela acrescenta que tais movimentos sociais podem lutar pelos mesmos objetivos. Quando questionada pela pesquisadora sobre quais objetivos seriam estes, ela responde (linhas 325-330):

“No sentido de, de... como posso explicar... não digo, como é que se diz a palavra... de aceitação. acho que no sentido de aceitação, de... das pessoas enxergarem mais. Mas não assim, tá ligado uma coisa com a outra, mas lutam assim pelos mesmos objetivos, mais ou menos*... de aceitação... de mente aberta assim*.”*

Como a participante utilizou um termo bastante genérico, aceitação, para se referir aos objetivos que seriam comuns ao movimento feminista e ao movimento de luta pelos direitos homossexuais, a pesquisadora questionou qual seria o sentido que a participante confere a este termo (linhas 336-342):

“Ah, eu acho assim... a palavra não era bem essa, né, eu tentei lembrar (risos – Ana Flávia), mas eu não consegui até agora... lembrar, não bem aceitação (...) não consigo lembrar a palavra. Mas assim... tão lutando assim pelos mesmos ideais, homossexuais lutam pra serem mais valorizados. pra menos discriminação*, então, eu acho que é por aí, porque mulher também, se o movimento feminista, eu acho que luta* assim mais pelo lado profissional da coisa, pra ter mais valor, mais respeito*, eu acho*

que os homossexuais também.”*

Como pode ser observado, nos trechos citados anteriormente, a participante apresenta uma concepção bastante genérica em relação ao movimento feminista e ao movimento de luta pelos direitos dos homossexuais. O que parece sugerir que a relação da participante com esta temática é bastante distante. Em outros termos, parece não haver nenhum vínculo de ordem pessoal entre a participante e estes movimentos sociais. O que não significa que para existir uma vinculação pessoal com o movimento feminista ou o movimento de luta pelos direitos dos homossexuais a filiação seja condição *sine qua non*. Afinal, na entrevista 1, a participante não apresentava nenhuma filiação à militância *gay* em Brasília, mas em seu discurso tal temática foi problematizada, discutida, questionada, ou seja, a vinculação pessoal com a questão dos movimentos sociais não se restringe à filiação propriamente dita, mas também ao espaço que esta temática ocupa nas preocupações e questionamentos pessoais.

Quanto à questão do preconceito e da discriminação por orientação sexual, a participante acredita que a família, freqüentemente, acaba por reproduzir uma concepção preconceituosa, principalmente quando se trata da homossexualidade masculina e do papel controlador relacionado à figura paterna. No caso específico da participante, a mesma acredita que a sua família tende a ser mais tolerante, pois ela é filha única e foi criada pela sua mãe e a sua avó, ou seja, ela teve uma formação a partir de uma estrutura familiar distinta da tradicional centrada na figura paterna junto à materna (linhas 238-248):

“Olha, a família (...) a minha, por exemplo, acho que não, acho que não, mas...
[?] as outras pessoas que eu conheço, acho que... reforçam, porque... são pais
machistas. Eu, no caso, não tive um pai, né, então é diferente, minha criação foi* ... bem
diferente, fui criada com vó, com mãe, então, fica aquela coisa mais... sou filha única*...
então, foi muito diferente, mas eu... outras pessoas que eu conheço, que foi criado com
pai, mãe ali, pai é sempre uma coisa que... pega muito no pé e é aquela coisa machista,
principalmente no caso dos homens que eu conheço, né*, que são homossexuais e a
família não sabe, sempre aquele pai machista, aquele pai* assim que... às vezes até
grosso, ignorante*, mas... é bem machista e acho que... reforça*. reforça o preconceito.
Com certeza, a família de algum, a minha... nem tanto, mas* de outras pessoas, acho
que reforça sim.”*

No que diz respeito à relação entre instituição escolar e discriminação por orientação sexual, a participante destaca as brincadeiras e “gozações” em relação aos colegas com um jeito mais “afeminado”, o que, segundo ela, era algo desagradável para a pessoa alvo das gozações. Contudo, ela acredita que tais brincadeiras e gozações não eram relacionadas exatamente a um “preconceito interno”, no sentido de “*não vou falar com aquele cara, porque ele é viado, não sei que*, esse tipo de preconceito assim eu não cheguei a*... vivenciar, nem a presenciar*... esse tipo de preconceito*. Graças a Deus não*” (linhas 271-273)

É curioso observar como a interpretação, por parte dos participantes, em relação às brincadeiras e gozações dos próprios colegas no contexto escolar varia bastante. O que é interpretado pela participante como uma brincadeira sem maiores conseqüências: “*era uma coisa mais de... de ter uma coisa pra rir*” (linha 262), para outros participantes (entrevistas 2 e 3) é interpretado como a manifestação do preconceito, ou seja, como exemplos concretos de atitudes discriminatórias. Cabe ressaltar que no seu período escolar (1º e 2º grau), a participante não tinha vivenciado ainda nenhuma experiência homoerótica e nem tinha “consciência” da sua orientação sexual. O que parece indicar que, diante de tais brincadeiras, a participante ocupava uma posição de “expectadora distante”, distintamente de outros participantes (entrevistas 2 e 3).

Em relação ao que poderia ser feito para acabar com a discriminação em relação às pessoas que apresentam uma orientação homoerótica, a participante destaca a importância da mídia neste processo, principalmente da televisão, visto que a “*televisão influencia muito*. influencia muito as pessoas*, com certeza, tem uma influência muito grande na vida das pessoas*” (linhas 380-381). Nesse sentido, a participante acredita que a televisão deveria abordar a questão da homossexualidade de uma forma mais “*natural*”. Contudo, ela observa que a tendência nos programas televisivos é apresentar personagens homossexuais bastante estereotipados (como, por exemplo, a mulher “machão”), ou, então, apresentar a homossexualidade, principalmente a homossexualidade masculina, através de personagens caricaturados nos programas humorísticos. A participante observa, contudo, que esta situação está mudando aos poucos: “*Mas já tá mais, tá mais aberto, eu tô vendo que a coisa tende a ... a melhorar um pouco*, as pessoas tão com a mente mais aberta**” (linhas 411-413)

Quanto à questão do que a participante poderia fazer para colaborar nesse processo de transformação social, no sentido de acabar com a discriminação por orientação sexual, ela, inicialmente, afirma que não pode fazer muita coisa nesta

direção. Contudo, no desenrolar de sua fala, a participante reconhece que, concretamente, através de suas amizades, ela está contribuindo para que as pessoas comecem a ter uma visão diferente em relação à questão da homossexualidade (linhas 432-444):

“(...) Acho que... individualmente não tem muita coisa... que fazer... não tem. Assim... pra pessoas que eu... que eu conheço, que são meus amigos, que convivem comigo, que eu tenho amigos também que não... do meio homossexual... e sabem que eu sou, que eu contei, me abri. E essas pessoas já mudaram* a mentalidade, já mudaram mais*... eram pessoas que... tinham, assim, preconceitos e... com a minha história de vida, elas passaram a... não ter mais esse preconceito*, de vê que é uma coisa natural, normal e que... tem muito sentimento, não é aquela... aquele bacanal, como as pessoas imaginam*, aquela promiscuidade, né. Então, já... pelo menos de algumas pessoas, a minha parte, assim, que eu pude fazer... eu já*... não, assim, querendo fazer, no natural mesmo*, das pessoas terem vindo a minha história, a minha vida e vivenciando... comigo, aprenderem alguma coisa com isso*. O que eu posso fazer é isso*, passar a minha experiência pra que as pessoas vejam que... não é por aí, que não é bagunçado assim**.”*

É interessante notar como na sua fala, a participante vai transformando o seu próprio posicionamento: de uma posição de impotência individual diante do preconceito e discriminação social a uma posição mais ativa e atuante. Talvez, a própria participante não tivesse muita consciência de que com a sua atitude em relação aos seus amigos, no seu cotidiano, ela estivesse colaborando no sentido da transformação social: “não, assim, querendo fazer, no natural mesmo*”. Este parece ser um ótimo exemplo de como as pessoas, mesmo não tendo uma atitude intencional, vão transformando, aos poucos, a concepção que outras pessoas apresentam sobre determinada questão, no caso, sobre a homossexualidade. Afinal, a “sociedade” - esta categoria genérica e, aparentemente, distante - faz-se presente nas relações que as pessoas travam no seu dia-a-dia.

4) Comunidade gay em Brasília

De acordo com a participante, o sentido de comunidade *gay* estaria relacionado ao grupo de pessoas que freqüentam os lugares de diversão voltados para o público homossexual, bem como se interessam por questões relativas à homossexualidade. Nesse sentido, a comunidade *gay*, para a participante, não seria definida apenas pela

orientação sexual em si, ou seja, não englobaria todos os homossexuais de Brasília, mas apenas aqueles que freqüentam determinados lugares de diversão e compartilham certos interesses (linhas 809-815):

“E comunidade gay, pra mim, acho que... são as pessoas assim que, que fazem alguma coisa em prol, que lutam por alguma coisa, que... claro... às vezes pode...tá... falando do... todo meio homossexual. né*. Mas acho que, pra mim, é aquela... pessoa que faz alguma coisa, que luta, não aquele... aquela pessoa que é homossexual ali, pronto, tá ali na dele* e tal, num, num... tá ele e a pessoa com que tá com ele, pronto, num tem mais ninguém, não tem amigos*... só naquela vida assim... sozinho*, no mundinho. Acho que aí, num, num entra muito nisso não, é meio isolado*.*

Como a participante utilizou a expressão “*é aquela... pessoa que faz alguma coisa, que luta*”, a pesquisadora procurou averiguar se o sentido de comunidade gay, para a participante, estaria associado à luta pelos direitos dos homossexuais, à militância gay propriamente dita. De acordo com a participante, o critério para definir o que seria uma comunidade gay não seria exatamente a luta política, mas sim o sentimento de pertencimento a determinado grupo social, como pode ser observado no trecho seguinte (linhas 819-827):

*“Não, nem tanto que tão lutando, as pessoas que... que saem, que freqüentam lugares**, que... tão ali no meio homossexual*. que tá ali conversando sobre assuntos homossexuais, que tá ali, assim, às vezes, não está no lugar e tem alguém panfletando alguma coisa, de alguma festa homossexual: ah, festa pra gente e tal, é só pra gente, aquele coisa que fica assim, nossa*, que bom vão fazer uma festa assim pra gente. Acho que pessoas que saem, assim, não aquelas que... vivem ali, no mundinho... deles* e... na vida social, sem ninguém saber e tal*. Tá, ninguém precisa saber, mas... acho que a comunidade gay, aquela que tá ali*. que se interessa pelo assunto*... homossexual, não que tá ali, vivendo a vida homossexual e não se interessa pelo assunto.”*

É interessante observar como o sentido de comunidade gay, para a participante, é flexível, transcendendo os limites físicos dos lugares de diversão voltados para o público homossexual. O mais importante, segundo a participante, é o sentimento individual de pertencer a um determinado grupo social, com interesses compartilhados. O que é explicitado através da frase (observe a ênfase na fala): “*ah, festa pra gente e tal, é só pra gente*”. A utilização da expressão, pra gente, reflete este sentimento de

inclusão da participante em um grupo social mais amplo, afinal, o termo “a gente” cumpre a mesma função, em termos semânticos, da terceira pessoa do plural (nós).

Em relação aos lugares de diversão freqüentados pelo público *gay* em Brasília, a participante distingue os lugares que são “rotulados” como *gays* e os lugares que não são rotulados como tal, mas que são pontos “*de encontro gay*”. A participante cita o Bar Beirute, como exemplo de um lugar de diversão em Brasília que não é propriamente *gay*, mas que é freqüentado também por *gays* (linhas 847-858):

“a gente lá vendo assim... uma senhora com, com um esposo, devia ser esposo dela. Os dois assim já bem idosos e a gente comentando... criança, tem parquinho lá [?]*
Aí, meu amigo falando, olha só que ambiente mais familiar. Eu: pois é, por trás deste ambiente familiar... sempre rola os flertes assim... não é um lugar que tem homossexual ... se beijando e tudo, não pode, mas... rola, dali sempre rola alguma coisa**.*
*Tudo mundo sabe que... que tem, mas não é aquela coisa escrachada, assim aberta**.*
tá vendo que ali é... tem pessoas que chegam lá, bem extravagantes... que tudo mundo sabe que é um homossexual, que é um gay, mas não é aquela coisa de fazer nada*.*
*Então, é um ambiente familiar, mas que acaba sendo**... não que o, que o ambiente homossexual não possa ser um ambiente familiar*, mas ele acaba não sendo freqüentado... porque, geralmente, o ambiente homossexual, ele é freqüentado por homossexuais, né*.”*

Esse é um exemplo bastante interessante de um lugar de diversão em Brasília freqüentado por pessoas com diferentes orientações sexuais, onde as pessoas que o freqüentam tem consciência desta diversidade, distintamente de outros lugares de diversão onde, pelo menos explicitamente, só há pessoas heterossexuais. Cabe destacar, contudo, que a manutenção desta “convivência tranqüila” entre os diversos freqüentadores do bar é realizada através de acordos implícitos, como, por exemplo, não beijar na boca outra pessoa do mesmo sexo, como é destacado pela participante.

A existência de lugares de diversão em Brasília com este perfil “declaradamente diversificado” parece ser a exceção, pois, como afirma a participante, a princípio, os lugares *gays* poderiam ser freqüentados também por famílias, contudo, na realidade, “*geralmente, o ambiente homossexual, ele é freqüentado por homossexuais*”. Em outras palavras, parece prevalecer, nos lugares freqüentados por *gays*, uma homogeneidade em termos de orientação sexual (só *gays*). O que nos faz questionar a prevalência, nos lugares de diversão em Brasília, de fronteiras simbólicas que tendem, de alguma forma,

a limitar a circulação das pessoas, fixando-as a certos espaços físicos a partir de suas orientações sexuais.

5) Gênese e desenvolvimento da orientação sexual

Segundo a participante, a orientação sexual de uma pessoa pode tanto ser definida desde o nascimento como construída no decorrer da vida. No caso específico da participante, ela acredita que a sua orientação homoerótica já estava presente desde o seu nascimento, “*no meu caso, eu nasci assim*” (linhas 136-147):

*“Que é difícil, é difícil falar sobre isso (risos – Ana Flávia), mas... não sei, eu acho que pra mim (...) é um pouco das duas coisas. Eu acho que tem gente... que nasce assim e tem gente que... ao decorrer da vida, começa... partir pra outro caminho**. Há pessoas assim. Eu acho, no meu caso, eu acho que eu nasci assim*... no meu caso, eu nasci assim, só que eu demorei mais tempo pra descobrir isso*. Eu... eu mentia pra mim mesmo, eu acho que eu me enganei muito tempo*. Acho que procurei aquilo que a sociedade dita: mulher foi feita pra ficar com homem, então*, vou ter que procurar um homem*, mas no fundo, eu acho que eu sempre gostei de mulher e... só demorei um pouco pra descobrir isso, mas eu não me arrependo também do tempo que eu levei pra descobrir não, porque eu acho que foi na idade*, numa idade muito boa, já tinha uma cabeça boa pra isso*, porque eu conheço pessoas que já passaram por conflitos assim*... terríveis. Pra mim, foi bom ter descoberto isso*... aos 20 pra 21 anos de idade.”*

Assim como em outras entrevistas (entrevistas 1 e 4), a participante realiza um verdadeiro trabalho de reconstrução do seu passado, a fim de dar sentido à sua vivência homoerótica atual. Quando a participante afirma que, em relação à sua orientação sexual, ela “nasceu assim” e que “mentia para si mesma”, o que parece estar em jogo, de alguma forma, é uma tentativa de tornar coerente o seu passado em relação ao seu presente. Afinal, a primeira experiência homoerótica da participante ocorreu aos 20 anos, quando ela afirma “ter descoberto” a sua orientação sexual. Cabe destacar que no período anterior à sua primeira experiência homoerótica, a participante afirma que era uma pessoa autoritária, amarga e triste, além de afirmar que teve muitas frustrações em suas relações afetivo-sexuais com os homens. Nesse período, a participante acredita que se enganava em relação à sua orientação sexual: “*Eu acho que eu me enganei muito tempo*”. Será que ela “se enganou” até os 20 anos de idade?

Nesse sentido, segundo a participante, existe a tendência de as pessoas, no “fundo”, terem consciência da sua orientação sexual: “*Eu acho que, no fundo, elas*

sempre souberam... no fundo, sempre souberam... com certeza...*”(linhas 502-503). Posteriormente, a participante circunscreve a sua afirmação em relação à sua história de vida (linhas 506-510):

“Acho que sim, acho que aí funciona assim, mas, pelo menos comigo foi assim, acho que eu sempre soube e tentei me enganar, como te disse, tentei me enganar*, mas chegou... a época que foi... inevitável*. não tinha mais pra onde correr, não tinha como me enganar mais e acabei assumindo, eu acho que... o difícil pra mim foi... assumir pra mim mesmo que eu era*. Eu acho que pro homossexual assim que ele num... se define, já desde muito novo*, o mais difícil é ele assumir pra si mesmo*.”*

Parece existir, em relação à questão da orientação homoerótica, um complexo jogo entre consciência vaga (“no fundo”) e consciência plena, despertada em um momento posterior da história de vida individual. Portanto, parece que há uma tendência, pelo menos nesta entrevista e nas entrevistas 1 e 4, de interpretar a própria orientação sexual a partir de uma perspectiva que tende a enfatizar a continuidade e não a descontinuidade ou a ruptura. Será menos desestruturante elaborar subjetivamente a própria experiência homoerótica a partir desta perspectiva de continuidade? Certamente, esta é uma questão complexa que merece uma análise mais aprofundada. Esta análise será realizada na última parte destinada à Discussão do presente estudo.

Em relação à história de vida da participante, ela teve a sua primeira experiência homoerótica aos 20 anos de idade. Esta primeira experiência está relacionada, de alguma forma, a um amigo próximo que é gay, não no sentido de ter determinado a orientação sexual da participante, mas sim em “*termos de, de, de sair, de procurar, de fazer alguma coisa*” (linhas 224-225). Em termos metafóricos, este amigo parece ter “aberto a porta” do universo gay para a participante, ter despertado nela uma outra possibilidade além da heterossexualidade, como pode ser observado nos trechos seguintes (linhas 193-203 e linhas 211-224):

“Olha, os amigos, eu tenho um amigo... de infância, que a gente cresceu juntos, a gente nasceu na mesma rua, moro no mesmo lugar desde que eu nasci*, então, a gente cresceu junto, se conhece desde quando a gente nasceu e... ele é homossexual e eu não sabia, até um ano e pouquinho atrás, eu não sabia, né, eu desconfiava*. A gente teve oportunidade de viajar junto*, fomos passar o carnaval em Salvador e lá, ele começou a dar uns furos assim, eu comecei a desconfiar, eu não era ainda, né, não era assim, não tinha praticado, nunca tinha ficado com uma mulher*, mas eu acho que já era*. Aí, lá, eu dei uma preença assim nele e ele acabou me contando a história toda*

dele... que ele... desde os doze anos que ele era homossexual e tal e... ficou uma conversa muito... assim tensa, ele chorou muito, acabei chorando com ele, porque a gente é muito amigo mesmo, colado assim, de tá sempre junto um com o outro.”*

“Mas, aí, depois disso, a gente voltou pra Brasília. Aí, um dia pintou: vamos sair? Aí, ele falou: vamos. Eu falei assim: não, vamos num lugar... numa boate gay? Aí, ele: vamos. A gente foi. Então, foi nesse dia que eu fiquei a primeira vez com uma, com uma menina*, que eu beijei uma menina. Não, não gostei, foi assim... porque não foi uma coisa que eu... fui atrás, eu tava na minha, a menina veio, então, foi uma coisa muito rápida*... E foi assim, eu já fiquei meio assustada: pô, será que é assim? Todo mundo já puxa e já beija desse jeito (risos – Ana Flávia). Aí, eu acho que influencia assim, que a gente começou a sair... e eu fui por causa dele, não porque eu queria... ficar com alguém na boate, eu fui, porque eu falei: pô, eu quero ver o meu amigo se divertir, ele não saía, porque ele não tinha* amigos... homossexuais. Então, ele não saía sozinho, aí eu falei: ah, eu quero... que meu amigo saia e fui com ele, aí, comecei a frequentar lugares... gays com ele. Aí, fui ficando, ficando. E ele ficava, falando, falando, aquilo... me dava assim... me despertava algum interesse... começou a despertar... não que ele me influenciou*, mas ajudou*. ajudou*.”*

Em relação às suas primeiras experiências homoeróticas, a participante relata sensações bastante ambíguas. Por um lado, uma sensação de “estranheza” ao beijar e se sentir tocada por uma outra mulher, por outro lado, ela relata sensações positivas, como, por exemplo, alívio e uma sensação de plenitude: “*você tá... sentindo uma coisa diferente, uma coisa te completando, te preenchendo, vendo que aquilo ali era... muito bom*.” (linhas 658-659)*

Cabe destacar que tais sensações ambíguas, segundo a participante, eram acompanhadas por profundos questionamentos morais. O que nos faz refletir sobre a afirmação de outro participante (entrevista 3) de que as relações afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo, distintamente das relações heterossexuais, são marcadas pela consciência da pequena aceitação que tais relações têm no contexto social mais amplo. É o olhar moralizador “do outro” que, de alguma forma, se faz presente, principalmente nas primeiras experiências homoeróticas, como afirma a participante (linhas 667-679):

“então, você nunca beijou uma pessoa do mesmo sexo, de repente, a pessoa te pega ali, de uma vez, puxa, te dá um beijo e... cê acaba ficando com essa pessoa, sem saber o que fazer... querendo sair, querendo ficar, mas achando aquilo estranho, uma mulher te tocando, pegando... na sua pele, tocando em você assim, aquilo é muito estranho,*

eu ficava... foi muito angustiante pra mim*, foi assim... terrível, eu fiquei... num, a palavra certa não é nojo, eu não tive nojo, mas... foi estranho, cê começa... a lembrar, assim, de coisas: poxa, será que isso é certo?* Será que isso aqui tá certo? Mas é assim mesmo? E eu ficava naquela: nossa mãe, será que todo mundo é assim? Ai, fiquei naquela, depois eu já fiquei com outra, outro... dias depois, aí... já foi aparecendo assim, sentimentos bons*, já coisas... foi só a primeira mesmo que... deu um impacto assim grande, né*. Depois da primeira*... a primeira serviu só pra... sentir o gosto da coisa, assim*, como era, né, depois... foi ficando normal.”

6) Crenças sobre a homossexualidade e classificação das orientações sexuais

Quanto à crença difundida socialmente de que em uma relação afetivo-sexual entre homens ou entre mulheres deve existir sempre alguém que cumpra o papel masculino e alguém que cumpra o papel feminino, a participante afirma que já concordou com esta crença “quando eu era normal... antes de, de, até mesmo... assim, acho que até uns 18, 19 anos eu pensava assim*”(linhas 360-361). Contudo, atualmente, a participante discorda desta divisão de papéis nas relações afetivo-sexuais, apesar de afirmar que existem relacionamentos homossexuais onde existe esta divisão entre o papel masculino e o papel feminino (linhas 361-370):

“eu pensava: ah, deve ter um... teve ter alguém ali que comanda, no caso de duas mulheres, ah, uma deve... ser o homem na história** e no caso de dois homens também, um deve ser... a mulherzinha ali*, deve ter alguma coisa nesse estilo, um deve ser a... a mulher e tal. Conheço homossexuais que têm filhos adotivos, então*, eu achava: poxa, vai chamar os dois de pai, ou vai ter uma mãe ali na história (risos – Ana Flávia). Então... mas hoje eu vejo, não existe* isso*, não existe, ninguém faz o papel de ninguém*, são dois homens, são dois homens que estão ali*, são duas mulheres, são duas mulheres*. Claro que tem... exceções, né*. Tem homens que se sentem... mulheres*, se vestem como mulheres... pensam que são... tem uns que pensam que são mulheres, né*. Mas, no geral, acho que não*, pra mim... não existe não.”

É interessante observar a expressão utilizada pela participante “quando eu era normal” para se referir ao período de sua vida anterior à sua primeira experiência homoerótica. Tal expressão utilizada pela participante é incoerente com outros momentos da entrevista, onde ela afirma que as pessoas deveriam encarar a homossexualidade de forma “normal”, “natural”. O que parece indicar que o conceito de

normalidade e, por extensão, anormalidade são conceitos tão entranhados na consciência das pessoas, mesmo quando estas, intencionalmente, questionam a sua pertinência em relação à questão da homossexualidade. Mais do que isso, tais conceitos parecem cumprir um papel organizador em nossas sociedades modernas, seja em relação à forma como as atitudes de outras pessoas são interpretadas, seja pela maneira como as pessoas interpretam as suas próprias atitudes. Cabe destacar, também, que esta incoerência, por parte da participante, é um exemplo de como o discurso não é algo construído a partir de uma racionalidade linear, marcada pela lógica formal. Afinal, a lógica formal, intolerante com qualquer contradição, não parece abarcar a realidade concreta da vida das pessoas, perpassada por ambiguidades e incoerências.

Quanto à separação de papéis, masculino e feminino, nas relações afetivo-sexuais entre mulheres, a participante apresenta uma posição radicalmente contrária, como pode ser observado nos trechos seguintes (linhas 575-580 e linhas 584-590):

“Ah, tem... eu já ouvi assim... papo, conversas de pessoas, de outras pessoas que querem ser, e falou: não, não sei que eu, eu... que comando, eu que sou o homem e não sei o que, eu que isso, eu que aquilo... e age como um homem... anda, fala, é muito estranho*, eu odeio, particularmente, eu acho muito feio*... ver uma mulher assim. Eu já vi vários, principalmente naquele parque da cidade, aquele ali é*... cê vê várias desse estilo assim, estilo jogador de futebol (risos), meio, muito feio*, acho muito feio*.”*

“É, eu acho que têm umas que pensam que são homens, porque não é possível, agir daquele jeito e andar como um homem, falar e tratar a própria namorada como se fosse um casal heterossexual ali, aquilo ali pra mim é pensar como um homem*. Acho que ela pensa como um homem*, usa cueca e tudo* (risos – Ana Flávia), acho que aquilo ali é... pensar como um homem*... achar que é... ainda mais como um homem bem antigo, né, que ainda pensa que a mulher é aquela tem que ficar ali em casa e tudo*. É muito feio*.”*

A crítica da participante parece estar ancorada em dois argumentos: a) as mulheres homossexuais não precisam assumir uma postura “masculinizada”; b) as relações afetivo-sexuais entre mulheres não precisam reproduzir o modelo heterossexual tradicional, em que há uma separação rígida entre os papéis que cada membro do casal deve assumir (quem deve “comandar” e quem deve “obedecer”). Mais do que criticar, a participante parece, explicitamente, não se identificar com este estilo de relacionamento e nem com essa postura “masculinizada” que ela percebe que outras mulheres

homossexuais muitas vezes assumem. Portanto, nos trechos citados, podemos observar um movimento identitário por parte da participante: distanciamento e negação em relação a certos grupos sociais que também pertencem ao “universo gay” em Brasília. O que nos remete às divisões e conflitos que atravessam os distintos grupos homossexuais, como foi discutido anteriormente na análise da entrevista 3.

Quanto à questão das classificações das orientações sexuais (homossexuais, bissexuais, heterossexuais), a participante afirma que: “Ah, normal*. já acostumei (risos – Ana Flávia), já costumei*, acho normal*... esses termos, acho bem normal assim.” (linhas 447-448). Nesse sentido, a participante não questiona ou problematiza tal classificação, o que realmente é questionado por ela é a condição bissexual, assim como ocorreu na maioria das entrevistas analisadas. Segundo a participante, é muito difícil uma pessoa bissexual ter um vínculo afetivo tanto com um homem quanto com uma mulher, com um dos dois seria um vínculo apenas sexual (linhas 165-167 e linhas 169-171):

“Não só por sexo, mas eu acho que a grande maioria dos bissexuais são... assim... em uma das duas*, ou... com a mulher, ou com o homem, no caso de um homem, um dos dois, ele tem uma ligação só sexual, acho que sentimental, num, num...”*

“Não, é possível. é possível se gostar... ter sentimentos por um homem e por uma mulher, mas, acho que na maioria dos casos*, uma das duas partes ali é uma coisa só sexual*.”*

Em relação à forma como a participante prefere que se refiram à sua orientação sexual, ela afirma que não gosta de ser rotulada, mas que não se incomoda com termos como: lésbica, homossexual ou entendida. O que ela realmente não gosta é do termo “sapatão”, “isso já*, eu acho horrível*, acho assim... fere, já magoa” (linha 457). O termo “sapatão”, nesse sentido, é percebido como extremamente pejorativo, distintamente dos outros termos que são percebidos, pela participante, como termos mais “neutros”.

7) Relações sociais (família, escola, trabalho, amizades)

De acordo com a participante, a relação com a sua família foi transformada a partir do momento em que ela começou a ter experiências e relacionamentos

homoeróticos. Esta transformação ocorreu no sentido de um maior distanciamento da participante, pois agora a sua vida é mais “secreta” (linhas 595-611):

“Mudou, porque... eu... sempre fui de sair muito, sempre saí muito, sempre... tive meus namoradinhos assim... meus ficantes, né, e... mas eu ficava, sempre tava em casa, sempre... era aquela coisa assim, eu... saía, eu voltava... tava ali, tava ali na frente de casa com o namoradinho e isso mudou, porque não tem como mais, né, não posso ficar na frente da minha casa com a minha namorada*, não posso ficar dentro do carro, na frente da minha casa, com a minha namorada*. Eu ficava quando tinha namorado, agora não posso mais*... e num posso na minha casa também... não, porque... eu acho que eu num... num tenho essa coragem ainda, de levar*... na minha casa. Ai, mudou o que? Porque eu... final de semana, eu passo com a minha namorada, então, eu passo o final de semana fora, eu quase não tô em casa mais*. Mudou assim, nesse lado... mais família, eu não fico mais em casa, muito difícil* eu tá em casa, eu vou em casa pra dormir todo dia**, eu tô em casa só pra, eu durmo... em casa, manhã, saio, vou trabalhar, saio do serviço, ela me pega, a gente sai pra algum lugar, ou faz alguma coisa que tem que fazer*, chega em casa tarde, vou dormir, então*... nem assim pra minha filha, eu tô tendo... tempo mais... não porque eu não queira, mas porque... não tem como... tem como conciliar, mas pra mim fica difícil, fica assim meio*... mudou assim, minha vida ficou mais... secreta, vamos dizer assim*.”*

A relação da participante com a sua filha não é praticamente mencionada no decorrer da entrevista. No trecho mencionado anteriormente, parece que a relação com a sua filha e com a sua namorada constitui um foco de conflito para a participante, em termos de possibilidade de conciliação. Este é o único momento da entrevista em que tal dificuldade de conciliação é explicitada pela participante.

No que diz respeito à relação da participante com a sua mãe, a mesma parece ser perpassada por uma rede intrincada de mágoas e ressentimentos passados, por uma postura de distanciamento de ambas as partes. Apesar de sua mãe compartilhar a mesma orientação sexual, a participante alega não ter coragem para conversar com ela sobre este assunto, pois já magoou muito a sua mãe no passado, por conta da orientação sexual dela, e tem receio dela utilizar isso como uma “arma” contra a participante em qualquer situação de discussão ou desentendimentos futuros (linhas 628-637):

“Bom, eu acho que ela já sabe, né, ela já, já fez algumas... perguntas, já jogou assim algumas indiretinhas*, eu acho que ela já sabe, mas... se eu chegar e falar, minha mãe é do tipo assim que... tudo pra ela tá bom, mas... ela gosta muito de... alfinetar*.”*

assim no sentido de... ela não ia falar nada, tenho certeza, se eu chegasse e contasse: olha, é isso, isso, isso, isso, ela ia... só ia pensar assim: é... bem que eu falei, né (risos – Ana Flávia). Mas assim, ela usa aquilo, ela vai usar isso na hora da raiva, na hora de alguma discussão, isso, isso que... que me magoa muito, e eu não tiro a razão dela*, porque eu já fiz isso com ela. Então, eu acho que ela tem todo o direito, por isso, eu não falo*, eu acho que... o motivo maior de eu não contar é esse*, eu sei que ela vai usar isso, então... eu prefiro não falar*.”*

Quanto às relações sociais da participante no contexto escolar, como ela não teve nenhuma experiência homoerótica neste período (1º e 2º grau), ela não confere muito espaço na sua narrativa para a discussão desta temática. A única coisa que é relatada pela participante, em relação às suas vivências no contexto escolar, são as brincadeiras e gozações em relação aos seus colegas mais “afeminados”. O que a participante não percebe como manifestação de atitudes discriminatórias, como já foi discutido anteriormente na categoria temática: movimentos sociais, discriminação e transformação da sociedade.

No que diz respeito às relações da participante no contexto de trabalho, ela afirma que não há necessidade em explicitar a sua orientação sexual, pois tem receio de ser discriminada. Como a participante trabalha em um setor onde só há mulheres, é muito comum “*assunto de... sexo, de homem, disso, daquilo, eu fiz isso, fiz aquilo*” (linhas 789-790). Nesse sentido, é interessante observar a estratégia utilizada pela participante para se sentir integrada nas conversas cotidianas no ambiente de trabalho, sem ter que explicitar a sua orientação sexual, como pode ser observado no trecho seguinte (linhas 790-798):

“E eu falo sempre a verdade tudo que acontece assim... mas eu uso um... nome fictício, como se fosse um homem, eu estou falando da minha namorada*. mas elas pensando que, que é um homem*, eu tô falando de um homem ali, mas na realidade, eu tô falando da minha namorada*, do sentimento que eu tenho por ela, do que acontece: poxa, ontem foi legal*, saí e tal*, mas num, num posso falar assim, que eu saí com ela, acho que se eu falar, eu vou chocar, então*... eu num, pra mim, num... trabalho num... num tenho... eu acho que o pessoal não precisa nem*... sonhar, nem saber. Se comentar alguma coisa, que comentem, mas... que eu nem... fique sabendo de nada, nem escute nenhum tipo de comentário**.”*

Quanto às suas relações de amizade, a participante confere especial importância aos seus amigos no processo de assumir para si mesma a sua orientação sexual. Cabe destacar que a participante conversou, sobre a sua orientação sexual, com todos aqueles que ela considera realmente do seu círculo de amizades. Em outros termos, no círculo de amizades da participante não há a divisão nítida entre os amigos heterossexuais e homossexuais. Divisão essa que cumpre um papel fundamental nas relações de amizade na entrevista anteriormente analisada (entrevista 4).

No que diz respeito às suas amizades, a participante afirma que o diálogo com seus amigos, tanto heterossexuais como homossexuais, foi de fundamental importância para ela desenvolver uma atitude mais tranqüila em relação à sua orientação sexual. O que nos faz refletir sobre o papel importante do diálogo co-construído e, particularmente, afetivo que tende a ocorrer no contexto de verdadeiras amizades. Estas conversas dão suporte social e afetivo àqueles e àquelas que apresentam uma orientação sexual considerada socialmente diferente e que, portanto, têm que construir estratégias pessoais para lidar com o preconceito e a discriminação que perpassam as várias instâncias sociais (linhas 729-738 e linhas 743-748):

“Tiveram pessoas, tiveram pessoas, amigos, amigos assim, meus amigos de infância mesmo, assim, que eu considero amigos*, são homossexuais também, acho que... tiveram um papel muito importante*, muito importante mesmo. A gente é muito unido, então, a gente conversa muito, acho que o diálogo é muito importante, a gente conversa demais mesmo*, muito, muito assim... tudo, sobre tudo a gente conversa, não só sobre coisas homossexuais*, também assim, a gente não vive bitolado nesse mundo*, mas sobre tudo mesmo a gente conversa. Então, ajuda bastante*, ajuda muito, acho que... se eu fosse, assim, sozinha, sem... ninguém pra conversar sobre... esse tipo de assunto, seria... bem difícil*, bem difícil mesmo*. Mas tendo pessoas assim... são muito especiais, a gente conversa bastante e ajuda muito*.”*

“Tem outros amigos também de infância assim que não são... homossexuais, mas que sabem de mim, sabem que foi... eu até te falei que... até pude mudar a cabeça, um pouquinho, tirar o preconceito que eles tinham... a gente conversa muito até com os que não são homossexuais, eu converso muito*, muito, muito mesmo, os que sabem, né*, os que sabem*, conversa muito, isso é muito bom, ajuda bastante*... tirar certos tipos de grilo assim, às vezes*.”*

8) Relações afetivo-sexuais

Quanto às relações afetivo-sexuais heterossexuais e homossexuais, a participante acredita que tais relações são muito diferentes entre si. Tal diferença é ancorada, no discurso da participante, nas distinções que ela percebe entre homens e mulheres, o que acaba por refletir na forma diferenciada como encaram as suas relações afetivo-sexuais (linhas 929-942):

“Ah, acho que a maior delas é (...) a cabeça, é muito diferente, o pensamento. Homem, ele tá muito ligado ao sexo, homem, ele... ele tá com você ali, mas a intenção dele... é sempre uma. ele tá sempre ali contigo, mas tá pensando... em sexo, o negócio do homem é mais mecânico. Mulher não, já é uma coisa mais de convivência, de dia-a-dia, de tá dividindo... os problemas, as alegrias junto, de tá passando por tudo junto... caminhar junto ali, acho que é mais coisa assim de convivência mesmo, de sentimento*. Nossa, é muito bom um relacionamento... de duas pessoas assim que pensam*... iguais, assim, não que toda mulher pense igual a toda mulher, mas*... parecido pelo menos, pelo menos, pensa parecido. E homem, às vezes, ele é... insensível*. acho que o lance de carinho também... pesa muito nessa hora*. Mulher é bem mais carinhosa, pelo menos as experiências que eu tive com homem... assim, não que eram... cavalos também. mas*... não é igual mulher, é muito diferente*, cê tá... com uma pessoa que... se preocupa com você, que... convive com você e num tá pensando só em uma coisa, que num tá... contigo só pra te levar pra cama*. E... homem é mais ou menos assim*.”*

É interessante notar como a fala da participante é marcada por uma concepção bastante dicotômica em relação à masculinidade e a feminilidade, ou seja, homens e mulheres são descritos a partir de atributos antagônicos. Por outro lado, se homens e mulheres são tão diferentes entre si, não é de estranhar que, para a participante, a relação afetivo-sexual entre mulheres seja caracterizada como uma relação de maior cumplicidade e proximidade. Afinal, a partir da concepção da participante, as mulheres compartilhariam uma série de características, o que acabaria por gerar uma maior proximidade nas relações afetivo-sexuais entre elas. Nesse trecho, pode-se observar também a forte associação, na percepção da participante, entre masculinidade e “obsessão” por sexo: “*ele tá sempre ali contigo, mas tá pensando... em sexo”*. o que é explicitado também em outros momentos da entrevista.

No que se refere aos relacionamentos homossexuais entre mulheres e entre homens, a participante também percebe diferenças marcantes. Novamente, tais diferenças são ancoradas na distinção entre homens e mulheres (linhas 970-981):

“Acho que o homem... ele... tende a trair mais, com mulher, pelo lado sexual também, porque... e homem também é mais difícil de ter um relacionamento... mais sério*. Eu já tenho notado isso, já tenho visto... fico observando, sou muito de observar, então, eu vejo que homem... os relacionamentos entre homens são mais... assim, conturbados*. São menos duradouros, o homem, ele trai muito mais, ele não consegue ficar... ele, se ele vê uma oportunidade ali, ele não deixa escapar não*... ele não deixa, não são todos, é claro*, mas a maioria não deixa passar em frente não, ele já cata* logo aquilo ali, mesmo que possa... prejudicar o relacionamento dele, ele não tá nem aí, ele não quer perder a oportunidade*. E mulher já... é diferente, tá, tá ali, rola já aquele lance de carinho, de sentimento mesmo*. O homem trai assim, a parte sexual*... pesa muito pro homem**. A diferença que eu vejo entre uma mulher com mulher e homem com homem é essa**.”*

Quanto à relação entre sexo e afetividade, a participante acredita que ambos devem caminhar juntos em seus relacionamentos amorosos, apesar de conferir uma relevância maior à dimensão afetiva (ao “amor”), como pode ser observado no trecho seguinte (linhas 984-988):

“(...) Acho que... um não caminha sem o outro... pra mim, um não caminha sem o outro, acho que... pra mim, sexo sem amor (...) não tem como, pode até acontecer, mas é horrível*. E amor sem sexo, também não dá**, não tem como... ficar sem*. Então, tem que caminhar juntos, as duas coisas**... amor e sexo*, com certeza, o amor pesa muito mais, né, mas o sexo faz parte*.”*

É importante ressaltar que a narrativa da participante confere um espaço importante para as suas vivências afetivo-sexuais, suas decepções e relacionamentos amorosos. Ao se referir aos seus relacionamentos em distintos momentos da sua história de vida, a participante procura articular o seu relato com as emoções vivenciadas, como é o caso, por exemplo, de seu namoro atual, no qual são destacados os sentimentos positivos vivenciados neste relacionamento: *“a última pessoa que eu tô agora, tem mais um tempinho, já faz uns três meses que eu tô com ela* e tá sendo muito bom, uma experiência assim ótima, tô gostando muito, ela é maravilhosa... tudo que eu pedi*.* (linhas 12-15)

9) Relações consigo mesma

De acordo com a participante, a sua relação consigo mesma mudou bastante após ter assumido para si a sua orientação sexual. Atualmente, ela se considera uma pessoa mais madura, como pode ser observado no trecho seguinte (linhas 1038-1047):

“Mudou, mudou, mudou. Eu era... era muito radical com as coisas, era... muito autoritária... e eu mudei bastante. Nossa, eu melhorei muito, melhorei muito. Eu era uma pessoa assim... meio amarga, triste*... e... depois, que eu consegui assumir pra mim mesma, mudou muita coisa... já me, assim, desencanei de muita coisa. Acho que melhorei bastante, até o relacionamento... com a minha família que sempre foi uma coisa muito conturbada, de, de discussão, de eu sempre tá discutindo, não agüentar ouvir nada calada e tá ali, às vezes, de até procurar briga, porque não conseguia viver sem discutir um dia*. Hoje, nossa, hoje melhorou até em casa, melhorou muito*, muito, até na minha casa... virei outra pessoa, tô mais tranqüila... e, nossa, muito bom*, tá muito bom assim. Mudou, eu mudei, mudei muito*. Cresci bastante, amadureci muito*.”*

Cabe destacar a importância conferida pela participante ao processo de assumir para si mesma a sua orientação sexual. Em outros momentos da entrevista, a participante afirma que o mais difícil foi o processo de auto-aceitação da sua orientação sexual, após ter assumido para si, *“tudo fluiu assim, muito bem*”* (linha 1058). O que parece indicar a importância, para a participante, entre a integração subjetiva satisfatória (para si) de sua orientação sexual e outras dimensões de sua vida.

É importante destacar que, para a participante, não há um controle sobre o fato de as pessoas saberem ou desconfiarem de sua orientação sexual. O que ela pode realmente controlar, ou o que está dentro de suas possibilidades de escolha, é o fato de falar ou não falar sobre a sua orientação sexual para quem ela deseja: *“porque eu acho que as pessoas terem desconfiança... comentar: ah, é isso, é isso, é uma coisa, agora ouvir da sua boca*... é totalmente diferente**.”* (linhas 33-35). O que parece indicar a complexidade da relação entre o espaço do “dito” e do “não-dito” no que tange à questão da orientação homoerótica, uma vez que não falar sobre a mesma não significa, necessariamente, que as pessoas não saibam. Por outro lado, mesmo que saibam, não ouvir “da boca” da participante é percebido, por ela, como algo “totalmente diferente”.

Nesse sentido, em relação à questão da orientação homoerótica, saber ou não saber, dizer ou não dizer, ouvir ou não ouvir formam um complexo mosaico, em termos de estratégias pessoais para lidar com a questão do preconceito e da discriminação nas relações sociais que a participante trava em seu cotidiano, seja na sua família, no seu

trabalho ou nas suas amizades. O que nos faz refletir sobre a importância, no estudo das identidades sexuais não-hegemônicas, de considerar as estratégias que cada sujeito singular desenvolve, no seu cotidiano, para lidar com a possibilidade do preconceito e da discriminação em relação à sua orientação sexual. Cabe destacar que a adoção de tais estratégias apresentam desdobramentos não apenas nas relações sociais, mas também na relação de cada sujeito consigo mesmo.

10) Outras questões e comentários sobre a entrevista

Nesta entrevista, a participante se faz presente em sua narrativa através do relato de suas vivências emocionais e relacionais, no que se refere principalmente às suas relações afetivo-sexuais e suas relações com os seus amigos. É interessante observar o quanto a participante utiliza-se, no decorrer da entrevista, da primeira pessoa do singular (eu) para se referir às suas experiências, aos seus posicionamentos pessoais. Em outros termos, a participante confere um estilo bem pessoal à sua narrativa. O que distingue bastante esta entrevista de outras entrevistas realizadas (como, por exemplo, a entrevista 3 e 4).

É importante enfatizar o quanto as relações de amizade são valorizadas pela participante. Nesse sentido, é ilustrativa a sua afirmação de que se não fosse o apoio dos seus amigos, dificilmente ela se sentiria à vontade para participar da presente pesquisa, como pode ser observado no trecho seguinte (linhas 753-768):

Denise: *Ficaria complicada*, ficaria meio complicada, ainda mais pra mim que sou, assim, meio complicada, eu sou uma pessoa meio complicada, sempre vejo uma complicação... em tudo. Então... acho que foram muito importante, eles foram muito importantes*. Eu acho que se eu não tivesse tido tanto diálogo, assim, com eles e já... soubesse um pouquinho da vida de cada um deles, eu num... num teria assim... tanto desprendimento, assim, de falar e de tá* agora, aqui com você*, eu acho que eu não ia conseguir isso... de jeito nenhum*. Acho que eu tava em conflitos ainda, sem saber... se eu ficava, se eu não ficava, se eu gostava daquilo, se eu não gostava*. Hoje, eu já sei muito bem o que eu quero, o que eu gosto**.*

Ana Flávia: *Até, de repente...é... você falou uma coisa interessante, quer dizer, se não fosse a, o apoio dos teus amigos, até pra você estar, hoje, fazendo uma entrevista...*

Denise: *Acho que eu não estaria (risos – Ana Flávia), eu não estaria de jeito nenhum. Eu sou assim... muito reservado, assim na minha, então*... mas eu me sinto bem à vontade em tá falando sobre isso, acho que... posso passar alguma coisa*... pouco tempo, tem pouco tempo que eu... tenho experiência homossexual, mas... já é um pouco tempo que*

*tem muita coisa**.*

A participante não realizou nenhum comentário em relação à entrevista propriamente dita (*feedback*). Quando questionada, no final da entrevista, se gostaria de acrescentar alguma coisa, a participante reafirma a importância do processo de assumir para si mesma a sua orientação sexual, bem como do suporte afetivo e social dos seus amigos neste processo. Novamente, é possível observar a articulação, para a participante, entre as relações sociais e as relações consigo mesma, como duas dimensões relacionais indissociavelmente interligadas (linhas 1050-1058):

“Ah, acho que... pra acrescentar... eu já falei tudo mesmo... assim, acho que o mais difícil pra mim foi assumir pra mim mesma, acho que... foi o mais difícil e a partir da ajuda dos amigos*, não assim uma ajuda diretamente assim: ah, vamos, você tem que fazer isso, porque isso é bom. Não assim, falando assim... por... tá presenciando... certas coisas, certos... relações de amigos e ver que aquilo não era um bicho de sete cabeças que eu imaginava, e de poder ter... a chance de sair*, conhecer pessoas, acho que... indiretamente, os amigos ajudam sim. E nessa também de conversar muito, de*... esclarecer algumas dúvidas, alguns grilos que, às vezes, alguém possa ter. O difícil foi assumir pra mim mesma, depois que isso aconteceu, tudo... fluiu assim, muito bem*.”*

ANÁLISE DA ENTREVISTA 6

Nome fictício: Renata

Idade: 25 anos

1) História de vida

A narrativa autobiográfica da participante foi a mais longa de todas as entrevistas analisadas. Nesse sentido, a participante apresenta uma narrativa rica em termos de reflexões sobre os eventos significativos em sua vida (adolescência e vida adulta), sobre as crenças e valores que são estruturantes de sua visão de mundo e de ser humano, bem como sobre o “universo gay” em Brasília.

No início de sua narrativa autobiográfica, a participante apresenta o que ela denomina como a sua “visão de vida”, como pode ser observado no trecho seguinte (linhas 8-16):

“Olha, é... eu sou um tipo de pessoa que eu valorizo muito o ser humano, no sentido de... ver como que a pessoa tá*, é... se... tipo família, eu considero bastante*, se eu tenho, se tem alguma pessoa, mesmo que eu não conheça, mas sinta que tá mal, eu procuro ajudar de qualquer forma... possível*. É... sei lá, acho que a gente tá nesse mundo assim, pra gente... se doar às outras pessoas*, é o jeito que eu... que eu vejo a coisa*. E... eu tenho muito amigo assim que... é... a gente não tá aqui por acaso*, a gente sempre tem uma coisa que... a gente pode dar pra pessoa, a gente pode... é... é difícil falar isso assim... Bem, geralmente, eu não sou muito de falar*, mas sim de fazer as coisas**, então, eu acho, assim, até meio difícil comentar* alguma coisa e tudo mais*.”*

Nesse trecho é evidenciado algumas das crenças e valores que são estruturantes da forma como a participante se posiciona em suas relações sociais e, em um sentido amplo, como ela se posiciona diante da vida (cosmovisão). É importante destacar que, no decorrer da entrevista, tais valores e crenças são retomados e articulados de forma mais explícita com a sua crença religiosa fundamentada no Catolicismo. Nesse sentido, não é de se estranhar a sua ênfase na importância de se “doar” para as outras pessoas (“caridade”, uma das virtudes enfatizadas no pensamento cristão), de enfatizar os valores familiares (“*tipo família, eu considero bastante*”). Posteriormente, será analisada a forma como a participante lida com a relação entre a sua crença religiosa e a sua orientação sexual, na categoria temática: relações sociais.

A narrativa autobiográfica da participante é organizada a partir de sua orientação sexual e sua relação com o universo *gay* em Brasília. Cabe destacar que a sua narrativa autobiográfica é marcada por uma temporalidade relativamente linear, ou seja, os eventos são encadeados a partir do final de sua adolescência, quando a participante teve a sua primeira experiência homoerótica (aos 18 anos de idade), em direção às suas experiências mais atuais. A infância da participante não é abordada diretamente em nenhum momento da entrevista.

Em relação à sua primeira experiência homoerótica, a participante relata que a mesma ocorreu de uma forma “*bem natural*” (linha 30), a partir de uma relação de amizade muito próxima que a participante tinha com uma amiga do basquete. Antes dessa experiência, a participante afirma que nunca tinha pensado em ter uma relação afetivo-sexual com uma mulher. Nesse período, final da adolescência (18 anos de idade), a participante já tinha namorado alguns rapazes, contudo, ela afirma que (linhas 32-36):

*“tive namorado e tudo, mas só que... é... eu num... eu ficava, namorava e tudo, mas não tinha aquela coisa... aquele... eu não sentia a necessidade de tá com a pessoa**, entendeu. Você namorava assim, porque as pessoas ficavam te cobrando: pô, cê não vai*... pra mim, se eu tivesse com, com uma pessoa e não tivesse, pra mim tanto faz*. eu não sentia aquela necessidade.”*

A primeira experiência homoerótica da participante foi percebida na época como algo desestruturante em relação à sua concepção de vida “certinha”, muito inspirada em sua formação familiar bastante católica. Além disso, a participante relata que tinha a impressão de que todas as pessoas estavam percebendo a sua orientação sexual (um certo comportamento paranóico), como pode ser observado no trecho seguinte (linhas 73-80):

“Então, aquilo pra mim, quando aconteceu... foi, assim, o fim do mundo. no sentido de... de quebrar aquilo que você tem, os parâmetros de vida que você tem, aquela vida certinha, aquela coisa* assim... na época eu pensava assim, porque hoje eu não me com, eu não me acho errada*. não é isso*. É... e... era como assim, se eu chegasse num lugar e todo mundo soubesse que eu fosse*, se eu tava conversando com alguém... se eu falar, comentar certos tipo coisa: pô, ela é sa, ela é alguma coisa ou deixa de ser, então, eu tinha isso muito comigo, assim, aquela pessoa perfeccionista, aquela coisinha toda...”*

Essa primeira relação afetivo-sexual da participante com uma mulher durou dois anos. A relação entre a namorada e a família da participante era uma relação conflituosa, porque “a minha família não gostava dela, porque ela era um tipo de pessoa assim, que se dava pra notar que era*. né, tipo assim, o biotipo da pessoa* e... não gostava porque ela tinha um gênio muito forte**” (linhas 86-88). No período relativo a este primeiro relacionamento homossexual, a mãe da participante desconfiou da natureza do relacionamento e acabou questionando, diretamente, a participante sobre este assunto. Como a participante estava vivenciando um período de muita ansiedade em relação à questão da sua orientação sexual, ela acabou falando a verdade para a sua mãe. Atualmente, a participante se arrepende de ter falado, pois, segundo ela, foi uma grande decepção para a sua mãe (linhas 103-106 e linhas 110-116):

“Eu já tava assim, naquela época assim, tipo assim, tipo uma panela de pressão, né, eu já tava quase estourando, porque... era muita coisa, você tentando esconder da sua família pra não decepcionar, porque é uma coisa... mesmo que... que aceite, mas acaba decepcionando de alguma forma*.”*

*“Aí nesse dia, eu cheguei assim: ah mãe, se a senhora quer saber é a Carla, tem um ano que eu tô... e tipo assim, eu fui falando, mas não...é... pelo impulso **... e... tipo assim, aquela coisa de afrontar a pessoa, não era nem de afrontar a pessoa, foi porque eu tava precisando... é, falar isso pra alguém*. E acabou, quando ela me perguntou, eu soltando, eu acho que foi uma, uma das coisas erradas que eu fiz, porque eu não sei se ela tava preparada pra... hoje eu vejo isso*, né*, que ela tava, se ela tava preparada pra ouvir isso, ouvir isso. Então, tipo assim, achei que foi uma decepção pra ela.”*

É interessante observar o investimento pessoal que a participante realiza no sentido de corresponder às expectativas de sua família e, neste sentido, o quanto se sentiu culpada por ter decepcionado a sua mãe. Parece que a participante realmente procura corresponder, em um sentido mais amplo, às expectativas sociais. O esforço feito pela participante no sentido de corresponder a tais expectativas, no que se refere à reprodução de valores e crenças legitimados socialmente, torna-se mais explícito no decorrer da entrevista.

Nesse sentido, um exemplo que aparece em sua narrativa autobiográfica, e que se repete em vários momentos da entrevista, é a questão do respeito com que as pessoas com orientação homoerótica devem ter em relação às demais pessoas. É importante ressaltar que o termo, respeito, parece estar relacionado a uma atitude deliberada em não “chocar” ninguém, em manter a própria orientação homoerótica como algo privado, circunscrito a “quatro paredes” (linhas 394-398):

“É... tipo assim, hoje em dia, as pessoas colocam... que tudo tem que ser liberado. Eu não acho assim*, que como eu falei, a gente vive numa sociedade**... entendeu... é... onde você trabalha, você estuda, você... convive com as pessoas* e cada um tem... seu pensamento*. Então, só porque você é, num quer dizer, que você tenha que aceitar**. É onde que eu te falei, o lance do respeito* e eu não concordo com isso*...”*

Pela repetição freqüente desta questão do respeito em relação às demais pessoas, esta temática parece ter uma relevância pessoal para a participante. Além disso, esta

temática é freqüentemente associada a uma postura crítica, por parte da participante, em relação às atitudes de outras pessoas homossexuais. A argumentação da participante está relacionada à forma como ela percebe o que vem a ser a “sociedade”. Esta questão será, posteriormente, analisada na categoria temática “movimentos sociais, discriminação e transformação da sociedade”.

Após o seu primeiro relacionamento afetivo-sexual com uma mulher, a participante tentou “mudar” a sua orientação sexual: “E... quando a gente terminou... eu falei assim: não quero mais... é... quero tentar sair dessa*, né, como se fosse fácil, né, acabou isso aqui, não quero mais, pronto e acabou, não tem nada a ver comigo*” (linhas 130-132). Nesse período de sua história de vida, a participante namorou um homem, o que fez com que a sua mãe pensasse que a participante “*tinha... voltado ao normal*”(linha 142). Apesar de ter descrito o seu ex-namorado como uma pessoa carinhosa, prestativa, a participante afirma que não gostava realmente dele, que “*faltava alguma coisa*”(linhas 147-148). A participante afirma que não teve nenhuma relação sexual com este ex-namorado, em um sentido mais amplo, ela afirma que nunca teve uma relação sexual com um homem.

Após ter terminado o namoro e ter ficado um tempo sozinha, a participante, através de uma amiga que atualmente também é homossexual, começou a freqüentar os lugares gays da cidade para “decidir” o que ela realmente queria em termos de relacionamentos afetivo-sexuais (linhas 173-180):

*“Aí, eu cheguei a terminar o namoro com ele**. E... fiquei, assim, um tempo longe de tudo assim, eu me afastei, fiquei... mais, assim, pra mim, aí, foi quando essa amiga minha... apareceu e falou assim: olha, vamos começar a sair, talvez cê conheça, eu começo a sair com você... já que você não conhece ninguém do meio e tudo mais, pra ver se você quer isso* mesmo, se você não quer*... pra cê tomar um rumo na sua vida*. Aí, a gente começou a sair... e, por sorte, eu conheci um pessoal... é... muito gente boa*, no sentido de... porque esse meio é meio... é... as pessoas tem uma visão muito... perversa, no sentido do homossexual.”*

Foi a partir desse momento que a participante começou a ter contato com o universo gay em Brasília, bem como passou a ter relacionamentos amorosos apenas com mulheres. Nesse momento de sua narrativa autobiográfica, e em outros momentos da entrevista, a participante tece várias críticas ao “meio homossexual”. A participante, nesse sentido, apresenta uma relação bastante ambígua em relação ao universo gay em

Brasília. Por um lado, freqüenta os lugares *gays* da cidade, por outro lado, discorda de uma série de atitudes que, segundo ela, são comuns entre outras pessoas que também freqüentam o “meio homossexual”. Esta temática será analisada de forma mais aprofundada, posteriormente, na categoria temática: comunidade *gay*.

Como a narrativa autobiográfica da participante é bastante rica em relação a uma série de temáticas que são abordadas diretamente no decorrer da entrevista, a análise deste momento da entrevista (história de vida) será distribuída nas próximas categorias temáticas. Cabe ressaltar, por último, que a participante apresenta um estilo de construção da sua narrativa bastante inspirada nos seus diálogos com outras pessoas, ou seja, freqüentemente, a participante “traz”, para a sua narrativa, as vozes de uma série de pessoas com quem ela convive no seu cotidiano.

2) Questões de gênero

De acordo com a participante, as expectativas sociais diferenciadas para homens e mulheres está passando por um processo de transformação na atualidade. Apesar da relação entre homens e mulheres já ter sido mais desigual, a participante afirma que até hoje existe muito preconceito em relação às mulheres (linhas 431-444):

“Antigamente, a coisa era bem mais... é... é... mais firme em relação a isso, né, tinha muito precon, como ainda tem hoje* muito preconceito, mas antigamente tinha mais preconceito em relação a isso*. Homem... o papel do homem é esse*: você trabalhar, você pegar o sustento de casa, que não sei que e tal*. E pra mulher, era ficar dentro de casa, cuidando de filho e tudo mais*. Aí, teve essa... é... esse desenvolvimento todo, né*. Então, hoje em dia, acontece já muito preconceito*, ainda tem muito preconceito*. É igual quando eu vou... um exemplo, eu vou em oficina... de carro*, esse tipo, geralmente... quando a gente vai numa oficina, as mulheres vai e fica sentadinha lá, né*, mas num, numa sala de espera lá*, eu não, eu fico lá junto* e ainda perguntando pro cara, por que que ele tá fazendo aquilo*. Então, assim, você... já... as mulheres hoje em dia, já têm iniciativa* de... é... você não precisa de um... homem do seu lado* pra tá... trabalhando*, ou pra você tá morando sozinha*, ou alguma coisa desse estilo**, porque você mesma já pode... é... ter uma condição de vida*... sozinha*, apesar do preconceito que ainda tem em cima disso*.”*

Além do exemplo citado nesse trecho, a participante utiliza também outro exemplo para ilustrar a questão do preconceito em relação às mulheres na atualidade: o caso das mulheres em organizações militares, onde os homens têm patentes

hierarquicamente inferiores ficam “sem graça” quando têm que se referir a elas. O que, implicitamente, parece indicar uma dificuldade em lidar com mulheres em posição de comando, como se tais posições fossem adequadas apenas a homens. Quando as posições de comando são ocupadas por homens, não haveria estranhamento nenhum por parte dos oficiais em posições hierárquicas inferiores. Em poucas palavras, parece haver, de acordo com a participante, um certo constrangimento por parte dos oficiais militares, quando os mesmos estão sob o comando de uma mulher.

Questões de gênero parecem perpassar também a percepção que homens e mulheres têm sobre a questão da homossexualidade. Segundo a participante, os homens tendem a ser mais preconceituosos do que as mulheres em relação aos homossexuais masculinos: “*eu fico questionando também, porque que os, os homens, e os homens são bem mais preconceituosos*” (linhas 758-760). De acordo com a participante, tal atitude mais preconceituosa por parte dos homens pode ser observada a partir da tendência de “manter uma distância” em relação a outros homens que são identificados como *gays* (linhas 762-765):

“É... no sentido de... tipo, se um homem vai falar com um cara e ele nota que ele é um, um... homossexual*, ele já fica todo retraído*, fica jogando piadinha em cima*, que não sei que*, tal e tal. Às vezes, eu acho que é até uma forma de... como é que eu vou colocar assim... de... é... de num querer, manter uma distância**, entendeu?**”

A partir do trecho citado anteriormente, é possível levantarmos o seguinte questionamento: o que faz com que muitos homens assumam uma postura de distanciamento em relação a outros homens percebidos como homossexuais? Uma possível hipótese explicativa estaria relacionada ao receio (temor?) de ser confundido, pelas outras pessoas, com um homossexual, a partir de uma postura de maior proximidade com outros homens que sejam *gays*. E, como foi discutido na análise anterior (entrevista 5), ser confundido com um homossexual parece ser o maior contra-ideal de masculinidade em nossa sociedade, ou seja, “tudo o que um homem não deveria ser”.

Nesse sentido, não é de se estranhar o esforço contínuo realizado por muitos homens para manter nítida a “fronteira” que separa o seu espaço pessoal e do seu círculo de amizade de tudo e de todos que possam ser identificados com a homossexualidade. A delimitação desta “fronteira” pode assumir um caráter explicitamente discriminatório e, por vezes, bastante violento (basta pensarmos nos

inúmeros casos de espancamento de gays, inclusive no contexto escolar, como foi discutido na entrevista 5).

Cabe destacar que a participante apresenta uma concepção, no que diz respeito às relações afetivo-sexuais, que tende a enfatizar as diferenças entre homens e mulheres, assim como ocorreu na entrevista analisada anteriormente (entrevista 5). A discussão desta temática será realizada, posteriormente, na categoria temática “relações afetivo-sexuais”.

3) Movimentos sociais, discriminação e transformação da sociedade

Quanto ao movimento feminista, a participante não apresenta nenhuma vinculação pessoal com esta temática, como é explicitado em sua fala: “*Sinceramente (...) eu não não sou muito... é... eu não me ligo muito a essas coisas***. Então, assim, eu não sei o que seria, basicamente” (linhas 632-633). A pesquisadora, então, tentou avaliar quais seriam as primeiras associações da participante quando ela pensa em movimento feminista. Nesse sentido, a participante afirma que: “*Ah, são, acho que... é... (...) pessoas assim com o mesmo ideal, voltada ao mesmo ideal e... é... formando alguma coisa assim, pra ver se lutando em cima daquilo pra ver se dá certo**.” (linhas 636-638). Quando questionada sobre quais seriam estes ideais que norteariam o movimento feminista, a participante apresenta uma resposta bastante genérica: “*então, se lutando, assim, pra igualdade das coisas e tudo mais. Acho que seria por aí*” (linhas 641-642).

É interessante notar como, em oposição a outras temáticas abordadas na entrevista, a participante apresenta respostas bastante sucintas e genéricas no que se refere ao movimento feminista. O que parece refletir a sua postura de distanciamento em relação à essa temática.

Quanto ao movimento de defesa dos direitos dos homossexuais, a participante apresenta uma posição bastante ambígua. Por um lado, ela concorda com os objetivos maiores desse movimento social; por outro lado, apresenta uma série de restrições, como pode ser observado no trecho seguinte (linhas 648-660):

“Não, eu acho assim, todo movimento... é, é... tem um objetivo, né, logicamente*. Então... é... tipo, cada um tem seu ideal*, então... tipo, o movimento... os dois movimentos podem trabalhar por coisas diferentes*... né, vamos supor, o movimento homossexual, não tô falando que eu seja contra**, entendeu, com certeza... é, é... as pessoas querem se casar, querem... é... ter uma vida junto e tudo mais*, que as pessoas respeitem*

isso, concordo plenamente**, certo. Só que... eu vejo nesse tipo de movimento assim, é o que eu te falei, o lance da... do choque, eu não concordo com isso*. Eu não sei... pra algumas coisas eu sou muito careta*. assim... é... eles querem muita coisa assim de frente com, com as pessoas*. Tô falando... tudo bem que eles lutam assim, com lance de preconceito, concordo plenamente*, com... você quer... é... se casar com um cara, se casar com uma mulher e tudo mais, case, tenha filhos e tudo mais**, entendeu. Só que... eu não vejo essa coisa de você chegar e... poder tá, como acontece aí... é... nos Estados Unidos, esse ti, que é uma coisa liberada**. eu não vejo assim...”*

A participante, nesse sentido, não apresenta nenhuma vinculação pessoal com os movimentos feminista e de luta pelos direitos dos homossexuais. Quando a pesquisadora questiona a participante: “*Não é uma coisa que você fica pensando... né?*” (linha 676) A resposta da participante é sucinta, mas bastante ilustrativa da sua postura de distanciamento em relação a estes movimentos sociais: “*não, de forma nenhuma*”(linha 677).

A participante parece concordar com as reivindicações do movimento de luta pelos direitos dos homossexuais, mas discordar radicalmente das estratégias utilizadas por este movimento social. É interessante observar o quanto a participante se incomoda, em vários momentos da entrevista, com qualquer atitude pessoal ou coletiva (militância *gay*) que possa “chocar” ou “afrontar” as pessoas, sem, contudo, oferecer qualquer outra alternativa, em termos de estratégias concretas voltadas para a transformação social. O que nos faz refletir, por um lado, sobre a forte vinculação que a participante estabelece com valores tradicionais voltados para a manutenção social (inclusive ela afirma que, para muitas coisas, ela é “muito careta”). Por outro lado, questiona a concepção de que uma pessoa por ter uma orientação sexual discriminada socialmente, necessariamente, assumirá uma atitude progressista voltada para a transformação social.

Esta entrevista, portanto, é um ótimo exemplo de como é possível uma pessoa estar em uma posição discriminada socialmente e, ao mesmo tempo, defender certos valores e crenças tradicionais. Mesmo que tais valores e crenças estejam intrinsecamente relacionados aos mecanismos sociais de exclusão e discriminação da homossexualidade, como, por exemplo, o modelo tradicional de família que exclui qualquer outra possibilidade de arranjo conjugal e familiar, em termos de legitimidade social. O que se reflete, inclusive, na esfera jurídica, afinal, a união entre pessoas do mesmo sexo não é reconhecida como uniões conjugais legítimas pelas leis brasileiras.

Quanto à questão do que poderia ser feito para acabar com o preconceito e a discriminação por orientação sexual, a participante afirma, novamente, a importância de se ter respeito com as outras pessoas (linhas 769-776):

“Ah... deixa eu ver... é... o negócio é porque... é... tem muita gente, é o lance que eu sempre bato, esse lance de respeito de você tem com a pessoa, você, você só vai deixar de ter preconceito com alguma coisa, quando você conhecer**... certo, quando você vê que aquilo não é o que você pensa*. aí sim o preconceito, então, eu acho que assim, as pessoas tem que ter uma cabeça mais aberta* pra esse assunto*, pra esse tipo de assunto. E, ao mesmo tempo, as pessoas do meio, ter respeito com as outras pessoas também*, porque... é... tem muita gente boa, mas também tem muita gente que leva pro lado da putaria mesmo**.”*

A afirmação da participante, em tom imperativo (observe a ênfase na fala): “as pessoas tem que ter uma cabeça mais aberta*”. comporta a seguinte questão: como fazer isto? Esta questão, implícita à afirmação da participante, não é problematizada em profundidade por ela. O que realmente é problematizado pela participante, nesse sentido, é o papel da mídia. Segundo ela, a mídia tende a enfatizar “aquele lado pervertido da noite e não é bem por aí, porque que não mostra uma pessoa que já tá estruturada com outra, há 20 anos*, vamos supor**... que isso pode acontecer*, que tá trabalhando, que tá... Então, assim, mostra... mostra os dois lados”(linhas 784-786). Em outras palavras, a participante acredita que a mídia tende a reforçar uma visão pejorativa e preconceituosa em torno da homossexualidade.

Em relação à possibilidade de a participante contribuir, pessoalmente, para o fim do preconceito e da discriminação por orientação sexual, ela afirma que (linhas 793-800):

“Eu tento mostrar pra esse lado, que eu acabei de falar*, é... pras pessoas que me conhecem que sabe... que... tudo bem, que não são muitas que sabem que eu, que eu seja, entendeu?* Mas eu, eu tento mostrar esse lado... é... eu sou, mas... eu tento mostrar pras elas que eu sou isso... dentro de quatro paredes, ninguém tem nada a ver com isso*, tem eu e a pessoa com quem eu tô**... o restante disso, eu tô fazendo um... eu sou uma pessoa normal**, entendeu. Então, acho que é, que é por aí, através do respeito que você tem com a outra pessoa que você vai dando a seguri... a, a ... dando... é... segurança pra pessoa* ver que aquilo ali não é nenhum bicho de sete cabeças**... por aí.”*

É interessante notar a dissociação que a participante realiza entre a sua orientação sexual e as outras dimensões de sua vida, como se a sua orientação sexual fosse completamente circunscrita a “quatro paredes” (como ocorreu, por exemplo, na entrevista 4). Na realidade, a participante parece “afastar dos olhos” de outras pessoas as suas experiências homoeróticas, a fim de se apresentar socialmente como uma “pessoa normal”. Essa estratégia torna-se evidente na expressão utilizada por ela (observe a ênfase na fala): “eu sou, mas...”. Tal expressão traz em si a idéia de solicitação de desculpas pelo que se é, ou, em outras palavras, “sou homossexual, mas tenho uma vida normal”. O que, no final das contas, não se configura exatamente em uma estratégia de transformação social, uma vez que a própria concepção de que a homossexualidade é algo “anormal” é re-afirmada, implicitamente, pela própria participante. Parece que a adoção dessa estratégia, por parte da participante, constitui uma forma de “driblar” o preconceito e a discriminação, mas não de colocá-los em xeque.

De forma geral, a participante apresenta uma concepção de sociedade como algo externo, com seus valores e crenças que devem ser respeitados. Nesse sentido, qualquer atitude que possa gerar conflitos, ou quebrar essa pretensa “harmonia social” é criticada pela participante. A partir dessa concepção ampla de sociedade que tende a enfatizar a continuidade (e não a transformação) de valores e crenças, quais seriam as alternativas para alguém que apresenta uma identidade sexual não-hegemônica? Pelo discurso da participante, parece que as alternativas seriam: a) não explicitar a sua orientação sexual; b) quando a mesma é explicitada, fazer com que esta seja percebida pelos outros sociais como uma dimensão relativamente dissociada de si (algo circunscrito a “quatro paredes”) ou, então, como algo distante da crença difundida socialmente que associa a homossexualidade à “promiscuidade” (de forma coerente com os seus valores e expectativas em termos de relacionamentos afetivo-sexuais)

4) Comunidade gay em Brasília

Para a participante, o termo comunidade *gay* estaria associado aos lugares voltados para o público homossexual: “*uma comunidade gay é... pelo jeito que eu entendi aí... pra mim seria os ambientes apenas**” (linhas 1164-1165). Posteriormente, a participante fica na dúvida se o termo comunidade *gay* seria realmente apropriado para se referir aos lugares de diversão freqüentados por *gays*: “*Então, com certeza tem... lugares, não uma comunidade, alguma coisa... não sei se chamaria bem uma*

comunidade*” (linhas 1185-1186). O que parece realmente existir em Brasília, de acordo com a participante, são ambientes *gays*, como pode ser observado no trecho seguinte (linhas 1181-1184):

*“Então, quer dizer, as pessoas sabem que aquilo ali é um local** , como o Savana é um local, como tem a Garagem*. como tem... Beirute, já é uma coisa, já*... Beirute e Libanus já é uma coisa misturada, mas é... por ser... como é que fala, um lugar... tradicional, né** . Mas eu tô falando assim, tem lugares que é só esse público**.”*

É interessante observar a existência de fronteiras simbólicas que delimitam os espaços de diversão a partir da orientação sexual de seus frequentadores. Algumas vezes essas fronteiras são mais flexíveis, como observa a participante, em relação aos lugares de diversão “mistos”, outras vezes, tais fronteiras são mais rígidas, ou seja, apenas homossexuais frequentam determinados lugares de diversão. Obviamente, tais fronteiras simbólicas (*constraints*) não são explicitadas em forma de “placas de advertência”, como: “aqui só entra homossexuais”. São mecanismos muito mais implícitos que estão em jogo, como é ilustrado pela própria participante em relação à um bar *gay*, no Parque da cidade, o bar Barulho, observe o seguinte trecho do diálogo entre participante e pesquisadora (linhas 1168-1181):

Renata: *A gente foi no Parque*. aí, foi assim, engraçado, né, a gente tava sentada numa mesa, eu falei assim: esse bando de gente andando aqui no Parque, ninguém pára aqui, né? ** Então...*

Ana Flávia: *Ninguém pára aqui?*

Renata: *Ninguém pára no local, o, os... parque não tem o pessoal que fica andando...*

Ana Flávia: *Pelo parque?*

Renata: *É*... fica caminhan...*

Ana Flávia: *Ninguém pára no local, que local?*

Renata: *Ninguém pára, porque lá tem um, um bar, chamado Barulho...*

Ana Flávia: *Baru... ham, ham, ham, ham...*

Renata: *Certo?*

Ana Flávia: *Ninguém pára lá?*

Renata: *Ninguém pára lá*, se pára, é pra comprar uma água, alguma coisa, mas não fica** ... entendeu.*

É interessante notar, mesmo em um lugar de grande circulação de pessoas como é o caso do Parque da cidade, quando o bar é identificado como voltado para o público

homossexual, ele deixa de ser freqüentado por outras pessoas que não compartilham essa orientação sexual, ou seja, passa a ser freqüentado só por homossexuais. Este é um ótimo exemplo de como certas fronteiras simbólicas são tão eficazes, como qualquer fronteira “física”, na delimitação de determinados universos de convivência social. Afinal de contas, para alguém que está caminhando no Parque da Cidade, o bar Barulho pode estar tão próximo em termos de distância “física” como qualquer outro bar ou lanchonete do Parque. Contudo, o bar Barulho pode simbolizar um universo tão “distante” que muitos preferem não se aproximar.

Quanto à relação da participante com o “universo gay” de Brasília, a mesma é marcada por sentimentos bastante ambíguos. Apesar de freqüentar os lugares gays da cidade, a participante apresenta uma série de restrições às outras pessoas que também freqüentam esses lugares, como é explicitado nos trechos seguintes (linhas 1196-1201 e linhas 1209-1218):

*“Eu freqüento bastante**... Até um tempo atrás, eu não freqüentava não*... é... porque eu acho assim... quando você tá num relacionamento... você, andar muito no meio, isso prejudica um pouco, porque... é muita gente infernizando*. no sentido assim de... parece que as pessoas não podem ver que você tá bem*... que... é um lance... sei lá... de, não sei se, se seria uma palavra legal de se, se colocar, uma inveja*, alguma coisa assim*”*

“Aí... eu chego, assim, eu começo a conversar com a pessoa, aí, ela começa a me falar que tá com problema daquilo, problema... é, é engra... você... conta nos dedos as pessoas*... que nesse meio, não tem problema com alguma coisa*, tudo bem, vamos falar assim que**... no... é... em qualquer lugar que cê vá, num tem... mas são problemas assim, que eu te falei, de estruturação de família, de coisas assim*, tem muita gente, muita, não é pouca**. Então, você sente que as pessoas não são... felizes, vamos colocar assim**... e é uma das coisas que eu me questiono em relação a isso, por isso que eu falo assim, que às vezes tem gente que tem convicção daquilo que quer*, mas, às vezes, tem gente que tá procurando**... tem gente que tá ali, porque tá perdido**.”*

É curioso observar como a participante apresenta uma visão pejorativa em relação ao “universo gay”, formado por muitas pessoas que, segundo ela, são invejosas, infelizes, “perdidas” na vida. Contudo, a participante continua freqüentando tais lugares e convivendo com tais pessoas, mesmo que, atualmente, por estar namorando, a

participante tenha procurado se afastar um pouco. O que nos faz questionar: por que a participante continua freqüentando tais lugares?

Apesar de a participante não explicitar, em seu discurso, quais seriam as suas motivações para freqüentar os lugares gays da cidade, é possível pensarmos que outras questões, além do simples “gostar ou não gostar”, estão em jogo quando se trata de participar do universo gay em Brasília. Em outras palavras, parece que os lugares de diversão voltados para o público gay em Brasília são freqüentados por pessoas que não necessariamente gostam de tais lugares. Seria uma espécie de imposição entre aqueles e aquelas com uma orientação homoerótica? (Como é defendido por outro participante, na entrevista 4). Ou esta seria a única alternativa percebida como viável por muitos homossexuais para não se sentirem isolados? De qualquer forma, a expansão de lugares voltados para o público homossexual em Brasília parece cumprir outras funções além da simples diversão.

5) Gênese e desenvolvimento da orientação sexual

Quanto à questão se a orientação sexual é definida desde o nascimento ou se é construída no decorrer da vida, a participante acredita que a mesma é construída a partir das experiências vivenciadas pela pessoa (linhas 476-486):

“Olha... é uma perguntinha meio difícil... porque... eu não, eu diria assim que poderia ser uma coisa construída*... porque... é... a gente já nasce, tudo bem a gente tem aquela postura da família, tudo mais e tal*, então, já tem aquele, aquele dogma pronto, né, vai ser ... mamãe vai casar com papai*, ter filho e tal**... pronto e acabou. Só que, às vezes, você... é, é... nasce... é... tem essa orientação*, né, só que vai chegar uma hora que você vai ver que não é bem por aí. Pra mim, as coisas acontecem*... pra mim, assim, nada é... eu tenho isso comigo, nada é coincidência, tudo é providência*. Então, se você ... é... é a vida que vai te ensinando, é a experiência que você vai tendo* que vai formulando aquilo que você quer*, que você não quer*, o que você quer, você deixa, deixa pra um lado*... é isso, é isso tipo de coisa*. Então, pra mim assim, não é coisa de nascimento...”*

A participante, posteriormente, reafirma o quanto esta questão é complexa (“bastante difícil”) e alega que, na realidade, a orientação sexual pode tanto ser definida desde o nascimento como construída no decorrer da vida (linhas 544-551):

“as pessoas que... que... já tem aquele porte, já... já desde de, de... assim, da, da sua adolescência, sabe o que é... como eu tenho um amigo meu, que... ele é, ele é*

homossexual, só que ele nunca ficou com ninguém, nunca, ele fala assim: Renata, eu sou*... mas... é... pelas características dele, pelo jeito dele e tudo mais. Então, até quando você me perguntou a respeito assim... você acha que já nasce?* É uma pergunta bastante difícil, porque... é, é... as coisas são... são... pode ser... ser efeito das duas coisas*.”*

O exemplo, citado pela participante, de um amigo que mesmo sem ter tido nenhum contato homoerótico se considera homossexual é bastante ilustrativo. Em outras palavras, no estudo das identidades sexuais não-hegemônicas não devemos considerar apenas o comportamento sexual propriamente dito, mas principalmente a forma como cada sujeito singular dá sentido a sua orientação sexual. Assim, quando utilizamos a expressão vivências homoeróticas pretendemos abarcar não apenas as experiências homoeróticas propriamente ditas (relações afetivo-sexuais com pessoas do mesmo sexo), mas também outras dimensões, como, por exemplo, o desejo e a atração sexual por pessoas do mesmo sexo.

Quanto ao questionamento se as pessoas “descobrem” a sua orientação sexual ou se, “no fundo”, elas sempre souberam, a participante se mostra bastante relutante. Em outras palavras, ela acredita que o fato de “descobrir” ou, no “fundo”, ter consciência da própria orientação sexual, dependerá da história de vida de cada pessoa (linhas 851-865):

“Olha, depois que a gente tá no meio... é que a gente começa a ver certo tipo de coisas que acontecia lá atrás, porque até então, a gente num, num, num se passava pela cabeça, neste sentido, sabe. Porque que gostava tanto de ficar mais com... tipo assim, você se sentia mais a vontade com suas amiguinhas de quarta, quinta série*... esse tipo de coisa assim*... é... tipo, será que eu gostava de, não sei se tem alguma relação*, entendeu, mas muita gente coloca isso: ah, gostava muito de jogar bolinha de gude*, de carrinho, mas não sabia porquê*. Eu não sei se isso tem alguma ligação com isso*, mas muita gente coloca* é... ah, agora eu sei porque que eu gostava de fazer aquilo e tudo mais e tal. Mas... é... eu não sei se... você colocar como assim: ah, agora eu sei... é... é... eu já era e não sabia**, porque pode ser uma coisa assim, o que você gosta de fazer, é a mesma coisa, eu gosto de jogar basquete, mas nem por isso, tem muitas, tantas outras pessoas que gostam de jogar basquete e não são**...entendeu. Não sei se opção, a opção que você teve tem alguma coisa com... eu sempre soube que eu sou*. Tem gente que realmente, se você for olhar coisas que aconteceram, tudo bem, pode afirmar isso, mas tem outras que não. Eu vejo assim*.”

Apesar de a participante concordar que muitas pessoas com orientação homoerótica utilizam a expressão: *“ah, agora eu sei porque que eu gostava de fazer aquilo”* para re-interpretar eventos passados, ela acredita que não é possível afirmar que todas as pessoas, no “fundo”, sempre souberam de sua orientação sexual. Nesse sentido, o exemplo utilizado pela participante em relação ao fato de gostar de jogar basquete ilustra de forma interessante a sua argumentação. O que nos faz refletir sobre a necessidade de adotarmos sempre uma perspectiva de causalidade sistêmica quando pretendemos compreender o desenvolvimento humano. Afinal, como afirma a participante, não é pelo fato de gostar de jogar basquete e ter efetivamente jogado durante toda a sua adolescência, que faz com que todas as suas amigas que também jogavam tenham seguido o mesmo caminho em termos de orientação sexual.

Da mesma forma, poderíamos questionar: será que todas as mulheres que gostavam, por exemplo, de brincar de carrinho na sua infância, tornaram-se homossexuais? A questão pode parecer banal, contudo, é a partir de exemplos como este que as pessoas buscam, em seu passado, indícios que comprovem que “sempre foram homossexuais”. A partir de exemplos como este, as pessoas podem tecer uma argumentação que torna possível vislumbrar, no final, uma imagem de continuidade em relação à sua própria orientação sexual.

Quanto à história pessoal da participante, à sua primeira experiência homoerótica, os sentimentos vivenciados, o momento em que ela ingressou no “universo gay”, tais questões já foram analisadas anteriormente, na categoria temática “história de vida”.

6) Crenças sobre a homossexualidade e classificação das orientações sexuais

Em relação à crença difundida socialmente de que em uma relação afetivo-sexual entre homens ou entre mulheres deve existir sempre alguém que cumpre o papel masculino e alguém que cumpre o papel feminino, a participante acredita que existem casais que norteiam suas ações a partir desta divisão de papéis, contudo, ela não se identifica com essa divisão (linhas 682-695 e linhas 697-700):

“Eu acho totalmente errado. Porque... apesar que, não sei em relação aos homens, né*, porque geralmente eles brincam com... ah, eu sou passivo, eu sou não sei que e tal*. Em relação a homens com homens, geralmente, realmente eu não sei* como que é o papel em si. Mas pra mim, eu tenho... eu tenho umas experiências legais a respeito disso, porque... eu já tive, eu já tive assim, casos que... pessoas não, que não*

aceitavam que eu as tocasse, só que eu acho que aí, tipo assim: eu sou super ativa**... né, então, tipo assim: eu que faço tudo e você não pode fazer nada*. Então, eu gosto muito de conversar com, com a pessoa em relação a isso, porque eu acho que se você tá com uma pessoa, você não é o homem, você não é a mulher*, você tem que... dar e receber*. no sentido assim, de... é... da mesma forma que você se sente atraída, ela também se sente*. Então, não é, não é só... isso é o, o egoísmo da pessoa*... é... você tá querendo satisfazer os seus desejos, não sei nem se os desejos é a forma correta de se expressar*. Então, tem muita gente que chega assim: ah, eu sou a ativa da história, sou a passiva...”*

“Eu sou a ativa da história, eu sou a passiva... quanta gente já me perguntou isso, eu falei assim: ah, gente, eu não sei, porque às vezes eu sou ativa, eu sou passiva, eu sou o que você quiser aí, pode colocar*. Então... é... eu não vejo muito por aí*, tipo, eu vejo o lado da... da satisfação em si*, o laço em si*”*

Entre as entrevistas analisadas com mulheres (entrevistas 1, 5 e 6), esta foi a única em que foi problematizada a divisão entre papéis masculino e feminino nos relacionamentos homossexuais, a partir da crítica das categorias de atividade e passividade nas relações sexuais. Nesse sentido, é interessante observar, a partir da fala da participante, como as categorias de atividade e passividade sexual perpassam também os diálogos travados entre mulheres homossexuais e não apenas nos círculos formados por gays masculinos.

Cabe destacar que esta categorização baseada na passividade e atividade sexual é profundamente articulada com uma perspectiva de gênero essencialmente polarizada, ou seja, em um pólo teríamos a associação entre papel feminino e passividade, em outro pólo, a associação entre papel masculino e atividade (esta questão foi discutida de forma mais aprofundada na análise da entrevista 3). Para a participante, essa divisão dicotômica não faz sentido, pois a sua percepção de relacionamento afetivo-sexual é baseada no que ela denomina de cumplicidade entre as duas partes envolvidas: “o negócio não é você ser totalmente passiva*, você ser totalmente ativa e sim uma cumplicidade entre as pessoas**” (linhas 710-711).

A participante discorda também da atitude “masculinizada” que ela percebe que muitas mulheres homossexuais assumem. Assim, como na análise anterior (entrevista 9), é possível observar, a partir do discurso da participante, processos identitários marcados pelo distanciamento e a negação de outros grupos sociais que também fazem

parte do “universo gay” em Brasília, no caso, outras mulheres homossexuais com estilo mais “masculinizado”. É importante ressaltar que tais processos identitários não envolvem apenas uma dimensão cognitiva (uma opinião racionalizada), mas também a dimensão afetiva (sentimentos de revolta, raiva), como transparece na seguinte fala da participante (linhas 932-935):

“Ah, não, é muito, é porque eu fico revoltada com as meninas que eu vejo, assim... sabe esses, esses bermudão Bad Boy da vida que você dá vontade de pegar a menina assim, puxar a bermuda dela*, então, assim, aqueles menininhos*, os menininhos da vida*”*

Quanto à questão da classificação das orientações sexuais (homossexuais, bissexuais e heterossexuais), a participante afirma que nunca pensou sobre esta questão: *“Hum... homo, bi e hetero, eu nunca pensei em relação a isso (...) É uma classificação como... é (...) é engraçado isso, porque... eu nunca tinha pensado (risos)”* (linhas 803-804). É interessante observar, portanto, como certos termos podem ser utilizados frequentemente no cotidiano sem, no entanto, serem questionados ou problematizados, mesmo quando esses termos são utilizados, inclusive, para se auto-definir. Nesse sentido, o que é realmente questionado pela participante é a condição bissexual, assim como na maioria das entrevistas analisadas. Inicialmente, a participante afirma que a classificação em si não importa para ela, porque o mais importante é que são pessoas. Posteriormente, ela associa o comportamento dos bissexuais a uma indecisão pessoal. Para a participante é muito difícil conceber uma pessoa que seja bissexual por “convicção”. Parece, portanto, na opinião da participante, que todos devem “decidir” por um dos lados: por mulheres ou por homens. (linhas 814-818):

“É... eu não tenho esse, esse lance de... apesar que, às vezes, eu pego, quando eu tô [?], eu pergunto pra pessoa: o que ela sente? Porque eu acho que isso aí, já seria mais assim, a convicção do que a pessoa seje. do que a pessoa realmente... é... quer pra ela*. Porque eu acho que uma pessoa bissexual, ela num... num sabe o que ela quer ainda da vida*, eu acho.”*

Em relação à forma como a participante prefere que outras pessoas se refiram à sua orientação sexual, ela afirma que detesta o termo “sapatão”: *“detesto esse termo*. acho ele* muito pesado*, uma coisa assim: nossa, que sapatão.”* (linhas 837-838). Por outro lado, ela não se incomoda com os termos: entendida, lésbica, homossexual.

7) Relações sociais (família, escola, trabalho, amizades)

Quanto à relação da participante com a sua família, ela apresenta a sua família, no início da entrevista, como uma família “estruturada”, de forma coerente com o modelo familiar “bem visto” socialmente: “*A nossa família é uma família estruturada, completamente estruturada*... não tem pais separados*” (linhas 328-329). Nesse momento inicial, a participante descreve os seus pais a partir de características genéricas associadas ao papel materno (espaço doméstico) e ao papel paterno (espaço público: trabalho). A dimensão relacional, ou seja, como são as relações entre os membros da sua família, não é explicitada nesse momento da entrevista: “*eu tenho um pai que não bebe, que não fuma, que... só trabalho, só trabalhar, uma mãe que vive dentro de casa que é maravilhosa, meu irmão*... o único vício dele é cigarro**” (linhas 324-326).

Em um momento posterior da entrevista, quando questionada pela pesquisadora sobre a sua relação com cada membro de sua família, a participante afirma que (linhas 1132-1146 e linhas 1150-1154):

“Lá em casa, é assim... é uma coisa... é uma família bem estruturada, que eu te falei, só que diálogo não tem muito, certo, porque... é... é o lance de choques, de você chega, sempre te... é, é... tipo, de cobram* pra ficar em casa e tudo mais. Só que é uma coisa que eu não faço, eu sou uma coisa assim, eu sou muito, eu não consigo ficar dentro de casa*. Então, ou eu tô mexendo com alguma coisa de igreja, ou então, tipo, eu tô trabalhando, aí... o tempo que eu tenho pra... ver a Denise durante a semana, vamos supor, é ir deixá-la em casa*. Então, eu saio do serviço e vou... deixá-la em... Taguatinga, e assim, correndo*. Então, quando eu chego em casa é o que? 10, 11 horas da noite, ele... eles já tão dormindo*. Aí, de manhã, eu saio 7:30...* da manhã*. Então, é aquela coisa assim, então, há cobrança no sentido de... de ter... alguma coisa em casa, de, de* ficar em casa, de conversar*, de... só que quando a gente tá... tá em casa, assim... é... começam as cobranças, né*. Aí, eu... tipo assim, você já passa um, um, uma semana já com a cabeça* a mil*, aí, se você ficar em casa, se quer desco... é, é... descansar e tudo mais, mas fica aquele...* blá, blá, blá, blá. Aí... eu evito, aí, eu começo a...* arrumar coisa pra fazer*...”*

“É... com meu irmão e com meu pai também... é a mesma coisa, a gente... tem uma barreira de diálogo entre a gente, eu acho que... é, é o único problema que tem dentro de casa*, no sentido assim, de você ter a liberdade de chegar, eu não tenho a liberdade de chegar ... e abraçar a minha mãe*, eu sinto uma barreira muito grande em fazer **.”*

É interessante observar como a sua família, quando vista mais de perto, a partir das relações concretas que são estabelecidas entre seus membros no cotidiano, parece romper totalmente com a imagem de “família estruturada” apresentada, inicialmente, pela participante. Na realidade, parece que a sua família é tão “estruturada”, ou seja, tão cristalizada nos papéis sociais (de mãe, de pai, de filhos) que não há muito espaço para uma dinâmica familiar mais fluída, mais espontânea, inclusive em termos de manifestação de afeto.

É curioso observar também como a participante afirma, logo no início da entrevista, “*tipo família, eu considero bastante*” (linha 9) e, por outro lado, procura evitar de todas as formas possíveis a convivência com a sua família. Parece, nesse sentido, que a participante tem uma forte vinculação com os valores familiares, com o modelo tradicional de família. Contudo, a sua vinculação com a sua família, de forma específica, não é uma relação percebida como prazerosa, pois ela se sente constantemente cobrada em relação a uma série de expectativas dos seus pais. Nesse sentido, a participante se sente pouco à vontade quando está no contexto familiar.

O que parece sugerir o quanto o olhar da participante é marcado por uma perspectiva que tende a focalizar o quanto a sua família corresponde (ou não) às expectativas sociais, muito mais do que a qualidade das relações que estão em jogo. Portanto, o fato de não haver diálogo, nem manifestações de afeto na sua família é percebido pela participante como o “*único problema*”, ou seja, esta parece ser uma questão menor diante do fato de ser uma “família estruturada”. Mesmo que esta dimensão relacional, no que se refere à sua família, não tenha sido o foco privilegiado em seu discurso, a participante gostaria que as relações fossem diferentes, que fosse superada essa “barreira”: “*É uma coisa assim, que eu tô procurando... vê se eu consigo... quebrar esta barreira*, mas tá sendo difícil** É por aí*” (linhas 1157-1158)

No que se refere à forma como a participante lida com a questão da sua orientação sexual em suas relações sociais (família, trabalho, amigos), a participante não explicita a sua orientação sexual para as pessoas heterossexuais, com exceção de duas pessoas amigas com quem a participante falou sobre este assunto. De acordo com a participante, as pessoas que apresentam uma orientação homoerótica devem aprender a “*encaixar as coisas e separar*” (linha 203), ou seja, devem dissociar a sexualidade de sua vida social. Nesse sentido, a participante acredita que as pessoas com orientação homoerótica, em um sentido geral, não deveriam explicitar a sua orientação sexual, a

fim de não “chocar” as outras pessoas que não compartilham a mesma orientação sexual e que, portanto, podem se sentir desrespeitadas (linhas 199-206 e linhas 1112-1119):

*“É, no mundo gay**, porque as pessoas... é... tem muitas gentes... é... muitas pessoas que querem chocar* a sociedade*. Tipo eles não pensam que eles... vivem numa sociedade, onde trabalha... querendo ou não querendo você tem que conviver*. Então, você trabalha, você estuda, você tem amigos, você tem... é.... parentes, tem tudo*. E... eu acho assim, que você tem que saber... encaixar as coisas e separar, acho que... é o respeito que você tem que ter com você e com a outra pessoa que tá... do seu lado, que tá... porque ao mesmo... é... o lance da homossexualidade, pra mim, é uma coisa de sexualidade em si*, né*.”*

“Assumir, eu nunca assumi. assim... assumi pra mim mesma**, certo? Mas pra você chegar e falar, chegar prum... você tá com uns amigos e tudo mais e falar assim, ah, chega um cara, tipo um cara te cantando, querendo... ficar contigo: ah não, não tô afim não, eu gosto é de mulher. Num chego pra falar isso não*, entendeu?* Você, eu acho que você não precisa assumir pras outras pessoas*, tem que assumir pra você mesma**. Esse lance de você falar assim: ah, eu assumo pra quem eu quiser, pra mim isso é... besteira***. Aí, cai naquele lado que eu te falei... o lance de você ter respeito com a pessoa que tá do seu lado*.”*

Pela repetição, em vários momentos da entrevista, da questão do respeito para com as outras pessoas, parece que esta questão apresenta uma relevância pessoal para a participante. Nesse sentido, é possível questionarmos: até que ponto a atitude da participante em preservar os outros da possibilidade de se sentirem desrespeitados pela revelação de sua orientação sexual não significa, em última instância, preservar a si própria de qualquer julgamento alheio? Em poucas palavras, preservar o outro para preservar a si própria parece ser a principal estratégia utilizada pela participante para lidar com a sua orientação sexual em suas relações sociais.

Uma questão que merece ser analisada é a relação da participante com o Catolicismo, considerando a importância que ela confere à sua crença religiosa em sua vida. De forma mais específica, no que se refere à conciliação entre a sua prática religiosa e a sua orientação sexual, a participante afirma que (linhas 295-308):

** geralmente, eu vou pra me confessar, esse tipo de coisa e tal*, só que eu nunca cheguei... é... já cheguei pra um padre e já falei com ele a respeito da minha orientação e tudo mais, ele disse... teve várias perguntas, né*, ... é... por que que eu andava nesse meio, que não sei o que*... esse tipo de coisa. Aí, a partir daí, eu pensava assim: gente... eu tô fazendo mal a alguma pessoa?* Tudo bem que a igreja tem seus dogmas, tem suas leis, se você quiser tá lado dentro, você tem que seguir*... Só que... eu coloquei assim pra mim: é... na igreja, como... Deus fala assim: pra você doar amor, pra você receber, é aquela coisa carinhosa, aquela... você tá com uma pessoa, você não tá desejando mal nenhum a ela*, você tá dando carinho, se a pessoa precisa... é... de al... você tá ali*, pra ajudar*, cê não tá com nenhum intuito de fazer algum mal*, por que que isso é errado?*... Entendeu? E... é... eu vejo muito por aí*, eu coloco as coisas muito por aí. Então, eu comecei a... a ver da seguinte forma: eu vou na igreja pra... fortalecer esse lado espiritual que eu tenho*, porque eu sinto falta*, se ele tá mal, eu tô mal*...”*

É interessante observar os caminhos trilhados pela participante para conciliar algo que, a princípio, seria irreconciliável: a sua orientação homoerótica e a sua prática religiosa. A própria participante tem consciência que, em termos institucionais, a Igreja Católica é radicalmente contrária à homossexualidade: “*Tudo bem que a igreja tem seus dogmas, tem suas leis, se você quiser tá lá dentro, você tem que seguir**”. Contudo, a participante realiza uma espécie de dissociação em relação à dimensão institucional da igreja (“Só que...”) para introduzir em sua argumentação a sua visão teológica pessoal, em que os seus relacionamentos homossexuais são interpretados a partir de uma ótica que privilegia uma das virtudes cristãs, a caridade, ou seja, o ato de se doar para o outro, de procurar ajudar, fazer o bem ao próximo e não fazer mal a ninguém. Desta forma, sem questionar diretamente os dogmas e a hierarquia da Igreja Católica, a participante consegue, a partir de sua leitura teológica pessoal, abrir uma brecha, um espaço para si mesma na Igreja.

O exemplo da forma como a participante procura conciliar, pessoalmente, a sua orientação sexual com a sua prática religiosa, nos faz refletir sobre os “malabarismos” realizados pelas pessoas que apresentam uma orientação homoerótica e são vinculadas à religiões que oficialmente - através de seus dogmas, leis e fundamentos teológicos - condenam a homossexualidade.

8) Relações afetivo-sexuais

Quanto às relações afetivo-sexuais entre os casais heterossexuais e os casais homossexuais, a participante diferencia tais relações a partir da questão da infidelidade (linhas 1046-1049 e linhas 1051-1058):

“Olha, pra mim, acontece... em todos os lugares. certo? Porque infidelidade se tem em tudo que é lugar*, só que eu acho que em casal... de homens acontece mais*, por ser... é... é... como é que fala... por... por... me fugiu a palavra... por ser o ... por ser do, do... me fugiu a palavra [???]... por ser a natureza dele*.”*

“Porque se você vê numa, num casal hetero, vamos dar um exemplo assim, quem trai mais: o homem ou a mulher? Tudo bem que hoje em dia... o negócio tá feio, mas geralmente o homem, tem mais... aquela coisa assim... aquele fogo, aquela coisa animal, vamos supor*, entendeu. E... dois homens juntos então, num tô falando que existe pessoas que sejam... mas a maioria de incidência... a, a ... acho que o percentual maior tá no casal de homens*, de heterossexuais homens do que de mulheres*, mulheres também rola muita putaria, dependendo da mulher, com certeza*, que seja*, entendeu, mas pra mim, a, a percentagem maior é... é... no casal com homens.”*

Como pode ser observado nos trechos anteriormente citados, a participante não focaliza exatamente as diferenças entre os relacionamentos heterossexuais e os relacionamentos homossexuais, mas sim a distinção, percebida por ela, entre homens e mulheres no que tange à questão da infidelidade. Nesse sentido, as diferenças entre tais relacionamentos é abordada em um segundo plano, ou seja, nos relacionamentos homossexuais entre homens existiria uma incidência maior de casos de infidelidade do que nos relacionamentos heterossexuais, porque, seguindo a lógica da participante, seriam casais formados por dois homens, o que aumentaria a probabilidade de ocorrer casos de infidelidade.

É interessante observar, também, como a participante distingue essencialmente a sexualidade masculina em relação à sexualidade feminina. Nesse sentido, a sexualidade masculina seria “*aquela coisa assim... aquele fogo, aquela coisa animal*”. A percepção da participante parece estar articulada com uma série de significados culturais que aproximam a sexualidade masculina das forças “descontroladas da natureza”, ou seja, uma sexualidade mais próxima da animalidade. Em um sentido inverso, de forma implícita no discurso da participante, a sexualidade feminina seria mais próxima das normas culturais, mais controlada, mais racionalizada.

Não deixa de ser curioso, como tanto a sexualidade feminina como a sexualidade masculina se constituem a partir de contextos culturais estruturados, contudo, a sexualidade masculina é percebida como mais “imune” ao controle social e, portanto, mais próxima aos “instintos animais”. Este raciocínio parece esquecer o quanto o processo de socialização dos meninos é marcado, desde a tenra idade, pela forte associação entre masculinidade e virilidade, sendo que até um certo “descontrole” em relação à própria sexualidade é bem vista socialmente. O que, em um sentido inverso, é bastante problemático em relação à sexualidade feminina. Afinal, uma mulher com uma sexualidade “descontrolada” não é vista como uma mulher “viril”, mas sim como uma mulher “promíscua”, o que, certamente, não é uma atributo desejável socialmente. Portanto, a partir da perspectiva adotada no presente estudo, é impossível dissociar a sexualidade dos significados culturais. Não existiria, nesse sentido, uma sexualidade “mais natural” e outra sexualidade “mais cultural”.

Quanto às relações afetivo-sexuais entre homens e entre mulheres, a participante acredita que tais relações são bastante diferentes, pois haveria uma maior cumplicidade nas relações entre mulheres (linhas 1061-1068):

“Acho que tem uma cumplicidade maior entre mulheres, é uma coisa mais... eu não sei se... é... é uma coisa totalmente diferente, eu acho**... assim, no sentido de... de carinho, de... não tô falando que dois homens não sejam carinhosos, porque eu não tenho a mínima idéia, num cheguei a... mas... eu não sei, eu acho que a cumplicidade da coisa, eu acho que você se envolve mais**, acho que tem um envolvimento maior, acho que tanto que... você tem um envolvimento maior... que quando vocês termina, quando a gente termina, é uma coisa até mais difícil*, não sei, eu tô falando isso, assim... dos relacionamentos que eu tive*”*

Cabe destacar que, em todas as entrevistas analisadas com mulheres (entrevistas 1, 5 e 6), a questão da proximidade ou da cumplicidade são mencionadas como características definidoras das relações afetivo-sexuais entre mulheres. É interessante notar como tais relações são percebidas pelas participantes a partir de uma perspectiva que tende a enfatizar o vínculo afetivo e/ou a identificação intra-gênero (a concepção de que as mulheres são “mais parecidas” entre si). Entre as entrevistas analisadas com homens (entrevistas 2, 5 e 6), houve uma maior heterogeneidade de opiniões em relação a esta temática.

Em relação à questão das relações afetivo-sexuais, em um sentido amplo, a participante se mostra bastante incomodada com o que ela percebe como uma atitude “promíscua”, descompromissada por parte da maioria das pessoas na atualidade e, de forma mais específica, das pessoas que participam do “universo gay” em Brasília (linhas 985-989 e linhas 1016-1022):

“as pessoas desse meio... eu falo, as pessoas de hoje em dia, elas pensam muito no presente*. elas pensam muito assim na, na virilidade da pessoa*, elas pensam muito na quantidade*. tipo assim: ah, fiquei com você hoje, vou ficar com... * fulano ho, amanhã, com cicla, e não pensa numa coisa duradoura*. um relacionamento mais firme”*

“Então... é... você chegar assim e você vê... que as pessoas, hoje em dia, tão ali mais pra curtir mesmo, é curtição, e não pra se ter alguma coisa séria*... é... vamos colocar um exemplo de... casais de namorados, tudo bem que no lado hetero tem muito lance de infidelidade*, né, e... no casal... no, no, em relação a... a ... aos casais... de homossexuais, não falo tanto mulher*. mas apesar que tem bastante, mas os homens em si*... é... eu acho uma coisa de louco*... é muita promiscuidade junta, é muito assim... num falo que tem*... seus casais certinhos e tudo mais e tal, mas é a minoria*...”*

A questão da “promiscuidade” associada, pela participante, principalmente ao “universo gay”(com ênfase nas relações afetivo-sexuais entre homens) é algo que a incomoda profundamente. Nesse sentido, em vários momentos da entrevista, ela critica o que ela considera como uma atitude “promíscua” nas relações afetivo-sexuais de outras pessoas. Este incômodo é tão arraigado na participante, assim como o seu desejo por ter relacionamentos estáveis e duradouros, que ela já se questionou: “*será que... que eu tando nesse meio, eu vou arrumar uma pessoa legal e tal pra ficar comigo até... * bater as asinhas**, um exemplo**... ou será que eu vou ter que casar pra ter*” (linhas 1003-1005).

Portanto, a participante nutre a expectativa de construir, em sua vida, um relacionamento amoroso estável e duradouro. Tal expectativa é algo estruturante da forma como a participante se posiciona, em termos atuais e prospectivos, no que se refere às relações afetivo-sexuais (linhas 978-985):

“Tanto que há um bom tempo atrás... um bom tempo atrás não, que de vez em quando eu ainda penso nisso... imagina, assim, você... eu sou o tipo de pessoa que eu penso muito lá na frente, eu quero construir uma vida com uma pessoa, quero ter a minha casa, penso em ter um filho**. É... só que, ao mesmo tempo, às vezes, eu tô numa festa assim,*

nas festas do meio mesmo, aí, eu vejo aquela senhora com o cachorrinho na mão, aquelas velhas, coroa assim. O que que tem de, de companhia prá ela? Um cachorrinho, né. Eu falei assim: gente, eu não quero um negócio desse prá mim*...”*

9) Relações consigo mesma

No decorrer da entrevista, a participante, para expressar a sua opinião pessoal sobre as temáticas abordadas, utilizou bastante os seguintes recursos: a) trazer para a sua narrativa os diálogos travados com outras pessoas, ou seja, as múltiplas vozes presentes em seu cotidiano; b) exemplificar, através das atitudes e comportamentos alheios, o seu posicionamento pessoal. É importante ressaltar que estes recursos foram utilizados principalmente quando a participante discordava das posições e atitudes assumidas pelas outras pessoas. Isso torna-se explícito no seguinte trecho (linhas 314-321):

“Todo mundo me pergunta: Renata, como é que você consegue fazer... você sendo homossexual, como é que você consegue tá dentro da igreja? Eu falei assim: porque se eu tivesse fora era pior**”. Você pode ver que... nesse meio, é muito difícil você ver... as pessoas com uma família estruturada*, geralmente, é pais separados, geralmente é uma família que tem... é... um irmão tá preso, tá brigado*... é... a pessoa que não fala com o pai ou que não fala com a mãe... é... e eu não tenho nada disso*.”*

Parece, portanto, que a relação que a participante estabelece consigo mesma é muito marcada pela comparação com a opinião, as atitudes, os valores de outras pessoas, principalmente quando essa comparação reforça a percepção que a participante tem de si mesma, bem como dos seus valores e crenças. É curioso observar, nesse sentido, como a situação de entrevista, onde o foco seriam as opiniões pessoais da participante, foi vivenciada por ela como uma situação menos confortável do que as situações em que ela está na posição de questionar os outros: “*você senta para conversar com uma pessoa, eu sou muito de questionar as pessoas***, é mais fácil eu questionar as pessoas do que eu tá respondendo (risos)” (linhas 1201-1203).

É interessante notar que essa atitude da participante em gostar de questionar os outros, algumas vezes, é interpretada pelas outras pessoas como uma atitude invasiva: “*tanto que as pessoas falam assim: Renata, mas você... você gosta de, de saber da vida dos outros, né?**” (linhas 1203-1204). Para a participante, a sua atitude questionadora em relação à vida das outras pessoas é interpretada por ela como uma manifestação do seu desejo de querer ajudar os outros, de querer se “doar” para outras pessoas: “*acho*

*que a gente tá nesse mundo assim, pra gente... se doar as outras pessoas**” (linhas 11-12). Essa interpretação é coerente com a sua crença religiosa (Catolicismo). Em outras palavras, o papel fundamental que “o olhar para a vida dos outros” cumpre na relação consigo mesma, no sentido de reforçar os próprios valores e crenças da participante, é condizente com a atitude “catequisadora” comum entre as igrejas cristãs. Afinal, são os “outros” que precisam transformar os próprios valores e estilos de vida, são os “outros” que precisam ser convertidos. A partir dessa concepção, a relação consigo mesma acaba por ser desfocada em prol da preocupação em se “doar para os outros”, estes sim necessitados de “ajuda”.

Cabe ressaltar também o quanto a vinculação da participante com valores tradicionais ligados à manutenção social acaba por marcar de forma profunda a sua relação consigo mesma. No final da entrevista, após a participante ter narrado uma série de eventos significativos em sua vida, quando questionada sobre possíveis mudanças na relação consigo mesma após ter “percebido” a sua orientação sexual, a participante afirma que: *“Não, continua a mesma coisa”* (linha 1321). Portanto, parece que a participante tende a enfatizar a permanência, a continuidade não apenas em relação aos valores sociais, mas na relação consigo mesma.

10) Outras questões e comentários sobre a entrevista

Quando questionada, no final da entrevista, se gostaria de acrescentar alguma coisa, a participante afirma que: *“Não, que eu saiba... acho que eu contei tudo (risos – Ana Flávia), tudo assim... que eu vi, assim, que... espero que faça bastante proveito”* (linhas 1324-1325), ou seja, a participante não realizou nenhum comentário em relação a entrevista em si (*feedback*).

A realização desta entrevista fez com que a pesquisadora refletisse sobre a importância de se estudar outros casos de pessoas com uma orientação homoerótica e uma forte vinculação com a religião. Apesar de não ser um assunto discutido abertamente pelos líderes religiosos, existem fiéis que apresentam uma orientação homoerótica e participam ativamente da igreja, bem como apresentam uma visão de mundo fortemente vinculada à sua crença religiosa. A possibilidade de conciliação entre orientação homoerótica e prática religiosa, por parte desses fiéis, é um exemplo muito interessante sobre a possibilidade humana de lidar, de forma criativa, com contradições que, a princípio, seriam irreconciliáveis. Em termos gerais, a análise das contradições

com que as pessoas têm que lidar em suas vidas cotidianas, parece ser um espaço de investigação bastante frutífero no estudo do desenvolvimento humano.

DISCUSSÃO

Os objetivos a serem discutidos aqui são: a) as questões metodológicas e éticas relativas à pesquisa; b) os pontos de convergência e divergência entre as entrevistas analisadas; c) considerações sobre os processos identitários; d) considerações finais: reflexões em torno das articulações entre produção científica de conhecimentos, ética e transformação social.

Considerações metodológicas e éticas sobre a pesquisa

A realização de uma entrevista semi-estruturada com cada participante configurou-se em uma estratégia metodológica importante no estudo da construção das identidades sexuais não-hegemônicas. Contudo, como qualquer estratégia metodológica, a realização de entrevistas também apresenta limitações.

Por um lado, o momento de realização da entrevista foi um momento dialógico rico em termos de co-construção de significados. A própria elaboração do roteiro de entrevista buscou definir questões amplas, de forma não-invasiva, que pudessem suscitar reflexões e questionamentos por parte dos participantes, ou seja, que pudessem desencadear a construção de novos significados. Nesse sentido, a realização de uma entrevista com cada participante configurou-se em um momento microgenético de co-construção de significados entre participante e pesquisadora.

Por outro lado, temos consciência de que o momento microgenético da entrevista não é um momento circunscrito em si mesmo. Em outras palavras, de acordo com a perspectiva ontológica histórica adotada no presente estudo, os momentos microgenéticos se encontram articulados com uma dimensão temporal mais ampla, a ontogênese. Em termos metafóricos, o momento microgenético da entrevista é um fragmento da história de vida dos participantes. Como articular, então, esse “fragmento” com a dimensão ontogenética dos participantes? A possibilidade que encontramos - e que, na realidade, não resolve plenamente esse complicado desafio metodológico - foi a inclusão em um primeiro momento no roteiro de entrevista, de uma questão sobre a história de vida dos participantes. Essa questão possibilitou, de alguma forma, a contextualização, na história de vida dos participantes, dos significados construídos no momento da entrevista.

Certamente, falar sobre a história de vida no contexto de pesquisa, ou em qualquer outro contexto, é sempre um recorte, uma reelaboração do passado que traz a marca incontornável do presente. Portanto, consideramos que essa é uma limitação metodológica do presente estudo no que concerne à investigação do desenvolvimento humano. Contudo, como pretendíamos realizar uma análise qualitativa relativamente pormenorizada das narrativas de um grupo de pessoas com identidades sexuais não-hegemônicas, e não apenas o estudo de um caso específico (o que permitiria a realização de uma série de entrevistas e a utilização de outros instrumentos metodológicos), resolvemos assumir essa limitação como parte inerente de nossa proposta metodológica neste momento.

Esperamos que as análises realizadas no presente estudo possam ter aguçado o nosso olhar e a nossa sensibilidade (e, quem sabe, de outros pesquisadores também) em relação a uma multiplicidade de questões relacionadas à construção das identidades sexuais não-hegemônicas para que, no futuro, possamos focalizar a nossa atenção em um caso específico e, desta forma, abordá-lo de forma mais completa, integrando uma perspectiva mais longitudinal.

A utilização de um instrumento metodológico flexível, como a entrevista semi-estruturada, foi uma estratégia importante na promoção de um vínculo menos formal ou distante entre participantes e pesquisadora. De acordo com a perspectiva epistemológica e metodológica adotada, a qualidade do vínculo estabelecido entre pesquisadora e participantes é de fundamental importância, até mesmo como fator facilitador de um maior envolvimento pessoal dos participantes com a pesquisa em si (motivação intrínseca).

Afinal, como estudar a questão da constituição da subjetividade, se os sujeitos não se implicarem na pesquisa, se não puderem se expressar da forma mais livre possível? Nesse sentido, o estabelecimento de um vínculo de confiança, bem como a utilização de questões amplas, ao invés de questões fechadas com uma possibilidade limitada de respostas, propiciou uma riqueza muito grande de informações produzidas no momento empírico (diálogo com o real).

A impossibilidade de realização das entrevistas no laboratório ao qual a pesquisadora está vinculada, devido à ausência de isolamento acústico, o que comprometeria o caráter sigiloso das entrevistas, foi percebido pela pesquisadora, inicialmente, como um problema. A solução encontrada foi a realização das entrevistas em locais distintos, negociados com os participantes. Alguns participantes deram um

feedback bastante positivo, afirmando inclusive que preferiam realizar a entrevista em outros locais que não no laboratório. É interessante notar, como a atividade de pesquisa reserva realmente surpresas para os pesquisadores, o que foi percebido, anteriormente, como um problema acabou criando uma situação em que alguns participantes se sentiram mais à vontade do que a situação idealizada inicialmente. O que nos faz questionar, inclusive, a idéia de que os espaços físicos destinados aos laboratórios de pesquisa são espaços “neutros” ou isolados do mundo ao redor. Assim, como qualquer outro espaço, os laboratórios são carregados de significados, mesmo quando se pretende atribuir a eles um ar de suposta “neutralidade”.

Uma questão ética importante que se fez presente nas entrevistas, inclusive pela temática abordada, diz respeito aos limites de intervenção da pesquisadora. Apesar de reconhecer que o momento da entrevista poderia ter repercussões terapêuticas para os participantes (como foi explicitado, inclusive, pelos participantes das entrevistas 1 e 2), a pesquisadora procurou ter claro para si os limites relativos aos objetivos da pesquisa em relação à atitude profissional propriamente clínica. Em outras palavras, o acordo firmado inicialmente com os participantes foi que estes colaborassem com um projeto de pesquisa (veja carta de apresentação da pesquisa, em anexo) e não que estes se submetessem a um processo terapêutico.

De forma mais específica, em alguns momentos das entrevistas, a pesquisadora percebeu que os participantes estavam abordando questões com repercussões profundas em termos pessoais. Nesses momentos, a pesquisadora assumiu uma postura de escuta em relação aos participantes, permitindo que eles falassem o quanto desejassem, mas sem fazer novas questões que induzissem os mesmos a falar além do que gostariam. Afinal, a intervenção da pesquisadora além dos limites da pesquisa poderia acarretar vivências desestruturantes para os participantes, sem o posterior suporte que é parte integrante do trabalho clínico propriamente dito. Portanto, o reconhecimento por parte do pesquisador dos limites éticos de sua intervenção é de fundamental importância para preservar a integridade e o bem-estar dos participantes.

Sobre as análises das entrevistas: pontos de convergência

Uma questão que perpassa todas as entrevistas analisadas diz respeito ao preconceito e a discriminação com que os participantes têm que lidar no seu cotidiano. Mesmo quando os participantes não relatam situações concretas de discriminação em suas histórias de vida, essa questão se faz presente em termos prospectivos, ou seja,

através do receio de se sentir discriminado em momentos futuros. Da mesma forma, esse receio é verificado na atitude de evitar explicitar a própria orientação sexual, a fim de não gerar situações constrangedoras, conflituosas ou mesmo desconfortáveis.

É interessante notar a construção de uma rede intrincada de “ditos” e “não-ditos” que perpassam as relações sociais dos participantes, no que se refere à questão da orientação sexual. A atitude de não falar abertamente sobre a própria orientação sexual com determinadas pessoas, principalmente na esfera familiar e profissional, configura-se como uma estratégia de proteção pessoal contra possíveis atitudes discriminatórias.

Contudo, tal estratégia não implica, necessariamente, no desconhecimento das outras pessoas sobre a orientação homoerótica dos participantes. Em outras palavras, o “não-dito” não mantém uma relação linear com o “desconhecimento” por parte de outras pessoas sobre essa questão. Mesmo que as pessoas já saibam, o “dizer” ou “não-dizer” é percebido pela maioria dos participantes como um espaço de escolha pessoal importante, já que não é possível ter um controle absoluto sobre o fato de as pessoas saberem ou desconfiarem de sua orientação sexual.

Cabe ressaltar que na entrevista 6, o participante parece fundir o “não-dito” com o desconhecimento por parte de outras pessoas, ou seja, para ele, os seus amigos heterossexuais não sabem de sua orientação sexual, porque ele não falou sobre este assunto com eles. O que, certamente, é uma afirmativa arriscada. Em outras palavras, dizer ou não dizer, saber ou não saber, formam um mosaico complexo que é parte integrante da vida dos participantes e de suas relações sociais. Lidar com tais questões, que implicam um certo grau de ambigüidade nas relações, é uma realidade concreta que requer um menor ou maior investimento pessoal, dependendo de cada um, em relação ao ocultamento da própria orientação sexual.

Outra questão importante presente nas entrevistas diz respeito ao espaço conferido na vida dos participantes ao “universo *gay*” em Brasília, compreendido de forma genérica como os lugares de diversão e convivência voltados para o público homossexual. Certamente, a vinculação estabelecida entre os participantes e o “universo *gay*” da cidade é bastante variada, ou seja, alguns participantes participam, mas afirmam que não gostam muito desses lugares (entrevistas 4 e 6). Um dos participantes afirma que gosta de determinados lugares *gays*, como, por exemplo, saunas, mas não gosta de outros lugares, como boates (entrevista 2). De qualquer forma, freqüentar os lugares *gays* da cidade é uma prática comum a todos os participantes, mesmo que exista uma diversidade de motivações apontadas pelos mesmos.

Em um sentido amplo, parece que participar do “universo *gay*” cumpre um papel importante em termos de suporte afetivo e social na vida dos participantes. De forma mais específica, tal suporte parece se manifestar seja no sentido de não se sentir isolado socialmente, de sentir-se mais à vontade em lugares onde sejam aceitáveis manifestações de afeto em relação a outras pessoas do mesmo sexo (como abraçar, beijar na boca, fazer carinho), de sentir-se mais à vontade entre outras pessoas que compartilhem a mesma orientação sexual e de ter a oportunidade de estabelecer vínculos de amizade e de relacionamentos afetivo-sexuais. Enfim, estar “entre iguais” acaba por se constituir em uma estratégia pessoal e coletiva importante para lidar com o preconceito e a discriminação que permeiam as várias instâncias sociais, ou seja, participar dos lugares de diversão e convivência voltados para o público *gay* parece assegurar uma certa proteção para os seus frequentadores.

A expansão dos lugares de diversão voltados para o público *gay* em contextos urbanos, como é o caso de Brasília, levanta uma questão de suma importância no estudo das identidades sexuais não-hegemônicas: até que ponto a expansão do comércio voltado especificamente para o público *gay* representa uma maior aceitação social das orientações sexuais que divergem da norma heterossexual? Seria este um indício de transformação social?

Para tentar responder a essa questão (ou pelo menos problematizá-la), é necessário situar a expansão do comércio voltado para o público *gay* dentro de um contexto político e econômico mais amplo. Nesse sentido, as considerações realizadas por Guillebaud (1999), em seu livro “*A Tirania do Prazer*”, são bastante instigantes:

“O pesquisador *gay* Michael Pollack era mais severo, pois ele datava essa irrupção comercial dos primeiros anos da liberação sexual. ‘Durante a década de 60’, escreveu, ‘a liberação provocou uma explosiva comercialização do sexo. Ao lado da multiplicação de bares, cinemas e saunas, observa-se o desenvolvimento da imprensa homossexual, da pornografia e de uma indústria de *gadgets* [artefatos] e acessórios sexuais que vão dos brinquedos de couro, anéis de sexo e cremes, aos *poppers* (vasodilatadores usados como afrodisíacos). Dá vontade de perguntar aos militantes dos primeiros tempos do *Gay Lib*: ‘Será que fizemos a revolução só para ter o direito de abrir mais setecentos bares de entendidos?’” (p. 102)

“É nisto que se revela a verdadeira obscenidade contemporânea. Ela consiste não na provocação deliberada, pelo viés de um ‘espetáculo’ erótico, e sim na apropriação de uma revolta, de uma utopia e de uma linguagem pelos defensores do lucro, ostensivamente indiferentes, de sua parte,

a tudo que não seja explorável ou quantificável. Viva o sexo, com a condição de que ele dê lucro!” (p.106-107)

A argumentação desenvolvida por Guillebaud (1999) questiona a relação direta entre a expansão do comércio voltado para o sexo, na contemporaneidade, e a transformação social, na medida em que tal comércio se apropriou do “discurso de liberação sexual” e o transformou em mais um produto, como qualquer outro, ou seja tal comércio *“toma ao pé da letra uma ‘demanda’ para lhe servir uma ‘oferta’”* (p. 107).

Nesse sentido, a expansão dos locais de diversão voltados para o público *gay* é um fenômeno intrinsecamente relacionado ao capitalismo contemporâneo e ao seu movimento de diversificação e especialização de produtos e serviços voltados para clientelas específicas. Em outras palavras, se existe na sociedade uma clientela determinada, como os homossexuais de classe média / alta, com um considerável poder aquisitivo (a maioria não tem que gastar, por exemplo, com a educação de filhos), são criados diversos serviços e produtos voltados para esta clientela. Portanto, a ampliação de lugares de diversão, produtos e serviços voltados para o público *gay* não implica, necessariamente, um processo efetivo de transformação social. Afinal, dentro da lógica de mercado na contemporaneidade *“o livre consumo sexual, longe de ser prejudicial à nova ordem estabelecida, corresponde a suas exigências e satisfaz a seus interesses”* (Guillebaud, 1999, p. 101)

Se mudarmos o nosso foco de análise, voltando o nosso olhar para os processos identitários que ligam os sujeitos singulares aos grupos sociais, podemos questionar também: até que ponto a convivência “entre iguais”, no “universo *gay*”, constitui-se uma estratégia eficaz de transformação social?

Por um lado, como foi discutido anteriormente, a convivência “entre iguais” pode representar um suporte social e afetivo para aqueles que apresentam uma orientação sexual discriminada socialmente. Por outro lado, pode representar também a construção de fronteiras simbólicas, tendo como critério a orientação sexual, que, em última instância, reforça o sentimento de pertencimento a um grupo social (inclusão do “nós”), mas que acaba por excluir os “outros” (não-*gays*).

Portanto, a diversidade de orientações sexuais é separada, dividida, circunscrita a determinados espaços físicos e sociais: aqui, os heterossexuais (pelo menos explicitamente), ali, os homossexuais. Assim, a diversidade é “administrada” de uma forma bastante eficaz no sentido de evitar possíveis conflitos. Afinal, não é essa a

melhor estratégia para manter a “paz social”, separar as classes populares das classes abastadas, separar os judeus dos alemães (na Alemanha nazista), separar os homossexuais dos heterossexuais? Dessa forma, cada um pode viver a sua vida tranqüilamente, sem maiores conflitos, sem se confrontar com o diverso (com os “outros”, sejam estes, homossexuais ou heterossexuais). Enquanto isso, a maioria continua acreditando que as pessoas com orientações homoeróticas vivem em um mundo à parte da dita “normalidade”, mesmo que, sem ter consciência, continuem convivendo no cotidiano com tais pessoas no trabalho, na família, na escola, ou seja, nos mais diversos contextos.

A expansão do “universo *gay*” em Brasília, nesse sentido, parece representar: a) uma estratégia concreta, situada historicamente e culturalmente, para que muitas pessoas com um orientação homoerótica se sintam “protegidas” do preconceito e da discriminação, além de desenvolverem um sentimento de pertencimento a um grupo social e, desta forma, não se sentirem isoladas; b) o fortalecimento de um setor do comércio voltado para a prestação de serviços e produtos direcionados a uma clientela específica (*gays* de classe média/alta), com um poder aquisitivo considerável, o que torna este ramo de negócios bastante vantajoso em termos de possibilidades reais de lucro; c) uma estratégia que, no fundo, não colabora efetivamente para a transformação social, na medida em que mantém “cada um no seu lugar”, ou seja, não coloca em xeque o preconceito e a discriminação em si, mantendo as fronteiras simbólicas que separam o “universo heterossexual” do “universo homossexual”.

Outra questão importante que perpassa todas as entrevistas analisadas diz respeito à relação dos participantes com as suas famílias como um foco de conflitos interpessoais, no que se refere à questão da orientação homoerótica. Mesmo quando essa relação não é explicitamente conflituosa, todos os participantes relatam vivências desagradáveis (como, por exemplo, ansiedade), quando o que está em jogo são as suas experiências e relacionamentos homoeróticos.

É possível observar, principalmente no contexto familiar, o jogo entre “ditos” e “não-ditos” em relação à própria orientação sexual. É interessante notar, nesse sentido, o quanto a figura paterna parece personificar o receio da maioria dos participantes em relação à revelação de sua orientação homoerótica, tanto homens como mulheres. Nesse sentido, mesmo quando é revelada a orientação sexual para algum membro da família, tal revelação é feita para os irmãos (entrevistas 1, 2, 3) e / ou para a mãe (entrevista 1; nas entrevistas 4 e 6, a iniciativa partiu da mãe e não dos participantes). Em nenhuma

das entrevistas analisadas, os participantes conversaram sobre a sua orientação sexual com seus pais. Na entrevista 5, a figura materna tende a ser associada a uma postura do estilo: “ela sabe, mas a gente não conversa sobre este assunto”. Novamente, é possível observar que o “não-falar” diretamente sobre a própria orientação sexual não implica, necessariamente, em desconhecimento sobre o assunto por parte de outras pessoas.

É importante ressaltar o quanto os participantes, de um modo geral, percebem a família como uma instância social que tende a reproduzir uma concepção preconceituosa em relação às orientações sexuais distintas da norma heterossexual. O modelo tradicional de família (pai, mãe e filhos) parece excluir qualquer outra forma de conjugalidade e estrutura familiar que seja distinta deste modelo. Nesse sentido, há a tendência de os pais e familiares apresentarem a expectativa de que todos os seus membros reproduzam tal estrutura familiar. Isso acaba por gerar nas pessoas com uma identidade sexual não-hegemônica um receio (culpa?) por não corresponderem a tais expectativas.

Não corresponder às expectativas sociais, nesse sentido, parece ser um possível fator desencadeador de sofrimento psíquico entre os indivíduos que apresentam uma identidade sexual não-hegemônica. Cabe destacar que isso não é vivenciado como expectativas distantes, dissociadas de suas vidas cotidianas, mas sim como algo encarnado em pessoas próximas, como os pais e os irmãos. O que, concretamente, significa o risco de assumir uma postura que possa vir a decepcionar ou frustrar as expectativas de pessoas com uma vinculação afetiva importante. Não é de se estranhar, portanto, a estratégia comumente adotada em não falar sobre a própria orientação sexual no contexto familiar.

Em um sentido amplo, cabe ressaltar que a desconsideração, em termos de legitimidade social, de outras possibilidades de estrutura conjugal e familiar (como, por exemplo, um casal de pessoas do mesmo sexo) se reflete, inclusive, na esfera jurídica. O que pode ser observado na própria definição de família que consta na Constituição Federal (Capítulo VII, art. 226, parágrafos 3º e 4º):

“Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.”

Outra questão importante, comum às entrevistas analisadas, está relacionada à tendência em focalizar a própria orientação sexual a partir de uma ótica que favorece a continuidade e consistência, ou seja, a tendência em procurar no passado indícios que comprovem que, “no fundo”, mesmo sem ter consciência, a pessoa sempre teve uma orientação homoerótica. Isso se torna particularmente evidente nas entrevistas 1, 4 e 5, em que os participantes tiveram a sua primeira experiência homoerótica após os 19 anos e afirmaram que, antes desta experiência, nunca tinham pensado em ter uma relação afetivo-sexual com uma pessoa do mesmo sexo. Por outro lado, buscaram em sua história de vida indícios na infância ou na adolescência, que fossem coerentes com as suas vivências homoeróticas atuais.

É interessante verificar como, nos períodos anteriores à primeira experiência homoerótica, os participantes relatam que não prestavam atenção a tais indícios. Isso mudou bastante após a primeira experiência homoerótica, ou seja, tais “indícios” passaram a ser valorizados (ou mesmo criados?) e a despertar o interesse por parte dos participantes. De alguma forma, a partir da sua narrativa, parece que tais “indícios” do passado cumprem uma função importante na medida em que asseguram uma imagem de continuidade, consistência e coerência em relação à própria orientação homoerótica.

Parece haver, nesse sentido, um complexo jogo entre a ausência de “consciência plena” e a presença de uma “consciência vaga” (no “fundo”, eu sempre fui), no que se refere à orientação sexual. Além disso, parece haver um trabalho de reconstrução do próprio passado, a fim de dar sentido às vivências homoeróticas atuais, o que nos faz refletir sobre a reconstrução constante, no presente, de vivências do passado. Em outras palavras, narrar a própria história de vida é uma prática sempre marcada pelo olhar atual, ou seja, o presente está sempre nas entrelinhas na narrativa de eventos e vivências situados temporalmente no passado (Brockmeier, 1999).

Em relação à tendência observada nas entrevistas analisadas de privilegiar uma perspectiva de continuidade em relação à própria orientação sexual, é possível questionarmos: será que a adoção de uma perspectiva de descontinuidade em relação à própria orientação sexual seria uma vivência desestruturante para os sujeitos que apresentam uma orientação homoerótica?

Certamente, essa é uma questão complexa que necessita de outros estudos para ser abordada de forma satisfatória. Contudo, como uma reflexão preliminar sobre essa problemática, é importante considerarmos que os participantes estão inseridos em um contexto cultural mais amplo, em que as identidades sexuais são freqüentemente

consideradas a partir de uma perspectiva essencialista (Louro, 1997, 1999). Em outras palavras, a identidade sexual e mesmo pessoal, é freqüentemente considerada como uma “essência” individual de caráter imutável.

A partir de uma perspectiva essencialista, parece ser bastante perturbadora a idéia de alguém que “sempre foi heterossexual”, em um determinado momento de sua história de vida, “tornar-se homossexual”. Parece, nesse sentido, menos perturbador assumir que essa pessoa sempre foi homossexual e “não sabia” (menos perturbador para os outros e, talvez, para a própria pessoa). Pelo preconceito e discriminação em torno das orientações homoeróticas, parece mais tranqüilo acreditar que o outro “sempre foi homossexual”, do que acreditar que a sua orientação sexual foi transformada. Afinal, a transformação (descontinuidade) em relação às orientações sexuais aponta para uma possibilidade bastante incômoda para a maioria das pessoas, ou seja, para a possibilidade de que a sua própria orientação sexual possa, também, ser transformada.

Outra questão interessante observada na maioria das entrevistas (com exceção das entrevistas 2 e 4) diz respeito a uma atitude não-problematizadora diante da classificação das orientações sexuais em heterossexuais, bissexuais e homossexuais. A classificação em si é considerada pelos quatro participantes como algo “normal”, como a “classificação científica das coisas”, ou seja, como algo que não desperta maiores questionamentos ou problematizações. Nesse sentido, as discussões acadêmicas em torno da dificuldade em delimitar claramente as orientações sexuais a partir dessa categorização, que tem como pressuposto uma relação linear entre desejo sexual, comportamento sexual e identidade sexual (Costa, 1993, Weeks, 1999; Parker, 1999; Heilborn, 1996), parecem ser discussões bastante distantes do público leigo. No caso específico da maioria dos participantes, a discussão em torno da classificação em si não despertou interesse. O que realmente despertou interesse nos mesmos foi a questão da bissexualidade.

Nesse sentido, a classificação em homossexuais e heterossexuais é percebida por quatro dos participantes (entrevistas 1, 3, 5 e 6) como algo tranqüilo, ou em uma linguagem popular: “uns gostam de mulher, outros gostam de homem, mas gostar dos dois?!?” A bissexualidade parece ser uma condição perturbadora de um sistema classificatório marcado por uma concepção dicotômica (homossexuais *versus* heterossexuais). Portanto, a pessoa bissexual é vista como alguém que, na realidade, “gosta mais de um lado do que do outro”, normalmente da pessoa do mesmo sexo (entrevista 3); como alguém que tem uma vinculação afetiva apenas com um dos lados e

uma vinculação meramente sexual com o outro lado (entrevista 5); como alguém que ainda “não decidiu o que quer realmente da vida” (entrevista 6), ou, então, como uma pessoa confusa (entrevista 1).

Implicitamente, parece existir a expectativa de que o indivíduo bissexual “decida por um dos lados”. Portanto, a possibilidade de “decidir” por ambos os sexos, ou “decidir” que o importante é a pessoa, independente do sexo (como é defendido pelo participante na entrevista 4) parece gerar uma atitude de desconfiança por parte da maioria dos participantes. O que é coerente com a afirmação de Lago (1999), no que diz respeito ao espaço conferido socialmente à categoria da bissexualidade em relação às categorias da heterossexualidade e da homossexualidade:

“Entre essas categorias, a bissexualidade, por ser intermediária, permanece marginal e obscura no interior de um gradiente marcado por uma forte oposição. Vista mais como uma variação da homossexualidade do que como uma extensão do desejo heterossexual (Mendès-Leité, 1996), ela é alvo de desconfiança tanto por parte de hetero quanto de homossexuais.” (p. 159)

A desconfiança em relação à bissexualidade, nesse sentido, está relacionada a uma concepção bastante dicotômica que divide e separa as pessoas em duas categorias pretensamente rígidas: os heterossexuais e os homossexuais. Contudo, a própria obscuridade que marca a categoria da bissexualidade parece indicar o quanto a classificação das orientações sexuais em categorias como homossexuais, bissexuais e heterossexuais não é tão clara e precisa quanto parece à primeira vista. Afinal, todas as categorias conceituais são aproximações, tentativas, nunca plenamente realizadas, para que o indivíduo dê sentido à realidade e a si mesmo.

Sobre as análises das entrevistas: pontos de divergência

Uma questão que suscitou posicionamentos divergentes nas entrevistas analisadas com homens e com mulheres diz respeito à problemática da “promiscuidade”, entendida como relações sexuais com múltiplos parceiros, dissociada da dimensão afetiva. As três mulheres entrevistadas apresentaram uma maior homogeneidade de opiniões sobre esta temática, enquanto, entre os homens, houve uma maior diversidade.

A concepção de que os relacionamentos afetivo-sexuais entre homens tende a ser menos estáveis e duradouros é uma concepção compartilhada em todas as três

entrevistas com as mulheres (entrevistas 1, 5 e 6). Além disso, todas criticaram a associação, bastante difundida socialmente, entre homossexualidade e “promiscuidade”. O que é percebido, por elas, como uma associação mais pertinente à homossexualidade masculina e não tanto à homossexualidade feminina.

Nas entrevistas com os três homens, houve uma maior discrepância em relação à questão da “promiscuidade”. Na entrevista 2, o participante desloca o significado do termo “promiscuidade” para a falta de higiene e cuidados com a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, ou seja, promiscuidade seria manter relações sexuais sem o uso do preservativo. Na entrevista 3, o participante não cita, em nenhum momento da entrevista o termo “promiscuidade”, ou seja, esta não foi uma questão problematizada por ele. Na entrevista 4, o participante não concorda com a atitude “promíscua” que ele percebe que muitos homossexuais (homens e mulheres) e heterossexuais assumem em suas relações sexuais. Parece, nesse caso, que a percepção do que vem a ser “promiscuidade” é perpassada por questões de gênero, ou seja, a questão da “promiscuidade” nas relações sexuais parece ser uma questão que incomoda mais as mulheres do que os homens.

Primeiramente, cabe destacar que a associação bastante freqüente no imaginário social entre homossexualidade e “promiscuidade” parece estar vinculada à concepção tradicional de que a sexualidade fora dos limites do casamento, enquanto instituição legitimada socialmente, e fora da possibilidade de procriação, seria uma sexualidade “desregrada”, “sem controle” e, portanto, “promíscua”.

Como foi discutido na parte referente à fundamentação teórico-epistemológica, na cultura sexual brasileira, a construção da feminilidade e da masculinidade ocorre não apenas nas relações entre homens e mulheres, mas também intra-gênero, a partir do confronto com os contra-ideais de masculinidade e feminilidade (Parker, 1991). O contra-ideal de feminilidade, ou seja, tudo o que uma mulher não pode ser é “promíscua”, ou, em termos populares, ser considerada “galinha”. Portanto, não é de se estranhar o movimento deliberado das participantes em afastar o rótulo de “promiscuidade” de si mesmas e do grupo social a que pertencem (mulheres com uma orientação homoerótica), deslocando este rótulo para os homens que apresentam uma orientação homoerótica: “seriam eles que são promíscuos, nós não somos”. Nas entrevistas analisadas com homens, por outro lado, não houve o mesmo incômodo, enquanto grupo, com a questão da “promiscuidade”, ou seja, as opiniões foram mais divergentes a este respeito.

Outra questão que gerou divergências nas entrevistas analisadas com homens e com mulheres diz respeito à forma como as relações afetivo-sexuais entre homens e entre mulheres são percebidas. Novamente, observou-se uma maior homogeneidade entre os posicionamentos do grupo de mulheres. Para elas, as relações afetivo-sexuais entre mulheres são percebidas a partir de um prisma que tende a enfatizar o vínculo afetivo e/ou a identificação intra-gênero, ou seja, a concepção de que as mulheres são “mais parecidas” entre si. Entre os homens, houve uma maior heterogeneidade de posicionamentos. Em nenhuma das entrevistas analisadas com homens, o vínculo afetivo e/ou a identificação intra-gênero foi indicada como característica definidora das relações afetivo-sexuais entre homens, como ocorreu entre as mulheres.

Essas diferenças de posicionamentos entre as entrevistas analisadas com homens e com mulheres parecem indicar o quanto a categoria ampla, homossexuais, não é uma categoria homogênea, não apenas por ser formada por sujeitos singulares com uma história de vida particular, mas também por ser perpassada por outras questões, dentre elas a questão de gênero (ser o sujeito homem ou mulher).

Apesar de, no senso comum, as pessoas acreditarem que os homossexuais formam um grupo de pessoas que vivem em um mundo à parte, os mesmos são, na realidade, socializados e se constituem enquanto sujeitos a partir de um mesmo contexto cultural. Assim, as pessoas com identidades sexuais não-hegemônicas não estão “imunes” às canalizações culturais marcadas pela questão de gênero. Nas relações afetivo-sexuais entre homens, a expectativa de atitudes associadas à virilidade e da capacidade de dissociação entre sexualidade e afetividade se faz presente. Da mesma forma, nas relações entre mulheres, se faz presente a expectativa social de *“que a atividade sexual é um canal para afetos que devem perdurar para além do ato”* (Heilborn, 1999, p. 51), a expectativa de valorização do vínculo afetivo e da cumplicidade na relação.

No processo de se tornarem homens e mulheres, as pessoas com uma orientação homoerótica também deverão lidar com uma multiplicidade de significados culturais, muitas vezes antagônicos, sobre os limites reconhecidos socialmente do que vem a ser a masculinidade e a feminilidade. Em um sentido amplo, as questões de gênero cumprem um papel estruturante na forma como as pessoas lidam com seus afetos, consigo mesmas, como se posicionam em suas relações afetivo-sexuais e nas suas relações sociais.

Outra questão que suscitou uma diversidade de posicionamentos diz respeito às estratégias utilizadas para lidar com a homofobia expressa nas diversas instâncias sociais. Em um nível de análise mais macro, todos os participantes apresentam, de alguma forma, uma vinculação com o “universo gay” em Brasília, o que parece se constituir em uma estratégia coletiva situada historicamente e culturalmente de proteção, suporte afetivo e social das pessoas que apresentam uma identidade sexual não-hegemônica. Em um nível mais micro de análise, contudo, cada participante desenvolveu, em sua história de vida, estratégias singulares, diferentes, para lidar com a problemática do preconceito e da discriminação.

Na compreensão da diversidade de estratégias utilizadas pelos participantes, foram de grande valor heurístico as considerações: a) da forma como cada participante percebe a relação indivíduo e sociedade, bem como a sua relação pessoal com o contexto social mais amplo, b) o espaço conferido por cada participante à sexualidade em sua vida cotidiana.

Os participantes que apresentaram uma concepção de sociedade como algo completamente externo e desvinculado de suas posições e atitudes individuais (entrevistas 4 e 6) tenderam a assumir, da mesma forma, que a sua sexualidade é algo completamente circunscrito a “quatro paredes” e, portanto, “ninguém tem nada a ver com isso”. Parece existir, no discurso desses participantes, uma ruptura radical entre o espaço público e o espaço privado.

As estratégias utilizadas por esses participantes para lidar com a questão do preconceito e da discriminação em relação às suas orientações sexuais é bastante coerente com as suas concepções de sociedade e sexualidade. Por um lado, eles procuram não explicitar a questão da orientação sexual em suas relações sociais, excetuando-se as pessoas que compartilham com eles a mesma orientação sexual (na entrevista 6, entretanto, a participante explicitou a sua orientação sexual para duas pessoas heterossexuais amigas). Por outro lado, em relação à transformação social no sentido de acabar com a discriminação por orientação sexual, os participantes parecem minimizar a sua participação individual nesse processo. É como se eles não pudessem fazer muita coisa nesse sentido, a não ser assumir, por exemplo, uma posição impessoal, e afirmar em conversas no cotidiano, em um sentido genérico (com a utilização da terceira pessoa do plural), que eles não têm nada contra os homossexuais, ou seja, que a homossexualidade deve ser aceita.

É importante ressaltar que, no caso da entrevista 4, a manutenção da privacidade absoluta em relação à própria sexualidade parece implicar em uma administração minuciosa dos gestos, palavras e atitudes em suas relações sociais, a fim de despistar qualquer suspeita em relação à sua orientação sexual. Portanto, mesmo que o participante afirme que ninguém tem nada a ver com a sua orientação sexual, a mesma interfere, de forma implícita, nas suas relações sociais.

A administração minuciosa e constante “do segredo” relativo à sua orientação sexual parece ter um impacto na vida do participante, em termos de sofrimento psíquico, na medida que, em diversos momentos da entrevista, ele cita vários exemplos de comportamentos paranóicos, freqüentemente deslocados para a terceira pessoa do plural (“eles”, “tem gente”, “as pessoas”). Contudo, pela repetição freqüente dessa temática parece que o “segredo” tem uma relevância pessoal para o participante da entrevista 4. Esse caso específico ilustra a complexa relação entre as estratégias utilizadas para lidar com o preconceito e a discriminação no cotidiano, e a questão do sofrimento psíquico.

Os participantes que apresentam uma concepção de sociedade como algo mais vinculado a suas atitudes e posicionamentos individuais (notadamente as entrevistas 1 e 2) tendem a apresentar, também, uma concepção de sexualidade como algo integrado a suas vidas, a suas relações sociais. Em outras palavras, em relação à questão da sexualidade, os limites entre espaço privado e público são mais fluidos para estes participantes. As discussões em torno da questão das orientações sexuais assumem, nessas entrevistas, uma conotação mais politizada, mais próxima dos discursos dos movimentos sociais ligados à militância *gay* (Louro, 1997, 1999; Weeks, 1999). Inclusive, um desses participantes (entrevista 2) é membro ativo de um dos grupos de militância *gay* em Brasília.

Para esses participantes, o “assumir” a sua orientação sexual para si mesmo é de suma importância para lidar com a questão em suas relações sociais. Nesse ponto, há uma diferença fundamental em relação à forma como os participantes anteriores (entrevistas 4 e 6) percebem o “assumir para si mesmo”. Para aqueles, o processo de assumir a sua orientação sexual deve ser algo restrito à própria pessoa (afinal, essa é uma questão limitada a “quatro paredes”). Não se trata do “assumir” como um momento inserido em um processo mais amplo, relacionado ao assumir a própria orientação sexual para as outras pessoas.

Cabe destacar que o “assumir para as outras pessoas” não implica em uma visibilidade absoluta, do estilo: “vou falar para todo mundo que eu sou *gay*”, mas sim explicitar a sua orientação sexual para as pessoas que são consideradas significativas na vida dos participantes (família, amigos). Explicitar ou não explicitar a própria orientação sexual é considerado como um espaço importante de escolha pessoal por parte dos participantes. A possibilidade de compartilhar as suas vivências homoeróticas com pessoas que não apresentam a mesma orientação sexual é percebida como uma estratégia importante de transformação social. Em outras palavras, tornar a homossexualidade mais próxima da realidade das pessoas, algo compartilhado na convivência com pessoas significativas, parece ser, para eles, um caminho necessário no sentido de corroer as barreiras que separam, no cotidiano, as pessoas com orientações sexuais distintas.

As entrevistas 3 e 4, no que se refere à concepção de sociedade e sexualidade, apresentam características de ambos os grupos discutidos anteriormente. Em relação à entrevista 3, o participante apresenta, por um lado, uma concepção de sexualidade como algo que diz respeito à esfera privada e que “ninguém tem a ver com isso”. Por outro lado, ele assume uma postura de defesa dos direitos dos homossexuais através de ações concretas contra a discriminação por orientação sexual na esfera pública (por exemplo, no contexto de trabalho).

Cabe ressaltar que o participante da entrevista 3 é vinculado a um grupo de militância *gay* em Brasília e, portanto, assume uma posição de valorização da luta política pela reivindicação dos direitos dos homossexuais, posicionando-se contra qualquer discriminação por orientação sexual (assim como o participante da entrevista 2). É curioso observar que, em suas ações concretas contra atitudes discriminatórias, o participante assume explicitamente a sua orientação sexual em contextos mais impessoais (para o seu chefe no contexto de trabalho, para a professora e sua turma no contexto educacional), mas não explicita a sua orientação sexual em suas relações mais próximas (família e amigos). Ele afirma, inclusive, que prefere ter vínculos de amizade com pessoas do “universo *gay*”, para evitar situações constrangedoras ou conflituosas.

Este é um ótimo exemplo da complexidade das estratégias utilizadas pelos sujeitos singulares para lidar com o preconceito e a discriminação. Afinal, para muitos a situação de expor a própria orientação sexual para a professora e os colegas em uma situação de sala de aula é muito mais constrangedora (por exemplo, na entrevista 1) do que expor a sua orientação sexual em suas relações mais pessoais (família e amigos).

Em relação à entrevista 5, a participante parece assumir, inicialmente, uma concepção de sociedade como algo distante de suas atitudes pessoais, inclusive não apresenta qualquer vinculação pessoal (em um sentido mais amplo que a filiação propriamente dita) com movimentos sociais, como, por exemplo, o movimento feminista e o movimento de luta pelos direitos dos homossexuais. Em outras palavras, a discussão em torno de tais movimentos sociais não desperta muito interesse na participante.

Contudo, no decorrer da entrevista, no momento em que ela é questionada sobre o que poderia fazer, pessoalmente, para acabar com o preconceito e a discriminação, a sua atitude se transforma. Parte de um posicionamento em que afirma que não pode fazer muita coisa nesse sentido, a um reconhecimento de que, no seu cotidiano, ao conversar sobre as suas vivências homoeróticas com seus amigos que não compartilham a mesma orientação sexual, ela está contribuindo, de alguma forma, para a transformação social. A participante destaca a importância de suas amigas no processo de ir assumindo para si mesma a sua orientação sexual, ou seja, implicitamente, ela parece reconhecer que a forma como ela lida com a sua sexualidade está vinculada, de alguma forma, às suas relações sociais.

É importante ressaltar que, na entrevista 5, as ações concretas da participante, no sentido da transformação de crenças e valores de outras pessoas em relação à questão da homossexualidade, não são por ela percebidas como um movimento intencional de sua parte. A ação de explicitar a sua orientação homoerótica para os seus amigos, independente da orientação sexual dos mesmos, apesar de se aproximar das ações de outros participantes (entrevistas 1 e 2), não apresenta aqui a mesma conotação intencional destes últimos, ou seja, parece estar relacionada a outras motivações. Isso nos faz refletir sobre os múltiplos níveis intermediários entre a ação concreta e o plano motivacional. Portanto, é importante considerarmos não apenas o que a pessoa “faz”, mas também como ela dá sentido à sua ação.

É interessante observar nas entrevistas a diversidade de formas como são estabelecidas a relação entre sujeito e narrativa ou, de forma mais específica, os recursos utilizados pelos participantes para se fazer presente em suas narrativas. Nas entrevistas 1 e 5, as participantes utilizam bastante o pronome pessoal “eu”, o que confere às suas narrativas um tom mais pessoal, focalizando suas experiências e vivências emocionais. Na entrevista 3, o participante focaliza as suas ações concretas e o “falar sobre” a temática da homossexualidade e da militância *gay*, não havendo muito

espaço, em sua narrativa, para vivências pessoais/emocionais, o que confere à sua narrativa um tom mais impessoal.

Na entrevista 2, o participante alterna os pronomes pessoais “eu” e “nós” (ou o termo “a gente”), o que confere à sua narrativa, simultaneamente, um caráter pessoal e mais coletivo, procurando evidenciar a sua vinculação com a militância *gay*. Contudo, diferentemente do participante da entrevista 3, que também é ligado à militância *gay*, o participante da entrevista 2 permite, em sua narrativa, um espaço maior para as suas vivências pessoais, inclusive em relação à luta política.

Na entrevista 4, o participante utiliza freqüentemente a terceira pessoa do plural “eles” (ou termos como: “gente”, “pessoas”) para abordar temáticas que, pela repetição constante no decorrer da entrevista, parecem assumir uma relevância pessoal. Ou seja, em sua narrativa ocorreram vários momentos de deslocamento de uma posição explicitamente pessoal (“eu”) para uma posição mais impessoal (“eles”).

Na entrevista 6, a participante utiliza freqüentemente o recurso de explicitar as múltiplas vozes presentes em seu cotidiano, principalmente quando ela assume uma posição de discordância, o que, em última instância, acaba por reforçar as suas crenças e valores. Nessa entrevista, portanto, falar sobre si, muitas vezes significa falar sobre os outros.

No estudo da relação entre linguagem e constituição da subjetividade é importante considerarmos, nesse sentido, não apenas o que os sujeitos dizem sobre si, mas também a forma como dizem.

Considerações sobre os processos identitários

No presente estudo, procuramos abordar a questão das identidades sexuais não-hegemônicas a partir de um foco de análise que privilegia a forma como os sujeitos concretos dão sentido às suas vivências homoeróticas. Ao invés de seguirmos na busca das “causas últimas” da homossexualidade, procuramos, a partir de uma perspectiva sociocultural construtivista (em sua versão personológica), compreender a construção das identidades sexuais não-hegemônicas tendo como base as articulações entre sujeito singular, significados culturais, instituições e práticas sociais contextualizadas historicamente.

De forma mais específica, foi analisada a forma como pessoas que apresentam uma orientação homoerótica se posicionam, a partir de suas narrativas, em relação a crenças e valores difundidos socialmente acerca da homossexualidade, em relação ao

“universo *gay*” em Brasília, bem como nas suas relações sociais, afetivo-sexuais e consigo mesmas. Buscou-se integrar na análise um olhar atento em relação às questões de gênero.

Ao final do presente estudo, é possível delinear algumas considerações e questionamentos mais amplos sobre a questão da construção das identidades sexuais não-hegemônicas. Primeiramente, o próprio caminho trilhado no estudo - em direção às formas como os sujeitos concretos dão sentido, em seu cotidiano, às suas vivências homoeróticas - suscitou uma série de questionamentos que transcendem os limites da academia. Estudar a questão das orientações homoeróticas, ou em uma linguagem mais cotidiana, estudar a questão da homossexualidade parece, implicitamente, suscitar a questão: quais as causas de tal fenômeno psicológico?

Como toda pesquisa é orientada por questionamentos que intrigam e motivam os(as) pesquisadores(as) (caso contrário, por que investir tanto tempo e trabalho?), a busca pelas “causas últimas” da homossexualidade, certamente, não foi a questão que realmente nos motivou a realizá-lo. Pode-se perguntar: por quê? Partindo-se de uma perspectiva de causalidade sistêmica em relação ao desenvolvimento humano (Valsiner, 1989), não é possível encontrar as “causas últimas” que expliquem o desenvolvimento das orientações homoeróticas, de uma forma descontextualizada. Em outras palavras, o desenvolvimento humano, enquanto fenômeno dinâmico e complexo, não pode ser explicado de forma satisfatória a partir de “causas simples” ou reducionistas.

No decorrer do processo de construção da dissertação, passamos a questionar, inclusive, quais seriam as motivações implícitas nessa demanda social por respostas que, de uma vez por todas, expliquem as causas da homossexualidade. Considerando, por um lado, o papel comumente associado à ciência psicológica de descrever, prever e controlar o comportamento e, por outro lado, o fato de que as orientações homoeróticas não gozam de grande desejabilidade social em nossa cultura, pensamos que, talvez, essa demanda social esteja relacionada à expectativa de elaboração de estratégias de intervenção que possam “prevenir” o desenvolvimento de orientações homoeróticas, a partir da descrição de suas possíveis “causas”. Afinal, não sejamos ingênuos, é esperado que as ciências contribuam não apenas com a compreensão da realidade, mas que também ofereçam subsídios para a intervenção na própria realidade.

Ao partirmos de questionamentos que não buscam as “causas últimas da homossexualidade”, estamos reafirmando não apenas a nossa perspectiva teórica sobre o desenvolvimento humano, mas também o nosso compromisso ético em não colaborar

com a reprodução de atitudes discriminatórias em relação às pessoas que apresentam uma orientação sexual distinta da norma heterossexual.

Portanto, no presente estudo, pretendemos focalizar a forma como os sujeitos concretos, inseridos em contextos socioculturais, dão sentido às suas vivências homoeróticas. Para tanto, buscamos integrar análises que enfatizavam: a) a história singular de cada participante e as formas de subjetivação das próprias vivências homoeróticas; b) as posições assumidas pelos participantes diante de significados culturais associados à homossexualidade, à construção da masculinidade e feminilidade. Buscamos alternar, em momentos distintos das análises, um foco sobre a constituição do sujeito e a forma como ele se faz presente em sua narrativa, e um foco sobre os posicionamentos assumidos em relação aos valores e crenças, compartilhados socialmente, no que se refere à sexualidade e às questões de gênero.

Nesse sentido, foi de suma importância, para a realização do presente estudo, a delimitação do conceito de identidades sexuais não-hegemônicas, ao invés de adotarmos o conceito tradicional de homossexualidade. É importante esclarecer, contudo, que o termo homossexualidade foi utilizado na realização e análise das entrevistas, pois os participantes são mais familiarizados com esta conceitualização, ou seja, a pesquisadora utilizou esta terminologia, a fim de facilitar a comunicação e a vinculação com os participantes. Afinal, no contexto de conversação com o público leigo, a utilização de conceitos muito distantes do cotidiano pode se configurar em um obstáculo comunicativo. Por outro lado, no contexto acadêmico, o rigor conceitual se faz necessário, visto que a partir da conceitualização utilizada é possível “abrirmos” novas zonas de sentido (González Rey, 1997) sobre a realidade, bem como “fechamos” nosso olhar para outras zonas de sentido do real.

A partir do objetivo amplo de buscar compreender como sujeitos concretos dão sentido às suas vivências homoeróticas, o conceito de identidades sexuais não-hegemônicas apresentou um profundo valor heurístico, pois possibilitou o deslocamento de um foco de análise centrado na busca de causalidades intrapsíquicas ou orgânicas (o próprio conceito de homossexualidade está historicamente relacionado às ciências biomédicas) para um foco de análise que privilegia a compreensão da relação entre sujeito e contextos socioculturais.

De forma mais específica, o conceito de identidades sexuais não-hegemônicas, como foi discutido anteriormente, refere-se às pessoas que apresentam uma orientação homoerótica e ocupam uma posição social marginal em relação à norma heterossexual

nas sociedades ocidentais contemporâneas. Nesse sentido, a delimitação do conceito de identidades sexuais não-hegemônicas possibilitou trazer para o cerne das discussões: a) a questão da canalização cultural em direção à heterossexualidade; b) as relações de poder que perpassam as várias instituições sociais (como, por exemplo, a família e a escola), de forma articulada com o processo amplo de normatização e estigmatização de determinadas identidades sexuais; e c) as estratégias pessoais e/ou coletivas para lidar com o preconceito e a discriminação em relação às orientações sexuais consideradas socialmente diferentes.

Verificamos que o denominador comum de todas as entrevistas analisadas não foi nenhum evento “traumatizante” ou “causa” subjacente à história de vida dos participantes, mas sim a situação compartilhada de ter que construir estratégias para lidar com o preconceito e a discriminação em relação à sua orientação homoerótica. Essa é uma questão central no presente estudo, visto que o fato de ter que lidar no cotidiano com a questão do preconceito e da discriminação (mesmo que em termos prospectivos, através do receio de ser discriminado em situações futuras) marca, em um sentido amplo, a constituição da subjetividade de cada um dos participantes.

Para ilustrar essa afirmação que, a princípio, parece bastante genérica, construímos a seguinte situação envolvendo um dia no cotidiano de um personagem hipotético, criado com base nas análises das entrevistas: Pedro é um rapaz de 23 anos de classe média que apresenta uma orientação homoerótica que ele “percebeu” aos 19 anos. Sua família “não sabe” de sua orientação sexual e a maioria dos seus amigos heterossexuais também não sabe (pelo menos ele não contou). É sábado à noite e ele sai para encontrar os seus amigos que também apresentam uma orientação homoerótica em um bar *gay* da cidade. Ao estacionar o carro, ele encontra um amigo (daqueles bem machistas) que há muito tempo ele não via. O seu amigo estava se dirigindo a um bar explicitamente hetero e o convida para ir também. Ao mesmo tempo em que Pedro está refletindo sobre qual desculpa que ele daria ao colega, chega outro amigo do seu círculo de amizades *gays* e, de forma bem espontânea, pergunta: “*E aí, Pedro você está indo também para o bar X?*” Pedro se sente constrangido e pensa: “*E agora, o que fazer?*”

Esse pequeno exemplo hipotético ilustra o quanto a questão da orientação homoerótica, das possibilidades e dificuldades em lidar com o preconceito e a discriminação marcam o cotidiano das pessoas com identidades sexuais não-hegemônicas. Se acreditamos no papel fundamental dos contextos culturais no desenvolvimento humano, não podemos desconsiderar a importância das experiências

vivenciadas pelos sujeitos concretos no seu cotidiano. Tais experiências incluem, por exemplo, administrar os “ditos” e “não-ditos” em relação à sua orientação sexual nas relações sociais, freqüentar determinados locais de diversão destinados ao público *gay*, construir um sentimento de vinculação com outras pessoas que compartilham a mesma orientação sexual, aprender uma linguagem mais restrita ao “universo *gay*”, como se auto-denominar como “entendido(a)”, ter que aprender a lidar com sentimentos negativos que são associados à homofobia internalizada. Afinal, os sujeitos se desenvolvem inseridos em um contexto cultural marcado pela homofobia.

Enfim, apresentar uma identidade sexual não-hegemônica em nossa cultura traz implicações e desafios concretos na vida das pessoas, os quais participam do processo amplo de constituição da subjetividade. Contudo, é importante ressaltar que, a partir das análises das entrevistas, foi possível observar uma diversidade muito grande de estratégias utilizadas pelos sujeitos para lidar com a questão da orientação homoerótica. Isso além de indicar o papel ativo do sujeito nesse processo, aponta, também, para a importância de considerarmos a dimensão relativamente estável da subjetividade: a personalidade.

Como foi discutido na parte referente à fundamentação teórico-epistemológica, a subjetividade se constitui a partir da dialética que se estabelece entre os processos construídos na atualidade e a história constitutiva do sujeito (personalidade). Nesse sentido, a “descoberta” pelos sujeitos de sua orientação homoerótica não representa apenas um aspecto que desencadeará mudanças futuras na relação consigo mesmo, nas suas relações sociais, mas também é algo que deverá, de alguma forma, ser integrado subjetivamente. É justamente nesse ponto que podemos refletir sobre o confronto entre a dimensão constitutiva (personalidade) e os processos atuais.

Como a personalidade é conceitualizada no presente estudo como uma configuração personológica dinâmica, podemos hipotetizar que a história constitutiva do sujeito, por um lado, se faz presente na forma como ocorre o processo de integração subjetiva das vivências homoeróticas, por outro lado, tais vivências poderão ter um impacto transformador na personalidade. Não é de se estranhar, assim, a atitude freqüente entre as pessoas que apresentam uma orientação homoerótica de realizar um verdadeiro trabalho de reelaboração do passado, a fim de torná-lo, de alguma forma, coerente com as suas vivências homoeróticas atuais.

Certamente, a partir de uma entrevista semi-estruturada com cada participante não é possível discutir de forma aprofundada a relação entre identidades sexuais não-

hegemônicas e o desenvolvimento da personalidade. Contudo, é possível refletirmos, em termos preliminares, que a adoção de certas estratégias para lidar com a homofobia social, bem como para lidar com a homofobia internalizada (Lawrence & Valsiner, 1993), que apresenta um potencial destruturador, em termos subjetivos e emocionais, está articulada com as possibilidades personológicas dos sujeitos concretos, ou seja, com a sua história constitutiva (personalidade).

A análise da entrevista 6, nesse sentido, é bastante ilustrativa. A relação da participante consigo mesma é bastante fundamentada em uma cosmovisão que tende a privilegiar a continuidade, a manutenção de valores e crenças sociais, na qual a sua crença religiosa cumpre um papel importante. Portanto, ela tende a perceber a “descoberta” de sua orientação homoerótica como algo sem maiores repercussões em termos de transformações pessoais, apesar de ter narrado uma série de eventos significativos em sua história de vida após a sua primeira experiência homoerótica. Em outras palavras, a forma como as vivências homoeróticas são subjetivadas pelos sujeitos concretos está relacionada ao desenvolvimento de sua personalidade, aos valores e crenças estruturantes de sua forma de se posicionar em relação a si mesmo e em relação ao mundo.

Nesse sentido, a rigidez e a flexibilidade, como indicadores funcionais do nível de regulação da personalidade (González Rey & Mitjans, 1989) parecem estar intrinsecamente relacionados à forma como as vivências homoeróticas são subjetivadas. É interessante observar como alguns sujeitos parecem manter as suas vivências homoeróticas como algo relativamente dissociado de si mesmos (por exemplo, entrevistas 4 e 6) e, por outro lado, como outros sujeitos parecem integrá-las (por exemplo, entrevistas 1 e 2), inclusive ressaltando o que tais vivências trouxeram em termos de mudanças na relação consigo mesmo, na relação com as demais pessoas e, de um modo mais amplo, na sua visão em relação a vida (cosmovisão).

Cabe ressaltar a importância de novos estudos que possam aprofundar a compreensão da complexa relação entre identidades sexuais não-hegemônicas e constituição da subjetividade. De forma mais específica, seria importante analisar também a articulação entre as identidades sexuais não-hegemônicas e outras identidades sociais, tais como: identidade de raça, de classe social, conjuntamente com o estudo do desenvolvimento da personalidade (como tais identidades são, de alguma forma, integradas na história constitutiva do sujeito). Nesse sentido, consideramos de suma importância a realização de estudos de caso que possam considerar de forma

longitudinal e mais aprofundada como os sujeitos concretos subjetivam as suas vivências homoeróticas, enfatizando a articulação com outros processos identitários que perpassam a constituição da subjetividade e os múltiplos vínculos criados com os outros sociais e, em um sentido amplo, com os contextos culturais.

No estudo dos processos identitários, que vinculam os sujeitos aos grupos sociais e funcionam como referências culturais na constituição de si, é de extrema importância considerar o papel da cognição e do afeto de forma integrada. Em outras palavras, os movimentos de aproximação e distanciamento em relação aos grupos sociais não implica apenas em uma posição de “concordância ou discordância” em relação a certos valores e crenças, em relação a certos estilos de vida, preferências estéticas, pois não são posições construídas com base apenas na racionalidade. Tais movimentos identitários são impregnados também pelo afeto, por lealdades, por solidariedades, incompreensões, revoltas, medo do isolamento social, suporte afetivo e social e, infelizmente, por atitudes também intolerantes (negação do “outro” e exacerbação do “nós”). Os processos identitários, portanto, não abarcam apenas os processos de organização cognitiva sobre a realidade social e sobre si mesmo, mas também as vivências emocionais que se fazem presentes nas relações com os outros sociais e consigo mesmo.

Quanto ao papel constitutivo da linguagem em relação à consciência, apesar de a narrativa de histórias pessoais e de outras pessoas ser uma prática social e lingüística cotidiana, acreditamos que o estudo dessa prática ainda não foi suficientemente explorado pela psicologia. Afinal, se partimos do pressuposto de que a linguagem, além de cumprir uma função comunicativa, cumpre também um papel estruturante em relação à consciência (Vygostky, 1993, Luria, 1987, Bakhtin, 1992), considerar a forma como as pessoas organizam o seu pensamento, inclusive temporalmente, para falar de si mesmas parece ser um caminho frutífero no estudo das relações que as pessoas estabelecem consigo mesmas e com os outros. Nesse sentido, a importância conferida por todos os participantes no “poder falar” sobre as suas vivências homoeróticas, seja com o(a) parceiro(a), seja com os amigos (heterossexuais e/ou homossexuais), seja nas reuniões dos grupos de militância *gay*, parece indicar o quanto o falar cumpre um papel importante no processo de elaboração subjetiva da própria orientação homoerótica.

Em relação à análise das múltiplas implicações entre linguagem, cultura e consciência, é importante apontar a necessidade de um maior aprofundamento teórico-conceitual sobre esta problemática. Para os próximos estudos, seria interessante

focalizar, de forma mais pormenorizada, as possibilidades de diálogo e rupturas entre: (a) o dialogismo de Bakhtin, (b) a concepção de linguagem enquanto medição semiótica em Vygotsky e (c) o conceito de discurso na perspectiva construcionista.

No que diz respeito à questão da sexualidade, o caminho trilhado no presente estudo permitiu construir um panorama mais amplo sobre a relação entre os significados culturais e a forma como os sujeitos singulares percebem e vivenciam as suas relações afetivo-sexuais. A crença difundida socialmente de que a sexualidade é uma esfera absolutamente privada, desvinculada do espaço público e da cultura em um sentido mais amplo, foi questionada no presente estudo.

A partir da análise das entrevistas, tornou-se evidente que mesmo a compreensão que as pessoas apresentam sobre as relações sexuais propriamente ditas são mediadas pelos significados culturais. Mesmo entre “quatro paredes”, tais significados culturais estão presentes, na medida em que as relações sexuais são percebidas a partir de “ólicas culturais” diversas: a partir de uma ótica que privilegia os papéis tradicionalmente associados à masculinidade e à feminilidade (Parker, 1991), onde há uma nítida separação entre atividade e passividade, em que a penetração sexual ocupa um lugar central na organização da compreensão acerca da sexualidade; a partir de uma ótica que privilegia uma relação conjugal e sexual igualitária, ou seja, que *“preconiza a dissolução da distinção de gênero, postulando simetria entre os parceiros”* (Heilborn, 1996, p.139); a partir de uma ótica permeada pelo ideal romântico, onde não é possível a separação entre sexo e afetividade. Enfim, em nossa perspectiva, é impossível dissociar a sexualidade da cultura, ou seja, não há uma sexualidade “naturalmente” estabelecida, em relação à qual a cultura cumpriria apenas um papel repressor (Foucault, 1997).

No presente estudo, focalizamos a questão da sexualidade, no diálogo entre a perspectiva sociocultural construtivista e a perspectiva construcionista nas ciências sociais (especialmente os estudos sobre gênero e sexualidade). Como na psicologia, a sexualidade tem sido um campo de estudo historicamente relacionado à perspectiva psicanalítica, pretendemos, em estudos futuros, focalizar as possibilidades de diálogo e de rupturas entre as abordagens psicanalítica e sociocultural construtivista. Cabe ressaltar que esse diálogo não foi realizado no presente estudo, devido a limitações de ordem prática. Afinal, o estudo aprofundado da perspectiva psicanalítica demanda um grande investimento de tempo, até mesmo pela complexidade e riqueza conceitual desta perspectiva. Portanto, a fim de evitar possíveis simplificações e reduções conceituais,

preferimos deixar esse diálogo como uma possibilidade a ser concretizada em estudos futuros.

Considerações finais: reflexões em torno das articulações entre produção científica de conhecimentos, ética e transformação social

Em relação às contribuições do presente estudo para a psicologia, esperamos que o mesmo possa colaborar no sentido de apontar a necessidade de uma postura crítica em relação aos modelos “universais simplificadores do ser humano” que ainda persistem na formação das novas gerações de profissionais em psicologia. Por “modelos universais simplificadores” em relação ao ser humano, entendemos os processos epistemológicos e metodológicos responsáveis pela “depuração” do fenômeno humano a tal ponto que, no final, não temos mais pessoas, mas sim indivíduos “médios”, sem existência concreta, “seres” sem raça, sem classe social, sem sexo, sem passado nem futuro, absolutamente distantes da vida cotidiana. Nesse sentido, concordamos com Portinari (1989), quando ela afirma que:

“Como se vê, a coisa é às vezes complicada, o que talvez não seja tão mau em um mundo que continuamente nos esmaga com uma exigência de simplicidade inteiramente incompatível com a nossa experiência dele, sempre complicadíssima.” (p. 22)

Foi na contramão dessa tendência simplificadora, que realizamos o presente estudo, enfatizando justamente a forma como as pessoas concretas dão sentido às suas vivências homoeróticas, de forma articulada com as suas experiências no cotidiano, suas relações sociais, afetivo-sexuais. A questão do preconceito e da discriminação em relação às orientações homoeróticas não poderia ficar de fora do estudo, na medida em que dizem muito sobre o nosso contexto sociocultural e sobre os desafios pessoais e coletivos enfrentados, em suas vidas, pelos sujeitos com identidades sexuais não-hegemônicas. Analisar as questões de gênero colaborou, também, para construirmos uma visão mais rica sobre a relação entre os sujeitos singulares e a cultura, na medida em que as relações entre homens e mulheres, as expectativas sociais em relação à masculinidade e à feminilidade, são questões que estão presentes de forma tão intrincada no cotidiano, às quais, freqüentemente, não prestamos a devida atenção.

Esperamos contribuir, também, para a discussão em torno da importância da interdisciplinaridade na produção de conhecimentos na ciência psicológica. A forma

como este trabalho foi construído só foi possível mediante o diálogo com outras áreas do saber, notadamente com as ciências sociais e a filosofia (principalmente através dos trabalhos do filósofo francês Michel Foucault). Quando pretendemos abrir novas zonas de sentido sobre determinado fenômeno, o diálogo interdisciplinar apresenta-se como um caminho necessário e profundamente instigante.

Na discussão em torno da intradisciplinaridade, ou seja, entre as várias áreas de pesquisa e atuação profissional na psicologia, apesar de havermos partido de uma perspectiva de investigação específica relativa ao desenvolvimento humano, procuramos estabelecer pontes com discussões que são mais comuns em outras áreas, notadamente na psicologia clínica (afinal, personalidade e subjetividade são conceitos tradicionais nesta área). Mas se refletirmos realmente, constatamos que os fenômenos estudados nas várias áreas da psicologia dizem respeito ao ser humano integral, ou seja, o sujeito que se desenvolve é o mesmo que vai para a escola, que ingressa no universo do trabalho, que faz parte de grupos sociais, que se alegra, que sofre, e que, eventualmente, se vê no contexto hospitalar tendo que tratar de alguma doença, tendo que tomar algum remédio que atua ao nível bioquímico, mas que tem repercussões no seu estado emocional. Essa é uma questão que parece tão óbvia, mas que muitas vezes é esquecida por nós, psicólogos, acostumados a pensar, desde nossa formação, de forma segmentada em áreas distintas.

No campo da pesquisa psicológica, o estudo das identidades sexuais não-hegemônicas e, de forma mais ampla, o estudo das identidades sociais, ou seja, o estudo dos processos que vinculam os sujeitos singulares aos grupos sociais, nos faz refletir sobre uma questão curiosa que perpassa o contexto acadêmico e as relações entre os pesquisadores: por que é tão difícil dialogar com um colega que assume uma perspectiva teórico-epistemológica diferente da nossa, mesmo quando nossos argumentos parecem tão bem fundamentados e ricos em idéias possivelmente produtivas?

O estudo dos processos identitários nos faz arriscar uma possível resposta: porque não são apenas argumentos racionais ou “evidências empíricas” que estão em jogo nessas situações. Apesar de freqüentemente não se discutir, no contexto acadêmico, o papel das emoções na produção de conhecimentos científicos, elas estão presentes. Os pesquisadores são, antes de tudo, pessoas que se vinculam afetivamente a determinadas perspectivas, com as quais se identificam, vinculando-se a grupos sociais (outros pesquisadores) que também compartilham a mesma visão de mundo, de ser

humano, de ciência. Portanto, não é tão simples, assim, o diálogo com um colega que adota diferente perspectiva teórica. Isso significa, então, que devemos desistir do debate e do confronto de idéias? De forma nenhuma, significa simplesmente que temos, na psicologia, uma diversidade de perspectivas teóricas e que, talvez, os debates fossem mais produtivos se assumíssemos realizá-los e explicitarmos as nossas diferenças, ao invés de adotarmos o caminho mais fácil do “estamos falando a mesma coisa com palavras diferentes”. Caso contrário, saímos sem desenvolver nossas idéias e reflexões.

Quanto à relação entre produção de conhecimentos na ciência psicológica, ética e transformação social, o presente estudo partiu da crítica à noção de conhecimento científico como uma atividade neutra, desinteressada (Louro, 1997), pois é justamente esta concepção de neutralidade científica que deve ser questionada, se desejarmos construir uma reflexão ética mais profunda sobre o papel da psicologia em nossa sociedade.

Ignorar o papel social das ciências nas sociedades modernas, em nossa perspectiva, representa uma ótima estratégia de direcionamento da produção científica rumo à manutenção do *status quo*. Afirmar que a psicologia deve simplesmente responder às demandas da sociedade é uma afirmação perigosa. Afinal, a manutenção das diferenças de classe social, a estigmatização do que é considerado “diferente” não deixam de ser demandas de segmentos importantes de nossa sociedade profundamente desigual. A psicologia deve, realmente, responder a tais demandas? Devemos construir uma ciência do “enquadramento social”, sob o rótulo de cientificidade?

Ignorar tais questionamentos éticos e políticos pode resultar em um trágico paradoxo: por um lado, os pesquisadores em psicologia partem de uma concepção messiânica sobre a produção científica, acreditando que a mera aplicação de suas pesquisas “salvarão a humanidade”, na medida em que responderão às demandas sociais. Por outro lado, o discurso científico, sem uma análise crítica, pode funcionar como uma excelente estratégia de controle social. Afinal, em nossas sociedades modernas, a ciência tem ocupado um papel central na produção de verdades (Foucault, 1996). Existiria melhor estratégia de controle do que o discurso “verdadeiro” e inquestionável da ciência, legitimando as desigualdades e preconceitos sociais?

Nesse sentido, esperamos que o presente estudo possa colaborar com o questionamento do preconceito e da discriminação em relação às identidades sexuais não-hegemônicas. Tais concepções preconceituosas e práticas discriminatórias perpassam as várias instâncias sociais, inclusive aquelas que se constituem campo de

atuação profissional do psicólogo, como, por exemplo, a escola e a família. Apesar das práticas discriminatórias em relação às pessoas que apresentam uma orientação homoerótica serem muitas vezes sutis, implícitas, esperamos ter contribuído com esta pesquisa para o desenvolvimento de um olhar mais atento, por parte dos profissionais de psicologia, em relação a esta problemática, que se faz presente, muitas vezes, nos próprios espaços de sua atuação profissional.

Cabe destacar que, em relação à atuação profissional em psicologia no que tange à questão da orientação homoerótica, foi de suma importância a Resolução do Conselho Federal de Psicologia de 13 de março de 1999 (cópia da resolução em anexo):

“Art. 2º – Os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos e práticas homoeróticas”

“Parágrafo único – Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades”.

Como a ciência psicológica não é uma instância dissociada da sociedade em que vivemos, esperamos que o conhecimento produzido possa auxiliar entidades, como o Conselho Federal de Psicologia e as ONGs de luta pelos direitos dos homossexuais, nessa batalha cotidiana pela transformação social e pelo respeito às diferenças.

O quanto navegamos até chegarmos aqui, quantas rotas seguidas, quantas rotas poderíamos ter seguido. Nossos questionamentos eram como estrelas que nos orientaram, mesmo sabendo que nunca chegaríamos a tê-las nas mãos. Felizmente, porque estrelas não foram feitas para serem guardadas como propriedades de ninguém. Estrelas servem para iluminar o caminho dos navegantes que vieram e dos navegantes que virão.

Chegamos ao nosso destino? Simplesmente chegamos a um porto, onde compartilharemos nossos esboços de viagem, descansaremos e prosseguiremos. Afinal, as estrelas continuam brilhando ao longe e há muitos mares ainda para serem navegados...

Ana Flávia do Amaral Madureira

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Assunção, L. S. (1996). Sexualidade e poder: notas sobre Foucault e a vontade de saber. Em *Caderno do Programa Especial de Treinamento (PET/CAPES) de Psicologia da Universidade Federal do Ceará* (p.35-39). Fortaleza, Ceará.
- Bakhtin, M. (1992). *Speech genres and other late essays*. Austin: University of Texas Press.
- Bakhtin, M. (1999). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Editora Hucitec.
- Branco, A. U. (2000). *Metacommunication and the development of the self*. Trabalho apresentado na III Conference for Sociocultural Research, Campinas, Brasil, julho.
- Branco, A. U. & Valsiner, J. (1992). *Development of convergence and divergence in joint actions of preschool children within structured social context*. Trabalho apresentado no 25th International Congress of Psychology. Bruxelas, Bélgica, julho.
- Branco, A. U. & Mettel, T. P. L. (1995). O processo de canalização cultural das interações criança-criança na pré-escola. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 11 (1), 13-22.
- Branco, A. U. & Rocha, R. F. (1998). A questão da metodologia na investigação científica do desenvolvimento humano. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 14 (3), 251-258.
- Branco, A. U. & Valsiner, J. (1987). Changing methodologies: a co-constructivist study of goal orientations in social interactions. *Psychology and Developing Societies*, 9 (1), 35-64.
- Brockmeier, J. (no prelo). The text of mind. Em C. Erling & D. Johnson (Orgs.), *The mind as Scientific Object*. Oxford University Press
- Brockmeier, J. (1998). *Texts and other symbolic spaces*. Trabalho apresentado no Fourth Congress of the International Society for Cultural Research and Activity Theory, Aarhus, Dinamarca, junho.
- Brockmeier, J. (1999). Between Life and Story: Possibilities and Limits of the Psychological Study of Life Narratives. In W. Maiers, B. Duarte Esgalhado, R. Jorna & E. Schraube (eds.), *Challenges to Theoretical Psychology* (p. 206-213). Toronto: Captus University Publications.
- Bruner, J. S. (1997). *Atos de significação*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Capra, F. (1982). *O ponto de mutação*. São Paulo: Cultrix.
- Côrrea, S. (1996). Gênero e sexualidade como sistemas autônomos: idéias fora do lugar? Em R. Parker & R. M. Barbosa (Orgs.), *Sexualidades Brasileiras* (p. 149-159). Rio de Janeiro: Relume Dumará.

- Costa, J. F. (1992). Os amores que não se deixam dizer. *SaúdeLoucura*, 3, 21-37.
- Deleuze, G. (1995). *Foucault*. São Paulo: Brasiliense.
- Eribon, D. (1996). *Michel Foucault e seus contemporâneos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Fogel, A. & Branco, A. U. (1997). Metacommunication as a source of indeterminism in relationship development. Em A. Fogel; M. Lyra & J. Valsiner (Orgs.), *Dynamics and indeterminism in developmental and social processes* (p. 65-92). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Ford, D. H. & Lerner, R. M. (1992). *Developmental systems theory: as integrative approach*. London: Sage Publications.
- Foucault, M. (1996). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1997). *A História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Fry, P. & MacRae, E. (1985). *O que é homossexualidade*. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense.
- Goffman, E. (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- Golombok, S. & Fivush, R. (1994). *Gender development*. New York: Cambridge University Press.
- González Rey, F. (1994). El enfoque socio-cultural: retos y perspectivas. Em A. Rosa & J. Valsiner, *Explorations in sociocultural studies, volume 1* (p. 232-345). Madrid: Infancia y Aprendizage.
- González Rey, F. (1995). *Comunicación, personalidad y desarrollo*. Habana: Editorial Pueblo u Educación.
- González Rey, F. (1997). *Epistemología cualitativa y subjetividad*. São Paulo: Educ.
- González Rey, F. (1998). Lo cualitativo y lo cuantitativo en la investigación de la psicología social. *Psicología & Sociedade*, 10 (2), 32-52.
- González Rey, F. (1999). *La investigación cualitativa en Psicología: rumbos y desafíos*. São Paulo: Educ.
- González Rey, F. & Mitjans, A. (1989). *La personalidad: su educación y desarrollo*. Habana: Editorial Pueblo y Educación.
- Guillebaud, J. (1999). *A tirania do prazer*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

- Hall, S. (1998). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A editora.
- Heilborn, M. L. (1996). Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade social. Em R. Parker & R. M. Barbosa (Orgs.), *Sexualidades brasileiras* (p. 136-145). Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Heilborn, M. L. (1999). Construção de si, gênero e sexualidade. Em M. L. Heilborn (Org.), *Sexualidade: o olhar das ciências sociais* (p. 40-58). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Kindermann, T. & Valsiner, J. (1989). Research strategies in culture-inclusive development psychology. In J. Valsiner (Ed.), *Child development in cultural context* (p.13-50). Toronto: Hogrefe & Huber.
- Lago, R. F. (1999). Bissexualidade masculina: uma identidade negociada? Em M. L. Heilborn (Org.), *Sexualidade: o olhar das ciências sociais* (p. 157-174). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lawrence, J. & Valsiner, J. (1993) Conceptual roots of internalization: From transmission to transformation. *Human Development*, 36, 150-167.
- Leontiev, A . N. (1973). *El hombre y la cultura*. México: Grijalbo.
- Louro, G. L. (1997). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.
- Louro, G. L. (1999). Pedagogias da sexualidade. Em G. L. Louro (Org.), *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (p. 9-34). Belo Horizonte: Autêntica.
- Luria, A . R. (1979). Sobre el problema de la naturaleza histórica de los procesos psicológicos. Em A . Mitjans y M. Manzano (Orgs.), *Selección de Lecturas de Psicología General*. Universidade de la Habana.
- Luria, A. R. (1987). *Pensamento e Linguagem: as últimas conferências de Luria*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Machado, R. (1996). Introdução: Por uma genealogia do poder. Em M. Foucault, *Microfísica do Poder* (p. vii - xxiii). Rio de Janeiro: Graal.
- Melo, C. S. (1996) *Crenças maternas sobre desenvolvimento e educação da criança em contexto de baixa renda*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Brasília.
- Miller, P. J. (1994) Narrative practices: Their roel in socilization and self-construction. In U. Neisser and R. Fivush (Orgs.), *The remembering self Construction and accuracy in the self-narrative* (p. 158-179). New York: Cambridge University Press.

- Mitjáns, A. (1985) Estudio de los procesos cognitivos sobre la base de la concepción integral de personalidad. *Revista Cubana de Psicología*, 2 (1), 48-57.
- Molon, S. I. (1999). *Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky*. São Paulo: Educ.
- Morin, E. (1990). *Introduction à la pensée complexe*. Paris: ESF Éditeur (tradução: Dulce Matos).
- Morin, E. (1996). A noção de sujeito. Em D. F. Schnitman, *Novos paradigmas, cultura e subjetividade* (p. 45-58). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Morin, E. (1996). Epistemologia da complexidade. Em D. F. Schnitman, *Novos paradigmas, cultura e subjetividade* (p. 274-289). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Morin, E. (1998). *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Morin, E. (1999). Por uma reforma do pensamento. Em A. Pena-Vega & E. P. Nascimento (Orgs.), *O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade* (p. 7-34). Rio de Janeiro: Garamond.
- Munné, F. (1998) Constructivismo, construcionismo y complejidad. *Psicologia & Sociedade*, 10_2, 76-94.
- Neubern, M. S. (1999). *Fragments para uma compreensão complexa da terapia familiar: diálogos epistemológicos sobre a subjetividade e as emoções no sistema terapêutico*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Brasília.
- Paiva, V. (1994). Sexualidade e gênero num trabalho com adolescentes para a prevenção do HIV/AIDS. Em R. Parker (Org.), *A AIDS no Brasil* (p. 231-250). Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Parker, R. (1991). *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Best Seller.
- Parker, R. (1994). Sexo entre homens: consciência da AIDS e comportamento sexual entre homens homossexuais e bissexuais no Brasil. Em R. Parker, C. Bastos, J. Galvão, J. S. Pedrosa (Orgs.), *A AIDS no Brasil* (p.129-150). Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Parker, R. & Barbosa, R. M. (1996). Introdução. Em R. Parker & R. M. Barbosa (Orgs.), *Sexualidades brasileiras* (p. 7-16). Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Parker, R. (1999) Cultura, economia política e construção social da sexualidade. Em G. L. Louro (Org.), *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (p. 125-150). Belo Horizonte: Autêntica.
- Portinari, D. (1989). *O discurso da homossexualidade feminina*. São Paulo: Brasiliense.

- Prigogine, I. (1996). O fim da ciência? Em D. F. Schnitman, *Novos paradigmas, cultura e subjetividade* (p. 25-58). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Rogoff, B. (1990). Structuring situations and transferring responsibility. Em B. Rogoff, *Apprenticeship in thinking: cognitive development in social context* (p.86-109). Oxford University Press.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20 (2), 71-99.
- Shweder, R. A. (1991). *Thinking through cultures: expeditions in cultural psychology*. Cambridge: Harvard University.
- Silva, T. T. (2000). *Teoria cultural e educação: um vocabulário crítico*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Tacca, M. C. V. R. (2000). *Ensinar e aprender: análise de processos de significação na relação professor X aluno em contextos estruturados*. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, Brasília.
- Valsiner, J. (1989). *Human development and culture: the social nature of personality and its study*. Lexington, MA: Lexington Books.
- Valsiner, J. (1994a). Bidirectional cultural transmission and constructive sociogenesis. In W. de Graaf & R. Maier (Orgs.), *Sociogenesis reexamined* (p. 47-70). New York: Springer.
- Valsiner, J. (1994b). Culture and human Development: a co-constructivist perspective. Em P. Van Geert, L. P. Mos & W. J. Bker (Eds), *Annals of Theoretical*, 10. New York: Plenum.
- Valsiner, J. (1997). *Culture and the development of children's actions*. New York: Wiley.
- Valsiner, J. (1998). *The guided Mind: a sociogenetic approach to personality*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Valsiner, J. & Cairns, R. (1992). Theoretical perspectives on conflict and development. Em C. V. Shantz & W. W. Hartup (Orgs.) *Conflict in child and adolescent development* (p.15-35). Cambridge: Cambridge University Press.
- Vygotsky, L. S. (1991). *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vygotsky, L.S. (1993). *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- Weeks, J. (1999). O corpo e a sexualidade. Em G. L. Louro (Org.), *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (p. 35-82). Belo Horizonte: Autêntica.
- Wertsch, J. V. (1998). *Mind as action..* New York: Oxford University Press.

Brasil, Ministério da Saúde, Informe Epidemiológico do SUS - Suplemento 3: Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos / Centro Nacional de Epidemiologia, coord. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 1996.

Brasil, Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal , Centro Gráfico, 1988.

ANEXOS

Prezado(a) Senhor(a):

Venho por meio desta solicitar a sua participação no projeto de dissertação de mestrado que venho desenvolvendo no Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, sob a orientação da prof^ª dra. Angela Uchôa Branco. Tal projeto tem como objetivo estudar o desenvolvimento das identidades sexuais não-hegemônicas, ou seja, busca compreender como as pessoas que apresentam uma orientação sexual considerada socialmente diferente se percebem. Pretende-se com este estudo, de forma ampla, compreender melhor a questão da relação entre sexualidade, indivíduo e sociedade. Neste sentido, este estudo não se restringe apenas a compreensão das identidades sexuais não-hegemônicas, mas, sobretudo, como esta compreensão pode nos auxiliar a entender melhor os valores e as crenças em torno da sexualidade em nossa sociedade.

O estudo será baseado nos depoimentos de pessoas que se reconhecem como apresentando uma orientação sexual considerada socialmente diferente. De forma mais específica, será realizada uma entrevista com cada participante. Tal entrevista será gravada a fim de possibilitar o posterior trabalho de análise. Cabe ressaltar que, de acordo com as normas éticas para a realização de pesquisas, os nomes dos participantes não serão divulgados, sendo substituídos por nomes fictícios. Desta forma, será assegurado o total sigilo quanto à identidade dos participantes da presente pesquisa.

A sua participação neste projeto de pesquisa é de grande valor, a fim de desenvolvermos uma compreensão mais profunda sobre as complexas relações entre sexualidade, indivíduo e sociedade.

Atenciosamente,

Ana Flávia do Amaral Madureira
Mestranda em Psicologia pela Universidade de Brasília
e-mail: anamadur@unb.br

Dra. Angela Uchôa Branco
Professora do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento
Instituto de Psicologia – Universidade de Brasília
e-mail: abranco@tba.com.br

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____, aceito participar do projeto de dissertação desenvolvido pela mestranda Ana Flávia do Amaral Madureira, sob a orientação da Dra. Angela Uchôa Branco. Estou ciente dos objetivos deste projeto, bem como das normas éticas que norteiam a atividade de pesquisa.

Brasília, _____ de 2000.

DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

Participante nº _____

Idade: _____ Sexo: _____ Local de residência: _____

Cidade e Estado de origem: _____

Tempo que reside em Brasília: _____

Grau de escolaridade: _____

Formação: _____

Ocupação: _____

Mora com: a) família b) sozinho(a) c) com companheiro(a) d) com amigos

Faixa de renda mensal: a) 1 a 10 S.M. b) 10 a 20 S.M. c) mais de 20 S.M.

Religião: _____

Estrutura familiar: _____

Profissão do pai: _____

Profissão da mãe: _____

Grau de escolaridade do pai: _____

Grau de escolaridade da mãe: _____

Faixas de renda:

1 S.M. = R\$ 151, 00

10 S.M. = R\$ 1.510, 00

20 S.M. = R\$ 3.020, 00

ENTREVISTA

- **Primeiro bloco:**

Eu gostaria que você falasse sobre a sua história de vida, sobre o que você considera interessante ou significativo em sua vida.

- **Segundo bloco:**

1. Na sua opinião, o que a sociedade espera da mulher e do homem?
2. Na sua opinião, a orientação sexual de uma pessoa está definida desde o nascimento ou é construída no decorrer da sua vida?
3. Você acha que a escola, a família ou pessoas significativas (como os amigos) influenciam a orientação sexual de uma pessoa? Em que sentido?
4. Você acha que a escola e a família cumprem algum papel em relação ao preconceito sexual? (Que papel seria esse? Dê exemplos.)
5. O que você entende por "movimento feminista"?
6. Na sua opinião, existe alguma relação entre o movimento feminista e o movimento de luta pelos direitos dos homossexuais?
7. Muitas pessoas afirmam que em uma relação entre mulheres, ou entre homens há sempre alguém que cumpre um papel feminino e outro que cumpre um papel masculino. O que você acha disso?
8. Em relação ao preconceito sexual, o que poderia ser feito para reverter esta situação? Você acha que você poderia fazer alguma coisa nesse sentido?
9. O que você acha da classificação: homossexuais, bissexuais, heterossexuais? Como você prefere que as pessoas se refiram a sua orientação sexual? Por quê?

- **Terceiro bloco:**

1. Algumas pessoas, ao se referir a sua orientação sexual considerada socialmente diferente, afirmam: "Então, eu soube que eu sempre fui..." Para você, as pessoas "descobrem" a sua orientação sexual ou, no fundo, elas sempre souberam? Por quê?
2. O termo "opção sexual" é frequentemente utilizado para se referir à orientação sexual de uma pessoa. Você acha que as pessoas escolhem por vontade própria a sua orientação sexual?

3. Muitas pessoas acham que alguém do sexo masculino (feminino) que é gay (lésbica) não é verdadeiramente homem (mulher). O que você acha disso?
4. Sua vida mudou em alguma coisa quando você percebeu a sua orientação sexual? (O que mudou?)
5. Quando você recorda esse momento da sua vida, quais são as suas lembranças em relação aos sentimentos que você vivenciou naquela época?
6. O que significa, para você, hoje assumir uma identidade sexual considerada socialmente diferente? Esse foi um processo unicamente individual ou tiveram outras pessoas que te ajudaram? (Quem?)
7. Como foi para você o processo de assumir a sua orientação sexual em relação à família (pai, mãe, irmãos), escola (amigos, colegas, professores), trabalho...?
8. O que você compreende por "comunidade gay"? Você acha que existe uma "comunidade gay" em Brasília? Você participa? Por quê?
9. Alguma vez alguém já questionou o fato de você ser homem (mulher) pela sua orientação sexual ? (Como foi isso? O que você fez? O que você sentiu?)
10. Quando você pensa nos seus relacionamentos amorosos, você percebe alguma diferença entre as suas experiências e as experiências heterossexuais? Você percebe alguma diferença entre os relacionamentos amorosos entre os homens e entre as mulheres?
11. Muitas pessoas fazem uma distinção entre sexo e amor. O que você acha disso?
12. Você acha que a sua orientação sexual influencia as suas relações sociais (amigos, parentes, colegas de trabalho...)? E a sua relação consigo mesmo(a) foi transformada?
13. Você gostaria de acrescentar alguma coisa?

RESOLUÇÃO CFP Nº 1/99
DE 23 DE MARÇO DE 1999

"Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual"

O Conselho Federal de Psicologia no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando que o psicólogo é um profissional da Saúde;

Considerando que na prática profissional, independentemente da área em que esteja atuando, o psicólogo é freqüentemente interpelado por questões ligadas à sexualidade;

Considerando que a forma como cada um vive sua sexualidade faz parte da identidade do sujeito, a qual deve ser compreendida na sua totalidade;

Considerando que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão;

Considerando que há uma inquietação na sociedade em torno de práticas sexuais desviantes da norma estabelecida socioculturalmente;

Considerando que a Psicologia pode e deve contribuir com seu conhecimento para o esclarecimento das questões da sexualidade, permitindo a superação de preconceitos e discriminações.

Resolve:

Art. 1º - Os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão, notadamente aqueles que disciplinam a não discriminação e a promoção do bem-estar das pessoas e da humanidade.

Art. 2º - Os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas.

Art. 3º - Os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreçam patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.

Parágrafo único - Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades.

Art. 4º - Os psicólogos não se pronunciarão e nem participarão de pronunciamentos públicos nos meios de comunicação de massa de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

*Ana Mercês Bahia Bock
Conselheira-Presidente*